Alemanha
visões brasileiras

Alemanha
visões brasileiras

Samuel Pinheiro Guimarães
organizador


CAPES - FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO
DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR


Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
Fundação Alexandre de Gusmão

Supervisão Geral
Paulo Marcos Almeida de Moraes

Coordenação dos seminários
Marco Antonio Soares de Souza Maia

Supervisão editorial
Marco Antonio Soares de Souza Maia
Sebastiana Maria de Azevedo

Revisão e editoração dos textos
Ana Teresa Perez Costa

Preparação de originais
Eliane Miranda Paiva

Editoração eletrônica e correção de textos
Renata Maria de Azevedo
Thyana Azevedo

Desenvolvimento de capa
Pablo Abbdo Bueno
Thyana Maria de Azevedo

Equipe de apoio
Anderson Rodrigo Gonçalves Lima
Elza Marí dos Reis Veras
Florentina Florencia de Freitas

A367 Alemanha: visões brasileiras / Samuel Pinheiro Guimarães, organizador. – Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão , 2000.
Contém gráficos e tabelas.

1. Alemanha – Relações exteriores. 2. Alemanha – Relações econômicas exteriores. 3. Alemanha - Condições econômicas. 4. Organização do Tratado do Atlântico Norte. I. Guimarães, Samuel Pinheiro, org. II. Brasil. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. III. Fundação Alexandre de Gusmão.

C.D.U. 327 (430)

O projeto Anuário de Política Internacional realizou-se graças ao generoso apoio das seguintes pessoas e instituições:

Prof. Dr. Abílio Afonso Baeta Neves, Presidente da
CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Embaixador Alvaro da Costa Franco, Presidente da
FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão

Agradecemos também a
Adriane Palacios - Grand Hotel Ca'd'Oro; Lilian Gelly - Hotel Le Meridien; e Kelbia Loureiro - Voetur Turismo.

Índice

Prefácio 09

Textos

Amaury Banhos Porto de Oliveira 11
A Questão Alemã Desgasta A Pax Americana

Luiz Alberto Moniz Bandeira 117
A Política Exterior da Alemanha - 1949-1999

Theotônio dos Santos 219
A Política Econômica Externa da Alemanha
(1945 a 1989 e 1989 até hoje)

Artigos

Christian Lohbauer 301
Os desafios da Política Externa Alemã Contemporânea

Franklin Trein 323
Apontamentos Sobre a Política Externa da República Federal da Alemanha

Maurice Costin 337
Alemanha sua Economia e Política Externa

René Dreifuss 345
A Visão Estratégica na Construção do Futuro da Alemanha

Participantes dos Seminários 365

Prefácio

A importância da política e da economia internacional e das relações com terceiros países para a sociedade e o Estado brasileiros vem rapidamente aumentando e esta tendência somente tende a se acentuar. Por outro lado, é escassa a bibliografia, elaborada por estudiosos brasileiros, sobre terceiros países, ainda quando as relações com esses sejam de grande importância para o Brasil.

Assim, o objetivo principal do projeto Anuário de Política Internacional, organizado pelo IPRI - Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, com o patrocínio da CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, é promover a elaboração de estudos sobre países de especial importância para o Brasil e assim contribuir para a gradual construção de uma visão brasileira sobre as principais sociedades e Estados.

Os trabalhos reunidos no presente livro foram elaborados por cientistas políticos, diplomatas e economistas de destaque e abordam aspectos políticos e econômicos da política exterior da Alemanha. Os textos preliminares de cada estudo foram objeto de seminários, realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, com a participação de especialistas que contribuíram com suas reflexões e críticas para o aperfeiçoamento dos textos preliminares e que apresentaram artigos sobre aspectos específicos da política externa alemã.

Os textos finais aqui publicados são de responsabilidade de cada autor e apresentam sua visão pessoal sobre as questões que abordam.

Samuel Pinheiro Guimarães

A Questão Alemã Desgasta A Pax Americana

*Amaury Porto de Oliveira**

I PARTE - (1945 A 1970)

A evolução da Alemanha, no pós-Segunda Guerra Mundial, está estreitamente vinculada às vicissitudes da *pax Americana.*

Vou partir dessa premissa para minha análise da política internacional da Alemanha nos últimos cinqüenta anos, mas cumpre assinalar que não ponho intenção depreciativa na idéia de *pax.* Trata-se apenas de reconhecer a tranqüilidade sobranceira com que se põe a organizar o mundo, um país que confia na superioridade das suas convicções e possui poder material para levá-las aos outros. Até agora, isso implicou poderio militar, mas não é imprescindível que assim tenha de ser sempre. Ao término das guerras napoleônicas (1815), a Inglaterra encontrou-se habilitada a impor suas idéias e seus produtos ao mundo dando-nos a *pax Britannica*, só contestada no final do século, quando a Alemanha começou a desafiar a supremacia naval inglesa. No fim da Segunda Guerra Mundial (1945), eram os EUA que reuniam, de maneira insofismável, os atributos e a determinação para reestruturar o mundo.

Antes mesmo de os EUA serem levados a entrar na guerra (1941), já o Departamento de Estado, sob a chefia de Cordell Hull, encetara estudos para a organização do mundo do pós-guerra. Gabriel Kolko[1] examina longamente um texto de Hull, que pode ser visto como sintetizando a visão rooseveltiana do mundo futuro e no qual se encontram os embriões de instituições como o FMI e o BIRD. Como é sabido, o Sistema de Bretton

---

* Embaixador, diretor da revista *Panorama da Conjuntura Internacional* do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP).

[1] Kolko, Gabriel. The politics of war. Londres: Weindenfeld and Nicolson, 1969, p. 247-8.

Woods foi posto de pé antes do fim da guerra, fruto de laborioso compromisso entre idéias de Hull e as teses impulsionadas pelo negociador britânico, John Maynard Keynes.

O próprio Roosevelt tomou a si, nas conversas com Churchill e Eden e em contatos com os soviéticos, a promoção de seu grande projeto da criação de uma espécie de diretório das grandes potências, encarregado da construção de um mundo de paz e democracia. A idéia aflorou pela primeira vez na Carta do Atlântico, assinada por Roosevelt e Churchill em agosto de 1941, num encontro em pleno oceano. Os registros desse encontro mostram o presidente resistindo à insistência do britânico, que buscava incluir na declaração referência expressa a uma organização internacional a ser criada. Roosevelt tinha em pouca conta a experiência da Liga das Nações e só em 1944 iria render-se à conveniência de combinar sua visão do diretório de poderosos com uma assembléia constituída na base de cada Estado um voto. Surgiram as Nações Unidas.[2]

Conforme acentua David P. Calleo[3], a visão americana do pós-guerra iria passar por duas guinadas de propósitos para caminhar, do sonho rooseveltiano de cooptar a União Soviética para a edificação em comum da economia mundial apoiada no mercado livre, até a *pax americana*. O Plano Marshall foi a primeira guinada. Nos planos de Roosevelt havia pouco lugar para uma Europa poderosa e independente. Marshall deu prioridade à recuperação econômica da Europa, buscando incentivar a iniciativa dos próprios europeus, sem descurar dos interesses comerciais dos EUA e da preservação da liderança mundial americana. A idéia era criar uma economia européia fortemente integrada, que serviria de baluarte contra a União Soviética, graças à diluição das rivalidades antigas que tantas guerras já haviam provocado.

---

[2] Yergin, Daniel. Shattered peace: the origin of the Cold War and the National Security State. Boston: Houghton Mifflin, 1977.

[3] Calleo, David. Beyond America hegemony. Brighton: Wheatsheaf Books, 1987, p. 28.

Por trás da filosofia da "fase marshalliana" da ação estruturadora de Washington, Calleo destaca o trabalho de um grupo de diplomatas que anteviam um mundo pluralista, capaz de neutralizar a nascente confrontação entre superpotências através da multiplicação das possibilidades de composição diplomática. No grupo sobressaía George Kennan, então no auge da sua influência e que alertava para os custos a serem pagos, em termos de prosperidade e estabilidade econômica, se os EUA assumissem o papel de potência hegemônica mundial.[4]

Numa reavaliação do Plano Marshall, por ocasião do seu cinqüentenário, a historiadora americana Diane B. Kunz enfatiza: "O Plano Marshall forneceu os alicerces político e econômico para a aliança ocidental que iria sustentar a Guerra Fria".[5] O esforço anterior de organização da economia mundial, o Sistema de Bretton Woods, fora concebido com os olhos no passado. Tanto as concepções de Keynes quanto as teses de Hull (cristalizadas para o caso num documento elaborado pelo subsecretário do Tesouro, H. D. White) tinham estado por demais presas às dificuldades intracapitalísticas dos anos 30, cuja reprodução se procurou exorcizar com o novo sistema. Tanto Bretton Woods quanto o Plano Marshall tinham como preocupação central assegurar a superioridade do capitalismo no pós-guerra, mas foi a visão inovadora de homens como Kennan e William L. Clayton, um rico empresário da indústria do algodão, cooptado por Roosevelt durante a guerra para o serviço público, que pôs em foco a imperiosidade do reerguimento econômico da Europa para se chegar ao objetivo maior. Kennan e Clayton desenvolveram suas idéias num relatório entregue oficialmente ao Departamento de Estado a 22 de setembro de 1947. A Europa marcharia para o desastre, alertaram eles, se os EUA não viessem rapidamente em sua ajuda.[6]

---

[4] Calleo, David. Op. cit., p. 28 sgs. Sobre Kennan ver também Yergin, Daniel. Op. cit., p. 170-1 e 322-4.

[5] Kunz, Diane. The Marshall Plan reconsidered. A complex of motives. Foreign Affairs, v. 76, nº 3, maio-junho de 1997, p. 162.

[6] Ibid., p. 166.

Mas quem eram os europeus a serem ajudados, e como identificar a extensão da ajuda e os problemas prioritários? A legislação estabelecendo o Plano Marshall foi aprovada pelo Congresso americano a 2 de abril de 1948 e sancionada pelo presidente Truman no dia seguinte. As respostas às indagações acima só seriam encontradas, no entanto, ao longo de um debate transatlântico que se estenderia até 1950. E no qual – é oportuno dizê-lo – , não figurou qualquer preocupação com o futuro dos países menos desenvolvidos externos ao continente europeu. Delineou-se, já aí, a clivagem entre países adiantados e países atrasados, característica da segunda metade do século XX.

Reerguer a economia européia, e tão somente ela, a fim de salvar o capitalismo; tal era a proposta política embutida no Plano Marshall. Em Washington via-se com grande apreensão o quadro político-partidário europeu nos primeiros anos do pós-guerra. O limite ideológico entre capitalismo e comunismo mostrava-se fluido. Na França, Itália e Bélgica estavam no poder, escolhidas pelo voto popular, coalizões de centro-esquerda com forte participação comunista. Na Inglaterra, os trabalhistas haviam destronado Churchill nas últimas semanas da guerra. Na Escandinávia, predominavam os sociais-democratas. Os fundos do European Recovery Program (ERP), nome oficial do Plano Marshall, iriam ser amplamente usados para corrigir essa situação. Com a ajuda do espantalho soviético, que atitudes mal-avisadas de Moscou contribuíam para manter de pé.

Episódios como o da reposição do governo tcheco que namorava participar do Plano Marshall (fevereiro de 1948), ou o bloqueio de Berlim em junho do mesmo ano, foram levando água para o moinho dos que, nos EUA, não estavam satisfeitos com a ênfase econômico-política do Plano Marshall. No mês de março, por iniciativa britânica, a Grã-Bretanha, a França e o Benelux haviam assinado o Pacto de Bruxelas, aliança militar que também pretendia impulsionar a integração econômica e cultural da Europa Ocidental, em termos intergovernamentais. Em meados do ano,

os americanos promoveram conversações em Washington para ancorar uma aliança atlântica no Pacto de Bruxelas. Foi o primeiro passo em direção ao Tratado do Atlântico Norte de abril de 1949, e a primeira oportunidade que os americanos tiveram para levar britânicos e franceses a aceitarem a idéia de um governo alemão.[7]

Começara a configurar-se a segunda das guinadas assinaladas por Calleo, nos propósitos americanos para o pós-guerra. Considerações militares passaram a predominar na formulação da política externa americana no segundo mandato de Truman. Na Europa como no Leste Asiático, a contenção do comunismo tornou-se a justificativa para a *pax Americana*. Em vez do mundo pluralista a que poderia ter levado o Plano Marshall, foi sendo montada uma estrutura imperial.[8] Os gastos militares explodiram: de 12 bilhões de dólares anuais, no imediato pós-guerra, saltarem para 50 bilhões de dólares em 1953. Pactos e alianças militares começaram ser assinados. Na altura de 1955, os EUA dispunham de 450 bases militares em 36 países.[9]

Foi no contexto da dimensão militar da *pax* que os EUA efetuaram guinada política ainda mais considerável do que as assinaladas anteriormente. Sucintamente: fugiram ao cumprimento das recomendações da Conferência de Potsdam no sentido da desmontagem da capacidade industrial-militar de Alemanha e Japão[10], empenhando-se ao contrário na transformação dos dois inimigos da véspera nos principais sustentáculos do dispositivo estratégico de contenção global do comunismo. Os americanos não podiam, contudo, deixar de preocupar-se com a ameaça de um renascimento do militarismo alemão ou japonês, tendo assim de

---

[7] Reynolds, David. The European response. Primacy of politics. *Foreign Affairs*, v. 76, nº 3, maio-junho de 1997, p. 179, todo o artigo.

[8] Calleo, David. Op. cit., p. 31.

[9] Gaddis, John Lewis. Was the Truman Doctrine a real turning point? Foreign Affairs, v. 52, nº 2, janeiro de 1974.

[10] Para a Conferência de Potsdam e seus prolongamentos, ver Fontaine, André. Histoire de la Guerre Froide. Vol I, Paris: Fayard, 1965. Também: Connell-Smith, Gordon. Pattern of the post-war world. Harmondsworth: Penguin Books, 1957.

recorrer ao que os historiadores vieram a chamar "a dupla contenção", isto é, ao mesmo tempo que Alemanha e Japão foram tomados como sócios menores na contenção do comunismo, cuidaram os EUA de encerrar cada um dos novos aliados numa teia de laços defensivos, políticos e econômicos.[11]

A estratégia da dupla contenção compeliu Alemanha e Japão a aceitarem a renúncia a alguns dos direitos sagrados dos Estados, no contexto do Sistema de Westphalia, em troca da rápida inserção deles nas respectivas regiões e do progresso econômico que lhes foi dado obter. Os dispositivos institucionais que consagraram a "anormalidade" westphaliana dos novéis Estados alemão e japonês figuram, proeminentemente, nas cartas-magnas dos dois países. No Japão, onde o ocupante americano atuou sozinho durante alguns anos e participou diretamente da elaboração da Constituição de 1947, tem-se o Art. IX da carta, que proíbe a manutenção de forças militares ou de material bélico. Na Alemanha, o Art. 87a da Lei Básica, adotada em 1949 quando a RFA já ingressara na OTAN, restringiu as forças armadas a um papel defensivo, geralmente visto como só permissível na área da OTAN.[12]

O painel do primeiro meio-século de política exterior da nova Alemanha, que procurarei tecer, vai ter a guiá-lo o fio vermelho das reações, ora positivas ora negativas, dos alemães diante da renúncia à plenitude westphaliana a eles imposta.

* * * * *

[11] Artigo seminal sobre o tema é: Maull, Hanns. Germany and Japan the new civilian powers. Foreign Affairs, v. 69, nº 5, inverno de 1990-1. Segundo Maull, a expressão "dupla contenção" foi cunhada por Wolfram Hanrieder. Artigo seminal sobre o tema é: Maull, Hanns. Germany and Japan the new civilian powers. Foreign Affairs, v. 69, nº 5, inverno de 1990-1. Segundo Maull, a expressão "dupla contenção" foi cunhada por Wolfram Hanrieder.

[12] Berger, Thomas. Norms, identity, and national security in Germany and Japan. Katzenstein, Peter (ed.). The culture of national security. Nova York: Columbia University Press, 1996, p. 332. Ver também: Kielmansegg, Peter Graf. West Germany's Constitution - response to the past or design to the future? The World Today, Londres, outubro de 1989, p. 175-9.

Cumpre explicar, antes de mais nada, a aparente contradição de ter sido a Lei Básica da República Federal da Alemanha (RFA) discutida e aprovada por um poder alemão: o Conselho Parlamentar, reunido para esse fim específico em Bonn, entre setembro de 1948 e maio de 1949. A esta altura, no entanto, as zonas do território alemão em processo de constituir-se na RFA continuavam submetidas ao Estatuto de Ocupação. EUA, Grã-Bretanha e França detinham a autoridade suprema e os pais-da-pátria não podiam deixar de ter em conta a situação posta em termos claros por Konrad Adenauer, na sua primeira declaração como chanceler federal perante o *Bundestag*:

"Para o povo alemão não há outro caminho, se quisermos atingir a liberdade e a igualdade de direitos, que não seja... o da coordenação com os Aliados. Só há uma rota para a liberdade. Tentarmos ampliar nossas liberdades e prerrogativas passo a passo, em harmonia com a Alta Comissão Aliada."[13]

A Lei Básica de 1949 não foi imposta aos alemães como fora imposta aos japoneses a Constituição de 1947, mas foi-lhes preciso adequar-se ao pensamento do governo militar de ocupação. Só que não se tratou de submissão pura e simples a um poder maior. Coincidiam, na verdade, os pontos de vista das autoridades americanas de ocupação e os da nova elite democrática do país, quanto à necessidade de reforçar e institucionalizar os sentimentos antimilitaristas surgidos na esteira da guerra. O professor Thomas U. Berger, da Universidade John Hopkins, estudou com brilhantismo os desdobramentos do impacto sofrido pelas sociedades do Japão e da Alemanha, quando viram reduzidas suas soberanias após as devastadoras derrotas militares dos anos 40. Vou apoiar-me em mais de um momento na análise de Berger.

---

[13] Citado por Joffe, Josef. The foreign policy of the Federal Republic of Germany. Macridis, Roy (ed.). Foreign policy in world politics. States and regions. Englewood Cliffs, Nova Jersey: Prentice Hall, 1989, p. 76-1.

Mostra ele como as autoridades de ocupação não se limitaram a desmobilizar e desmantelar a enorme máquina de guerra alemã. Bombardearam a população com uma propaganda antimilitarista comparável à do tempo da guerra, visando a mostrar que a derrota não fora apenas militar, mas também moral. E a população alemã estava física e psicologicamente preparada para esse tipo de mensagem. Além da devastação material e dos 6 milhões de mortos em que se havia transformado o projeto dos militares, tinham as forças armadas falhado na missão de unificar os germano-parlantes. Provocaram, ao contrário, maior desmembramento nacional. A elite política alemã, tanto a dos partidos políticos e sindicatos quanto a das formações centristas ou de centro-direita, revelou-se decidida a impedir as forças armadas de recuperarem o papel político de outras épocas.[14]

A coincidência de propósitos entre o país hegemônico e interesses do país subordinado figura, inclusive, entre as condições listadas por autores como Charles Kindleberger ou Robert Gilpin para caracterizar um período de estabilidade hegemônica, ou de *pax* na sua acepção moderna. Não implica isso conquista violenta. No século XIX, a Inglaterra usou de força para construir um império colonial e os EUA ensaiaram o método na virada do século (Filipinas, Porto Rico), mas não residiu nisso o conteúdo da *pax Americana* e nem mesmo o da *pax Britannica*. O determinante foi a capacidade dos dois países de instalar no mundo, e mantê-la durante número expressivo de anos, uma economia internacional liberal, vale dizer, baseada em preceitos como o da porta aberta e o da não discriminação. Economias internacionais de outros tipos já existiram e poderão voltar a existir, mas somente nos dois casos em pauta foi liberal a ordem econômica internacional. Nesse tipo de economia, o crescimento e o dinamismo da potência hegemônica servem de exemplo para outros países e de motor para o crescimento geral. À economia central cabe

[14] Berger. Op. cit., passim.

também fornecer o modelo tecnológico da etapa de desenvolvimento tecnológico correspondente. O país líder pode encorajar, mas não compelir, outros países a que adotem as normas e os modos da economia central, e o que dá durabilidade à *pax* é o interesse que nela encontrem outros países de peso mundial.[15]

Partindo desse tipo de racíocinio, o professor norueguês Geir Lundestad vem desenvolvendo importante análise das relações dos EUA com a Europa Ocidental, na segunda metade deste século. Lundestad descreve essas relações como um sistema de coordenação imperial no qual os líderes europeus, comungando das preocupações básicas dos EUA com o futuro da região, aceitaram a liderança de Washington para o objetivo comum da integração européia. Particularmente convincente para os europeus teria sido a habilidade dos americanos ao associarem a ameaça soviética a uma potencial ameaça do revanchismo alemão. Por si só, a ameaça soviética não impulsionaria o projeto da integração. Na opinião de Lundestad, foi sobretudo a necessidade de conter a Alemanha que levou os europeus a aceitarem submeter-se a mecanismos supranacionais.[16]

No contexto da "dupla contenção", examinada mais acima, Japão e Alemanha vieram a ser os grandes beneficiários da economia internacional estimulada pela *pax Americana*. A eclosão da Guerra da Coréia, em 1950, evento magno para a definição das linhas de força da Guerra Fria, funcionou como verdadeiro Plano Marshall para a recuperação econômica do Japão, tendo também contribuído fortemente para a recuperação da Alemanha Ocidental. Os EUA foram levados a promover e financiar o armamento dos seus aliados, inclusive a RFA, que encontrou nisso e no esforço geral de reconstrução industrial da Europa excelentes oportunidades para a expansão de suas exportações de bens de capital. A própria perda do celeiro tradicional de alimentos e fonte de matérias

[15] Gilpin, Robert. The political economy of international relation. Princeton: Princeton University Press, 1987, p. 74-78.

[16] Lundestad, Geir. "Empire" by integration. Nova York: Oxford University Press, 1998, passim.

primas, agora segregados na Alemanha Oriental, foi amplamente compensada pela abundância e barateamento dos produtos primários no mercado internacional, em resposta a medidas americanas. A Alemanha Ocidental viu desaparecer uma área de agricultura cara, no momento em que passavam os termos de troca a favorecer as manufaturas. E quase dois terços da capacidade de indústria pesada e bens de produção, do pré-guerra, estavam localizados no lado oeste da linha de partição.[17]

Conforme observou Michael Kreile, a economia da RFA representou quase que o tipo ideal de um "sistema penetrado", nos seus anos de formação. A hegemonia americana e o Plano Marshall condicionaram decisivamente a integração da economia alemã nos regimes regional e global de pagamentos e de comércio liberalizado. A princípio, a proteção americana figurava inclusive como item positivo no balanço de pagamentos, posto que os EUA arcavam com os custos da manutenção de forças suas no território da RFA. Foi só em novembro de 1961 que se negociaram as primeiras medidas de "partilha do peso". A esta altura, também, com a concessão da soberania à RFA em 1955, o Ministério das Relações Exteriores, cuja fundação fora autorizada em 1951 pelos ocupantes, passara a reivindicar o controle da política econômica externa, antes confiado ao Ministério da Economia, sob o argumento de que as atividades correspondentes eram um instrumento da diplomacia do país, cujos objetivos não poderiam ficar subordinados à ideologia do comércio livre.[18]

A recuperação excepcionalmente rápida das economias da Alemanha e Japão deveu-se, também, a condições próprias dos dois países, que desde o final do século XIX rivalizavam com os EUA como integrantes de uma nova leva de candidatos à plena industrialização. A Alemanha, em particular, fora um dos terrenos de formação da II Revolução Industrial

---

[17] Calleo, David. The German problem reconsidered. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 164.

[18] Kreile, Michael. West Germany: the dynamics of expansion. Katzenstein, Peter (ed.). Between power and plenty. Madison: The University of Wisconsin Press, 1984, p. 195-9.

e berço da ciência moderna. Michael Porter, que acentua este último fato, chama também a atenção para a qualidade e alcance, quase sem paralelos, dos mecanismos para a criação de fatores avançados e especializados, desenvolvidos pela Alemanha.[19] Atributos desse tipo e a excelente qualidade dos sistemas educacionais na Alemanha e Japão permitiram aos dois países absorver, com vantagens sobre terceiros, partes substanciais dos fluxos de tecnologia que a economia líder tinha por função difundir. Costuma também ser citado o fato de que as restrições de soberania impostas aos dois aliados em causa deixavam-lhes maiores possibilidades de investimentos produtivos. Nem sempre, porém, se sublinha um outro efeito de tal situação: a lógica predominantemente civil que iria marcar a evolução de Alemanha e Japão, na segunda metade do século XX.

* * * * *

Quando a Alemanha emergiu, em 1871, como um Estado nacional que unificara a maior parte dos alemães étnicos, e logo passou a inovar em setores prenunciadores da II Revolução Industrial, nasceu a Questão Alemã. Os países que dominavam a cena européia deram-se conta de que seria preciso abrir espaço para a nova potência, ao mesmo tempo que se alarmavam com o vigor econômico, militar e político com que chegava o novo parceiro. Que espaço lhe dar? Qual o papel a lhe reconhecer? Essas perguntas ainda não receberam resposta cabal, mais de um século depois, apesar das duas guerras mundiais que as trouxeram no bojo. Há inclusive um lado alemão na ambigüidade que tem cercado o assunto. O caso é que os alemães tampouco decidiram com clareza se se contentarão em ser uma pequena Alemanha, país enxuto e dinâmico, que não almejará abrigar todos os alemães étnicos e influenciará o mundo como casa-de-força industrial e científica. Ou se buscarão impor-se como uma grande Alemanha, país expansionista a incomodar por todos os lados.

[19] Porter, Michael. The competitive advantage of nations. Nova York: Macmillan, 1990, p. 368.

Esses diversos aspectos da Questão Alemã vieram a estar presentes na reconstituição do Estado alemão, após a Segunda Guerra Mundial, acrescidos ademais de um problema alemão, ou seja, reunificar ou não as duas partes em que foi dividido o país de antes da guerra; reivindicar ou não as terras destacadas do velho território a leste da linha Oder-Neisse.

Os primeiros vinte anos de existência da RFA, aos quais serão dedicados a presente seção, podem ser chamados a Era Adenauer.[20] Eleito chanceler federal em 1949, seu governo estendeu-se até 1963, com um prolongamento de três anos, nos quais o chanceler foi Ludwig Erhard, o eterno ministro da Economia de Adenauer. O gigantismo da figura de Adenauer, na modelagem da RFA, permite mais um paralelismo com o Japão do pós-Segunda Guerra Mundial. Embora os desdobramentos concretos na evolução político-econômica dos dois países fossem sendo caracterizados pelas especificidades históricas de cada um deles, a linha geral da inserção de Japão e Alemanha na nova ordem mundial refletiu continuamente aquele fato central da subordinação dos dois países à *pax Americana* e conseqüente renúncia à plena soberania westphaliana.

À figura de Konrad Adenauer corresponde a de Shigeru Yoshida. O primeiro chegou a chanceler com 74 anos, o segundo a primeiro ministro com 68. Ambos tinham suas raízes físicas e filosóficas no final do século XIX e Yoshida foi inclusive casado com a filha de um dos líderes da Restauração Meijí. A eles coube intermediar entre as autoridades de ocupação e o desencanto antimilitarista das elites locais para assegurar o progresso mercantilista dos respectivos países cedendo ao mínimo diante das pressões para que se rearmassem. Na RFA, a presença do outro lado do Rio Elba de uma Alemanha comunista enquadrada no sistema soviético não permitiu o florescimento de posições neutralistas, como a da Doutrina Yoshida que pesaria por muitos anos nas definições internacionais do

[20] Para a descrição da Era Adenauer utilizei-me, sobretudo, de Johnson, Paul. Modern times. The world from the twenties to the eighties. Nova York: Harper Colophon Books, 1983, p. 579-587; e Pulzer, Peter. German politics. 1945-1995. Nova York: Oxford University Press, 1995, p. 51-70.

Japão. Adenauer compreendeu que era preciso contemporizar bastante na questão do rearmamento do país, cuidando, porém, de fazer isso através da integração da RFA numa teia de instituições multilaterais, que em boa medida se repetiam: a OTAN, a Comunidade Européia, a União da Europa Ocidental.

A opção de Adenauer por uma espécie de confederação econômica européia, esteada no entendimento franco-germânico, provocou fortes reações no plano doméstico da RFA. Além da contestação do oposicionista Partido Social Democrata à nascente Comunidade Européia, vista como freio à unificação das duas Alemanhas (problema alemão), colidiram no seio da coalizão governante o chanceler e seu ministro da Economia, a propósito de como encaminhar a Questão Alemã. Erhard era mais internacionalista do que Adenauer, prenunciando o que se chama hoje um globalista. Ele visualizava uma pequena Alemanha, conectada com o mercado internacional através de relação especial direta com a Grã-Bretanha e os EUA, sem europeus intervenientes. Adenauer, embora atento a cultivar o vínculo atlanticista por considerações ligadas à defesa, pendia para a visão continental da Alemanha, resignando-se a ver isso realizar-se sob um formato europeu.[21]

O objetivo-mor de Adenauer era a reconquista da soberania alemã, que ele sabia só poder ser recebida das três potências ocidentais ocupantes. Daí sua estratégia de ganhar passo-a-passo a confiança delas, ou mais precisamente dos EUA e França, posto que a Grã-Bretanha parecia pesar pouco nas suas reflexões. Na altura de 1952, tornou-se claro que os EUA tinham-se convencido da conveniência de dotar a RFA de forças armadas, a fim de dar coerência à estratégia de defesa da Europa Ocidental diante da União Soviética. Adenauer concordou em rearmar seu país, desde que lhe fosse concedida maior soberania. Dessa barganha saiu a abolição, em

[21] A Problemática da pequena vs. a grande Alemanha é bem desenvolvida em Calleo, David. op. cit. na nota 17, passim.

maio de 1955, do regime de ocupação. A RFA obteve sua soberania, embora tropas estrangeiras tenham permanecido estacionadas no país, como aliadas, tendo em vista os direitos e deveres dos ocidentais diante da URSS, em especial no tocante a Berlim. Quando Adenauer renunciou, em outubro de 1963, o *Bundeswehr* estava estabelecido, sujeito a dois principais mecanismos destinados a integrar as forças armadas na sociedade e evitar que elas se tornassem pólos de concentração de opiniões de extrema direita: a reintrodução do serviço militar universal e a institucionalização da doutrina do *innere Fuhrung* (liderança interna), que em última análise implicava a rejeição das tradições belicosas da antiga *Wehrmacht* e a subserviência das forças armadas ao controle civil.[22]

Nigel Thomas sintetizou a política externa de Adenauer - sob a designação de *Westpolitik* para contrapô-la à *Ostpolitik* dos sociais-democratas - pondo em destaque três objetivos consistentemente perseguidos: a) o atlanticismo, baseado na convicção de que a Europa Ocidental e a América do Norte (EUA e Canadá) formavam uma comunidade política coerente, guiada pelos mesmos valores democráticos liberais que ele, Adenaner, desejava implementar na RFA; b) o cuidado permanente com defender a RFA e Berlim Ocidental de contaminações políticas oriundas do Leste e suscetíveis de ameaçarem as instituições corporificadas na Lei Básica de 1949; c) harmonização política contínua com todos os vizinhos da Europa Ocidental, em particular com a França, que desde a era napoleônica fizera papel de inimiga tradicional da Alemanha; na visão de Adenauer, a reconciliação assim buscada seria mais convincente se a RFA concordasse, em subordinar sua crescente força econômica à promoção da regeneração econômica européia e, eventualmente, à integração política.[23]

---

[22] Thomas, Nigel. Germany and Europe. James, Peter (ed.). Modern Germany. Londres: Routledge, 1998, p. 202-3.

[23] Ibid., p. 201.

A determinação de Adenauer de diluir a restauração da Alemanha no conceito maior de Europa, ancorando com firmeza esse projeto na superação da inimizade secular com a França, traduziu a amplitude e alcance de visão do velho estadista. Ele mal conhecia a França, onde só estivera uma vez, já aos setenta anos. Sua opção pela aliança franco-germânica foi gesto puramente intelectual, compartilhado num primeiro momento com Robert Schuman, político francês originário da Lorena, a quem Adenauer transmitiu o entusiasmo pela idéia de uma cooperação européia nos terrenos do carvão e do aço, embrião da Comunidade Econômica Européia.[24] Schuman não tinha, porém, representatividade política suficiente para arrastar a França a cooperar com a Alemanha, tendo em vista ainda mais sua condição de meio-alemão. Adenauer precisou esperar o retorno triunfal de De Gaulle ao poder, em 1958.

De Gaulle, no fundo um carolíngio, parece ter visto em Adenauer, alemão de Colônia, o parceiro talhado para levar adiante a reconciliação franco-alemã, tendo Carlos Magno como referência. Convidou o chanceler a vir visitá-lo em Colombey-les-deux-églises (14.09.1958), dando início a uma longa série de encontros pessoais, durante os quais os dois homens selaram forte amizade e dos quais sairia o Tratado Franco-Alemão de Amizade e Cooperação, assinado em janeiro de 1963.[25]

De Gaulle foi o grande formulador dos princípios que nortearam esse tratado, resumidos por Gilles Andréani em quatro pontos: a) a ameaça soviética tornava imperativa a inabalável solidariedade entre a França e a Alemanha; b) a Aliança Atlântica pedia um centro europeu de poder e prosperidade, comparável aos EUA; c) para construir uma Europa estável e unida, "do Atlântico aos Urais", não bastava o colapso do comunismo; seria igualmente necessária uma Europa forte, esteada na aliança política entre a França e a Alemanha; d) os valores europeus deviam ser promovidos por todo o globo.[26]

---

[24] Johnson, Paul. op. cit., p. 586.

[25] Ibid., p. 598.

[26] Andréani, Gilles. The Franco-German relationship in a New Europe. Calleo, David e Staal, Eric R. (eds.). Europe's Franco-German engine. Washington, D. C.: Brookings Institution Press, 1998, p. 23.

Só recentemente, em particular depois do Tratado de Maastricht, começou-se a examinar a sério o peso da parceria franco-alemã no quadro da Guerra Fria. Foi real a parceria? Como afetou o mundo e como o afetará no futuro? Procurarei acompanhar também esta linha-de-força, no desdobramento do presente trabalho.

* * * * *

O Tratado do Eliseu, nome pelo qual ficou conhecido o tratado de 1963, alarmou Washington e irritou os atlanticistas da RFA e da Europa Ocidental de um modo geral. John Kennedy, o presidente americano da época, viajou meses depois à Alemanha, levando uma tentadora oferta: a promessa de participação da RFA numa força multilateral (MLF, na sigla inglesa) a ser criada. Tratava-se de uma frota de cargueiros equipados com mísseis nucleares, sob o comando da OTAN, e para os alemães, que haviam abandonado em 1954 o direito a dissuasores nucleares, a proposta foi tentadora. Ela permitiu o alijamento de Adenauer, em outubro de 1963. O novo chanceler foi Ludwig Erhard, que no gabinete de Adenauer se destacara como o condutor do "milagre econômico" mas se deixou agora engodar políticamente, por seu entusiasmo atlanticista. As voltas com a escalada no Vietnã, o sucessor de Kennedy, Lyndon B. Johnson, reorganizou suas prioridades, em favor de uma "bipolaridade colaborativa" com a União Soviética. Erhard, que já vira De Gaulle afastar-se frustrado da parceria com a Alemanha, viu também esvair-se a promessa americana da MLF. Em novembro de 1966, foi ele por sua vez alijado do poder. Seguiu-se a "Grande Coligação", isto é, aliança governamental dos dois maiores partidos: democracia cristã e sociais-democratas. O governo CDU/SPD, com Willy Brandt como ministro do Exterior, não teve vida longa. Em 1970, cedia lugar a uma coligação dominada pelo SPD, tendo como sócios menores os liberais do FDP (Partido dos Democratas Livres). Sua realização mais notável havia sido a liquidação da Doutrina Hallstein, a norma que obrigava Bonn a romper relações diplomáticas com qualquer

país, à exceção da União Soviética, que reconhecesse a Alemanha Oriental.[27]

Os sete anos cobertos pelos governos Erhard e Kiesinger, embora destituídos de grandes realizações, podem ser vistos como fase de profundas mudanças na atmosfera política alemã. Na avaliação abalizada de Fritz René Alleman: "Nada voltou a ser exatamente como antes. Viveu-se uma espécie de revolução - revolução pacífica, por certo, mas revolução indubitavelmente...".[28] Quase trinta anos mais tarde, Peter Pulzer corroborou esse julgamento: A mudança de clima na RFA, em meados dos anos 60, foi súbita, para não dizer total. Um período de consolidação e complacência cedeu lugar a fase de questionamentos e busca de inovação. Uma geração preocupada em consertar as devastações da guerra recuou, diante de outra mais consciente das oportunidades perdidas e de tabus obsoletos.[29]

Evidentemente, mudança de tal porte no clima político-social de um país não se explica pelo jogo dos partidos. É preciso ir mais fundo: à movimentação dos jovens e as reflexões dos intelectuais. Em ambos os terrenos foi grande a agitação nos anos 60, na RFA e no mundo. Foi a época da revolução estudantil na Europa Ocidental e da pregação de Marcuse. Para os alemães, parece possível dizer hoje, esteve sobretudo posta a necessidade de aprofundar a Questão Alemã. Já não bastava delimitar o território dos alemães, importava saber com clareza quem eram eles. Afinal, a Alemanha de antes da guerra encontrava-se seccionada em quatro zonas de ocupação e tivera amputado cerca de um terço do velho território. Entre o fim da guerra e 1964, cerca de 12 milhões de refugiados e "deslocados" tinham sido forçados a abandonar os velhos lares ou fugir da sua zona (de origem).

---

[27] Para a movimentação que derrubou, sucessivamente, Adenauer e Erhard, cf. Calleo, David. Op. cit. na nota 3, p. 52-53. Também: Alleman, Fritz René. The changing scene in Germany. The World Today, Londres, fevereiro de 1967.

[28] Ibid., p. 49.

[29] Pulzer, Peter. op. cit. na nota 20, p. 88.

A identidade histórica, vale dizer, a continuidade positivamente avaliada da história de um povo é, talvez, o mais importante componente da identidade nacional. Na RFA, o silêncio pesado da maioria em torno de todo um período histórico, bem recente, começara a embaçar o desenvolvimento de um sentimento forte e autoconfiante de integração nacional. Ver-se e definir-se como alemão passou a exigir, dos moços que tomavam consciência do terrível passado nazista, um esforço adicional de ajustar a sociedade próspera e consumista que lhes estava sendo legada à passividade da "geração dos pais", diante daquela tragédia. A oposição extraparlamentar (conhecida pela sigla alemã de APO), ponta-de-lança dos movimentos de rebeldia na RFA dos anos 60, assumiu posições internacionalistas e de simpatia ativa para com as experiências "revolucionárias" de Cuba, Nicarágua ou Vietnã.

No plano interno, a APO passou a insistir em que, em vez de reprimir o passado, fosse o Nacional Socialismo posto em debate, proposta amplamente adotada nas escolas dos estados governados pelo SPD. Ali, o tema da "unidade alemã" foi cedendo lugar ao de "antifascismo". O objetivo da reunificação acabou sendo visto como preocupação conservadora, revisionista.[30]

Stuart Parkes, um professor inglês especialista em cultura alemã, também assinalou a redução do interesse dos alemães ocidentais pela Alemanha no seu conjunto, à medida que crescia a identificação deles com a RFA, em função do maior envolvimento dos cidadãos com assuntos políticos e sociais. Parkes menciona um romance de 1961, no qual o autor destacara a existência, no sistema político da RFA, de inúmeras oportunidades deixadas inaproveitadas pelos cidadãos, para então comentar:

---

[30] Os três últimos parágrafos inspiraram-se livremente em: Knischewski, Gerd. Post-war national identity in Germany. Jenkins, Brian e Sofos, Spyros A. (eds). Nation & identity in contemporary Europe. Londres: Routledge, 1997, p. 42.

"Se isso acontecia naquela época, deixou de ser verdade no fim da década. Conforme evidenciado pelo movimento estudantil, um notável grau de politização veio a ocorrer, graças em boa medida à ação de escritores e intelectuais como líderes e articuladores da opinião pública."[31]

O crescimento de uma consciência nacional própria entre os alemães ocidentais acarretou o desinteresse pelo velho ideal da reunificação. Pesquisas de opinião em meados dos anos 60 passaram, na verdade, a indicar que uma ampla maioria dos alemães ocidentais estavam dispostos a renunciar a qualquer pretensão no tocante aos territórios para além da linha do Oder-Neisse e a encarar a Alemanha Oriental como realidade distinta, com a qual se poderia chegar inclusive ao estabelecimento de relações diplomáticas. Eram quase vinte anos de política externa da RFA que se viam contestados.[32]

Até então, a diplomacia alemã ocidental trabalhara no quadro desenhado por Adenauer em 1954. Manter viva a visão da RFA como parcela de nação maior, cuja reunificação se tinha como objetivo inelutável. Como a RFA não dispusesse de força própria para sustentar o conflito com a União Soviética, tornado inevitável pelo projeto da reunificação alemã, Adenauer buscou obter poderio delegado, integrando a RFA, com o seu *Bundeswehr*, na Aliança Atlântica. Em troca, Adenauer conseguiu uma série de compromissos dos seus aliados, que na prática tiveram suas próprias políticas em relação ao Leste Europeu subordinadas às reivindicações da RFA. As relações diplomáticas Oeste-Leste ficaram congeladas em torno do problema alemão.[33]

Romper esse gelo e dar à RFA maior liberdade de ação no plano internacional, em consonância com o poder econômico que ela já ostentava, foi a leitura que os políticos de maior sensibilidade fizeram, na

---

[31] Parkes, Stuart. Understanding contemporary Germany. Londres: Routledge, 1997, p. 42.

[32] Schweigler, Gebhard. A new political giant? West German foreign policy in the 1970s. The World Today, abril de 1975, p. 13.

[33] Joffe, Josef. op. cit. na nota 13, p. 99-100.

Alemanha Ocidental, da agitação reivindicatória de estudantes e intelectuais. Evidentemente, a ação dos políticos ficou bem aquém da pregação dos comícios, conforme acentuou o sociólogo e político Ralf Dahrendorf em emocionada conferência na Chatham House, de Londres (12.03.1969). Dirigente de relevo do FDP, Dahrendorf alongou-se, nessa conferência, em descrever como o sistema partidário existente na RFA sufocaria a possibilidade de uma política externa madura, desejada por ele e mais alguns, e que fosse capaz de usar o espaço de manobra da Alemanha para criar uma ordem européia de paz com países do Leste e do Oeste. Trouxe então à baila as manifestações estudantis:

É certo que essa rebelião destruiu coisas de valor de mistura com muitas outras que já deviam ter sido demolidas. É certo também que o extraordinário jargão do movimento não pôde esconder sua falta de objetivos políticos consistentes. De todo modo, a reação geral e a reação oficial a esse movimento confirmaram em grande medida a necessidade dele.[34]

O SPD foi o partido que melhor soube traduzir, em termos de política legítima, as pressões da APO. A fórmula justa foi encontrada por Egon Bahr, o assessor mais próximo de Willy Brandt em tudo o que dizia respeito à *Ostpolitik*, que logo se tornaria a grande bandeira da política externa da RFA. Desde 1963 começara ele a divulgar o conceito inusitado de "mudança através da aproximação", valia dizer, de superação do *status quo* sem alterá-lo, façanha da qual ele assegurava serem os alemães capazes. A propósito, escreveu trinta anos mais tarde o historiador inglês Peter Pulzer:

A sugestão de Bahr quebrou dois tabus. Levou a que se pensasse na condução de relações bilaterais com a RFA, e tornou premente a conveniência de a RFA estabelecer sua própria agenda de prioridades em política externa. Outros já tinham pensado nisso, mas nenhum político o dissera antes tão claro.[35]

---

[34] Dahrendorf, Ralf. Bonn after twenty years: are Germany's problems nearer solution? The World Today, abril de 1969, p. 169.

[35] Pulzer, Peter. op. cit., p. 78.

A 28 de setembro de 1969, um novo ciclo político teve início na Alemanha Ocidental, com a vitória em eleições nacionais do SPD e seus aliados liberais, após campanha fortemente dominada pela política externa, diante da palavra-de-ordem dos sociais-democratas de entendimento com o Leste Europeu. Pela primeira vez na história da RFA os democratas-cristãos encontraram-se na oposição, e o novo chanceler, Willy Brandt logo deu sinais de que iria fazer o que todos os governos anteriores haviam rejeitado: aceitar o *status quo* na sua inteireza. Brandt nem sequer mencionou a palavra reunificação no seu discurso inaugural.

* * * * *

A determinação com que Willy Brandt começou a implementar a *Ostpolitik* e os êxitos que logo foi acumulando não devem levar a que se esqueçam as limitações de vários tipos dentro das quais precisou trabalhar. A RFA vinha funcionando como verdadeira máquina de exportar, no quadro de um sistema político-econômico construído e sustentado pelo poderio econômico e militar dos EUA. Ao mesmo tempo, a RFA integrara-se num sistema europeu de interdependência econômica dotado de escala que lhe permitia competir com os EUA e de potencial suficiente, talvez, para preencher o espaço econômico dos EUA, se o império americano viesse desintegrar-se. Ao chamar a atenção para esse paradoxo, David Calleo acentua a pouca disposição de sair dele, demonstrada pelos governantes de Bonn. Era a velha dificuldade em escolher entre uma pequena Alemanha com projeção mundial ou uma grande Alemanha de peso continental.[36]

Acomodar-se no melhor de dois mundos tinha o seu preço, porém. A RFA sofria o impacto direto da divisão da Europa em duas zonas antagônicas, com a linha divisória cortando o próprio corpo alemão. Bonn ficava vulnerável a qualquer pressão relacionada com o problema alemão, sendo-lhe imprescindível adequar sua diplomacia às metas do sistema

[36] Calleo, David. op. cit. na nota 17, p. 168.

europeu, a fim de dar legitimidade e credibilidade às suas iniciativas, diante de parceiros aptos a enxergar nelas revanchismo alemão. Tampouco podia esquecer a vigilância exercida pelo aliado e patrono no sistema maior, inclusive porque dele dependiam os eventuais avanços no plano da bipolaridade mundial, sem os quais não haveria solução para o problema das duas Alemanhas.

Ao instalar-se como chanceler da RFA (01.12.1969), Brandt encontrou bem mudado o quadro da Aliança Atlântica. Nos EUA, Richard Nixon assumira a presidência em janeiro do mesmo ano, conservando Kissinger como conselheiro para a Segurança Nacional. Na França, De Gaulle renunciara sete meses antes. Esses dois desenvolvimentos haviam desanuviado uma série de tensões no quadro da Aliança, que tinham contribuído para os alijamentos de Adenauer e Erhard. A principal mudança de clima ocorrera no posicionamento dos EUA em relação à Comunidade Européia. Durante mais de duas décadas Washington apoiara com firmeza a integração da Europa Ocidental, mas insistindo paradoxalmente em que a integração se realizasse no contexto da Aliança Atlântica, devidamente assegurados a liderança dos EUA e os interesses econômicos americanos. A dupla Nixon/Kissinger, embora dando como assente a liderança mundial dos EUA e demonstrando esperar que a Europa apoiasse os EUA nas suas tratativas com a União Soviética, tornou claro que os europeus estavam livres para decidir sobre a forma, métodos e ritmo da integração. Washington não se oporia ao aprofundamento da integração e não praticaria divisionismos. Esperava, apenas, ver uma comunidade aberta e atlanticista, o que na prática significava ter a Grã-Bretanha no grupo. A renúncia de De Gaulle, que em 1963 vetara o ingresso da Grã-Bretanha no Mercado Comum, facilitava tal desiderato. Georges Pompidou, o novo presidente francês, mostrou-se mais flexível em relação ao assunto, confidenciando a Kissinger, conforme registrado por este nas suas memórias (*White House years*, p. 422), que o fazia por medo do crescente poderio da Alemanha na CE.[37]

[37] Lundestad, Geir. op. cit. na nota 16, ver todo o Capítulo 8.

Tudo isso explica que a primeira grande atuação de Brandt na cena internacional tenha ocorrido, ainda em dezembro de 1969, na cimeira da CE na cidade da Haia, na preparação do terreno para o ingresso da Grã-Bretanha na organização. Após essa bela estréia, Brandt voltou-se de corpo e alma para a implementação da *Ostpolitik*.

Brandt e seu conselheiro Egon Bahr tinham em pouca conta a maneira como os governos cristãos-democratas haviam abordado os problemas do Leste. Criticavam em particular a "política de força" de Adenauer, que se mostrara incapaz de reverter os resultados de Ialta e Potsdam. A abordagem de Brandt apoiava-se na convicção de que a RFA precisava aceitar a divisão da Europa, se queria desempenhar papel mais ativo no mundo. Não queria isso dizer que ele estivesse disposto a endossar o congelamento do *status quo*. Ao contrário, a fórmula de "mudança através da aproximação", proposta por Bahr, tinha o reconhecimento do *status quo* geográfico como pré-requisito da superacão política desse *status quo*. Os anos 70 abriram-se favoravelmente a Brandt. Tanto a Oeste (reavaliação da política externa americana por Nixon/Kissinger) quanto a Leste (um Brezhnev cada vez mais autoconfiante no seu controle sobre o Kremlin) os sinais eram de disposição de "buscar uma nova ordem, na qual a estabilidade resultasse não do choque de interesses competitivos, e sim da evolução de hábitos de mútua contenção, de coexistência e, finalmente, de cooperação". Que era como Kissinger costumava definir a *détente*, segundo John Lewis Gaddis.[38]

Da convergência de disposições das superpotências nasceu o Convênio Quadripartite sobre Berlim, assinado a 3 de setembro de 1971, ao término de negociações iniciadas em março de 1970, entre as potências ocupantes da cidade. Desenrolaram-se as mesmas sob pressão das negociações paralelas encetadas por Brandt diretamente com Moscou, e das quais saiu o Tratado Germano-Soviético de 12 de agosto de 1970. O

[38] Gaddis, John Lewis. Strategies of containment. Oxford: Oxford University Press, 1982, p. 283.

entendimento com a União Soviética era a pré-condição para todo o processo da *Ostpolitik* visualizado por Brandt. Sem esse entendimento, afirmava-se em Bonn, nada poderia ser tentado junto às outras capitais do Leste Europeu. A documentação que se vai hoje levantando nos arquivos da antiga RDA tem confirmado a expectativa de Brandt. Patenteou-se inclusive o apoio dado pelo Kremlin à facção que forçou a substituição de Walter Ulbricht por Erich Honecker (maio de 1971), na liderança da RDA, por causa da recalcitrância do primeiro em solidarizar-se com a evolução das relações URSS-RFA.[39] A principal concessão de Moscou, no acordo de 1970 com a RFA, foi o abandono do direito de intervir nos assuntos oesto-alemães, que o Kremlin pretendia lhe ser dado pela Carta das Nações Unidas. As relações entre os dois países entraram a partir daí num período de distensão, só rompida com a volta do CDU ao poder, nos anos 80.

O acordo com Moscou forneceu a base para as outras negociações que arredondaram a *Ostpolitik*. Menos de quatro meses mais tarde era assinado em Varsóvia o Tratado RFA-Polônia, que repetiu o reconhecimento da linha Oder-Neisse por Bonn, embora sujeito a confirmação final por um tratado de paz. E em dezembro de 1973 foi assinado o tratado com a Tchecoeslováquia, após complicadas negociações que não vêm ao caso reconstituir. O clímax da *Ostpolitik* ocorreu, porém, entre esses dois tratados, com a finalização em dezembro de 1972 e entrada em vigor em junho de 1973, do Tratado de Relações Básicas entre a RFA e a RDA. Satisfazia ele a todos os lados. A RDA viu formalizadas suas relações com RFA, num contexto de reconhecimento da existência de dois Estados alemães. A URSS teve reforçada a aceitação da sua soberania sobre o Leste Europeu. A RFA pôde reconhecer a independência da RDA, mas não a sua plena soberania: os dois Estados trocaram "representações permanentes" em vez de embaixadas, e Bonn continuou a dizer que não

[39] Stent, Angela. Russia and Germany reborn. Princeton: Princeton University Press, 1999, p. 24.

existia uma cidadania separada, do leste alemão. Para a RFA, a RDA não era um país estrangeiro.[40]

As realizações de Brandt no campo da política exterior deram-lhe o Prêmio Nobel da Paz, em dezembro de 1972. No plano interno, porém, seu controle dos fatos não foi tão sólido, e ele se viu forçado a renunciar ao posto de chanceler, em maio de 1974, quando se comprovou que um de seus mais próximos assessores estava espionando para a RDA. Substituiu-o Helmut Schmidt, político brilhante e pragmático que, sob Brandt, ocupara sucessivamente as pastas da Defesa, Finanças e Economia. A ele Brandt legou um país fortalecido na sua projeção internacional, com autonomia de ação nos cenários europeu e mundial. Brandt liberara de vez a RFA da inibição de avançar certos temas pelo temor de ser acusada de revanchismo e soubera - conforme salienta J. Joffe - situar a diplomacia alemã numa linha que vinha de Bismarck, passando por Adenauer: o temor de ver a Alemanha sozinha cercada por coalizões. A *Ostpolitik* de Brandt, no mesmo passo em que normalizara as relações da RFA com o Leste Europeu, entrosara o país com a diplomacia ocidental.

Schmidt e seu ministro das Relações Exteriores, Hans-Dietrich Genscher, líder do FDP (sócio menor na coligação governante) e que iria chefiar a diplomacia alemã de 1974 a 1992, tomaram a si proteger as conquistas de Brandt em direção ao Leste Europeu. Schmidt fez várias visitas às capitais da área e desenvolveu um amplo relacionamento com a União Soviética, precisando inclusive resistir, no terreno econômico em particular, a pressões em contrário dos EUA; à medida que entrou em crise a *détente* entre as superpotências. Schmidt e Genscher

---

[40] A evolução prática da Ostpolitik pode ser bem seguida, entre outras apresentações, pelos artigos do mensário do RIIA de Londres, The World Today: agosto de 1970 - Heathcote, Nina. Brandt's Ostpolitik and western inst.; março de 1971 - Bertram, Christoph. West German perspectives...; dezembro de 1971 – Mahncke, Dieter. The Berlin Agreement: balance...; agosto de 1972 – Morgan, Roger. Political prospects in Bonn; dezembro de 1972 – Black, Hilary. The East-West German Treaty; abril de 1973 – Dean, Robert W. Bonn-Prague relations: the politics; janeiro de 1975 – Schutz, Klaus. Berlin in the age of détente.

empenharam-se também em ver bem concluídas as negociações. Leste-Oeste cristalizadas no Acordo de Helsinque, de agosto de 1975, para cujo lançamento muito havia contribuído Brandt.

Para Schmidt, no entanto, o terreno preferido de aplicação da *Ostpolitik* foram as relações com a RDA. Desenvolveu ele uma estreita relação de trabalho com Erich Honecker, sendo o primeiro chanceler da RFA a visitar a Alemanha Oriental. A ajuda econômica à RDA cresceu regularmente, e Honecker retribuiu suavizando as restrições às visitas entre os dois Estados. No começo da década, 2,5 milhões de cidadãos da RFA ou de Berlim Ocidental visitavam a RDA por ano. Em 1979, o número chegou a 8 milhões, ao mesmo tempo que 1,6 milhão de alemães orientais, na maioria idosos, visitavam o lado ocidental. Sob o impacto dessas visitas e o reforço da televisão, cresceu visivelmente o fascínio das idéias e hábitos do Ocidente sobre os residentes do Leste. Começou a germinar entre eles o impulso revolucionário que iria eclodir no final dos anos 80.

A chave de todo o pensamento político de Schmidt era o conceito da segurança, conforme acentua Peter Pulzer.[41] Antes da *Ostpolitik*, a segurança era vista na RFA em termos unidimensionais, estratégico-militares. Schmidt ampliou o rol das preocupações: a *détente* entre as superpotências, o entendimento entre as duas bandas da Alemanha, a garantia dos suprimentos energéticos e a estabilidade da moeda. Foi sob o seu governo que o *Bundesbank*, fundado em 1957 com atribuições burocráticas, ocupou o centro da cena, com a missão de retirar a política monetária das mãos dos políticos (P. Pulzer). Coube também a Schmidt reaquecer a cooperação com a França, graças aos laços de amizade estabelecidos com Válery Giscard d'Estaing, chegado ao poder quase ao mesmo tempo.[42]

---

[41] Pulzer, Peter. op. cit., p. 130. Todo o Capítulo 7 do livro de Pulzer é importante para o governo Schmidt.

[42] McCarthy, Patrick. The Franco-German axis from De Gaulle to Chirac. Calleo, David e Staal, Eric R. (eds.). op. cit. na nota 26.

* * * * *

Ao ampliar sua visão da segurança da RFA, consoante descrito no último parágrafo da sessão anterior, Helmut Schmidt estava sobretudo respondendo aos sinais de crise na *pax Americana*. A experiência histórica dos dois períodos de estabilidade hegemônica da fase anglo-saxã do capitalismo postula a necessidade de que outros países de peso se congreguem em torno do país hegemônico, para dar legitimidade à economia internacional liberal por ele organizada. Mas a história revelou, também, a existência de uma contradição inerente ao sistema: ao simplesmente atuarem, as forças do mercado afetam a estrutura econômica internacional, modificando-a e diluindo o exercício do poder. Com o tempo, surgem alterações profundas na localização das atividades econômicas, levando à redistribuição internacional do poderio econômico e industrial. O próprio arcabouço político do sistema termina por ser atingido, minando o poder hegemônico e criando um novo ambiente político ao qual o mundo terá eventualmente de ajustar-se.

No caso específico da p*ax Americana*, cumpre ter presente que as economias cujo apoio interessava ao país hegemônico obter: as da Europa Ocidental e o Japão (a Tchecoeslováquia e a Hungria, no Leste Europeu, caíram na órbita soviética), haviam chegado ao fim da Segunda Guerra Mundial absolutamente exangues. Os EUA tiveram de assumir sozinhos a responsabilidade pela nova partida da economia internacional fora do bloco soviético, assentando sobre o dólar o sistema monetário mundial. Tudo repousava sobre o compromisso dos EUA de cederem ouro das suas reservas a qualquer comprador disposto a pagar 35 dólares por onça de ouro. Enquanto Washington manteve válido esse compromisso, seguiu o mundo pondo fé no dólar, apesar dos déficits no balanço de pagamentos dos EUA, que se amiudaram a partir de 1959. Ou, na síntese de Benjamin Cohen:

Os aliados dos EUA acomodaram-se a um sistema hegemônico que dava aos americanos privilégios especiais na promoção unilateral

dos interesses dele no plano internacional, em troca da permissão dada pelos EUA aos seus aliados para que usassem o sistema, no fomento da própria prosperidade econômica, ainda que em parte obtida às custas dos EUA.[43]

Como é notório, Japão e Alemanha em particular souberam tirar proveito do período de tolerância dado pelos EUA aos seus aliados e, servindo-se também dos gastos relativamente baixos que precisavam fazer com armamentos, reconstituíram rapidamente suas economias, como sistemas mercantilistas voltados para a exportação. Japão e Alemanha alcançaram tecnologicamente os EUA, em termos de II Revolução Industrial, e o Japão começou inclusive a investir contra a liderança americana nas novas tecnologias prenunciadoras da III Revolução. Desencadeara-se o mecanismo interno de correção da estabilidade hegemônica e os EUA puseram em marcha medidas protecionistas contra a expansão econômica dos aliados. Diferentemente do Japão, a RFA dos anos 70 mostrou-se disposta a assumir maiores responsabilidades no plano internacional. Além da sensação de poder advinda da nova distribuição de forças na economia mundial, a *Ostpolitik* de Brandt contribuiu para o ímpeto ativista que se apossou de Schmidt, em meados da década. Pôs ele em causa o convênio pelo qual a RFA se obrigara a comprar equipamentos e obrigações do Tesouro, nos EUA, como parte do financiamento das tropas americanas estacionadas em território alemão. Contestou os preços agrícolas franceses. Subsidiou, através do SPD, partidos socialistas em Portugal e Espanha. Tomou a dianteira na oposição européia à política de Kissinger na crise da energia e enfrentou os EUA no tocante à exportação de tecnologia nuclear. A mais séria das crises entre o governo Schmidt e Washington girou, precisamente, em torno do fornecimento de tecnologia nuclear ao Brasil.

[43] Gilpin, Robert. op. cit. na nota 15, p. 136.

Em que pesasse a todo esse ativismo, o governo Schmidt continuava preferindo agir, internacionalmente, como parte da Comunidade Européia. A aproximação com a França parecia especialmente desejável diante do rompimento unilateral pelos EUA, em agosto de 1971, do compromisso assumido na Conferência de Bretton Woods de manter a conversibilidade do dólar em ouro. Essa decisão, tomada por Nixon em desespero pela crescente incapacidade dos EUA de financiarem, adequadamente, suas políticas militares e econômicas globais, dava aos europeus a oportunidade de criarem uma zona monetária própria, ou de alguma outra forma cuidarem dos seus interesses. Os europeus não se mostraram logo à altura do desafio, segundo alguns autores por falta de entendimento entre a França e a Alemanha. Foi preciso esperar a convergência das visões de Giscard d'Estaing e Schmidt para o estabelecimento, em 1977, do Sistema Monetário Europeu, que começou a funcionar em 1979 e por vários anos cumpriu sua função de estabilizador das relações cambiais intereuropéias.[44]

O preço de manter-se fiel à OTAN ficou também crescentemente elevado para Schmidt. Coincidindo com as primeiras dificuldades na dimensão econômica da *pax Americana*, os estrategistas dos EUA criaram o conceito da "paridade estratégica" com a URSS, cujo real objetivo era levar os soviéticos a negociarem acordos de limitação de armamentos, que constrangessem a expansão militar deles sem restringir possíveis incrementos nos arsenais americanos. "Um acordo estabelecendo exatamente isso foi negociado em 1972, por Nixon e Kissinger, graças à notável utilização de desinteresse fingido, de vinculamentos, barganhas e blefe puro."[45] Para os europeus, esse acordo bilateral, o SALT I, atendendo o interesse das superpotências, deixara-os sem qualquer defesa contra

---

[44] Para a cooperação franco-alemã nessa matéria, ver o Capítulo 2 - Monetary union, em Webber, Douglas (ed.). The Franco-German relationship in the European Union. Londres: Routledge, 1999.

[45] Gaddis, John Lewis. op. cit. na nota 38, p. 324.

armas de alcance médio. E de fato, os soviéticos logo interpretaram o acordo como permitindo a instalação dos SS-20, mísseis móveis que tornavam vulneráveis as grandes cidades européias.

Schmidt foi o primeiro líder europeu a protestar, a princípio em gestões confidenciais junto a Moscou e Washington, e quando nada obteve por aí, numa famosa palestra pública nó Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, de Londres (1977). 0 presidente Carter ofereceu instalar na Alemanha a chamada "bomba de nêutron", arma tática que é suposta matar soldados sem destruir as construções em volta, e que Schmidt aceitou receber arrostando forte oposição. A grita contra o governo aumentou quando Carter retirou sua oferta, em 1978. Schmidt precisou novamente acomodar-se quando a OTAN decidiu dirimir o impasse com a política dita "da dupla trilha", uma das quais era a instalação na Europa e em particular no território da RFA dos mísseis Pershing-II. Anos mais tarde, o Tratado sobre as Forças Nucleares Intermediárias (1987) veio legitimar essa decisão, com a concordância das superpotências de retirarem tanto os Pershings quanto os SS-20. No final dos anos 70, no entanto, tanto a bomba de nêutron quanto a "dupla trilha" foram pretextos para poderosas mobilizações populares.

A oposição extraparlamentar dos anos 60 havia evoluído em três direções. Havia aqueles que Brandt conseguira integrar no SPD e vinham se congregando numa cada vez mais forte dissidência ecológica, pacifista e anticapitalista. Havia os que continuaram a atuar fora dos partidos políticos convencionais e deram origem às várias iniciativas de cidadãos, de cujo amálgama veio a sair o Partido Verde. E havia, finalmente, a fímbria terrorista, grupos como a Facção do Exército Vermelho, cujas ações ousadas e sangrentas tomaram as primeiras páginas dos jornais. O grosso dos manifestantes não era de neutralistas convictos, e muito menos podiam ser classificados como pró-soviéticos, mas habilmente conduzidas por grupos interessados, suas manifestações de milhões de indivíduos deram por algum tempo um poder extraordinário ao Movimento Pró-Paz Alemão, e terminaram por alijar do poder os sociais-democratas.

* * * * *

Em outubro de 1982, Helmut Kohl assumiu o posto de chanceler, mantendo Hans-Dietrich Genscher como ministro do Exterior. Sobreveio um quase imediato e cordial entendimento entre Kohl e François Mitterrand, que no ano anterior fora eleito presidente da França. O entendimento repetiu-se no nível dos ministros da Defesa dos dois governos, e ainda em outubro de 1982 foi decidido retirar do esquecimento as medidas estratégicas do Tratado do Eliseu, de De Gaulle-Adenauer. No mês de dezembro, instalou-se em Paris o Comitê Franco-Alemão de Segurança e Defesa. Manifestação percutante dessa nova cooperação, foi o discurso de Mitterrand perante o Bundestag (22.01.1983), dando pleno apoio à decisão de Kohl de referendar a política de Schmidt, no tocante à instalação no território alemão dos mísseis Pershing-II, americanos. Gestos concretos de cooperação militar foram-se repetindo e, em 1987, o Comitê de Segurança e Defesa foi elevado a Conselho, chefiado pelos dois presidentes.[46] Logo, porém, surgiriam dissonâncias, à medida que se foi tornando evidente a marcha para a reunificação da Alemanha, um espantalho para os franceses.

A cooperação franco-alemã já sofrera anteriormente, apesar do entendimento básico entre Mitterand e Kohl, o impacto negativo da pressão dos EUA buscando obter, individualizadamente, a participação dos principais países europeus na iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), conhecida como "Guerra nas Estrelas". Mas esse tema, tal como alguns outros aspectos da política externa de Kohl, serão diluídos nas sessões temáticas que comporão a II Parte do presente estudo. Para fechar a I Parte, dedicarei o que resta dela a uma rápida reconstituição dos movimentos, em várias frentes, que levaram nos anos 80 à reunificação da Alemanha, consumada a 3 de outubro de 1990.

---

[46] Heisbourg, François. French and German approaches to organizing Europe's future security and defense: a French perspective? Calleos e Staal (eds.). op. cit. na nota 26.

É usual dizer-se, nas análises do relacionamento da RFA com a RDA, que a *Ostpolitik* dos anos 70 cedeu lugar à *Deutschlandpolitik* dos 80. Esta última expressão nada mais é que o problema alemão a que me referi anteriormente. Isto é, uma versão limitada da Questão Alemã, surgida no pós-Segunda Guerra Mundial e tendo como foco a indagação de se era ou não desejável e possível unir as duas partes em que fora dividido o país de antes da guerra; e de se cabia ou não reivindicar a integração, na Alemanha eventualmente reunificada, das terras a leste da linha Oder-Neisse, cedidas à Polônia. A movimentação diplomática dos anos 80, que cumpre resumir, girou em torno do problema alemão, mas o tempo todo pesou, no espírito dos atores envolvidos no processo, a grande dúvida encerrada na Questão Alemã: que espaço, que papel reconhecer no mundo à Alemanha restaurada no seu vigor?

Mesmo os alemães, ocidentais e orientais, sentiam-se condicionados pela necessidade de definirem o que os identificava como alemães. O questionamento a respeito, que na RFA remontava ao final dos anos 60 e à resignação com a existência de duas Alemanhas, ganhou força também na RDA, nos anos 80. Na década anterior, os líderes orientais haviam posto muito esforço em persuadir a população de que a unidade política da Alemanha era coisa do passado e já não mais existia uma nação alemã única. A população da RDA identificava-se pela herança comum de tradições humanistas e lutas revolucionárias, destacadas da história alemã. Mas com a intensificação dos contatos de todo tipo entre os dois lados da velha Alemanha, tendência que contra a expectativa geral foi mantida pelo governo Kohl, essa retórica foi sendo sufocada por um surto nacionalista de velha cepa, que mostrava os alemães orientais como co-herdeiros da história alemã, sem limitações de períodos, geografia ou classe.

A 4 de maio de 1989, a Hungria abriu sua fronteira com a Áustria. Surgira uma brecha na Cortina de Ferro e, meses mais tarde, já estava ela sendo usada por milhares de alemães orientais para alcançar a RFA. Outros

milhares cruzaram para a Tchecoslováquia, indo ocupar a Embaixada da RDA em Praga, com o pedido de autorização para prosseguirem até a RFA. O governo de Berlim, calculando ser pequeno o número dos que se aproveitariam da nova rota, autorizou a partida não apenas dos que já estavam em Praga como também de todos que buscassem o caminho. Precipitou-se a debandada. Coincidentemente, centenas de milhares de manifestantes derramaram-se pelas ruas de Leipzig e outras cidades da RDA, reivindicando o respeito aos direitos humanos, a liberdade de expressão, maiores incentivos para o trabalho e o direito de viajar ao exterior. Não se falava ainda em reunificação, e os governantes de Berlim, com a aprovação de Gorbatchov em Moscou, acharam que a introdução de reformas e a convocação de eleições livres bastariam para restabelecer a ordem. Erraram novamente. O impulso já tomado pelas manifestações acelerou-se a níveis revolucionários, levando de roldão o governo de Erich Honecker (outubro) e forçando a abertura do Muro de Berlim (novembro). Nas semanas tumultuadas que se seguiram, o movimento escapou do controle de grupos sem simpatia pela reunificação e foi cedendo às lideranças mais populares e radicais, que não temiam avançar nesse sentido.

Helmut Kohl, que um ano antes dissera em entrevista não acreditar que a unificação da Alemanha ainda o alcançasse vivo, soube perceber a janela de oportunidade diante dele e, com grande tino político, atravessou-a. Sem consultar os governos aliados, nem mesmo os parceiros de coalizão, Kohl apresentou ao Bundestag, a 28 de novembro, um plano em dez pontos para uma série de iniciativas conjuntas RFA-RDA, que levassem em futuro impreciso a relações confederais. O plano de Kohl aborreceu Gorbatchov, mas foi endossado com simpatia pelo presidente dos EUA, George Bush, que no vértice de Malta (23.12.1989) logo começou a convencer Gorbatchov de que uma Alemanha unida, mas contida nas estruturas de segurança ocidentais, não constituiria ameaça para a União Soviética. De Malta, Bush voou para a cimeira da OTAN, em Bruxelas, retomando ali o

discurso favorável à unificação da Alemanha, apresentada agora como vitória histórica para o Ocidente. Seguiram-se semanas de intenso trabalho diplomático, ao longo das quais foi-se instalando uma espécie de divisão de trabalho. Enquanto a diplomacia americana montava um conjunto de garantias destinadas a tranqüilizar a URSS, diante da perspectiva de uma Alemanha reunificada e enquadrada na OTAN, ao mesmo tempo que trabalhava junto aos membros da Aliança Atlântica para obter consenso no tocante à recepção da futura Alemanha, à diplomacia de Bonn cabia administrar a marcha de medidas políticas econômicas que fossem tornando concreta a unificação, sem prejudicar o delicado relacionamento da RFA com Moscou.

Para bem avaliar a ação de Washington em todo esse episódio da reunificação da Alemanha, é útil trazer à colação o testemunho de Robert Hutchings, hoje professor na Universidade de Princeton, mas que, no período 1989-92, participou como assessor da implementação de toda a política dos EUA em direção ao Leste Europeu e à URSS. Escreve ele:

Embora os nossos colegas da Alemanha Ocidental nunca tenham assimilado totalmente o fato, os EUA tinham tanto a ganhar no processo da unificação quanto eles. Durante aquele período, nossa diplomacia buscava assegurar não interesses alemães, e sim nossos interesses, os quais se ampliavam à busca de estabilidade e segurança para a Europa. Felizmente, os interesses americanos e alemães, embora sem ser idênticos, convergiam em grande medida. Na verdade, as relações germano-americanas no período em causa, apesar de terem sido mais complexas e difíceis do que se contou até hoje, atingiram um notável grau de coordenação na busca bem sucedida dos nossos objetivos comuns.[47]

---

[47] Hutchings, Robert. American diplomacy and the end of the Cold War. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997, p. 90-1. O livro de Hutchings, tal como o de Angela Stent (ver nota 39), foram essenciais para a reconstrução histórica apresentada nestas páginas finais da I Parte, servindo para dar estrutura aos dados factuais levantados na imprensa periódica. Nesta última seara, destaque-se: Blacwill, Robert. German unification and American diplomacy. Aussenpolitik, v. 11, 1994.

A 10 de fevereiro de 1990, Kohl desembarcou em Moscou para conversar com os dirigentes soviéticos, pessoalmente fortalecido por mensagem de Bush, recebida na véspera, na qual o presidente americano repetia seu apoio à reunificação da Alemanha e enfatizava sua confiança na capacidade de Kohl de bem conduzir o assunto. Na reunião, para surpresa dos dois lados, Gorbatchov fez declarações que deixaram os alemães intimamente jubilantes e convictos de que o líder soviético havia aceitado a argumentação ocidental. O comunicado formal sobre o encontro, sem nada dizer sobre o estatuto futuro da Alemanha, acentuou o acordo em torno do princípio da unificação.

As diplomacias americana e alemã passaram a trabalhar seriamente na criação do mecanismo que permitisse as negociações finais em torno do que se chamou os aspectos externos da unificação. Desenvolveu-se o conceito da conferência "Dois Mais Quatro", que procurava atalhar os receios de Londres, Paris e Moscou quanto a estarem sendo atropelados em seus direitos de potências ocupantes, garantindo às duas Alemanhas a sensação de estarem participando das negociações. Kohl passou o fim-de-semana de 24-25 de fevereiro em Camp David, com Bush, em conversações que alguns consideram as mais importantes de todas as que eles tiveram.

A 5 de maio reuniu-se em Bonn a primeira sessão do formato Dois Mais Quatro, no nível de ministros das Relações Exteriores. A sessão seguinte, no mesmo nível, reuniu-se em Berlim Leste, a 22 de junho. No intervalo entre as sessões multiplicaram-se os contactos telefônicos no mais alto nível e a troca de visitas entre as capitais. Particularmente importante foi um documento redefinindo o papel da Aliança Atlântica, que Bush arrancou da cimeira da OTAN (06.07.1990 - Londres), contra fortes objeções da França. Gorbatchov frisaria mais tarde que esse documento da cimeira de Londres o tinha convencido de que a OTAN estava realmente se modificando, contribuindo para o estado de espírito

positivo com que ele recebeu Kohl em Moscou, 16 de julho de 1990. Nesses encontro, os dois chefes de governo chegaram a um acordo sobre os pontos básicos da unificação, inclusive no tocante à cidade de Berlim.

A assinatura do Acordo Dois Mais Quatro foi fixada para o dia 12 de setembro, em Moscou, e foi só quando os ministros do Exterior dos seis países começaram a se reunir na capital soviética que os últimos pontos de contenção foram superados. Até o fim, o lado soviético procurou marcar posições no tocante ao armamento da Alemanha, à atuação de tropas alemãs no exterior, etc. O acordo foi afinal assinado sem alteração maior e entrou em vigor a 3 de outubro de 1990.

II PARTE - 1970 até o presente

As negociações Dois Mais Quatro, de 1990, puseram fim ao problema alemão e reabriram, com força, a Questão Alemã.

Nascera essa, como é sabido, no final do século XIX, quando a unificação da Alemanha colocou em choque dois princípios básicos da história moderna da Europa: o equilíbrio do poder e a autodeterminação. A história dos alemães e a distribuição territorial deles eram tais, que a autodeterminação desse povo dava origem a um Estado-nação suscetível, pela sua simples existência, de romper o equilíbrio do poder na Europa.

Acresce que a Alemanha surgiu disposta a compensar o seu atraso diante dos países da primeira vaga da Revolução Industrial, assumindo rapidamente posição de liderança nas tecnologias prenunciadoras da II Revolução Industrial. Lançando também um repto à superioridade militar da Inglaterra, com o início da construção de belonaves capazes de enfrentar a esquadra em que se sustentava a *pax Britannica.*

O desafio da Alemanha passou sem êxito pelo teste de duas guerras mundiais. O mundo não cedeu aos alemães o espaço a que eles se consideravam com direito e, após a fragorosa derrota de 1945, os diversos aspectos da Questão Alemã foram soterrados sob os arranjos internacionais da *pax Americana.* A Guerra Fria esquartejou a derrotada Alemanha, dando origem ao Problema Alemão: a imperiosidade de resolver primeiro o emaranhamento estratégico-diplomático da reunificação das terras alemãs, a fim de desbloquear o problema maior da divisão do continente europeu.

Isso foi o obtido em 1990, em meio aos primeiros sinais do desmoronamento do império soviético. A Questão Alemã reapareceu em toda a sua complexidade, agora como fator de desgaste da *pax Americana.*

Nesta II Parte, pretendo examinar os dilemas surgidos com essa alteração profunda da conjuntura mundial, na abertura do século XXI, distinguindo cinco situações especiais: a) Os alemães definem o seu lugar

ao sol; b) Uma Europa germanizada ou uma Alemanha europeizada? c) liderança alemã no Leste Europeu? d) A Alemanha diante da hegemonia dos EUA; e) A Alemanha e o futuro do capitalismo.

Os alemães definem o seu lugar ao sol

Os alemães tiveram eles próprios de rever posições, diante do renascimento da Questão Alemã. Duas indagações se tornaram imperativas para eles: i) O Acordo Dois Mais Quatro realmente unificou a Alemanha ou seguiram existindo duas identidades: a alemã ocidental e a alemã oriental? ii) Estará a Alemanha unificada de novo ameaçada pelas forças internas do nacionalismo?[48]

A primeira indagação exige uma rápida revisão dos trinta anos anteriores. Conforme assinalado na I Parte, a inquietação intelectual e estudantil dos anos 60 levara, na RFA, ao rompimento com a linha adenaueriana de manter viva a idéia de uma entidade nacional apenas temporariamente dividida e cuja inelutável unificação teria de ser extraída da União Soviética. À medida que a juventude da RFA foi sendo atraída para causas políticas e sociais, identificando-se por cima de fronteiras com a chamada geração de 1968, decresceu entre eles a preocupação com reunificar os dois lados da Alemanha. Um novo ideário, de luta pela paz e a justiça mundiais, ganhou curso entre os jovens da RFA, embora empanado pela necessidade de ajustar-se mentalmente à herança pesada do nazismo. Nos *Länder* governados pelos sociais-democratas o assunto foi enfrentado com relativa eficiência, e a ênfase na unidade alemã cedeu lugar à luta antifascista. O objetivo da reunificação foi-se tornando preocupação sobretudo das forças conservadoras.

Essas novas disposições seriam reforçadas nos anos 70. com a instalação do SPD no poder, empenhado em implementar a *Ostpolitik* de

[48] Knischewski, Gerd. *Op. cit.* na nota 30, p. 142.

Willy Brandt. Inaugurada pelo Tratado de Moscou (12.08.1970), essa implementação culminou com o Acordo Básico entre a RFA e a RDA, promulgado a 8 de novembro de 1972. Os dois Estados reconheceram mutuamente as suas independências, o que permitiu o ingresso de ambos nas Nações Unidas, em 1973. Mas a RFA continuou não reconhecendo plena soberania à RDA, vendo o Acordo Básico como um substituto para a unidade alemã, uma oportunidade de manter viva a idéia da nação alemã única no quadro de dois Estados. Já a RDA, interpretou o acordo de 1972 como repúdio à idéia da unidade alemã, e numa emenda do mesmo ano retirou da Constituição a referência à reunificação.[49]

As complexas negociações que Brandt pusera em marcha, internacionalmente, com a sua *Ostpolitik* lograram criar um clima de estabilidade no coração da Europa, em troca do distanciamento do sonho político da reunificação da Alemanha. A expressiva vitória do SPD sobre a CDU, nas eleições federais de novembro de 1972, foi obtida em cima da campanha de Brandt de que vinte anos de não reconhecimento do Estado da Alemanha Oriental, longe de facilitar a reunificação, haviam permitido aos orientais erguer barreiras cada vez mais altas (o Muro de Berlim era a prova) entre os dois lados. A resposta do eleitorado parece ter sido a de que, efetivamente, lhe parecia mais importante dar prioridade aos contactos humanos com seus afins do outro lado da linha. Contactos de vários tipos começaram de fato a intensificar-se, enquanto nas duas Alemanhas frutificavam formas distintas de nacionalismo.

Na RFA, onde falar em nacionalismo seguia sendo tabu, coube à ordem constitucional liberal alimentar o crescente sentimento de identidade política. O cientista político Dolf Sternberger propôs a designação, retomada por Jürgen Habermas, de "patriotismo constitucional" como alternativa à envelhecida expressão de identidade nacional. A esquerda e os liberais adotaram majoritariamente o conceito de patriotismo constitucional, aplicando-o no entanto apenas à RFA.

[49] Pulzer, Peter. Op. cit., p. 116-7.

A atitude para com os princípios da democracia ocidental era agora o critério central da Questão Alemã. 'Nação' passou a ser o mesmo que o Estado da Alemanha Ocidental, definido como um Estado-cidadão. A identidade germano-ocidental era menos alemã do que democrática.[50]

Rainer Lepsius, um outro professor de Heidelberg, cunhou a expressão "nação de cidadãos", na qual a legitimação fundava-se no respeito aos direitos humanos, um critério bem distante do tradicional fundamento étnico da nacionalidade.[51]

Tanto o conceito do patriotismo constitucional quanto o da nação de cidadãos eram atraentes para a esquerda liberal, na medida precisamente em que ignoravam os critérios tradicionais da definição nacional e punham ênfase nos valores democráticos. Mas por isso mesmo, pareciam inaceitáveis para as correntes conservadoras. Essa abordagem política da identificação nacional é bem clara entre os alemães, conforme recorda num belo e muito atual ensaio Richard J. Evans, da Universidade de Londres. Assinala ele como o nacionalismo alemão, que emergiu no começo do século XIX e teve seu ponto culminante na Revolução de 1848, foi inicialmente radical e progressista. O anseio pela criação de um Estado nacional que se sobrepusesse às mais de quarenta entidades reunidas na Confederação Germânica, anseio ativamente esposado por Karl Marx, expressava-se como repúdio ao feudalismo, à servidão, à falta de liberdades civis para as minorias, à censura e ao Estado policial que impedia eleições livres e o governo parlamentar.

Foi só depois do fracasso da Revolução de 1848 e da unificação da Alemanha sob o comando da Prússia, de Bismarck, que o nacionalismo alemão começou a mudar de caráter. Embora importantes reformas liberais ainda tenham sido realizadas após a unificação, a marcha para essa, através das guerras de 1864, 1866 e 1870-1, foi dando aos líderes do movimento

[50] Knischewski, Gerd. Op. cit., p. 139.

[51] Pulzer, Peter. Op. cit., p. 146.

a convicção de que a consolidação da unidade nacional impunha a supressão de alegados "inimigos do Reich". Nos 1870s, coube à grande maioria católica concentrada em áreas que tinham lutado com a Áustria, contra a Prússia, ser alcançada por duras medidas de discriminação. Em 1878 foi a vez dos trabalhadores socialistas verem suprimido seu direito a associação; o direito foi restabelecido em 1890, sem que cessassem a perseguição policial e a censura sobre as organizações operárias.

A marcha do nacionalismo alemão da esquerda para a direita - acentua Evans - completou-se na virada do século, com a emergência de dois novos fatores: o repto da Alemanha pelo estatuto de potência mundial, marcado pela construção de uma esquadra capaz de enfrentar o poderio naval da *pax Britannica*, e a gradual suplantação do nacionalismo de Estado por um novo nacionalismo, populista, alimentado por ressentimentos pequeno-burgueses e com forte teor anti-semita. A corrente mais radical desse novo nacionalismo considerava incompleta a obra da unificação, salientando a permanência de vários milhões de alemães no Leste Europeu, fora das fronteiras do Reich. O crescimento do ideário pan-germânico levou às campanhas bélicas e de extermínio de Hitler, e ao fracionamento da Alemanha após sua derrota.[52]

No contexto desse fracionamento, conforme já observei, duas formas distintas de identidade nacional terminaram por frutificar. Na RDA, tomou corpo a visão de uma "nação socialista de nacionalidade alemã". Figuras como Martim Lutero, Frederico o Grande, da Prússia,e o próprio Bismarck foram destacados da história alemã comum e erigidos, fosse por terem vivido em terras cobertas pela RDA fosse por poderem ser retroativamente associados a algum mito do regime, em antepassados da nação socialista. Nos anos 80, de todo modo, essa construção artificial foi destruída pela debandada dos fugitivos da RDA. Que eles tenham se

[52] Os três últimos parágrafos inspiraram-se livremente em Evans, Richard. Rereading German history. Londres: Routledge, 1977, p. 215.

dirigido em massa para a RFA, não para qualquer outro refúgio, foi prova concludente de que seguiam acreditando numa pátria e num povo únicos. As estatísticas mostram que, nos dois anos de 1989-90, algo como 1 milhão de pessoas cruzaram da RDA para estabelecer-se na RFA. Movimento complementado pelo fato de que, só em 1989, 370 mil alemães étnicos emigraram para a Alemanha Ocidental de terras do Leste Europeu.

As considerações de tipo territorial ou de composição demográfica são componentes importantes da busca de definição nacional. E o peso relativo desses fatores pode alterar-se com o tempo. Enquanto o pangermanismo e o nazismo levaram à ampliação das fronteiras do Estado alemão para cobrir cada vez mais territórios habitados por alemães, a visão predominante no pós-Segunda Guerra Mundial foi a de concentrar num território tornado mais compacto, o maior número possível de alemães provenientes de áreas externas as novas fronteiras.[53] Ao chegar-se ao fim do século, restam muito poucos alemães étnicos em terras do Leste. Situação que só por si parece barrar o retorno de ambições expansionistas. Ao ensejo da reunificação, o governo Kohl avançou positivamente no sentido do diálogo com países vítimas de agressão nazista. Nada menos de três tratados apaziguadores foram assinados em 1990, com a União Soviética. E em 1991 foi assinado o Acordo de Amizade com a Polônia, que consagrou o abandono de reivindicações alemãs sobre a Silésia e a Pomerânia Oriental.

Uma das mais renitentes dificuldades da Questão Alemã - a delimitação de fronteiras estáveis, amplamente reconhecidas como marcando o lar nacional dos alemães - estaria afinal sendo superada, sem aparentes fontes de contestação num futuro previsível. A história se teria pronunciado a favor de uma pequena Alemanha, com irradiação regional e mundial apoiada em fatores outros que o tamanho do território e da população. Alguns, porém, de tipo geográfico. Como é o caso da

[53] Ibid., p. 217.

centralidade européia da Alemanha. Durante quarenta anos, o mundo se acostumou com ver a Europa dividida por uma linha político-ideológica, com reduzido inter-relacionamento entre os dois lados. Perdeu-se a visão, que retorna com força, da Alemanha como o país central do continente, portador de características do Oeste como do Leste, e tendo interesses num e no outro lado. Com o desaparecimento da Cortina de Ferro, a Alemanha que nos interessa deixou de ser apenas um país da Europa Ocidental. Sua posição de ponte entre Leste e Oeste e os componentes euro-orientais da cultura e da psicologia alemãs ganharam novo vigor.

O professor americano Walter Russel Mead, ao analisar com brilho a problemática da centralidade européia da Alemanha, tem colocações penetrantes para a questão do nacionalismo alemão, produto de uma evolução histórica distinta dos processos prolongados e de conteúdo sobretudo doméstico que marcaram, por exemplo, a formação dos nacionalismos de França ou da Inglaterra. O nacionalismo alemão nasceu de forma brusca nas primeiras décadas do século XIX, como resposta - diz Mead - à conquista napoleônica. E pode-se acrescentar: à eclosão da Revolução Industrial na Inglaterra. Muito mais próximo, em todo caso, da experiência dos países da Europa Oriental, onde os fatos demográficos mostram Estados com populações comportando uma multiplicidade de grupos étnicos e de grupos étnicos dispersos por vários Estados. O discrédito que o Terceiro Reich impôs ao nacionalismo alemão e o mergulho nos valores ocidentais a que Adenauer levou a Alemanha deram aos alemães a oportunidade de contornar seus problemas de identificação nacional, dedicando-se de corpo e alma à construção de uma ordem superior, o internacionalismo europeu.

Foi um salto que os alemães puderam dar com facilidade. Conforme lembra Mead, as raízes da consciência nacional alemã prendem-se a uma cultura, mais do que a um território. Tanto o Sagrado Império Romano-Germâno quanto sua sucessora, a Monarquia dos Habsburgos, foram construções multinacionais dentro das quais a

população alemã conviveu com outras, por vezes de forma indistinguível. Enquanto o nacionalismo inglês ou o francês originaram-se, por assim dizer, de uma revolta contra a Europa, a consciência nacional alemã cresceu tendo diante de si a possibilitade de uma opção pan-européia. O "internacionalismo" da União Européia fornece um bom receptáculo para o impulso universalista do nacionalismo alemão, sem necessariamente colocá-lo sob controle. A Alemanha sempre poderá aspirar a maiores missões, tomando o comando da Europa unida.[54]

Cumpre, no entanto, submeter as elaborações acima, que compõem uma espécie de tela-de-fundo histórico-sociológica da identidade nacional alemã, à prova dos noves do comportamento real das duas populações alemãs, após a reunificação. É preciso lembrar que a reunificação não chegou de forma planejada, ao término de uma seqüência de movimentos calculados. Uma oportunidade surgiu, criada quase exclusivamente pela revolução popular na RDA posta em marcha pelos jovens líderes de movimentos contestatários no seio da Igreja Protestante, ou de repúdio à conscrição para o Exército do Povo, ou ainda de luta contra a poluição e outros males da industrialização selvagem em curso. Em certa medida, repetia-se a vinculação da idéia nacional aos anseios por liberdade e direitos humanos, característica do nacionalismo liberal de meados do século XIX. A essa oportunidade responderam as melhores forças da RFA, orgulhosas de poderem oferecer aos irmãos orientais a experiência já adquirida da democracia ocidental, juntamente com os meios materiais para repetí-la nos *Länder* da antiga RDA.

Mas a euforia não durou muito. A viabilidade econômica da ex-RDA, rocha necessária para sustentar a reunificação, foi-se revelando impraticável, à medida que a intensificação da migração para o Oeste reduzia a força-de-trabalho nas fábricas e serviços do Leste e crescia,

[54] Walter Russell Mead. The once and future Reich. World Policy Journal, v. VII, nº 4, outono de 1990, p. 599.

concomitantemente, a hostilidade da população ocidental ao que estava acontecendo. Como registrou Richard J. Evans:

É muito fácil para as pessoas apoiarem a idéia da reunificação em abstrato, como um princípio, e a proporção dos alemães ocidentais que assim faziam cresceu, segundo pesquisas de opinião, de menos de 50% no outono de 1989 para 75% no começo da primavera de 1990. Todavia, quando se foram tornando visíveis os custos reais da reunificação, os alemães ocidentais voltaram-se na prática contra a idéia. Pesquisas de fevereiro de 1990 já mostravam a oposição de vastas maiorias ao aumento de impostos ou redução de salários afim de ajudar o Leste. No mesmo passo, caía a um quinto a proporção dos que seguiam favoráveis à admissão de novos refugiados dando-se-lhes os mesmos benefícios sociais em vigor no Oeste. Em outras palavras, a identidade nacional tinha o apoio dos alemães ocidentais desde que não implicasse acomodar milhões de refugiados nas suas cidades e vilas, ou dedicar bilhões de marcos de ajuda à recuperação da economia do Leste, de maneira a convencer os habitantes a ficarem lá.[55]

Um suplemento de *The Economist*, dedicado à Alemanha, mostrou em novembro de 1996 como se agravara a situação. Citou o semanário um estudo da época, segundo o qual dois terços dos habitantes dos *Länder* em que fora repartida a RDA declaravam-se antes de mais nada "alemães orientais", enquanto 40% dos habitantes dos velhos estados diziam-se "alemães ocidentais". Uma atitude de menoscabo mútuo traduzira-se nos apodos, hoje de uso corrente, de *Besserwessi* (um trocadilho com *besserwisser* - sabichão), referência à atitude de superioridade arrogante dos ocidentais, e de *Jammerossi* (orientais choramingas, sempre reclamando). É comum hoje falar-se de um "muro na cabeça", um muro psicológico que teria substituído o Muro de Berlim, como obstáculo à comunicação entre *wessi* e *ossi*.[56]

---

[55] Evans, Richard. op. cit. na nota 52, p. 219.

[56] A survey of Germany. The Economist, Londres, 9 de novembro de 1996, p. 6.

Em vez, portanto, da explosão de orgulho nacional que por um momento pareceu válido esperar, diferenças de comportamento e perspectivas resultantes de décadas de integração em regimes político-econômicos conflitantes foram tomando a dianteira. O debate público em torno da questão nacional passou a focalizar preferentemente o que distingue e não o que aproxima o alemão ocidental do alemão oriental. Visões diferentes da história comum também têm contribuído para o distanciamento entre alemães do Leste e do Oeste.

Isso nos traz a um rápido exame da segunda das indagações evocadas no início da presente seção: estará a Alemanha unificada de novo ameaçada pelas forças internas do nacionalismo?

O temor de que essa indagação viesse a ser respondida afirmativamente pairou muito no ar nas últimas semanas de 1989. A percepção de que a reunificação da Alemanha poderia estar iminente despertou preocupações entre países europeus e na própria RFA, e ganhou curso a idéia de uma confederação entre os Estados alemães, como alternativa ao Estado "pangermânico" que era de temer. Conforme registrei na I Parte, o plano em dez pontos apresentado por Kohl ao *Bundestag*, em final de novembro, esposou essa linha da confederação. Mas a idéia foi levada de roldão pelo ímpeto adquirido pela movimentação popular na RDA, clamando não por soluções nacionalistas e sim pela unificação como caminho para uma vida mais humana.

Diretamente preso ao temor do revivescimento de um nacionalismo agressivo, e parte também da questão da identidade nacional, é o problema do tratamento dado na Alemanha aos estrangeiros residentes no país. A escassez de mão-de-obra acompanhou desde o início os esforços de industrialização das terras alemãs, tornando-se premente durante o "milagre econômico" da RFA. O influxo de trabalhadores foi estimulado nesse período, sob a ficção de que ficariam por algum tempo, como hóspedes. Hoje já há *gastarbeiter* de terceira geração, instalados com suas famílias, mas sem cidadania em virtude de que a nacionalidade na Alemanha é dada pelo sangue, não pelo local do nascimento. Daí nascendo

uma situação particularmente ressentida pelos não-alemães, ao verem a cidadania plena ser reconhecida aos alemães étnicos chegados do Leste Europeu, muitas vezes já sem falar alemão.

Nos primeiros anos do pós-Segunda Guerra Mundial, sob o peso da vergonha pelos excessos nazistas, a Lei Básica da RFA adotou um regime de grande tolerância para com refugiados e outros imigrantes, e chegou a ser dito da Alemanha Ocidental que era o que mais próximo havia, na Europa, de um *melting pot*. Com as dificuldades econômicas surgidas a partir dos anos 70, não apenas na RFA, amiudaram-se lá e também na França os incidentes e iniciativas contra imigrantes. Na Alemanha, no início dos anos 90, ganhou curso a opinião de que as leis generosas do país estavam sendo abusadas por "refugiados econômicos" do Leste Europeu e do Terceiro Mundo e que os atos de violência contra imigrantes, tal como o apoio popular a correntes neonazistas, não seriam controlados se não se pusesse um freio à entrada de estrangeiros. O governo Kohl, com o apoio do SPD, introduziu reformas constitucionais que suspenderam o direito de asilo. Por outro lado, Alemanha e França promoveram, numa reunião de ministros do Exterior da UE (Corfu, junho de 1994), a criação de uma comissão anti-racista para desenvolver idéias de "encorajamento da tolerância e compreensão para com os estrangeiros".[57]

A Alemanha está chegando ao final do século com cerca de 7 milhões de estrangeiros residentes, dos quais 75% com mais de dez anos de residência e mais de 1,5 milhão nascidos no país. O governo Schröder tomou a si reformar a obsoleta Lei da Nacionalidade, abrindo afinal para uma parte dos estrangeiros a possibilidade de acesso à cidadania alemã. As crianças nascidas na Alemanha terão direito automático à cidadania, se pelo menos um dos genitores já tiver nascido no país ou houver chegado

[57] Mitchell, Mark e Russell, Dave. Immigration, citizenship and the nation-State in new Europe. Jenkins e Sofos (eds.). op. cit. na nota 30, p. 61.

antes dos 14 anos de idade e gozar de visto permanente. Os demais poderão requerer a cidadania após 8 anos de residência (antes eram preciso 15). Os maiores beneficiários da nova legislação serão os turcos, dos quais há mais de 2 milhões na Alemanha, e que têm figurado entre os estrangeiros mais discriminados, apesar da importante contribuição que têm dado à economia alemã. Um desenvolvimento recente é o aparecimento de uma plêiade de literatos de origem turca escrevendo em alemão.[58]

Por trás da problemática dos estrangeiros aparece a sombra do passado nazista da Alemanha. Escritores da ex-Banda Ocidental (Günter Grass) como da Oriental (Christa Wolf, v.g.) têm desenvolvido o tema em livros de impacto. E num plano mais erudito, já deu o assunto motivo para dois animados debates de historiadores. Em 1986, Ernst Nolte, um conhecido professor da Universidade de Berlim, pretendeu em artigo de jornal que o sistema de campos de concentração dos nazistas fora precedido pelo *gulag* da União Soviética e que, na verdade, os nazistas, exceção feita ao uso do gás, tinham apenas copiado os soviéticos. O artigo foi rebatido pelo filósofo Jürgen Habermas, desencadeando o chamado *Historikerstreit*. O ponto final pareceria ter sido posto por um outro historiador, Hagen Schulze, que em artigo no *Die Zeit* (26.09.1986) foi categórico: "A racionalidade e a maneira técnica como foram mortos os judeus não têm precedentes nem na Rússia de Stalin nem no Camboja de Pol Pot; a industrialização do genocídio é uma invenção alemã."[59]

O inglês Richard Evans, no seu excelente *Rereading German History*, chama a atenção para uma significativa influência por trás da tese lançada por Ernst Nolte. Em meados dos anos 80, o contexto internacional estava dominado pelos esforços do presidente Ronald Reagan por convencer os europeus a apoiarem seu ambicioso projeto da Guerra nas Estrelas. No caso da Alemanha, havia ainda a intenção de fazer a

[58] A survey of Germany. The Economist, Londres, 6 de dezembro de 1999, p. 12.

[59] Parkes, Stuart. op. cit. na nota 31, p. 158.

RFA aceitar o estacionamento no seu solo de uma nova geração de armas nucleares. Reagan enroupava tudo isso num clima de renovação da Guerra Fria, definindo a União Soviética como o "império do mal" e, escreve Evans: "simploriamente procurando convencer os alemães de que os horrores da guerra já estavam esquecidos e perdoados. Políticos e acadêmicos conservadores, da Alemanha Ocidental, embarcaram na campanha de sedução de Reagan".[60]

Após a reunificação, o debate em torno do nazismo reviveu, e Evans de novo assinala a importância do contexto internacional, em particular através das reações dos intelectuais alemães à Guerra do Golfo de 1991. A polêmica intelectual na Alemanha, observa Evans, esteve muito marcada pela posição política dos interlocutores e as respectivas experiências do nazismo. A opinião pública, no entanto, reagiu mais coesamente contra a ação militar das potências ocidentais, vendo nela antes de mais nada uma ameaça à paz mundial. Em nenhum outro país europeu foram tão maciças as manifestações de rua contra a guerra, com tímidos atos de protesto contra os mísseis iraquianos sobre Israel.[61]

Para encerrar esta seção, parece possível dizer que os alemães estão longe de chegarem eles próprios a um consenso sobre a Questão Alemã. Nas seções subseqüentes, procurarei determinar se a diplomacia da Alemanha unificada chegou a resultados melhores, diante das muitas oportunidades que lhe estão abrindo a nova Europa e a chamada "nova ordem mundial".

Uma Europa germanizada ou uma Alemanha europeizada?

No segundo semestre de 1990, estava a Alemanha confrontando o resto da Europa com uma quinta configuração territorial em pouco mais de um século. A Alemanha unificada de 1871 rompera o equilíbrio

[60] Evans, Richard. op. cit. na nota 52, p. 221.

[61] Ibid., p. 226.

continental da *pax Britannica*, levando à derrota de 1919 e às instáveis fronteiras da Paz de Versalhes. Um dos determinantes do repto nazista que, na altura de 1942, ameaçara a Europa e o mundo do alto de sua expansão territorial máxima. A derrota ainda mais fragorosa de 1945 dividiu as terras reconhecidamente alemãs em duas parcelas, destacando delas uma faixa substancial entregue à Polônia. A superação dessa fase de penitência, ou seja, a resolução do Problema Alemão do pós-Segunda Guerra Mundial, trouxe-nos então à Alemanha de 1990.

Quando o verdadeiro levante popular ocorrido na RDA, ao longo de 1989, foi tornando claro que se começara a marchar para a reunificação da Alemanha, duas perguntas tiveram de ser rapidamente respondidas pelas forças interessadas: Quem vai participar da modelagem da reunificação? Sob que condições será a reunificação aceitável?

A segunda pergunta reportava-se, sobretudo, às preocupações que a iminência do renascimento da Questão Alemã provocava nos vizinhos mais imediatos da Alemanha. França e Inglaterra ensaiaram efetivamente movimentos de procrastinação da negociação final, e seus governantes dispunham de capacidade de veto sobre todo o processo, na qualidade de potências vitoriosas na guerra de 1939-1945 e de co-ocupantes de Berlim. As dificuldades foram todas superadas e respostas cabais encontradas para as duas mencionadas perguntas, graças ao trabalho coordenado de três homens: o líder soviético Mikhail Gorbatchov, o presidente americano George Bush e o primeiro ministro da RFA Helmut Kohl.

A primeira pergunta foi solucionada pela fórmula engenhosa dos Dois Mais Quatro, que satisfez às pretensões e reservas das potências vitoriosas e dos dois governos alemães. O segundo ponto provou ser mais complicado já que incidia sobre preocupações de segurança, tanto dos vizinhos da Alemanha quanto no nível das superpotências, além do problema que a todos interessava de saber se os compromissos internacionais da RFA se estenderiam à Alemanha reunificada: participação na CE, na OTAN e muitas outras organizações? A Lei Básica

da RFA previa, no Artigo 23, a possibilidade do simples ingresso na Federação de "outras partes da Alemanha". O Artigo 146, escrito em 1949 na perspectiva de uma futura reunificação, falava da adoção de um novo texto constitucional, em conformidade com a "livre decisão do povo alemão".

Foi acalorado o debate interalemão em torno de que via constitucional adotar para a reunificação. Venceu o caminho expeditivo do Artigo 23, que tinha a vantagem de não reabrir o problema das organizações internacionais. A 23 de setembro de 1990, os dois Parlamentos alemães aprovaram o Tratado da Unificação para entrar em vigor a 3 de outubro, e que fora concebido segundo o Artigo 23 da Lei Básica. Cinco ministros da RDA juntaram-se ao gabinete da RFA, como ministros sem pasta e, a 18 de outubro, eleições se realizaram nos cinco *Länder* reconstituídos no território da antiga RDA, com resultados que expressaram o referendo popular a tudo o que havia sido feito.

Não fora criado um novo Estado. Os *Länder* que haviam tomado o lugar da RDA (mais adiante Berlim foi transformada num sexto *Land*) simplesmente acederam à federação em existência, e a Alemanha reunificada seguiu sendo membro das organizações internacionais pertinentes. Mas, cabia perguntar, sem que lhe fossem impostas quaisquer condições ou restrições? O assunto interessava particularmente à União Soviética, que demonstrava forte temor diante da possível expansão para o Leste dos sistemas econômico e de segurança do Ocidente. Para dirimir a matéria, criou-se um foro Um Mais Um, no âmbito do esquema Dois Mais Quatro: alemães e soviéticos discutiram diretamente, entre maio e julho de 1990, os diversos pontos dessa agenda especial. O ajuste final sobreveio a 16 de julho, num encontro Gorbatchov-Kohl, no Cáucaso.

Nos termos do acertado no Cáucaso, a Alemanha reunificada permaneceria na sua inteireza na OTAN, mas as tropas alemãs estacionadas no território da antiga RDA ficariam fora do comando da OTAN enquanto

ali permanecessem tropas soviéticas. Estas partiriam definitivamente em 1994 (o que veio a ocorrer). As forças armadas da Alemanha reunificada ficariam limitadas a 370.000 homens, número menor do que os efetivos da *Bundeswehr* de antes de 1990. A Alemanha reunificada renunciaria à produção e à posse de armas nucleares, biológicas ou químicas. Considerável compensação financeira foi dada aos soviéticos, para cobrir a dívida da Alemanha Oriental com eles e para gastos diversos. Cinco milhões de marcos alemães foram cedidos em maio de 1990, no início das negociações; outros 12 milhões de marcos foram postos à disposição em setembro e mais 3 milhões de marcos especificamente para as despesas com a repatriação das tropas soviéticas.[62]

A reconstituição histórica vem mostrando que, de todos os participantes do processo diplomático da reunificação, os EUA foram os mais alertas e os que mais cedo começaram a cuidar dos próprios interesses. Sabe-se hoje que a referência a uma "parceria na liderança", feita pelo presidente George Bush em discurso na cidade de Mainz (31.05.1989), tinha em mente a inevitabilidade da reunificação, do que ele acabara de ser convencido pelo seu embaixador em Bonn: Vernon Walters, bem conhecido dos brasileiros. Um cômputo do que iria ser, na primavera e começo do verão de 1990, a atividade entrecruzada dos três governos que conduziram as negociações concretas é revelador: Bush e Kohl encontraram-se quatro vezes; o secretário de Estado Baker e o ministro do Exterior Shevardnadze, dez vezes; Baker e o ministro alemão Genscher, 11 vezes; Genscher e Shevardnadze, oito vezes. Afora uma infinidade de conversações telefônicas e de mensagens trocadas.[63] Os franceses e os ingleses haviam mostrado recalcitrância com a marcha das negociações, mas - na conclusão peremptória de Peter Pulzer: "Na data designada, tanto a Grã-Bretanha como a França assinaram. Não tinham como se opor a uma fórmula acertada entre Gorbatchov, Bush e Kohl."[64]

---

[62] Pulzer, Peter. op. cit., p. 168 e Hutchings, Robert. op. cit., p. 13.

[63] Hutchings. Ibid., p. 92.

[64] Pulzer, Peter. op. cit., p. 166.

A rememoração desses fatos é importante pelo que revelam do interesse e da determinação dos EUA de manterem enquadrados no contexto da *pax Americana*, readaptando as soluções do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, a Alemanha (e o Japão), que poderiam pensar em maior independência após o "fim da Guerra Fria". Posto aí entre parênteses em atenção a opiniões como a do deputado historiador americano John Mearsheimer: "Décadas passarão até que surja um sistema europeu de relações internacionais do pós-Guerra Fria. A Guerra Fria só terminará efetivamente quando o último soldado americano deixar a Europa." No número de verão de 1990 (v.69, n° 3) da *Foreign Affairs*, Peter Tarnoff, presidente do influente Conselho das Relações Estrangeiras, de Washington, publicou um artigo de impacto precisamente sobre o papel crucial que os EUA tinham a desempenhar, no período histórico que se abria, conduzindo Japão e Alemanha a se engajarem profundamente na reconstrução do mundo do pós-Guerra Fria.

Em estreita cooperação com os alemães, o governo Bush obteve a inclusão na Declaração Transatlântica da CE (novembro de 1990) de proposta para um mecanismo de consultas que levaria a uma "Comunidade Européia mais unida e com laços mais fortes e mais formais com os EUA". A presunção em Washington era que, por mais forte que pudesse mostrar-se a CE e mais ampla fosse a capacidade decisória a ela transferida pelos governos-membros, não diminuiria a necessidade de uma poderosa voz americana na condução dos assuntos do Ocidente. Ou como consta que teria dito, em 1989, o subsecretário de Estado Lawrence Eagleburger: "O presidente permanecerá por muito tempo ainda como o mais alto porta-voz do mundo livre".

Geir Lundestad, que veicula essa última declaração, lembra também a chamada Missão Dobbins, quando um vice-secretário de Estado assistente percorreu capitais européias, em fevereiro de 1991, para tornar claro que, embora os EUA desejassem ver soar uma voz européia mais forte no seio da OTAN, não estavam eles contentes com desenvolvimentos

no âmbito da União Européia Ocidental, em distanciamento da linha da OTAN. Um *caucus* de segurança funcionando no interior da OTAN não seria tolerado.[65]

Evidentemente, Alemanha (e Japão) dispõem de boa margem de manobra para impulsionar seus próprios interesses no interior das estruturas imperiais americanas. Conforme acentuado nas seções iniciais deste trabalho, numa *pax* moderna a relação entre o país hegemônico e os subordinados não é de pura e simples submissão ao poder maior. Há implícita uma coincidência de propósitos políticos e econômicos entre os projetos de alcance mundial do hegemon e os interesses das elites dirigentes dos países subordinados, que aceitam enquadrar-se em mecanismos supranacionais de segurança em troca de participarem do progresso econômico geral. Apesar da conhecida recalcitrância da França, os países da CE têm todos se acomodado com a preponderância dos EUA na OTAN. E os derrotados Alemanha e Japão concordaram em renunciar, constitucionalmente, a alguns dos direitos sagrados dos Estados, no contexto do Sistema de Westphalia, transformando essas limitações na grande oportunidade de uma excepcional expansão mercantilista.

Thomas Berger, para cuja análise da "anormalidade westphaliana" de Alemanha e Japão chamei a atenção, tem uma excelente colocação de como esses dois países continuam fiéis à lógica civilista dos respectivos progressos econômicos, na segunda metade do século XX:

> Há quase meio-século, a Alemanha e o Japão vêm adotando, com notável consistência, políticas de segurança nacional que desestimulam instrumentos militares como meios para alcançar objetivos nacionais. Têm os dois países continuado a aplicar ditas políticas, a despeito das importantes alterações nos seus contextos de segurança e do contínuo crescimento dos seus poderes relativos.

[65] Lundestad, Geir. op. cit. na nota 16, p. 115. O caucus contra o qual foi prevenir Dobbins, estava em conversações entre França e Alemanha; cf. Gordon, Philip. France, Germany and the Western Alliance. Boulder, Colorado: Westview Press, 1995, p. 39.

> Desde 1950, muitos analistas estrangeiros têm prognosticado que os dois países terão inevitavelmente de assumir um maior papel na defesa e na segurança nacionais. E contudo, em desmentido dessas predições, não somente deixaram a Alemanha e o Japão de assumir atitudes de defesa mais independentes, como também se têm mostrado lentos em adotar postura mais efetiva nas instituições multilaterais de defesa ... Embora se deva reconhecer que os dois países se dotaram de poderosos estabelecimentos militares, sua aptidão a agir independentemente dos aliados têm sido fortemente limitada pelos tipos de missão para os quais suas forças são treinadas, pela natureza dos sistemas de armamentos que lhes têm sido dado adquirir, e pelas várias restrições que pesam sobre suas forças armadas. A despeito das solicitações periodicamente recebidas da parte dos EUA e outros aliados, Alemanha e Japão têm resistido às pressões para expandirem seus papéis militares globais.[66]

Por causa disso, aos olhos da maioria dos americanos, a Alemanha não passou logo no primeiro teste da "relação especial" que lhe tinha sido concedida. Na guerra contra o Iraque em começos de 1991, a recusa alemã de associar-se à aliança militar punitiva foi vista como grave falta de solidariedade entre aliados. Em particular, o argumento das restrições constitucionais contra participação mais ativa foi tomado em debique pela imprensa americana. Um artigo na revista *The National Interest* (nº 24, verão de 1991) foi especialmente sarcástico: "O mundo livre não permanecerá livre por muito tempo, se a águia americana for obrigada a consorciar-se com a teutônica avestruz européia de duas cabeças." Os comentários americanos foram analisados na *Aussenpolitk* (nº III, 1992), por dois cientistas políticos alemães: "Em suma, a 'parceria na liderança' significa que os EUA lideram e a Alemanha segue; uma 'parceria' extremamente desigual, do ponto de vista alemão".

---

[66] Berger, Thomas. op. cit. na nota 12, p. 317-8.

Bem compreendido, então, o quadro hegemônico dentro do qual há-de movimentar-se a Alemanha reunificada, cumpre verificar como vêm os alemães respondendo ao dilema conhecido: uma Europa germanizada ou uma Alemanha europeizada?

Durante 40 anos - conforme observa Simon Bulmer - a pressão geopolítica que se exercia sobre a RFA, parcela de um país cindido no centro de uma Europa ideologicamente dividida, mais a carga moral da herança nazista, restringiram o uso de noções como autonomia e soberania, na prática e na linguagem da diplomacia alemã. A visão da integração européia era em geral empregada para compensar as desvantagens que embaraçavam os alemães diante dos seus vizinhos. O recurso a canais multilaterais era ainda mais pronunciado nas políticas de segurança e defesa. Com o tempo, esse comportamento foi dando aos países vizinhos uma sensação de confiabilidade nos alemães e, finalmente, de aceitação da reunificação da Alemanha. Bulmer tira de tudo isso a conclusão de que a identidade internacional da Alemanha reunificada não é apenas o produto de processos políticos domésticos em resposta a acontecimentos externos. A Alemanha construiu sua identidade através da sua diplomacia, em particular da sua política européia.[67]

A reunificação colocou toda essa problemática sob o foco da análise. Mas do ponto de vista dos vizinhos não há alteração de substância a esperar do papel da Alemanha. Aumentaram a centralidade e a influência da "velha" Alemanha, graças a adições territoriais e demográficas. Um intenso debate se instalou, porém, no nível da elite intelectual alemã, com eventuais intervenções de personalidades estrangeiras.

Subjacentemente às continuidades superficiais, debatem-se problemas como o da moldura a utilizar para a identidade alemã: a da nação, a da Europa ou a global? Numa boa síntese da discussão, Josef

[67] Bulmer, Simon e Paterson, William E. Germany in the European Union: gentle giant or emergent leader? International Affairs, Londres, v. 72, nº 1, janeiro de 1996, p. 10-1.

Janning, da Ludwig-Maximilians-Universitat (Munique) contrapõe o conhecido cientista político Hans-Peter Schwarz ao seu antecessor de cátedra na Universidade de Bonn, Karl-Dietrich Bracher. Bracher, cuja elevada reputação de historiador vem dos anos 50, considerava a RFA uma democracia pós-nacional e segue mantendo que a integração e as políticas integracionistas devem continuar no centro da política externa alemã. Schwarz, chefe-de-fila de corrente de pensamento oposta, parte da permanência do sistema de Estados, seja no plano europeu, seja no global.

Para Schwarz, a paz e a estabilidade na Europa não serão mantidas pela simples continuação da tradicional política européia alemã. Ele é um forte crítico da abordagem de maior integração supranacional característica do Tratado de Maastricht. Enquanto elementos cruciais de soberania permanecerem nas mãos de governos nacionais, a Questão Alemã seguirá sendo um problema latente do sistema europeu de Estados, oferecendo de um lado seu potencial de hegemonia, e de outro lado, desconfiança e pretexto para as coalizões antialemãs. Posto que a integração não diluirá os elementos de soberania em causa, Schwarz conclui que a Alemanha fará melhor recorrendo aos seus recursos nacionais.[68]

A argumentação de Bracher merece ser examinada com mais atenção. Ele é um dos mais eminentes historiadores vivos, cujos estudos da República de Weimar e do Terceiro Reich contribuíram fortemente para a reorientação da historiografia alemã nos anos 60. Foi um dos inspiradores do cenáculo de acadêmicos, sobretudo alemães e americanos, ocupados há muitos anos com debater o conceito de "totalitarismo", visto em particular como a idéia definidora e mobilizadora da Guerra Fria. Para Bracher, é impossível compreender a experiência da Alemanha no

[68] Janning, Josef. A German Europe - a European Germany. International Affairs, v. 72, nº 1, janeiro de 1996, p. 34-5.

século XX, se não se captar a enormidade do desafio que o totalitarismo nazista e soviético representou para a democracia européia e americana. Na Alemanha como nos EUA, o debate dos acadêmicos enleou-se bastante com os temas políticos da Guerra Fria, fornecendo argumentos tanto para os neoconservadores como Jeane Kirkpatrick, quanto para os radicais de 1968. Recorrerei à tradução americana de um importante livro de Bracher, escrito em 1992, já após a reunificação, para uma rápida síntese do seu pensamento a propósito do tema desta seção.

Começarei com a observação de Bracher de que a **dependência** da política alemã diante da situação internacional de poder manifestou-se já nas grandes decisões modeladoras de 1948 e 1949. Absorver as conseqüências da guerra, organizar a reconstrução, assegurar a necessária cooperação para levar adiante essas tarefas, tudo isso esteve estreitamente ligado a integração da Alemanha ocupada na política européia e mundial, dividida em duas linhas bipolares. Mas no processo, a capacidade de **atuar** da política alemã também se impôs desde cedo.

A grande quantidade de iniciativas pan-européias do imediato pós-guerra, algumas oriundas dos planos da resistência do tempo da guerra, foram criando possibilidades concretas para a solução supranacional - "pós-nacional" - do problema do Estado alemão. Após o nacionalismo exagerado do Nacional Socialismo ter reduzido ao absurdo a idéia do Estado-nação como a autoridade final, a idéia da Europa adquiriu poderosa função. É certo que a Corte Constitucional Federal tem afirmado repetidamente que a Questão Alemã permanece aberta, mas nunca esteve aí implícita uma oscilação entre o Oeste ou o Leste. A República Federal sempre apareceu dependente da Europa Ocidental.

A Constituição da República Federal determina a restrição da soberania do Estado-nação "em favor de instituições internacionais e para a manutenção da paz", além da "prevenção de guerra ofensiva" (Artigos 24 a 26 da Lei Básica). Trata-se de algo totalmente novo na história dos Estados modernos, mas que condiz bem com a posição da Alemanha, um

país no meio da Europa, fortemente afetado pelos desenvolvimentos no Leste Europeu e no eixo Norte-Sul. A abertura supranacional embutida na constituição beneficia a política européia da Alemanha e as relações fundamentais com a França.[69]

A argumentação de Bracher leva-nos, pois, à constatação, que tenho mantido sob constante foco, de Alemanha e Japão como potências civilistas, protótipos de um novo ator da cena internacional, idealmente preponderante no século XXI. Em artigo que citei na I Parte, Hanns Maull descreve esse futuro ator como caracterizado por sua: a) aceitação da necessidade de cooperar com outros na perseguição dos objetivos internacionais; b) concentração no emprego de meios não militares, primordialmente econômicos, para a consecução dos seus objetivos nacionais, com o poder militar deixado como instrumento residual, destinado essencialmente para a proteção de outros meios de interação internacional; e c) disposição de desenvolver estruturas supranacionais para a administração de crises internacionais. Tanto Maull quanto Richard Rosecrance vêem a interdependência entre os EUA, a Alemanha e o Japão, no âmbito da *pax Americana,* como levando não ao destronamento dos EUA da posição de líder da Aliança Atlântica e sim à gradual evolução do hegemon no sentido de potência com tais características.[70]

É uma perspectiva, para o futuro do mundo, bem mais estimulante do que a aberta pela renitência de forças neoconservadoras, em geral presas a interesses armamentistas, que nos três países em causa lutam pela "normalização" dos Estados alemão e japonês. O que na maioria das vezes quer dizer: o direito de armar-se e fazer guerra. Cumpre também não esquecer que o Estado nacional não é estágio natural da sociedade humana.

---

[69] Bracher, Karl Dietrich. Turning points in modern times. Cambridge, Massachussetts: Harvard University Press, 1995, p. 275-9.

[70] Maull, Hanns. Germany and Japan. The new civilian powers. Foreign Affairs, inverno de 1990-91, p. 92-3. Maull remete, em nota à p. 93, ao livro de Rosecrance, R. The rise of the trading State.

Surgiu ele na Europa como fruto de séculos de experimentações e erros e será, assim, perfeitamente normal que os europeus continuem buscando, no acervo incomparável de valores civilizacionais acumulado no continente, elementos para experiências mais avançadas de convivência internacional.

As estruturas institucionais e de poder da Europa como um todo estão passando por grandes alterações neste final de século. A Alemanha vem sendo tanto um objeto das transformações como um agente delas. O motor do avanço é, nitidamente, a cooperação franco-alemã, que ao longo do pós-Segunda Guerra Mundial transformou dois "inimigos tradicionais" em parceiros determinados na construção de uma nova Europa. Ao dar conta no *Bundestag* do Tratado da União Européia, assinado ao final das negociações em Maastricht, o chanceler Kohl estava eufórico:

> O caminho para a União Européia é irreversível ... A parceria e a amizade entre a Alemanha e a França foi, é e será decisiva para a Europa. Acima de tudo, estamos unidos com a França na visão de que a Europa crescerá unida não apenas economicamente, mas também no campo político.[71]

Tradicionalmente, o debate doméstico sobre a Europa girava na Alemanha em torno de assuntos comerciais, monetários e financeiros. Falava-se pouco de política externa, de segurança e defesa. Isso era julgado natural, na medida que tanto a RFA como a CE eram vistas como gigantes econômicos e anões políticos. Tal julgamento começou a mudar nos anos 80, quando Paris e Bonn se foram convencendo de que a Europa Ocidental precisava de uma identidade mais forte em matéria de defesa e segurança, inicialmente para fazer face a iniciativas americanas do tipo da Guerra nas Estrelas, mais tarde para reagir construtivamente à política de liberalização da Europa Oriental, posta em marcha por Gorbatchov. Formalmente inaugurada com o Tratado do Eliseu de 1963, a cooperação franco-alemã no terreno da diplomacia, da segurança e da defesa, após

[71] Pond, Elizabeth. The rebirth of Europe. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 1999, p. 45.

anos de altos e baixos, foi reafirmada e aprofundada, em dezembro de 1996, num encontro dos chefes dos dois governos na cidade de Nuremberg.

Outro processo que encerra uma longa história de cooperação franco-alemã é o do euro, inaugurado em janeiro de 1999 como a moeda oficial (escritural, por enquanto) de onze dos quinze países da UE. Sua introdução efetiva como meio circulante, a partir de 2002, representará o início de uma fase de grandes transformações para o atual sistema monetário internacional. Não necessariamente em termos de desafio à hegemonia mundial do dólar, e sim como um novo exemplo da Alemanha atuando como potência de novo tipo.

Para encerrar esta seção, voltarei a Simon Bulmer:

> A unificação da Alemanha teve por certo um efeito liberalizador no **potencial** da diplomacia alemã ... A RFA não mais precisa usar a integração européia para compensar fraquezas diplomáticas. Na posição de potência não-nuclear, amplamente civil, a RFA encontra-se menos desavantajada pelas novas circunstâncias da sua segurança. A Europa 'redefinida' do pós-1989 tem a Alemanha como o seu centro geográfico, uma configuração que ... favorecerá o projeto de dar à identidade alemã características européias.[72]

Liderança alemã no Leste Europeu?

A Alemanha terá sido um dos poucos países a ganhar materialmente com as transformações no cenário mundial, englobadas sob a denominação "fim da Guerra Fria". Seu território aumentou em 30%, a população em 20% e o potencial econômico em 10%. Contudo, a população em conjunto tornou-se mais pobre: sua renda *per capita*, que era a terceira do mundo, anda agora pelo décimo lugar, e isso por causa do enorme saldo negativo que vem deixando o esforço de absorção da economia da antiga RDA.

---

[72] Bulmer, Simon e Paterson, William E. op. cit. na nota 67, p. 30.

De todo modo, o importante a salientar é que a Alemanha ressurgida neste limiar do século XXI não exibe condições militares, econômicas ou políticas que a identifiquem como superpotência em erguimento, com pretensão a liderar o mundo. A permanência da Questão Alemã não se explica, hoje, pela necessidade de abrir espaço para um gigante, mas sobretudo pela memória ainda viva da barbárie nazista. E de forma bem mais limitada, pela ascendência que a Alemanha unificada readquiriu sobre a metade oriental da Europa.

A reunificação da Alemanha fez parte do processo de implosão do império soviético. Com esta, desfez-se a bipartição político-ideológica do continente europeu e reapareceu a velha configuração geopolítica da Europa Central, moldura tradicional do poder alemão. A nova Alemanha não se estende tão a leste quanto o fazia a Alemanha bismarquiana, mas o bastante para agir como um imã sobre a Polônia, as Repúblicas Tcheca e Slovaka, a Hungria, os Estados bálticos e mais além. É através da Alemanha que os fragmentos do império soviético, em vez das reações nacionalistas temidas por muitos analistas, vêm buscando integrar-se na cooperação pan-européia. O inter-relacionamento da Alemanha com o centro e o leste europeus tenderá certamente a intensificar-se com a mudança da capital para Berlim. De uma bucólica cidade renana a 50 Km da fronteira com a França, o Estado alemão terá mudado sua base de ação diplomática para poderoso reduto de confabulações estratégicas a 50 Km da fronteira com a Polônia.

Se é verdade que a reunificação da Alemanha não assustou o mundo, grande foi o impacto sobre o continente europeu. Tanto em função dos ganhos absolutos (os acréscimos citados, no território e na população, e o ressurgimento da Europa Central), quanto pelo aumento relativo do poderio alemão em conseqüência do colapso da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, a Alemanha reunificada impôs-se como o país líder da Europa. Num artigo da época da reunificação, Walter Russell Mead pôs em foco algumas áreas que seriam afetadas pelo novo peso da Alemanha:

O reforçado poderio alemão altera o equilíbrio de forças na Comunidade Européia (CE) e ameaça o papel que a França trabalhou tanto para obter dentro dela. Os países do Leste Europeu, mal acabados de sacudir o jugo soviético, mostram-se preocupados com a possibilidade de simplesmente trocarem a hegemonia de Moscou pela de Berlim. Os EUA estão fazendo a dolorosa descoberta de que a nova Alemanha, quaisquer possam ser suas intenções, desgasta a posição americana, pelo simples fato de existir.[73]

Durante a Guerra Fria, a França e a RFA sustentaram políticas basicamente iguais em relação ao Leste Europeu. Buscavam ambas proteger-se contra uma possível invasão pelo Pacto de Varsóvia, temor que terminou por levá-las a apoiar o *status quo,* no qual cabia à URSS garantir a paz na Europa Oriental. A França permitia-se, no máximo, invocar relações históricas especiais com países da área e discutir aspectos do equilíbrio nuclear com a União Soviética. A RFA procurava melhorar as condições de vida da população afim da RDA. Essa situação de inércia mudou. Os interesses, responsabilidades e capacidade de manobra da Alemanha no Leste Europeu ganharam vulto sobre os da França, fazendo surgir a possibilidade de divergências entre os dois países.

Philip H. Gordon fornece dados que explicam a importância adquirida pelos interesses alemães. Estima-se, por exemplo, que haja mais de 3 milhões de alemães étnicos vivendo na antiga Europa Oriental e na atual CEI. Mais de 1 milhão na Rússia, 400 mil na Polônia, 50 mil na Ucrânia. Pelo simples fato de que esses grupos têm o direito de migrar para a RFA e lá estabelecer-se, não pode Berlim deixar de acompanhar a evolução política e econômica dos mesmos. Há também a potencialidade de refugiados e imigrantes não alemães de países do Leste, razão talvez do fluxo de ajuda econômica da RFA para essa região: entre 1989 e 1992,

[73] Mead, Walter Russell. The once and future Reich. World Policy Journal, v. VII, nº 4, outono de 1990, p. 595.

a Alemanha forneceu mais de metade da ajuda internacional para as repúblicas da ex-União Soviética, bem como mais de metade da ajuda da CE para a Europa Central e do Leste. Reflexo de tudo isso é o impulso tomado na área pelo idioma alemão. Segundo levantamentos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, dos 16 milhões de indivíduos atualmente estudando alemão fora de terras alemães, nos níveis primário, secundário e pós-secundário, 12 milhões estão na Europa Central-Oriental e na CEI.[74]

Cultural e psicologicamente, a Alemanha faz a ponte entre o Oeste e o Leste europeus. A própria economia social de mercado é em boa medida um compromisso entre os valores da economia liberal e os do socialismo. Desde que irrompeu o processo de reformas no antigo Leste Europeu, a RFA estendeu-lhe forte apoio, política, economica e financeiramente, através de treinamento e muitas outras formas. Uma extensa rede de convênios e iniciativas bilaterais foi construída com a União Soviética, a Polônia, a Tchecoeslováquia, etc. Intensificaram-se as consultas e o intercâmbio de experiências no tocante a áreas como a proteção do meio ambiente, os direitos das minorias e outras. No contexto da CE, tornou-se corrente ver a RFA na dianteira, ou às vezes isolada, na concessão de algum benefício a país do Leste, diante da relutância dos outros membros, da França em particular.

O ativismo da Alemanha reflete em parte a passividade ou obstrucionismo dos outros países da Europa Ocidental. Ela e a Itália são os membros de peso simultaneamente da CE e da OTAN. A Grã-Bretanha tem posição complicada com relação à CE e a França com relação à OTAN.

Ocorre, então, que a maior parte das solicitações ou pedidos de informação de Moscou, Varsóvia ou Budapeste sejam feitos diretamente aos alemães. Mas há razões mais específicas para o relevo adquirido pela

[74] Gordon, Philip H. France, Germany and the Western Alliance. Boulder, Colorado: Westview Press, 1995, p. 47 e 72. (n. 50)

Alemanha. No curso do seu próprio processo de reunificação, os alemães acumularam vasto acervo de experiências nos mais variados aspectos da transição do comunismo e de uma economia centralmente planificada para a democracia e a economia de mercado. Os resultados positivos ou negativos da ação da *Treuhand*, a repartição que vem presidindo à privatização das companhias estatais na antiga RDA, é outro manancial de válidas informações que os alemães põem generosamente à disposição dos vizinhos do Leste. Cujo êxito é do interesse da RFA, como a maneira mais segura de desencorajar migrações maciças para o território alemão.

Na sua nova centralidade européia, a Alemanha reunificada sentiu naturalmente com maior intensidade do que seus vizinhos, a onda dos choques institucionais que, em 1993, aprofundaram a integração do continente: a entrada em vigor a 1° de janeiro do Mercado Único e o estabelecimento a 1° de novembro da União Européia, em implementação do Tratado de Maastricht. Também é natural que a Alemanha se venha mostrando mais sensível ao movimento correlato do alargamento da UE, impulsionado pelo fim da Guerra Fria.

O desaparecimento da ameaça soviética, fator que pressionava os membros da UE a unificarem suas posições em vários temas da vida internacional, vem agora permitindo a manifestação das diferenças de posicionamento. Tem-se tornado claro, por exemplo, que Grã-Bretanha, França e Alemanha possuem pontos de vista bem diferentes, no tocante à desejabilidade do alargamento da União para abarcar os países da antiga Europa Oriental; ao aprofundamento do grau já existente de integração do continente, e à relação entre alargamento e aprofundamento. O professor David Allen fornece uma boa síntese dessas divergências:

Os britânicos parecem acreditar (e o demonstravam com veemência sob Mrs. Thatcher) que qualquer alargamento é benvindo, pois que leva ao enfraquecimento dos elementos supranacionais e das ambições federativas no seio da União. Eles sempre se guiaram pelo cálculo quantitativo, até hoje visivelmente errado, de que as realizações da

comunidade - o *acquis communautaire* - não podem ser esticadas para cobrir novos membros sem perderem consistência. Por outro lado, parecem também os britânicos acreditar que as realizações da Cooperação Política Européia ou da Política Externa e de Segurança Comuns - o *acquis politique*, que os britânicos prezam - podem ser esticadas ao infinito, a fim de incluir quantos Estados desejem participar. Os franceses partilharam sempre da opinião britânica sobre a interação alargamento/ aprofundamento, mas tendem a chegar a conclusões opostas quanto à conveniência de maior alargamento em direção à Europa Central e Oriental. Isto põe os franceses em conflito com os alemães, que nunca aceitaram a idéia de que mais amplo significa mais fraco e tendem, ao contrário, a ver a questão do alargamento para o Leste como estímulo essencial e benvindo para o aprofundamento da atual união.[75]

Durante quarenta anos, os governantes alemães tinham trabalhado na expectativa de que a reunificação do país só seria obtida no quadro da Europa unida. Os acontecimentos, no entanto, possibilitaram a reunificação alemã quando ainda ia em meio a integração européia, tornando o prosseguimento desta tarefa vital para a nova Alemanha, que viu reabrirem-se diante de si as vastidões orientais, terreno tradicional de guerra e paz para ela. Desenvolver vínculos estruturais entre a UE e o Leste; ampliar a unificação européia aos outros países da Europa Central e, mais além, a áreas da CEI, tudo isso passou a figurar entre as prioridades da diplomacia alemã, que já não precisa mais passar pela aquiescência dos quatro ocupantes instalados em Berlim. Duas capitais tornaram-se particularmente importante para o trabalho alemão: Paris e Washington.

Manter-se fiel à Aliança Atlântica é, para a Alemanha, não somente uma imposição dos fatos (vimos na seção anterior como os EUA se mantêm aptos a continuar se ocupando da segurança européia), mas

[75] Allen, David. Conclusions: the European rescue of national foreign policy? Hill, Christopher. The actors in Europe's foreign policy. Londres: Routledge, 1996, p. 293.

também decisão perfeitamente de acordo com o interesse maior do país. Há mais de uma razão para isso. Mesmo após a implosão da União Soviética, segue havendo no extremo oriental do continente uma potência territorial maciça, cuja permanente boa disposição para com a Alemanha não é garantida. Acresce que se trata de potência nuclearmente armada, o que só por si já aconselharia à não nuclear Alemanha aliar-se a quem lhe possa dar cobertura. E por fim, alternativas à OTAN, como um eventual sistema europeu de defesa ou a neutralidade da Alemanha, não são soluções realistas nas condições imperantes.

Para a Alemanha reunificada, nenhum dos novos interlocutores da cena internacional com que lhe toca inter-relacionar-se é tão importante quanto a Rússia. Há por trás disso alguns séculos de alternância entre paz e guerra. Conforme observa W. R. Smyser: "Do décimo-oitavo ao vigésimo séculos, alemães e russos mostraram-se fascinados uns pelos outros, num misto de temor e atração que talvez seja único nas relações internacionais".[76] Típico desse relacionamento é o fato de Alemanha e Rússia raramente terem sido aliadas. O usual era buscarem a amizade ou a neutralidade, uma da outra; não a aliança. Nesta reconstituição dos últimos cinqüenta anos de política externa alemã que estou tentando, vimos uma sucessão de governantes alemães procurando obter a compreensão de Moscou, não necessariamente sua ajuda, para a superacão em prazo longo dos problemas advindos da divisão territorial da Alemanha. O que é menos conhecido é o impulso que a *Ostpolitik* alemã deu à revolução política iniciada na União Soviética por Gorbatchov. Detalhes fascinantes a esse respeito foram reunidos pelo especialista inglês em Alemanha, Timothy Garton Ash, num livro de 1993.[77]

---

[76] Smyser, W. R. USSR-Germany: a link restored. Foreign Policy, v. 84, outono de 1991, p. 136.

[77] Craig, Gordon faz uma boa resenha do livro de Ash, T. G. In Europe's name: Germany and the divided continent. Nova York: Random House, 1993, em Foreign Affairs, janeiro-fevereiro de 1994, p. 162-7.

Não é exagerado dizer que o futuro da Europa, na primeira metade, pelo menos, do século XXI, vai depender muito de como evoluam Alemanha e Rússia e as relações entre elas. Será fundamental que a Rússia leve a bom termo sua transição para uma economia de mercado moderna e democrática e que os dois países possam repetir, na Europa Oriental, um entendimento do tipo do que alcançaram no Ocidente Alemanha e França.[78]

No espaço delimitado por esses dois marcos de estabilidade, caberá à Alemanha ajudar na modernização dos países egressos do império soviético. Tarefa à qual o primeiro ministro Helmut Kohl costumava aludir falando do papel da Alemanha como o catalisador da integração européia. Kohl estava certamente fazendo uma figura de retórica, mas é curioso registrar a tese desenvolvida em livro de 1998 por uma professora australiana, Linda Weiss, especialista nos Estados desenvolvimentistas do Leste Asiático.[79] Ela estuda o Estado alemão, inclusive o do pós-Segunda Guerra Mundial, como apresentando uma poderosa capacidade institucional equiparável a do Estado japonês, e chama os dois: "Estados catalisadores", isto é, aptos a promoverem seus objetivos não tanto através da utilização dos próprios recursos, e sim assumindo o papel dominante em coalizões de Estados, instituições transnacionais e grupos do setor privado. Eu recorrerei com mais atenção às idéias de Linda Weiss na quinta seção desta II Parte, dedicada ao capitalismo alemão. Por enquanto fica feito o registro de que a Alemanha vai precisar de toda a sua habilidade catalisadora para assumir a liderança na integração dos países da Europa Central e Oriental no continente unificado do século XXI.

Já acentuei o interesse da Alemanha no êxito dos processos de reforma e democratização dos países em causa, como a melhor garantia imaginável contra explosões de refugiados. Os alemães não se encontram,

---

[78] A problemática das relações Alemanha-Rússia está ampla e brilhantemente estudada por Stent, Angela E. Russia and Germany reborn. Princeton: Princeton University Press, 1999.

[79] Weiss, Linda. The myth of the powerless State. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

porém, em condições de enfrentar sozinhos a tarefa e terão de tomar a frente dos europeus no que disser respeito à Polônia, a Hungria, etc. Precisarão, depois, ampliar seu esforço catalisador, com vistas a interessar EUA e Japão no trabalho colossal de ajudar a Rússia a também tornar-se uma sociedade aberta e moderna. No processo, os alemães necessitarão aprender - como um destacado político cristão-democrata lhes aconselha que façam: a pensar e agir em termos mais globais. Não há como escapar. Os alemães vão ter de perceber o desafio do subdesenvolvimento, vendo-o da perspectiva da Índia; as questões do comércio internacional, do ângulo do México; os problemas do meio ambiente global, com os olhos do Japão. E deverão esforçar-se mais para dominar a língua desses países.[80] Tem-se aí um programa à altura de país que se reencontrou como o centro da Europa, fadado a liderar o continente nos tempos incertos, mas excitantes que se apresentam.

Exemplo expressivo das incertezas e, ao mesmo tempo, riqueza de possibilidades que cercam os problemas europeus na abertura do século XXI é, precisamente, o das expectativas dos países que se liberaram da dominação soviética. Uma das principais palavras-de-ordem da chamada "revolução de veludo", por eles conduzida em 1989, foi a do "retorno à Europa". Só que a Europa fácil e próspera entrevista por cima da Cortina de Ferro ia acabar com o fim da Guerra Fria de que eles eram os arautos. A conjuntura histórica em cujo seio formou-se a União Européia está sendo superada e seus membros mais antigos e sólidos começam a ter de ver-se com problemas pós-nacionais. Enquanto os países da antiga Europa Oriental, de um modo geral, apenas encetaram a caminhada para se estruturarem como Estados nacionais.

Vou apenas lançar uma vista-de-olhos sobre dois desdobramentos, um no sentido supranacional, da globalização, e o outro, antitético, regionalizante. Em ritmos e graus de implementação distintos,

[80] Stuth, Reinhard. Germany's role in a changing Europe. Aussenpolitik, v. 1, 1992, p. 32.

reorganizações regionais do espaço econômico estão acontecendo um pouco por toda parte na Europa, dentro de fronteiras nacionais ou por cima delas. Num artigo em *Foreign Affairs* (Janeiro/Fevereiro de 1997), John Newhouse, da *Brookings Institution*, cita círculos bancários e de negócios, na Europa, que antevêem o coração financeiro e industrial europeu estruturado em configurações com o formato de bananas. Duas dessas zonas já podem ser delimitadas no mapa. A primeira desce da Inglaterra pelo Norte da França e os países do Benelux, seguindo pelo Vale do Reno até a Suiça. A segunda parte da região do Veneto, na Itália, em direção oeste, passando pela Lombardia e o Piemonte, Alpes do Ródano, costa e interior da França mediterrânea, até penetrar na Catalunha; esta segunda zona é chamada pelos entusiastas o *Sunbelt* europeu e estaria passando por uma explosão econômica do tipo da região homônima americana.

O regionalismo atuante nessas interações territoriais não tem muito que ver com o retorno a raízes culturais comuns. O grande objetivo é a criação de riqueza e o motor das iniciativas é a convicção de interesses locais de que eles estão mais habilitados a cuidar das necessidades regionais - fluxos de capitais, infovias e meios de locomoção rápidos - do que burocracias distantes, nas capitais nacionais ou em Bruxelas. Dando forma às zonas, começam a surgir redes intermodais para o transporte de pessoas e mercadorias, graças a malha cerrada de laços aéreos, ferroviários e rodoviários, planejados conjuntamente por grupos de dois, três ou mais países. Presentes nessas malhas aparecem cada vez mais os trens a grande velocidade, dos quais cidades, e não Estados nacionais, têm-se mostrado os campeões.

A Alemanha é talvez o país europeu mais envolvido nesse surto de regionalização, e o melhor preparado para o caso, em virtude da sua sólida estrutura federal. O federalismo não foi imposto à RFA pelas potências ocupantes; foi opção dos pais-da-pátria de 1948-49, que basearam nos *Länder* a vida política do país. Os governos estaduais

dominam a política social, inclusive a educação, e têm voz na política externa através dos escritórios que mantêm em Bonn e Bruxelas. Em Bonn eles controlam o *Bundesrat*, a câmara alta, com participação decisiva na legislação que afeta os assuntos financeiros e administrativos dos *Länder*.[81]

O crescimento econômico do pós-Segunda Guerra Mundial apoiou-se, na Alemanha, numas quantas grandes cidades rivais - Hamburgo, Munique, Stuttgart, Frankfurt e Düsseldorf. Dentre os *Länder* restabelecidos na antiga RDA, após a reunificação, o mais próspero é a Saxônia e Dresden a mais influente das cidades capitais. Intensos laços produtivos vêm sendo estabelecidos entre a Saxônia e estados "ocidentais" como a Bavária e o Baden-Whürttemberg. É crescente a tendência a que firmas das grandes cidades alemãs tomem a dianteira das autoridades federais, no estabelecimento de relações com países da Europa Central e do Leste. A Siemens, de Munique, terceira maior firma alemã, abriu escritórios em todos esses países, inclusive a Bósnia.

O que nos trás ao outro desenvolvimento a ser salientado. O texto básico a respeito é um artigo de Richard Rosecrance, diretor do Centro de Relações Internacionais da Universidade da Califórnia (L.A.), que se celebrizou com um livro de 1986 sobre o Estado comerciante, desenvolvido por Alemanha e Japão para compensar as limitações de soberania a ambos impostas pelas potências vitoriosas na Segunda Guerra Mundial. A grande inovação foi que o Estado deixou de dar prioridade ao controle de território para concentrar-se no aumento da sua parte no comércio internacional. Naquela época, as mercadorias tinham maior mobilidade do que o capital ou o trabalho, e exportar era o grande objetivo. À medida, porém, que o capital foi adquirindo maior mobilidade, exportar foi deixando de ser a única maneira de crescer economicamente: tornou-se interessante produzir fora as mercadorias destinadas ao mercado externo.

---

[81] Newhouse, John. Europe's rising regionalism. Foreign Affairs, janeiro-fevereiro de 1997, passim.

Cada vez mais - prossegue Rosecrance -, são os países menos desenvolvidos, produtores de bens derivados da terra, que se apegam ao território. Nas economias em que se tornaram preponderantes e móveis o capital, o trabalho e a informação, desapareceu o fetiche da terra. Os países desenvolvidos preferem explorar o mercado mundial do que adquirir território. Conseqüência lógica dessa liberação da terra é o Estado virtual: um Estado que deprecia sua capacidade produtiva de base territorial. O passo seguinte é a firma virtual, firmas que percebem a vantagem de localizar suas instalações produtivas onde for mais lucrativo. E a tendência é que isso não coincida com o lugar onde tem sede a firma. Parcelas da firma se dispersam pelo globo, de acordo com as especialidades que lhes cabem.[82]

O caso da Siemens, citado acima, expressa a convergência, na Alemanha de hoje, da tendência ao regionalismo e do crescimento da firma virtual. Cada vez mais as grandes firmas alemãs, e mesmo muitas médias e pequenas estão deslocando produção para o exterior, com os países da Europa Central e Oriental como o primeiro destino. Tudo faz crer que a Alemanha manterá a lideranca no esforço de modernizar as duas regiões em causa. Mas as soluções econômicas e sociais que o futuro vai impor e a roupagem política que revestirá essas soluções ainda estão muito imprecisas.

Os desenvolvimentos dos anos 90 estão evidenciando como que um congelamento da história, durante as décadas de regimes nazista e comunista no Leste Europeu. Os conflitos, tensões e problemas da evolução das sociedades da área para Estados modernos - evolução apenas encetada ao fim da Primeira Grande Guerra e da derrocada dos Impérios Otomano e dos Habsburgos - começaram a reaparecer com intensidade. A nova Alemanha tem aí um poderoso desafio. À prova será posta, não

[82] Rosecrance, Richard. The rise of the virtual State. Foreign Affairs, julho-agosto de 1996, passim.

somente sua aptidão coalizadora para conduzir a integração das terras do Leste em instituições pan-européias, mas também sua própria e desejável consolidação como Estado civil e pacifista.

A Alemanha diante da hegemonia dos EUA

A série de eventos portentosos e surpreendentes que sacudiram a Europa entre 1989 e 1991 - levante das populações do Leste Europeu; a queda do Muro de Berlim; reunificação da Alemanha; implosão da União Soviética - pareceu ter tornado sem sentido a manutenção da OTAN, eis que no processo havia também desaparecido o Pacto de Varsóvia, adversário formal da Aliança Atlântica.

Houve, com efeito, um transitório impulso, da parte sobretudo de capitais do Leste Europeu, inclusive Moscou, no sentido de suplantar a OTAN pela CSCE (Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa). Expressão do chamado "Processo de Helsinque", a CSCE abarca todo o continente europeu e a América do Norte, numa cooperação para a defesa "de Vancouver a Vladivostok". Parecia, assim, o quadro perfeito para o congraçamento dos antigos adversários da Guerra Fria, suplantando não apenas a OTAN, mas também o Pacto de Varsóvia.

Na Cimeira de Paris, que em novembro de 1990 reuniu na capital francesa presidentes e primeiros ministros de toda a Europa, EUA e Canadá, no intuito precisamente de pensar as bases de uma Europa pacificada, a visão acima concorreu com outras três, sintetizadas com agudeza por Robert L. Hutchings: a) a visão atlanticista, advogada com vigor pelos EUA e a Grã-Bretanha; seus partidários viam o mundo como lugar ainda perigoso, no qual a necessidade de segurança militar tinha sido reduzida mas continuava substancial; a permanência da OTAN era indispensável, inclusive para ajudar a preencher o vazio deixado pela previsível dissolução do Pacto de Varsóvia e a retração do poder soviético; impunha-se a continuada presença política militar dos EUA na Europa,

para contrabalançar o que restasse do poder militar da União Soviética e o crescente poder da Alemanha; b) a visão europeanista, defendida pela França e os "Eurocratas" de Bruxelas; a presença americana seria benvinda num período inicial, até que a Europa (os doze da CE e novos aderentes) pudesse assumir a plena responsabilidade por sua própria segurança; como segurança fosse aí definida menos em termos militares do que numa perspectiva de interação econômica, valores comuns e história e tradição repartidas, a CE teria mais relevância para a outra metade do continente do que a OTAN com seu puro poderio militar; c) a "Europa dos Estados", visão abraçada abertamente apenas por Margaret Thatcher, mas que tinha não poucos partidários silenciosos; era na realidade uma visão neo-gaullista, com a sua ênfase na soberania dos Estados e a preferência pelas relações bilaterais da diplomacia tradicional.[83]

Por ocasião da Cimeira de Paris, ainda existia a União Soviética e a posição dos seus delegados, esteada nas concepções de Gorbatchov da "nossa casa européia comum", procurava evitar a marginalização da União Soviética, aceitando em contrapartida a presença dos EUA no concerto europeu. Já os EUA, partiam da premissa de que era-lhes imprescindível manterem-se na Europa, a fim de contrabalançar o poder dos russos e assegurar a estabilidade que permitisse a uma Europa Ocidental mais unida ampliar para o Leste a zona de paz e democracia. A presença americana proporcionaria, demais, a oportunidade de pôr de pé uma ordem duradouro para além da Guerra Fria, na qual antigos adversários convivessem num novo sistema de segurança cooperativa. Robert L. Hutchings, que entre 1989-92 foi funcionário graduado do Conselho de Segurança Nacional do presidente Bush e como tal acompanhou, de dentro, o trabalho diplomático dos EUA nestas matérias de que estou tratando, resumiu em cinco pontos a posição dos EUA. Não apenas na Cimeira de Paris, mas inclusive no embasamento da "nova ordem mundial" de que Bush começara a falar. Para maior exatidão, vou traduzir o trecho correspondente do livro de Hutchings:

[83] Hutchings. op. cit. na nota 47, p. 150-1.

Primeiro, a OTAN tinha de sobreviver ao desaparecimento da ameaça contra a qual fora formada, posto que continuava a ser o elo institucional vinculando a segurança européia à da América do Norte e a única instituição capaz de atender à defesa coletiva. Isso, por sua vez, significava que as forças americanas tinham de ser mantidas num número substancial, mesmo se diminuído. Segundo, o papel da OTAN na Europa do pós-Guerra Fria teria de passar por transformação radical: internamente - visando a um novo equilíbrio entre os papéis e responsabilidades da Europa e da América; externamente - estendendo para o Leste a Comunidade Atlântica; e existencialmente - adaptando-se aos nascentes desafios à segurança no continente europeu. Terceiro, a redução radical das forças nuclear e convencional, na Europa, tinha de ser levada a cabo de maneira a não suscitar novas instabilidades e inseguranças, que contrariamente ao desejado terminassem por tornar as forças russas ainda mais preponderantes, numa Europa menos militarizada, e também de maneira a assegurar que a capacidade e prontidão dos europeus estivessem à altura dos novos tipos de ameaça no horizonte. Quarto, os EUA precisavam abraçar a causa da unidade européia, inclusive no tocante ao desenvolvimento de uma política exterior e de segurança comum, mantendo ao mesmo tempo a indivisibilidade da segurança transatlântica, duas tarefas conflitantes entre si que se mostraram mais fácil de conciliar na teoria do que na prática. Quinto, a CSCE não dispunha de capacidade institucional e operacional para desempenhar papel político mais forte e assumir novas responsabilidades de defesa, em particular nas áreas de prevenção de conflitos e administração de crises.[84]

[84] Ibid., p. 154

Evidentemente, vinda de um graduado servidor público americano, a síntese acima é posta em termos positivos, sem qualquer eco das acusações de prepotência hegemônica na reestruturação do mundo de pós-Guerra Fria, que os críticos dos EUA retiram desse mesmo elenco de posições daquele país. Cumpre, porém, ressaltar, como já fiz em outros momentos deste estudo, que as pretensões do hegemona se tornam em geral viáveis com a complacência ativa dos liderados. No caso vertente, e conforme registra Paul-Marie de La Gorce num artigo de severa crítica à política Washington:

Nenhum governo ou força política de peso, em qualquer dos países europeus, deu mostras de querer contestar a aliança militar, fosse por ela mesma, fosse na sua organização política, nas suas principais estruturas ou no seu funcionamento. As correntes preponderantes na Europa foram, ao contrário, unanimemente favoráveis à manutenção do sistema atlântico tal como existia. Foi, por tanto, juntamente com interlocutores dispostos a manter o essencial do sistema atlântico, que os EUA puderam seguir definindo o futuro dele.[85]

A consagração da linha americana foi dada, em novembro de 1991, numa outra cimeira da OTAN, desta vez em Roma. O Pacto de Varsóvia já estava morto e o texto aprovado na reunião tirava disso, explicitamente, duas conclusões:

A primeira é que a novidade deste contexto não afeta nem o objetivo nem as funções de segurança da Aliança, dá antes realce à sua permanente validez. A segunda é que o novo contexto oferece, ao contrário, novas oportunidades para a Aliança adaptar sua estratégia ao quadro de uma concepção ampliada da segurança.[86]

---

[85] De La Gorce, Paul-Marie. L'OTAN et le prépondérance des États Unis en Europe. Le Monde Diplomatique, março de 1993, p. 4.

[86] De La Gorce, Paul-Marie, L'Alliance atlantique, cadre de l' hégémonie américaine. Le Monde Diplomatique, abril de 1999.

Logo em começo de 1992, o vazamento em Nova York de documentos oriundos do Pentágono viria mostrar como os círculos competentes dos EUA estavam procedendo à adaptação do seu pensamento estratégico ao novo contexto internacional. A 08.03.1992, o *New York Times* tornou pública a existência de um documento, redigido no Pentágono com contribuição do Conselho de Segurança Nacional da Presidência e a audição do próprio presidente. Veio esse documento a ficar conhecido como o Relatório Wolfowitz, do nome do subsecretário da Defesa que chefiara o grupo encarregado de elaborá-lo. Anteriormente, o *International Herald Tribune* (18.02.1992) dera curso a um outro relatório, também emanado do Pentágono e redigido sob a direção do almirante Jeremia, adjunto do general Colin Powell, o chefe da Junta de Chefes de Estados-Maiores.

Tanto o Relatório Wolfowitz quanto o Relatório Jeremia deixavam clara a determinação do governo americano de tudo fazer para perpetuar a situação de única superpotência militar, em que a implosão da URSS deixara os EUA. Para tanto, conforme vazado pelo NYT, deviam os EUA desincumbirem-se de duas tarefas principais: "estabelecer e assegurar uma nova ordem internacional, capaz de satisfazer os interesses dos países industrializados avançados de forma a desinteressá-los de contestar a liderança mundial", e manterem seu predomínio militar em nível tal, que refreie potências competidoras a sequer aspirarem à ampliação do respectivo papel, no nível global como no regional".

Não foi díficil para os EUA superarem o relativo entusiasmo dos europeus pela CSCE (quinto ponto da lista de Hutchings que transcrevi acima). A própria abrangência do foro, "de Vancouver a Vladivostok" no sentido anti-horário, permitiu aos americanos fazerem soar o perigo de uma aproximação entre russos e alemães, que diluisse o controle dos EUA sobre a permanente ameaça de um ressurgimento do nacionalismo alemão. A participação da URSS (depois CEI) no esquema também trazia problemas: uma CEI fraca perturbaria a instituição; forte, poderia

dominá-la. Em 1994, a Rússia chegou a propor a criação de um Conselho de Segurança da CSCE, sugestão que não prosperou. No caminho, a CSCE foi institucionalizada como Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE) e continua ativa, com 54 membros.[87] Argumento consistentemente levantado contra ela, do lado americano, é o de que, por sua natureza de sistema pan-europeu de segurança sem a presença constrangedora dos EUA, ela representa o retorno ao conceito da segurança coletiva, dos anos 20 e 30, o exato oposto de uma aliança. A preocupação com a defesa seria renacionalizada e a atuação da OSCE cairia na dependência dos interesses nacionais dos membros.[88] Em boa medida, como ficará visto mais adiante, isso começou a acontecer.

Com a OSCE mantida em papel secundário, sentiu-se a OTAN livre para cuidar da segurança do conjunto dos países do Leste (segundo ponto da lista de Hutchings), cabendo-lhe determinar os critérios e o ritmo para a aceitação de novos membros na aliança. Um primeiro passo foi proposto por americanos e alemães, por ocasião de visita do ministro do Exterior Genscher a Washington (outubro de 1991), sob a forma de um Conselho de Cooperação Norte-Atlântico (CCNA), foro aberto aos países da Europa Central e Oriental, países bálticos e União Soviética, para consultas regulares com a OTAN, no nível de ministros do Exterior ou embaixadores. Criado na Cimeira de Roma da OTAN (novembro de 1991), o CCNA perdeu relevância logo na sua segunda reunião, em março de 1992, quando não conseguiu superar o problema de quem convidar dentre os países surgidos da recém-implodida União Soviética. Ele vem sobrevivendo, porém, como instituição paralela à OSCE e que serve para tornar a esta redundante.

A questão do alargamento geográfico da OTAN, aprovada em princípio na Cimeira de Madrid (1997), tem dado margem a fortes

[87] Hoffmann, Stanley. The case for leadership. Foreign Policy, n. 81, inverno de 1900-91, passim.
[88] Cf. Joffe, Josef. The security implications of a United Germany. Adelphi Papers, n° 257, p. 88.

divergências no selo da organização, com os americanos e alemães aparecendo como os membros mais determinados a levar avante o processo, embora ainda hesitantes sobre que novos membros escolher e para quando, após a já efetuada associação (abril de 1999) da Polônia, Hungria e República Tcheca. A França, que foi um renitente crítico do alargamento, preocupada com o deslocamento para o Leste do centro de gravidade da aliança, à medida que fossem sendo recebidos novos países da Europa Oriental, mudou completamente de posição, ao dar-se conta que o alargamento fora posto em marcha. Busca agora a França assegurar o mais rápido possível a associação de países como a Romênia, considerada aliada histórica da França, no intuito de diluir a preponderância dos EUA na organização. Problema controverso, que tem inclusive oposto a RFA aos EUA, é o da eventual associação da Rússia. Além das conseqüências negativas que a entrada da Russia na OTAN teria sobre a coesão da aliança e as relações transtlânticas, encontrar-se-ia a organização em contato direto com a China, desenvolvimento de grande impacto para o futuro da paz na Eurásia.[89]

Acumulam-se os sinais de que a *pax Americana-II*, concebida em Washington nos termos dados a entrever por textos como os dos Relatórios Wolfowitz e Jeremia, não vai transcorrer na forma disciplinada que caracterizou a p*ax Americana-I*. No "grande espaço"[90] que se estende do Pacífico Ocidental à Porta de Brandenburgo, sobre o qual os EUA instalaram seu sistema de segurança global, ancorado numa extremidade no Japão e na outra na RFA, a Guerra Fria ajudou a manter hierarquizados os assuntos da política internacional: a "alta política" da segurança militar preponderando sobre a "baixa política" das questões econômicas e sociais.

---

[89] Sobre esse ponto e toda a questão do alargamento da OTAN ver Kamp, Karl-Heinz. NATO entrapped: debating the next enlargement round. Survival, v. 40, nº 3, outono de 1998, passim.

[90] O "grande espaço" para a instalação da influência americana no pós-guerra foi um conceito que já aparecia nos primeiros estudos para a reorganização do mundo, a que me referi na abertura deste trabalho.

Os aliados preferenciais Japão e RFA, postos ambos no torniquete da "anormalidade westphaliana" para a qual chamei a atenção na I Parte deste trabalho, e embora tendo vindo a saudar e aproveitar ao máximo as limitações de soberania a eles impostas, ajudaram dedicadamente o hegemon a edificar, na zona do capitalismo avançado, a estabilidade liberal democrática que marcou a Europa Ocidental nas décadas do pós-Segunda Guerra Mundial, e cuja eventual extensão à metade oriental do continente é problema-mor destas décadas do pós-Guerra Fria.

Deixando de lado o Japão e o Leste Asiático, com as suas peculiaridades, vou fixar-me na Alemanha, que teve papel central na problemática em causa, sob a *pax Americana-I*, e tende a ser ator decisivo nos novos tempos. A instituição que deu forma à política econômica da Alemanha, tanto interna quanto externamente, conhecida como economia social de mercado, foi articulada nos anos 50 sob forte influência do ocupante americano. Peter J. Katzenstein, da Cornell University, estudou longamente, e inclusive organizou uma coletânea de preciosos artigos sobre o tema[91], o processo de institucionalização multilateral do poder alemão, à medida que a RFA evoluía premonitoriamente para um Estado pós-moderno, post-nacional, em cima da sua anormalidade westphaliana.

Não foi por acaso - acentua Katzenstein - que a teoria das relações transnacionais haja sido originalmente elaborada por um cientista político alemão, Karl Kaiser, antes de ser aprofundada por especialistas americanos das relações internacionais. Ou que um dos mais influentes estudos acadêmicos das últimas quatro décadas sobre a política externa alemã (*Regionale Verflechtung der Bundesrepublik Deustschland*. Munich: Oldenbourg, 1973) se tenha concentrado na interdependência regional da Alemanha com a Europa e a OTAN.

---

[91] Katzenstein, Peter J. Tamed power: Germany in Europe. Ithaca: Cornell University Press, 1997, p. 76.

Desde 1949 [continua Katzenstein] a política alemã saiu em apoio às mudanças que iam ocorrendo nas relações internacionais européias, sob a liderança americana. O acesso aos mercados substituiu a conquista territorial, e os contactos internacionais de tipo multilateral passaram a ser pronunciadamente preferidos às barganhas nacionais, bilaterais. Antes de 1945, a Alemanha utilizava, e inclusive ajudava a definir, os padrões clássicos de influência bilateral entre Estados. A partir de 1945, arranjos multilaterais passaram tipicamente a servir de veículo para os padrões nacionais de influência e poder da Alemanha. Em suma, após 1945, as estruturas anteriores de dominação bilateral da Alemanha ou foram suplementadas, ou substituídas, por estruturas de influência multilateral.[92]

Os alemães desenvolveram, na prática e na teoria, o que chamam a *gesellschaftiche Aussenpolitik*, ou política externa societária. Paralelamente à política externa oficial do governo, a maioria das grandes instituições da sociedade alemã também conduzem relações próprias com o estrangeiro. Normalmente, buscam relacionar-se com instituições similares de outros países, criando ou reforçando assim malhas de relações transnacionais. O sistema se apóia em fundações com financiamento público, estreitamento associadas aos quatro maiores partidos políticos do país. Inicialmente, nos anos 50 e 60, essas fundações voltavam-se para a educação política na Alemanha. Gradualmente, transferiram parte das suas operações para o exterior, acabando por adquirirem uma presença global. Têm-se a Fundação Konrad-Adenauer, dos cristãos-democratas; a Fundação Friedrich-Ebert, dos sociais-democratas; a Fundação Friedrich-Naumann, dos liberais; e até a militante Fundação Heinrich-Böll, dos ecologistas filiados ao Partido Verde. Há muitas outras instituições - sindicatos, associações científicas, institutos de pesquisa e até células de reflexão dos mais variados matizes - ativamente tecendo laços no exterior.[93]

---

[92] Katzenstein. op. cit., p. 265.

[93] Ibid., p. 265-66.

Todo esse talento e esforço dos alemães têm estado a serviço da *pax Americana*. A OTAN, recorde-se, sempre pretendeu ser mais do que uma aliança militar. O seu lado contundente se expressa no Artigo 5 do tratado, pelo qual os signatários concordam em que ataque contra um deles será considerado ataque contra todos, pedindo resposta comum, se necessário pelas armas. Mas o Artigo 2 atribui à aliança o propósito "de aprofundar o desenvolvimento de relações internacionais pacíficas e amistosas ... instituições livres, através da difusão da melhor compreensão dos princípios que fundamentam tais instituições e da implementação de condições de estabilidade e bem-estar".[94] Isso foi o que veio fazendo a Alemanha, no contexto da Europa Ocidental. Trata-se agora de verificar se o êxito poderá ser repetido no resto do continente.

Mais cheio de incógnitas é o terreno coberto pelo Artigo 5 do tratado da OTAN, à medida que se dissipa a disciplina que a existência da Guerra Fria ajudava os EUA a manterem sobre os aliados. Uma penetrante reflexão sobre o tema e o artigo escrito a quatro mãos pelo especialista em assuntos asiáticos, James Clad, e o professor Daniel Hamilton, do Aspen Institute de Berlim.[95] Os dois autores examinam, com abrangência e agudeza, a problemática de Japão e Alemanha, tolhidos pela anormalidade westphaliana que lhes foi imposta na esteira da esmagadora derrota de ambos na Segunda Guerra Mundial, e cujos traços essenciais vêm sendo reiterados pelos EUA nesta abertura da *pax Americana*-II[96], a hesitarem - na Guerra do Golfo de 1991, por exemplo - em assumir o papel de "parceiros na liderança" com que lhes têm ocasionalmente acenado os americanos. A opinião pública nos EUA não soube perceber

---

[94] Anderson, Jeffrey. Hard interests, soft power, and Germany's changing role in Europe. Katzenstein, Peter. op. cit. na nota 91.

[95] Hamilton, Daniel e Clad, James. Germany, Japan, and the false glare of war. The Washington Quarterly, outono de 1991, passim.

[96] Em 1997, os EUA renegociaram o Tratado de Assistência Mútua com o Japão, que perdera sentido após a implosão da URSS, e introduziram sutilmente dispositivos que poderão servir para a mobilização do lado japonês contra a China. Também com relação a Alemanha foram readequadas as restrições que expressem a "anormalidade westphaliana" desse país.

as ações de Japão e Alemanha que, mesmo se não diretamente relevantes para a causa aliada, representaram iniciativas sem precedentes na história dos dois países após 1945. A reação deles mostrou que nenhum dos dois assumirá papéis de liderança enquanto não se sentir motivado por seus próprios interesses nacionais, ao fim de processos de joeiramento doméstico e de ajustamentos com vizinhos e aliados.

A Guerra do Golfo - acentuam Hamilton e Clad - teve tanto na Alemanha como no Japão o efeito de um choque salutar, determinador do início, afinal, de debate interno sobre o papel e as responsabilidades de cada um deles no mundo do futuro. E as acaloradas discussões, nesses países democráticos e prósperos, têm provocado muitas conclusões inovadoras sobre como sair de uma participação relativamente passiva no mundo da Guerra Fria para a posição de suportes conscientes e decisivos da nova era".[97]

No tocante em especial à Alemanha, registram nossos autores:

"A conclusão alemã é negociar termos mais duros de engajamento econômico, dentro da Europa e entre a CE e o mundo exterior. Embora compromissados com o multilateralismo, os líderes alemães acreditam que várias estruturas multilaterais deixaram de estar adequadas, nas suas formas atuais, às novas realidades. Mostram-se os alemães menos hesitantes em usar o novo peso da Alemanha para rearmar velhas instituições, criar outras novas e estabelecer, com seus principais parceiros, novos termos de associação mais consentâneos com suas visões dos interesses da Alemanha. A atitude firme tomada pelo Bundesbank e pelo governo alemão, no caso da união monetária européia, não refletiu qualquer nova hesitação diante de tal união; anunciou, ao contrário, uma nova segurança de propósitos na definição da unidade européia em termos alemães.[98]

---

[97] Hamilton e Clad. op. cit., p. 43.

[98] Ibid., p. 45.

A Alemanha [concorda em conversa com o autor o cientista-político brasileiro René Armand Dreifuss] já definiu os seus interesses nacionais. Mas ela não está se erguendo contra a hegemonia americana nem abandonando a preocupação civilista, pacifista, que a caracterizou no pós-Segunda Guerra Mundial. Os passos que estão sendo dados no sentido da maior militarização da Alemanha atestam, sobretudo, a tomada de consciência pelos líderes alemães de que não obteriam respeito, na Europa ampliada, se não esteassem sua pregação num poderio militar. Tendo, por outro lado, em conta a lição transmitida pelos diversos conflitos da década de 1990, em particular a Guerra do Kosovo, de que os povos europeus e o americano recusam-se a aprovar conflitos de grandeza ou duração importantes. A criação de uma capacidade militar autônoma, que dê credibilidade à UE como ator estratégico, veio a ser do interesse dos próprios EUA. Sem isso, os americanos se verão forçados a intervir em conflitos localizados, magnificando situações suscetíveis de serem mais fácil e rapidamente solucionadas num quadro europeu.[99]

Tal é, também, a lição que o reputado historiador americano Gabriel Kolko tira "das guerras do século XX", num importante artigo em *Le Monde Diplomatique* (novembro de 1999). Lembra ele como, às vésperas dos ataques aéreos contra a Iugoslávia:

Todos os responsáveis da OTAN estavam sem exceção convencidos de que a alta tecnologia e o maciço poder de fogo poriam os sérvios de joelhos, em poucos dias... O martelamento da Iugoslávia esteve nas primeiras páginas dos jornais, durante 11 dolorosas semanas, marcando uma virada fundamental e histórica no relacionamento dos EUA tanto com os seus parceiros europeus quanto com a Rússia e a China... Finalmente, a Guerra do Kosovo destruiu o sonho da utilização da OTAN como instrumento prático para fazer face a crises na Europa, e muito menos alhures.

[99] Comunicação oral, em entrevista a 2 de dezembro de 1999.

No dia 10 de maio de 1999, numa reunião européia em Bremen, o minisitro alemão da Defesa, Rudolf Scharping, levantou a idéia de uma política eficaz européia de segurança e defesa. Menos de um mês mais tarde, a idéia apareceu formalmente no relatório que os ministros do Exterior e da Defesa dos dez Estados-membros da União da Europa Ocidental (UEO) apresentaram ao Conselho Europeu, reunido (3-4 de junho) na cidade de Colônia.

Essa reentrada em cena da UEO pediria uma reconstituição da cooperação franco-alemã em matéria de segurança e defesa, que infelizmente não vou ter espaço para fazer. Direi apenas que, em que pese aos altos e baixos dessa cooperação - registrados na I Parte do presente trabalho: do Tratado do Eliseu ao entendimento Mitterrand-Kohl - mantiveram-se sempre os dois países fiéis à lógica da construção e integração européias. Há um claro elemento de continuidade no relacionamento da França com a Alemanha, que é a determinação de ambas de verem suas relações bilaterais como o ponto-de-partida de um amplo projeto europeu. Os sucessivos insucessos na tentativa de organizar a cooperação para a segurança e defesa no nível europeu foram, em geral, seguidos pelo reforçamento da cooperação bilateral, como preparação do terreno para futuro ensaio de transposição dos acertos bilaterais para o âmbito da Comunidade.[100]

Em Colônia, então, os líderes europeus comprometeram-se a criar uma força militar totalmente operacional, e proclamaram a intenção de tomar as decisões necessárias para que a união militar da Europa se torne realidade até o ano 2000. Comentando essa iniciativa, Richard Medley, chefe de uma consultaria especializada em análises políticas para firmas multinacionais, a saudou como passo no sentido de traduzir em trunfo geopolítico a robustez adquirida pela Europa com a sua união econômica

[100] Bloch-Lainé, Amaya. Franco-German cooperation in foreign affairs, security and defense. Webber, Douglas (ed.). The Franco-German relationship in the European Union. Londres: Routledge, 1999, p. 150.

e financeira. Medley põe em realce dois pontos: a) construir uma união militar significará fabricar na Europa armas, aeronaves, navios e satélites, vale dizer, criar empregos num continente carente deles. A longa dependência européia da capacidade americana teve efeitos nefastos sobre as decisões de investimentos estratégicos, no continente. Embora as economias européia e americana sejam basicamente iguais (cerca de 8 trilhões de dólares cada), os EUA gastam 290 bilhões de dólares por ano com a defesa, enquanto a Europa gasta menos de 140 bilhões. É notória a inferioridade européia nos campos da inteligência, transporte estratégico e comando e controle. Para a UE equiparar-se aos anglo-saxões nessas matérias, seria necessário destinar 70 bilhões de dólares na compra de equipamentos de fabricantes europeus no financiamento de pesquisas em laboratórios europeus: sete vezes mais do que os atuais dez bilhões; b) os europeus ainda não adaptaram suas forças armadas ao desaparecimento da ameaça de invasão soviética do continente. Vários países da Europa tem mais de 1% das respectivas populações usando fardas, esquecidos de que grandes exércitos permanentes são pouco producentes e em total desacordo com as necessidades atuais da Europa. Em Colônia decidiu-se que o primeiro objetivo da união militar será desenvolver uma força européia de resposta rápida, dispondo de unidades menores mais bem treinadas.[101]

É nesse contexto que começam a adquirir valor especial as estruturas da OSCE, moldura conveniente para o repontar de visões estratégicas nacionais, no quadro de uma Europa nem por isso em perda de vigor integracionista. Nenhum país expressa ali com mais transparência do que a Alemanha esse rico futuro, só na aparência contraditório. Para descrever o ímpeto alemão, nesta virada de milênio, vou recorrer às palavras vigorosas de René Dreifuss:

---

[101] Medley, Richard. Europe's next big idea. Foreign Affairs, v. 78, n° 5, setembro-outubro de 1999, p. 18-22.

> Deve ser lembrado que a Alemanha (retoma em mãos o seu destino) em tempos de **globalização** econômica, **mundialização** societária e cultural e **planetarização** político-estratégica e institucional, quando a Alemanha se reconhece a si mesma como **pólo motor tecno-produtivo** e **plataforma científico-tecnológica** de atuação transnacional, pretendendo, ainda, na sua condição de **pivô político-estratégico**, um novo papel na gestão supranacional em configuração.

A Alemanha age no interior de uma complexa soma de múltiplas frentes de política externa, tendo passado, pela segunda vez em um século, pelo crivo da formação e consolidação de si própria como Estado nacional. Na realidade, o Estado alemão, paradoxalmente, tem que afirmar, como poucos, a nacionalidade em meio ao processo de europeização e de globalização. E o faz, ancorada na sua legitimidade interna, até agora tendo respondido de forma bem sucedida aos desafios da complexa fusão societária, econômica e militar embutida na (re)construção de Estado, reorganização produtiva, financeira e (re)unificação nacional... Esse processo de **(re)nacionalização** - em meio a uma dinâmica internacional e transnacional - exige da Alemanha flexibilidade de ação e capacidade de discernimento e definição de interesses muito além das suas já estabelecidas áreas de presença e influência, mudando consideravelmente a perspectiva do espaço econômico europeu e do sistema político continental.[102]

A Alemanha e o futuro do capitalismo

No momento em que os EUA cuidam de instalar no mundo a *pax Americana - II*, enquanto um punhado de firmas transnacionais, na maioria americanas, procuram firmar o paradigma modelador, possivelmente, das

[102] Dreifuss, René Armand. A visão estratégica na construção do futuro da Alemanha. Mimeo, Rio de Janeiro, 1999.

próximas décadas do capitalismo,[103] é válido concluir que a Alemanha, agora reunificada e a sobranceiro das vastidões do antigo Leste Europeu, comece a reunir forças para uma nova partida na sua recorrente busca de emparelhamento (*catching up*) com o nível mais avançado, a cada época, da modernidade.

Tal como o Japão, a Alemanha é país de industrialização tardia. Vale dizer, os dois países inseriram-se no capitalismo industrial décadas depois da industrialização pioneira da Inglaterra, buscando repetir a experiência inglesa através de processos fortemente dependentes da ação dos respectivos Estados. Numa industrialização tardia, a intervenção governamental mostra-se indispensável para a mobilização e distribuição dos investimentos em setores julgados fundamentais, assim como para a formação dos recursos humanos e a capacitação tecnológica dos mesmos.[104]

Na virada do século XIX para o XX, a Alemanha levou o seu desafio à Inglaterra ao ponto de constituir-se em real candidato a modelador da II Revolução Industrial. Suas fragorosas derrotas em duas guerras mundiais enterraram o sonho, e foram os EUA que se afirmaram, com o fordismo e um poderio militar sem precedente na história humana. Conforme já ficou visto, o hegemon da *pax Americana* cooptou os dois grandes derrotados da Segunda Guerra Mundial para baluartes do dispositivo de defesa ocidental na Guerra Fria, abrindo-lhes facilidades para um novo esforço de emparelhamento. Na altura dos anos 80, Alemanha e Japão haviam convergido para a fronteira tecnológica, provocando o declínio relativo da economia dos EUA. O Japão, inclusive,

---

[103] Dois pesquisadores da famosa BRIE; da Universidade de Berkeley, M. Borrus e J. Zysman, sugerem wintelismo para substituir o obsoleto fordismo. Trata-se da combinação de Windows, o sistema operacional da Microsoft, com Intel, nome da firma que lidera mundialmente o setor dos microprocessadores.

[104] Uma boa análise de como foi assim na Alemanha bismarckiana é fornecida por Snyder, Jack. Myths of empire. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

dava mostras de poder fornecer o paradigma modelador de uma antevista III Revolução Industrial. Os EUA, no entanto, lograram retomar o comando da situação, graças ao salto tecnológico do programa Guerra nas Estrelas, de Reagan, e à verdadeira revolução financeira da virada dos anos 90. Ao invés da simples passagem a um novo paradigma industrial, sobreveio uma transição civilizacional. Entrou o mundo na Idade Informacional.

Para postular, como fiz acima, o ínicio de um novo esforço de emparelhamento da Alemanha com a fronteira tecnológica é preciso detectar sinais disso nos quadros alemão e europeu, e pôr fé na solidez da sociedade alemã. Com efeito, a imagem que os dados macroeconômicos vêm transmitindo desde o começo da década de 1990 é pouco encorajadora, em grande parte em função dos custos bem mais altos do que esperado da absorção da RDA. A Alemanha continua a ser um lugar-alto da indústria mundial, mas a diminuição dos investimentos externos, o elevado índice de desemprego e a queda no preço das importações combinaram-se para dar nascimento a um debate, que vem mobilizando a população, em torno do tema *Standort Deutschland*. Ou seja, saber se diante da globalização econômica, da abertura da Europa Oriental e do Mercado Europeu Único continua a RFA a ser uma localização atrativa para a atividade industrial.

O debate em questão vem focalizando sobretudo o setor industrial, deixando muito de lado os serviços e pondo ênfase nos custos do trabalho e nas relações trabalhistas; no peso dos impostos e da burocracia; na falta de inovação combinada com a dependência em relação às indústrias manufatureiras tradicionais; e no custo da proteção ambiental. Duas professoras universitárias alemãs fornecem um interessante balanço do debate, partindo do desenvolvimento que está na base do pessimismo surgido a propósito do futuro econômico da Alemanha. Em 1990, lembram elas, a reforma monetária (conhecida como Gemsu) que unificou os sistemas financeiros da RFA e da RDA fez nascer na população alemã a falsa expectativa de que um novo "milagre econômico" estava à porta, semelhante ao sobrevindo nos anos 50, na esteira da reforma monetária

de 1948. A verdade, porém, era que diferiam por completo os ambientes políticos em que foram efetuadas as duas reformas monetárias, resultando em reações distintas da parte das pessoas. Nos dois casos houve grandes migrações do Leste para o Oeste, mas enquanto nos anos 50 pôde a reconstrução econômica da RFA beneficiar-se fortemente de um fluxo contínuo de operários qualificados, engenheiros, contadores e negociantes, que chegavam como refugiados, desterrados ou pessoas de volta à pátria, mas todos sem lugar fixo no país e dispostos a tudo fazer para serem aceitos, os alemães orientais que em 1989-90 buscavam entrar na economia ocidental, mesmo se sinceramente dispostos a fazê-lo, vinham marcados por uma vida de trabalho em sistema que deixava a instituições as principais decisões econômicas e garantia constitucionalmente um posto de trabalho a cada cidadão. Uma pesquisa de 1989 estimou existirem na RDA apenas 360.000 pessoas com habilidades empresariais. O fluxo de 1950 tinha carreado para a RFA cerca de 10 milhões de indivíduos altamente motivados.[105]

As duas professoras trazem também à discussão a crescente relutância do empresariado alemão em aceitar um dos elementos básicos da chamada economia social de mercado. Foi esta arquitetada no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, sob a égide dos ocupantes ocidentais, desejosos de verem a economia alemã prosperar num clima de paz trabalhista que tirasse espaço para os militantes esquerdistas. Empregadores e empregados foram estimulados a agir como sócios capazes de trabalharem num quadro de leis específicas, livre da interferência direta do Estado. Os salários e as condições de trabalho eram acertados através de um processo de negociação coletiva, segundo o qual os sindicatos e as associações dos empregadores reviam os salários uma vez por ano e as condições de trabalho cada cinco anos, em regra. Nos períodos intermediários não era normalmente possível alterar os contratos e as

[105] Ostermann, Hanna e Schmidt, Ute E. Investing in Germany: Standort Deutschland. James, Peter (ed.). Modern Germany. Londres: Routledge, 1998, p. 69-73.

greves e *lockouts* ficavam proibidos. A força e produtividade adquiridas no pós-guerra pela economia alemã foram permitindo a melhoria contínua dos salários e das condições de trabalho do operariado alemão, inclusive através da codeterminação no nível das companhias: representação dos trabalhadores nas juntas de supervisão das firmas com mais de 2.000 empregados, e nos conselhos de trabalho no chão-da-fábrica. Os sindicatos se constituíam por indústrias, com um único deles para cada setor particular. As negociações, conduzidas em geral no nível regional ou federal, produzem resultados compulsórios. Tudo isso passou a ser visto como sufocante pelo empresariado, à medida que a economia alemã veio sofrendo o impacto da globalização e do Mercado Europeu Único, e que manufaturas baratas produzidas nos países da Europa Oriental começaram a desbancar as manufaturas alemãs no mercado doméstico. O empresariado começou a clamar pela **flexibilização** dos diversos aspectos da economia social de mercado. A produtividade alemã só tem conseguido manter-se relativamente alta, à custa de uma forte redução dos empregos.[106]

Problema que tem provocado polêmica é o da aparente queda na capacidade de inovação da economia alemã. As duas professoras que citei acima adotam essa tese, recorrendo a análises de Hofinger and Nielsen (1995), segundo às quais pencas de jovens inventores e inovadores estariam deixando a RFA, ou porque seus esforços não fossem reconhecidos ou porque se sentissem limitados pela rigidez do sistema educacional e a inflexibilidade do sistema produtivo. O fato era que um fosso tecnológico começava a instalar-se, entre a Alemanha e os EUA e o Japão, no momento em que o mundo entrava na sociedade da informação. O assunto precisa ser examinado mais de perto, porém.

A inovação é esforço indispensável à marcha do capitalismo, mas é falso ver tal esforço como algo em si mesmo. Uma das maiores lições transmitidas pelos japoneses aos *late industrializers* é ver a inovação como

[106] Ibid., p. 73-78.

momento de um contínuo que vem da invenção até a imitação. Sendo um contínuo, é possível nele penetrar em qualquer das suas fases, e os japoneses privilegiaram a fase da imitação para ascender, já no interior da cadeia tecnológica, aos momentos mais exigentes da inovação. Autora que estudou com brilhantismo o tema foi a professora Alice H. Amsden, da Harvard Business School. "Se a industrialização ocorreu primeiramente na Inglaterra com base na invenção [diz ela], e se depois continuou na Alemanha e nos EUA com base na inovação, é certo que os países atrasados de hoje devem buscar a industrialização através do aprendizado."[107] Para o avanço do capitalismo, o momento da inovação, definível como a transformação da invenção em produtos ou processos, é mais importante do que a invenção, em geral levada a cabo por uns poucos indivíduos através de tentativas e erros, e que poderá ficar simplesmente esquecida se não for capturada pela inovação. A partir da II Revolução Industrial (final do século XIX) a Alemanha e os EUA se sobrepuseram à Inglaterra introduzindo a teoria e a experimentação científicas no esforço de inovação.

Foram firmas alemãs, por exemplo, que fundaram os primeiros laboratórios industriais modernos, com vistas a abrir-se espaço no comércio das anilinas nas décadas finais do século XIX. A reconhecida excelência da Alemanha na química industrial baseou-se, tradicionalmente, na dedicação à pesquisa básica por parte de umas tantas firmas, ajudadas por um sistema educacional focalizado nas tecnologias com futuro e que privilegiava a aplicação da ciência aos setores básicos da economia. As indústrias em florescimento na Inglaterra e nos EUA eram estudadas, codificadas, copiadas e aperfeiçoadas num esforço consistente de emparelhamento com a fronteira tecnológica. Esforço organizado, diferentemente da divisão imperante no mundo anglo-saxão entre macro

[107] Amsden, Alice H. Asia's next giant: South Korea and late industrialization. Nova York: Oxford University Press, 1989, p. 4.

e microeconômico, no nível do mesoeconômico, no qual interagiam o governo, os sindicatos e os grupos financeiros e industriais.

Paralelamente à química industrial, a Alemanha posicionou-se na abertura da II Revolução Industrial buscando a liderança no fabrico do aço e de bens de capital, particularmente no suprimento a terceiros de maquinaria para a produção de manufaturas. Umas poucas firmas gigantescas de projeção mundial se impuseram nas duas grandes especializações alemãs, inclusive na indústria automobilística, mas é característico da cultura empresarial alemã o número muito alto de pequenas e médias empresas privadas, mantidas nas mãos das famílias fundadoras com uma história de controle aprimorado de certos nichos da produção. Constituem a chamada *Mittlestande*, camada que controla o setor das máquinas-ferramentas e produz 75% do total da química industrial alemã.[108]

Tendo em vista a natureza de repto à supremacia anglo-saxã que caracterizou desde o ínicio o esforço de emparelhamento tecnológico alemão, é compreensível que a Alemanha tenha sido mantida muito à margem, na primeira metade do século XX, do intercâmbio internacional de informações técnicas e científicas. A partir do início da Guerra de 1914-18, passando pelo tumultuado período até a eclosão da Guerra de 1939-45 (inflação dos anos 20, Grande Depressão, preparação para o novo conflito), Segunda Guerra Mundial e ocupação aliada (1945-49), os cientistas e engenheiros alemães viram-se por sua vez compelidos a dar ênfase à pesquisa aplicada sobre a pesquisa básica. Tudo isso explica que no imediato pós-Segunda Guerra Mundial a química industrial alemã, presa tradicionalmente ao uso do carvão como fonte primária, tenha-se encontrado desavantajada pela petroquímica americana.

---

[108] Para uma história da química industrial alemã e seu choque com a petroquímica dos ocupantes americanos ver Stokes, Raymond G. Opting for oil: the political economy of technological change in the West-German chemical industry, 1945-1961. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, passim.

Note-se que nos primeiros anos do pós-guerra, mesmo a indústria química americana ainda se baseava majoritariamente no carvão. Mas a logo a seguir encetada edificação da *pax Americana* teria como um dos seus pilares o fortalecimento do sistema internacional do petróleo, ou seja a tomada em mãos pelas "Sete Irmãs", o cartel das maiores firmas mundiais do petróleo (quatro delas americanas), da produção, refino e comercialização do petróleo na grande área externa aos EUA e ao mundo soviético, ambas regiões servidas por sistemas petrolíferos locais. A situação marcante do sistema internacional do petróleo era o controle exercido pelas "Irmãs" sobre o petróleo de produção barata do Oriente Próximo e a substituição maciça do carvão pelo petróleo como fonte de energia primária, levada a cabo na Europa Ocidental à sombra da implementação do Plano Marshall. Na altura de 1961, o petróleo havia suplantado o carvão como base da química industrial alemã, apesar de até os meados dos anos 60 continuarem a ser desenvolvidas, na RFA, inovações em processos químicos baseados no carvão.[109] O abandono do carvão fora desenvolvimento sobretudo político, que inclusive permitira o enfraquecimento na Europa Ocidental dos sindicatos de mineiros, tradicionalmente controlados pelos comunistas.

O que estou querendo acentuar é que o problema da inovação não pode ser visto apenas em termos técnicos. Socialmente, conforme observa Alice Amsdem, há um problema comum a todos os países que decidem encetar o desenvolvimento capitalista e que é fazer com que os homens de espírito empreendedor, existentes nos seus círculos de negócios, passem a considerar com seriedade a introdução da tecnologia nos respectivos empreendimentos. Amsdem cita a respeito uma passagem de Thornstein Veblen, que procura captar a origem de maneiras diferentes de ser entre capitalistas americanos e alemães:

[109] A informação sobre inovações na carboquímica alemã, até entrados os anos 60 é dada na obra citada na nota 108, p. 118-20.

> [Os alemães] sendo homens que ascenderam através da escola e não através da loja do interior ou do escritório de um pequeno advogado, demonstravam capacidade de apreciar aquela margem de conhecimento teórico e técnico indispensável para a boa condução da indústria moderna; daí que a comunidade industrial alemã se tenha irresistivelmente encontrado sob o domínio consistente do perito tecnológico, enquanto os industriais americanos caíam na mesma época [final do seculo XIX] sob a férula dos estrategistas financeiros.[110]

Setenta anos depois de ter sido publicado esse comentário de Veblen, o diretor do Instituto Max Planck (Stuttgart) emitiu um outro, que é quase a imagem reflexa do primeiro, procurando explicar porque a Alemanha e a Europa Ocidental como um todo, estavam sendo deixadas para trás pelos EUA, no desenvolvimento da microeletrônica:

> A Europa por tradição considera os homens de negócios como uma classe distinta da dos intelectuais. A nova tecnologia requer, no entanto, uma combinação harmônica da curiosidade científica intelectual com a prática dos negócios, que é dificil encontrar na Europa. Prova disso foi dada recentemente, quando uma companhia química alemã não conseguiu encontrar um sócio europeu de estatura equivalente para fazerem pesquisa básica. A firma terminou assinando o maior contrato de pesquisas da história com a Universidade Harvard e o Hospital Geral de Massachusetts. Esta cisão entre negócio e pesquisa pode ser tão séria quanto o problema dos impostos na maior parte dos países europeus, onde a norma é não favorecer o capital de risco e penalizar os ganhos de capital.[111]

---

[110] Op. cit. na nota 107, p. 22-3.

[111] Queisser, Hans. The conquest of the microchip. Cambridge, Massachussetts: Harvard University Press, 1988, p. 164.

Muito se tem escrito sobre o atraso em que caiu a Europa no tocante às tecnologias da informação.[112] Desenvolvimento surpreendente quando se considera que, ainda nos anos 50, a Europa Ocidental podia ser considerada *grosso modo* a par com os EUA na concepção e produção dos componentes eletrônicos da época. As grandes firmas européias começaram a perder velocidade nos anos 60, quando a indústria foi sacudida por uma série de inovações como a introdução do chamado processo planar na elaboração dos semicondutores e a utilização do silício em lugar do germânio para matéria-prima. Demonstrando morosidade típica de grupos acomodados na captação de rendas, as elites empresariais européias, apesar de cultas e bem informadas, tardaram demais em reconhecer as vantagens comerciais do humilde silício, deixando-se ultrapassar nesse setor pelo Japão, apesar de estarem gastando muito mais que o país asiático, em pesquisa acadêmica. Ainda em 1988, a parte da CEE nos investimentos em pesquisas da tríade foi de 39,9%, contra 51,2% dos EUA e 10,8% do Japão.

O embotamento da visão empresarial européia tornou-se mais grave nos anos 70, diante da irrupção em força da microeletrônica, amparada na inventividade de jovens em rompimento com o ensino tradicional e a afluência de capital de risco para o Vale do Silício, na Califórnia.

De um modo geral (e esse foi também o caso em países como o Brasil), as elites governamentais e empresariais européias viram a informática como um setor a mais na paisagem industrial do país, e não como a vaga de fundo que ia transtornar tudo, pedindo assim tratamento diferenciado. Como o que lhe deram o Japão e os NPIs asiáticos. Os investimentos das firmas européias na microeletrônica permaneceram modestos, e sem a intenção dinamizadora que os asiáticos puseram nos seus.

---

[112] Além do importante livro de Queisser, podem ser consultados: Sharp, Margaret. Europe and the New Technologies. Londres: Frances Pinter, 1983. Mackintosh, Ian. Sunrise Europe. Oxford: Basil Blackwell, 1986. Malerba, Franco. The semiconductor business. Londres: Frances Pinter, 1985.

Cabe aqui, no entanto, introduzir um ponto, do qual pouco se fala, mas que não escapou ao recém-citado diretor do Instituto Max Planck. Registrou ele:

> Os europeus foram relativamente lentos em se dar conta da importância da tecnologia dos computadores. Projetos internacionais grandiosos para o processamento de dados foram postos de pé por vários governos, nos anos 60, com o objetivo de criar uma indústria européia de computação capaz de competir com a IBM; todos falharam. O fato é que as burocracias governamentais não tinham chance no mercado livre, competindo com bem sucedidas multinacionais. O Japão pôde permitir-se competir com as firmas americanas de processamento de dados, mas a Europa presa à OTAN não podia fazê-lo.[113]

Em última análise, todas as ponderações que possam ser feitas no pós-Segunda Guerra Mundial, sobre a força inovadora da economia alemã, têm de ser testadas à luz da lógica da *pax Americana.*

Chegou o momento de trazer à colação, conforme prometido na Seção "Liderança alemã no Leste Europeu?, a rica tese da australiana Linda Weiss sobre os Estados desenvolvimentistas no Japão e na Alemanha. O atributo que ela destaca nesse tipo de Estado é a "capacidade transformativa", isto é, a aptidão do Estado de adaptar-se a pressões e choques externos, gerando maneiras sempre novas de governar o processo da transformação industrial. Dito de outro modo: "A capacidade de conceber e implementar políticas que **aumentem** o excedente investível da sociedade, em vez de simplesmente **redistribuir** os recursos existentes".[114]

Japão e Alemanha usaram sabidamente as suas respectivas capacidades transformativas, ao serem enquadrados pelo sistema de

---

[113] Queisser. op. cit., p. 158.

[114] Weiss, Linda. The myth of the powerless State. Ithaca: Cornell University Press, 1998, p. 4-5.

segurança global dos EUA, na esteira da Segunda Guerra Mundial. Os dois países transformaram em vantagens mercantilistas as limitações westphalianas que lhes foram impostas, e prosperaram ao ponto de virem a incomodar comercialmente o hegemon. As condições geopolíticas distintas do Leste Asiático e do continente europeu deram ao Japão uma vantagem adicional sobre a Alemanha, que foi a de não ficar enleado em esquemas integracionistas ou pactos de segurança regionais. O Japão manteve sua liberdade de competir com as firmas americanas, consoante assinalado por Hans Queisser, e no contexto da política pacifista de Shigeru Yoshida pôde levantar um avançado complexo industrial de lógica civil.

> Na Alemanha - voltando a seguir Linda Weiss - as condições sob as quais foi o Estado reestruturado e o papel dele redefinido, no imediato pós-guerra, resultaram na submersão parcial da capacidade transformativa. O papel dinamizador anteriormente exercido pela burocracia prussiana passou às mãos de instituições resultantes dos dois tipos de reformas introduzidos pelos ocupantes, e que tinham visado ao desmantelamento do Estado centralizado montado sob os nazistas e das corporações industriais gigantes. "Mas o resultado final dessas reformas não foi nem de longe um Estado debilitado, incapaz de guiar a economia."[115]

Linda Weiss firma dois pontos com relação à Alemanha do pós-1945. O primeiro é o esforço do Estado por se manter "atrás da cortina ", e delegar amplamente os poderes de coordenação. Às instituições já em existência - regiões, organizações de negócios, o sistema bancário -, o governo federal acrescenta umas quantas instituições inovativas intermediárias, como os tão importantes Institutos Fraunhofer, estabelecidos em 1949 com fundos do governo central para promover o aperfeiçoamento tecnológico e que constituem, em conjunto, o sistema

[115] Ibid., p. 126.

nacional de inovação. O sistema alemão dispõe, assim, de muitos mecanismos de coordenação, habilitados a proporcionar melhorias continuadas, sem no entanto possuir uma inteligência coordenadora central do tipo do MITI japonês. Por quê, pergunta Weiss, dá-se o Estado sediado em Bonn tanto trabalho para parecer agir na sombra, como se nem sequer dispusesse de uma política industrial? E ela mesma responde:

> Minha impressão é que a resposta reside, em parte, na combinação pouco usual de pressões geopolíticas: o efeito do papel desempenhado pela nação na guerra e sua derrota militar; a busca de aceitação na Europa; e o economicamente correto da Guerra Fria. Expressa, também em parte, a reação aos temores domésticos de que a intervenção estatal traria de volta os comportamentos autoritários ... A derrota de 1945 pôs em marcha um esforço nacional por mostrar-se excelente em termos econômicos e conquistar assim o reconhecimento internacional. Tanto as trágicas ações da era nazista, quanto a poderosa influência dos EUA no pós-guerra deram força à idéia, presente na liderança alemã, de que a nação só reconquistaria estatura mostrando como os alemães são capazes de serem os melhores alunos da democracia e do liberalismo econômico.[116]

O outro ponto firmado por Linda Weiss diz respeito à segunda ordem das reformas introduzidas pelos ocupantes de 1945: o desmantelamento das corporações alemães gigantes. Por causa da preocupação do Estado alemão de agir na sombra, é comum ver o sistema econômico da Alemanha ser classificado como "coordenado pelo setor privado". Weiss considera simplista essa visão e formula a tese de que o sistema, através do qual o desenvolvimentismo do Estado alemão foi delegado e contido desde 1945 (sistema que ela batiza de governança pelo setor privado - GSP), não é um simples produto da iniciativa do setor

[116] Ibid., p. 129.

privado. O GSP permitiu ao Estado fugir à tarefa de guiar ou orquestrar a transformação industrial, mas a permanência dele nos bastidores tem sido vital para a operação e manutenção do sistema. Num *late industrializer* europeu como a Alemanha, as associações de homens de negócios não são tão nitidamente parte da sociedade civil, quanto naquelas economias pluralistas em que tais associações desempenham em geral o papel de lobistas para interesses maiores. No contexto alemão, a GSP dá relevo a duas importantes características do sistema ali vigente: a) a estrutura mesoeconômica na qual a indústria, o governo e o trabalho organizado colaboram em torno de matérias relevantes de política pública, com a indústria e o trabalho tomando a si boa parte da implementação; b) a natureza de um sistema cuja força associativa tende a estar intimamente relacionada com os projetos e recursos do Estado.[117]

Os cartéis - prossegue Linda Weiss - são a forma suprema sob a qual a indústria alemã tem sido vista a exercer auto-governança. No pós-guerra, os ocupantes e os neoliberais alemães muito fizeram para quebrar as combinações industriais, através de legislação, mas a lei eventualmente aprovada em 1957 com o objetivo de proibir os cartéis abrigava um sem número de exceções. A verdade é que, de forma muito semelhante aos acordos entre indústria e governo no Japão, o cartel tem representado na Alemanha um poderoso instrumento para a delegação da política industrial. Num ambiente internacional altamente competitivo, onde por várias razões certas formas de ativismo estatal tendem a provocar críticas, o cartel é um útil recurso, que permite ao Estado manter-se no fundo da cena.

Como os japoneses, os cartéis alemães podem ser vistos como tentativa de tratar problemas de ajustamento através da auto-organização. Mas será falso considerar esse tipo de acertos como "independentes do Estado". Ao contrário, eles dependem enormemente da ajuda do Estado

[117] Ibid., p. 130-2.

na aplicação de sanções e das obrigações compulsórias trazidas pela filiação, a fim de funcionarem.[118]

As análises de Linda Weiss transmitem a fé na solidez da sociedade alemã, a que aludi no início desta seção como necessária para antecipar um novo esforço da Alemanha com vistas a emparelhar-se com a nova fronteira tecnológica. Ela mostra, ainda, a permanência da capacidade transformativa do Estado alemão, o agente insubstituível do emparelhamento. Resta agora buscar as evidências de que está realmente em marcha tal esforço.

Vou ter de recuar um pouco no tempo, à primeira metade dos anos 80, quando os EUA puseram em marcha o seu terceiro esforço, num período de 40 anos, de empurrar para o alto, abrangentemente, a fronteira tecnológica. O primeiro desses esforços foi o Projeto Manhattan da época da Segunda Guerra Mundial, para o desenvolvimento da bomba atômica e, subseqüentemente, da tecnologia nuclear civil. O "choque do Sputnik", em 1957, desencadeou o segundo grande esforço tecnológico dos americanos, simbolizado pelo Programa Apolo para colocar o homem na Lua; é sabido que os bilhões de dólares de dinheiro oficial derramados sobre esse programa foram fundamentais para dar viabilidade à indústria moderna da eletrônica, financiando por exemplo o processo de miniaturização dos circuitos integrados e garantindo a supremacia de firmas americanas. O terceiro esforço foi a Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE ou SDI na sigla inglesa), do presidente Reagan (1983), e que ficou conhecida como a Guerra nas Estrelas.

Numa palestra na Chatham House, de Londres, o então chefe do Planejamento do MRE da RFA, Konrad Seitz, foi incisivo a propósito desse programa americano:

---

[118] Ibid., p. 134-5.

> A Europa não deve também perder de vista um aspecto especial da IDE: as conseqüências tecnológicas das pesquisas nela envolvidas. A verdade é que o esforço de pesquisa coberto pela IDE poderá resultar num avanço tecnológico de tal ordem que empurrará a economia americana para o século XXI, deixando a Europa definitivamente em situação de dependência. Este é o desafio tecnológico que a IDE está apresentando à Europa e para o qual urge uma resposta européia.[119]

O comentário de Seitz pôs a nu um outro ângulo da problemática do fosso tecnológico entre o hegemon e seus seguidores: o crescimento do fosso não é função apenas do que deixem de fazer ou façam mal os seguidores, há também a preocupação do hegemon em acelerar seu distanciamento dos outros. No caso da IDE essa preocupação foi levada a extremos. É ainda Seitz que cita a decisão dos EUA de porem fim ao relativo liberalismo das primeiras décadas do pós-guerra, quando o Japão tinha podido desenvolver sua indústria dos semicondutores com a ajuda de licenças americanas: "Os anos 80 trouxeram, porém, o 'choque do semicondutor', com os americanos tendo de ver os japoneses abrindo um rombo no mercado de pastilhas semicondutoras dos EUA. Desde então, a concessão liberal de licenças pela indústria americana tornou-se coisa do passado".[120]

Em vez de ajuda, os promotores da IDE passaram a raspar o que pudessem encontrar de tecnologicamente interessante nos países aliados. No tocante ao Japão, Reagan obteve do primeiro-ministro Nakasone, em novembro de 1983, um acordo administrativo que permitia levantar, em favor exclusivamente dos EUA, as restrições a exportações de valor militar estabelecidas pela legislação japonesa. Os americanos estavam realmente de olho nas tecnologias civis de uso dual, e a missão de especialistas que

[119] Seitz, Konrad. SDI: the technological challenge for Europe. The World Today, Londres, agosto-setembro de 1985, p. 154.

[120] Ibid., p. 156.

em maio de 1985 foi ao Japão escolher as realizações que pudessem interessar à IDE só visitou fábricas do setor civil.[121] Quanto à Europa Ocidental, a opção americana foi recrutar diretamente firmas ou pesquisadores que tivessem projetos de interesse. Em 3 de junho de 1985, o *Financial Times* noticiou estarem enviados do Pentágono levantando listas de laboratórios de diferentes países europeus, suscetíveis de serem contratados individualmente, antes das decisões de seus respectivos governos de participarem ou não da IDE.[122]

Num desenvolvimento paralelo à IDE, mas de origens distintas, os países europeus viram-se nos anos 80 também sob a pressão da CE, galvanizada no caso pelo comissário para a Indústria, conde E. Davignon, que se erigiu promotor de um programa no qual as 12 maiores companhias européias das tecnologias da informação se reuniram em mesa-redonda para discutir e desenvolver políticas comuns de apoio às indústrias européias. Surgiram duas opções para os governos da Europa Ocidental: ou se internacionalizarem, aderindo à IDE americana com o seu atrativo de 26 bilhões de dólares a serem distribuídos em cinco anos, ou aceitarem as soluções supranacionais da CE. Foi nesse contexto que a França saiu com projeto de uma European Research Coordinating Agency (Eureka) para a qual obteve o apoio da Alemanha, trabalhando com habilidade as divergências domésticas entre Kohl e Genscher, no selo do governo alemão. O Eureka ficou como um marco do que é possivel fazer, quando a França e Alemanha cooperam.

Já desde os anos 70, França e Alemanha haviam começado a demonstrar preocupação, no nível governamental, com o atraso em que vinham caindo as respectivas indústrias de semicondutores. As autoridades dos dois países cuidaram de estimular seus produtores, fazendo-o

---

[121] Tratei mais longamente desse episódio no artigo: Porto de Oliveira, Amaury. Alemanha e Japão: potências civis do século XXI. Revista USP, nº 26, junho-agosto de 1995, p. 68.

[122] Toda a problemática da IDE, do repto da França e da formação do Eureka foi por mim tratada numa série de artigos publicados na Revista Brasileira de Tecnologia, de Brasília, entre setembro de 1987 e maio de 1988.

caracteristicamente em conformidade com suas diferentes filosofias administrativas. Na França, o Estado buscou criar uma indústria nacional de computadores, através do *Plan Calcul,* que visou tornar o país auto-suficiente em matéria de componentes semicondutores. Na Alemanha, o governo preocupou-se menos com a autarquia do que com a vitalidade do novo setor, deixando às firmas alemãs liberdade para regularem suas próprias transferências de tecnologia com firmas estrangeiras, mesmo se com financiamento oficial: a iniciativa central foi incitar a principal firma alemã do ramo, a Siemens, a encetar com a Philips holandesa, e posteriormente com outras firmas européias, o chamado Megaprojeto, com vistas a situar a indústria alemã no nível das pastilhas megas.

Vou acompanhar em traços largos o esforço de inserção dos alemães na indústria dos semicondutores, apoiando-me no excelente recenseamento que disso fez J. Nicholas Ziegler, do MIT.[123] Um olhar atento detectará forte correspondência entre os fatos que forem sendo arrolados e as características do sistema alemão descritas por Linda Weiss.

Quando a Alemanha se voltou para os semicondutores, na década dos 70, pôde parecer que seus recursos humanos, formados numa preocupação de precisão de engenharia e engenhosidade mecânica, iriam estar inadequados às exigências da microeletrônica. Verificou-se, porém, que as instituições educacionais alemãs tinham características capazes de bem responder àquelas exigências. Na altura de 1985, as escolas técnicas de Munique, Stuttgart e Aachen estavam formando cerca de 100 graduados em eletrônica de semicondutores por ano. Com o aporte de outras instituições menores, a Alemanha chegara a formar anualmente quatro vezes mais técnicos apropriados do que a França. Em vez das grandes escolas francesas, o sistema educacional alemão, apoiado nos *Länder,* mostrava-se mais receptivo às necessidades em mutação da indústria local. Nas duas principais províncias voltadas para o desenvolvimento tecnológico surgiram centros especializados, com financiamento regional:

[123] Ziegler, J. Nicholas. Governing ideas: strategies for innovation in France and Germany. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

o Centro de Microeletrônica Aplicada, de Burghausen (Baviera) e o Instituto de Microeletrônica, de Stuttgart (Baden-Württemberg). Essa rede de instituições locais e regionais era reforçada pelas instituições nacionais de pesquisa básica e aplicada, como a Sociedade Max Planck, com laboratórios em várias cidades. Dois desses laboratórios mostraram-se particularmente importantes: o Instituto Max Planck de Pesquisa do Estado Sólido e o Plasmaphysik, de Munique. Havia ainda a Sociedade Fraunhofer, equipada e parcialmente financiada pelo Ministério de Pesquisa.

Na abertura dos anos 80 estavam as firmas alemãs tão exímias em adaptar a tecnologia estrangeira, que o problema passara a ser incitá-las a desenvolver seus próprios programas. Foi aí que o Ministério de Tecnologia, em Bonn, compeliu a Siemens a engajar-se no Megaprojeto com a Philips. Essa decisão foi tomada depois que técnicos do Ministério visitaram o Japão, voltando preocupados com o perigo que ameaçava a indústria dos semicondutores na Alemanha, se a iniciativa privada fosse deixada acomodar-se na solução de menor esforço.

Em 1988, a Siemens começou a produção em massa da pastilha de 1 megabit, vindo a tornar-se com a coreana Samsung os únicos supridores desse componente para o mercado livre internacional, afora as firmas japonesas. A Siemens adquirira também habilitação nos principais processos manufatureiros que dão consistência à produção dos semicondutores, e na década de 1990 estava apta a participar numa ampla gama de projetos, em aliança com firmas multinacionais. Em julho de 1991, a Siemens anunciou um acordo com a IBM para produzir pastilhas de 16 megabits em Essones (França), iniciando também o desenvolvimento conjunto da tecnologia para a 64 megabits. O acordo foi depois ampliado para o desenvolvimento da pastilha de 256 megabits.

A essa altura, as alianças internacionais da Siemens tinham passado a efetuar-se no contexto do Jessi (Joint European Silicon Structures Initiatives), um programa intereuropeu posto de pé por iniciativa do Ministério alemão de Pesquisa e Tecnologia e que foi colocado sob a

tutela do Eureka, a fim de escapar ao controle pela CE. A reconstituição oferecida por Ziegler dos esforços alemães para colocar o país solidamente na indústria moderna dos semicondutores, dos quais só pude dar uma idéia sumária, mostra os alemães sabendo enfrentar um tipo de inovação industrial distinto daqueles outros tipos em que a Alemanha se tinha notabilizado: nos setores das máquinas-ferramentas e das telecomunicações. Vale a pena citar uma das conclusões de Ziegler:

> Ao confrontarem as exigências da inovação arquitetural, os planejadores alemães adaptaram os instrumentos da política voltada para a difusão e se apoiaram no culto da qualidade característico da abordagem dada à inovação, nas firmas alemãs. Essa combinação de instrumentos de política com expectativas no nível das firmas mostrou-se surpreendentemente apropriada nas novas condições de competitividade. Os planejadores alemães tomaram a liderança na tarefa de adequar a moldura pan-européia do Jessi a um sistema poroso de supridores, produtores e usuários.[124]

A conclusão maior, que eu penso poder tirar de tudo o que foi reunido nesta seção final, é que o capitalismo alemão não perdeu sua singularidade no quadro das várias formas de capitalismo que concorrem entre si no mundo, e sobretudo mantém intacta sua capacidade transformativa. Parece válido, portanto, ver a Alemanha reunificada, restabelecida na sua centralidade européia e a braços com a tarefa de comandar a modernização da antiga Europa do Leste, como a ponto de encetar mais um esforço de emparelhamento com a modernidade, que a colocará na linha de frente da primeira fase, pelo menos, da sociedade informacional. Firmas alemãs já se posicionaram com brilho num dos setores fundamentais da nova era, o logicial (*software*), e vêm desenvolvendo trabalho pioneiro numa outra área crucial: as tecnologias de proteção ao meio ambiente.

---

[124] A citação é das p. 194-5 da obra supra, mas os cinco últimos parágrafos inspiraram-se nos dados de Ziepler, p. 157-196.

A Política Exterior da Alemanha - 1949 - 1999

*Luiz Alberto Moniz Bandeira**

A Divisão da Alemanha e a Formação da RFA

O economista social-democrata Rudolf Hilferding, na sua famosa obra *Das Finanzkapital*, observou, na primeira década do século XX, que os EUA, já então a primeira potência industrial do mundo, possuíam grande espaço econômico suficiente, inclusive para a era do imperialismo, cujo campo de expansão já estava, ademais, geograficamente determinado, com o movimento pan-americano, que principiara, sob a cobertura da Doutrina Monroe.[1] Porém, a Alemanha, que, à mesma época, emergia como a segunda potência industrial, defrontava-se, porém, com uma situação bastante diversa na Europa. As diferentes condições naturais, que dentro do amplo espaço econômico dos EUA, favoreceram-lhes o rápido desenvolvimento, estavam na Europa repartidas de maneira casual e irracional entre uma grande quantidade de pequenos espaços econômicos e este fator compeliu as potências industriais, como Grã-Bretanha e França, à ampliação de seus impérios coloniais, com a conquista de territórios na Ásia e na África. Também Estados menores, a exemplo da Bélgica e da Holanda, detinham consideráveis possessões em outros continentes. Por vários motivos históricos, a Alemanha, ao contrário de seus principais competidores, a Grã-Bretanha e os EUA, para os quais todo o continente tinha o caráter de colônia, não possuía, entretanto, qualquer domínio

* Doutor em Ciência Política e professor titular de Política Exterior do Brasil da Universidade de Brasília (aposentado), autor de várias obras entre as quais do *Ideal Socialista ao Socialismo Real - A Reunificação da Alemanha* (Editora Ensaio, 1992), *O Milagre Alemão e o Desenvolvimento do Brasil* (Editora Ensaio, 1994) e *De Martí a Fidel - A Revolução Cubana e a América Latina* (Editora Civilização Brasileira, 1998).

[1] Hilferding, 1968, p. 445 e 446.

importante e, conforme Hilferding previra, essa contradição entre a relativa estreiteza do seu espaço econômico e a extraordinária expansão do capitalismo, que a transformara na segunda potência industrial do mundo, devia impulsioná-la a uma solução violenta.[2]

Com efeito, a previsão de Hilferding confirmou-se. A Alemanha, necessitando de espaço econômico, dado que suas fronteiras nacionais não mais comportavam o desenvolvimento das próprias forças produtivas do capitalismo, desencadeou e perdeu as duas grandes guerras mundiais do século XX. A Primeira Grande Guerra (1914-18) possibilitou que a revolução comunista triunfasse na Rússia (1917) e constituísse a URSS (1922). A Segunda Grande Guerra (1939-45) permitiu que a URSS, às custas da qual Adolf Hitler pretendeu ampliar o *Lebensraum*[3] da Alemanha, se transformasse em uma das maiores potências mundiais, confrontada pelos EUA, que firmaram sua hegemonia sobre todo o sistema capitalista. Dividido assim o mundo em dois blocos econômicos e políticos, ideologicamente antagônicos e rivais, a Alemanha, ao contrário de expandir seu *Lebensraum*, teve seu território retalhado pelas potências vencedoras. Conquanto confirmassem a decisão de tratá-la como unidade econômica, os Aliados alcançaram um acordo, mediante o qual a Polônia, acima da linha dos Rios Oder-Neisse, apossou-se de quase um quarto (100.651 km^2) do antigo território do *Reich*, cuja extensão total fora de 470.871 km^2 até 1937, e a URSS, além de anexar a região de Königsberg (13.2002 km), que passou a chamar-se Kalingrado, e Memel, incorporada pela Lituânia, assumiu ainda o controle e a administração de cinco *Länder* (estados) - Mecklenburg, Sachsen, Thüringen, Brandenburg e Sachsen-Anhalt - com 108.333 km^2 e 18,3 milhões de habitantes. O restante, cerca de 248.687 km^2, metade do antigo *Reich* alemão em 1937, com uma

[2] *Id. ibid.*, p. 452.

[3] Nos seus escritos, Adolf Hitler justificou a conquista do *Lebensraum* exclusivamente em termos de necessidade de terras para garantir à agricultura da Alemanha auto-suficiência. Vide, Turner Jr., 1985, p. 74.

população de aproximadamente 48 milhões de habitantes (39,4 milhões em meados de 1939[4]), coube aos EUA e à Grã-Bretanha, bem como à França, convidada a participar da retalhadura, ocupar e administrar. O mesmo aconteceu com Berlim, dividida em quatro zonas de ocupação, no seio da Alemanha Oriental.

Conquanto o secretário do Tesouro norte-americano, Henry Morgenthau, pretendesse tornar a Alemanha uma nação agrária, a necessidade de enfrentar a URSS e possibilitar o pagamento das reparações de guerra induziram os EUA e a Grã-Bretanha, que ocupavam as regiões de maior concentração industrial, inclusive o Ruhr (zona britânica), a unificarem as zonas sob sua administração, anunciando, em 1° de janeiro de 1947, a formação da *Bi-Zone*, com o objetivo de permitir sua recuperação econômica. Esta iniciativa refletiu o aguçamento das tensões internacionais, ao eclodir a Guerra Fria, e o presidente Harry Truman, cerca de dois meses e meio depois, em 12 de março de 1947, lançou o *European Recovery Programme*, conhecido como Plano Marshall (nome do secretário de Estado norte-americano, George Marshall), visando à concessão de maciça ajuda econômica à Europa, como forma de viabilizar a política de *containment* do comunismo. De fato, a política de *containment* do comunismo, consubstanciada na Doutrina Truman, só teria eficácia se os EUA contribuíssem, decisivamente, para a reconstrução da Europa, de forma que ela não apenas superasse os riscos de uma revolução social (ainda bastante fortes na França e na Itália) como tivesse condições tanto de manter suas forças armadas quanto de arcar com pelo menos parte das despesas de estacionamento das tropas norte-americanas no seu território. E isto não seria possível sem o completo soerguimento da Alemanha.

A impossibilidade de qualquer entendimento com a URSS, evidenciada durante a Conferência do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, que se realizou em Londres entre 25 de novembro

[4] O aumento da população não foi devido a nascimentos, mas à afluência de cerca de 10 milhões de refugiados de guerra.

e 15 de dezembro de 1947, levou os representantes da Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, a aceitarem a proposta dos EUA no sentido de organizar um Estado alemão, sob a forma de federação, e autorizaram os chefes dos governos dos *Länder*, situados nas zonas ocidentais[5], a convocarem uma assembléia geral constituinte para 1° de setembro de 1948. Em conseqüência, o *Allied Control Council* cessou de funcionar, facilitando a reforma monetária e a introdução do *deutsche mark* nas três zonas ocidentais, transformadas em *Tri-Zone*, com a adesão da França, e a URSS reagiu com o estabelecimento do bloqueio total de Berlim, sob o argumento de que as potências ocidentais não mais poderiam lá manter suas zonas de ocupação, dado que, abandonando a idéia de reunificação da Alemanha, romperam os Acordos de Yalta e Potsdam. Esse acontecimento concorreu para que os EUA decidissem apressar sua adesão ao pacto militar de Bruxelas, com a formação, em 4 de abril de 1949, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). E, pouco mais de um mês depois, a URSS recuou, suspendendo, em 12 de maio, o bloqueio de Berlim, que durara quase um ano. Dentro deste contexto foi que a República Federal da Alemanha (RFA) constituiu-se com a promulgação, em 23 de maio de 1949, da *Grundgesetz* (Lei Fundamental), aprovada quinze dias antes (8 de maio) pelo Conselho Parlamentar (denominação da assembléia geral constituinte), e instalou em Bonn sua capital. A ela a URSS contrapôs a República Democrática Alemã (RDA), criada em 7 de outubro de 1949, no território da *Sovjetische Besatzungszone*.

A repartição da Alemanha em dois Estados não antagônicos e rivais constituiu, certamente, mero reflexo da divisão do mundo em duas esferas de influência, uma sob o domínio da URSS e a outra, dos EUA.[6]

---

[5] Os Länder ocidentais eram Baden, Baviera, Bremen, Hamburgo, Hessen, Baixa-Saxônia, Renânia do Norte-Westfália, Renânia-Palatinado, Schleswig-Holstein, Württemberg-Baden e Württemberg-Hohenzollern.Posteriormente, por lei federal de 4 de maio de 1951, os estados de Baden, Württemberg-Baden e Württemberg-Hohenzollern foram unificados no estado de Baden-Württemberg.

[6] Wolffsohn, 1986, p. 9.

Ela resultou, sobretudo, da vontade das potências vitoriosas, que não se dispunham a permitir que a Alemanha, qual Phœnix, outra vez ressurgisse das cinzas e ameaçasse a nova ordem mundial. De qualquer modo, com a nação alemã partida em dois Estados, e a Europa igualmente dividida, o território do antigo *Reich* transformou-se no principal *front* da Guerra Fria, que recrudesceu, a partir de 1949, após a URSS demonstrar, em agosto daquele ano, que possuía a bomba atômica e os comunistas vitoriosos proclamarem, em outubro, a República Popular da China. Dentro de tal conjuntura, a invasão da Coréia do Sul, no ano seguinte, pelas tropas da Coréia do Norte, levou os EUA, receando que a URSS tentasse desencadear também um conflito na Europa, a tratarem então restabelecer a soberania da RFA, mediante, porém, sua progressiva integração no mundo ocidental.[7] Em 31 de outubro de 1949, a RFA entrou na Organização Européia de Cooperação Econômica, entidade encarregada de coordenar a aplicação do Plano Marshall. Em seguida, aceitou a proposta formulada, em 9 de maio de 1950, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Robert Schuman, visando a colocar a produção franco-alemã de carvão e do aço, sob a alta autoridade de uma organização, aberta à adesão de outros países da Europa. Em 6 de março de 1951, os EUA, Grã-Bretanha e França concederam-lhe certa autonomia, ao permitir, com a reforma do estatuto de ocupação, que ela criasse seu próprio Ministério de Negócios Estrangeiros e abrisse embaixadas em outros países. E, em 26 de maio de 1952, firmaram *The Contractual Agreement* e *The Bonn Convention*, mediante os quais aquelas potências aliadas restituíram à RFA a soberania, ainda que com certas limitações, e a reintegraram na comunidade internacional. O *European Defense Community Treaty*, assinado em Paris na noite daquele mesmo dia 26 de maio de 1952, transformou as tropas de ocupação, estacionadas no território da RFA, em forças de defesa, ao mesmo tempo em que a obrigava a fornecer um contingente de 500.000 homens para o exército europeu, e

[7] Ménudier, 1990, p. 27.

em 25 de julho de 1952 o Tratado da Comunidade Européia do Carvão e do Aço entrou em vigor. Os Acordos de Paris, contudo, só passaram a vigorar, depois de levemente modificados, em 5 de maio de 1955, quando então a RFA recuperou, de fato, sua soberania, ainda que os Aliados ocidentais se reservassem o direito de assumir as funções governamentais, em caso de emergência interna ou externa[8], e entrou na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Adenauer e a *Hallstein-Doktrin*

Konrad Adenauer, líder da CDU (*Christilich-Democratische Union*), que assumira em 1949 a chefia do governo da RFA, compreendeu que devia aceitar tais formas de cooperação com as potências ocidentais e favoreceu efetivamente a integração da RFA na Aliança Atlântica, bem como seu rearmamento. Essa diretriz de política exterior se lhe afigurou como a única possível de permitir que a RFA recuperasse a igualdade de direitos (*Gleichberechtigung*), com as outras potências do Ocidente, perdida durante a guerra, ainda que ela implicasse a divisão definitiva da nação alemã, como social-democratas avaliavam e por esta razão a ela se opunham. Isto não significou que Adenauer renunciado houvesse ao propósito de reunificar o país. Pelo contrário, afim de consolidar a RFA como Estado, integrado no Ocidente, Adenauer opôs-se vigorosamente a qualquer possibilidade de aceitação e reconhecimento da RDA, sempre chamada, nos documentos ou declarações oficiais de *Sovjetische Besatzungszone* (Zona de Ocupação Soviética). E, apesar do esforço para modificar a imagem negativa da Alemanha, demonstrando a distância moral e a diferença política que separavam a nova ordem democrática, estabelecida no pós-guerra, do regime de Adolf Hitler, ele jamais considerou a RFA como novo Estado. Reivindicou para ela a condição de sucessor jurídico do *Reich*, sua continuidade histórica, como representante

[8] Só em 28 de junho de 1968, com a entrada em vigor, na RFA, da legislação sobre o estado de emergência, as potências ocidentais renunciaram a esse direito.

de todo o povo alemão, tanto do Ocidente como do que habitava a *Sovjetische Besatzungszone*, não só assumindo a responsabilidade de indenizar as vítimas do nazismo, como apoiando suas legítimas reivindicações, inclusive a restauração das fronteiras de 1937. O problema da reunificação da Alemanha, o qual, para Adenauer compreendia não apenas a existência dos dois Estados *de facto* existentes, mas os territórios situados além da linha Oder-Neisse e incorporados à Polônia e à URSS, condicionou assim a política exterior da RFA e o secretário de Estado do *Auswärtiges Amt*, Walter Hallstein, formulou, em 1955, a doutrina, segundo a qual o governo de Bonn devia romper relações diplomáticas com qualquer país que reconhecesse a RDA. A *Hallstein-Doktrin* consubstanciou então dois princípios fundamentais, que pautaram as relações exteriores da RFA, ou seja, a política de não-reconhecimento da RDA (*Nichtanerkennungspolitik*) e o direito de representação exclusiva (*Alleinvertretungsanspruch*) do povo alemão. Seu objetivo fora conservar as condições que permitissem, no futuro, o governo de Bonn reunificar a nação, sob a égide da Aliança Atlântica, e restabelecer a integridade do seu território, na medida em que também não aceitava a linha de fronteiras demarcadas, pelas potências vencedoras, sobre os Rios Oder-Neisse. Daí porque a RFA rompeu com a Iugoslávia, em 1957, recusou-se a reatá-las com todos os países do chamado Bloco Soviético - Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Albânia e Polônia - os únicos, até então, a reconhecerem de jure a RDA, e só manteve relações diplomáticas com a URSS, por tratar-se de potência ocupante, com direitos e responsabilidades decorrentes dos Acordos de Potsdam. As potências ocidentais aceitaram essa linha de política exterior, que Adenauer tenazmente implementou, porém jamais pretenderam incluir a devolução à Alemanha dos territórios situados além da linha Oder-Neisse, ainda que admitissem, como *lip service*, a idéia de sua reunificação.[9]

[9] "O Problema Alemão", informação do Ministério das Relações Exteriores anexa ao dossiêr para a "Visita de Sua Excelência o senhor ministro de Estado das Relações Exteriores, doutor Francisco Clementino de San Tiago Dantas à RFA – maio de 1962", Arquivo Particular de Francisco Clementino de San Tiago Dantas – AP 47, Caixa 40, Pacote 5 - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro.

De qualquer modo, devido à rápida recuperação econômica da RFA, a *Hallstein-Doktrin* foi eficaz e conseguiu evitar que a comunidade internacional aceitasse a existência de outro Estado alemão. Mesmo os países neutralistas não reconheceram a RDA, ao perceberem que ela, com graves problemas estruturais, não podia oferecer senão pequenos créditos e cooperação em projetos de pouca relevância, ao contrário da RFA, da qual a República Árabe Unida (a RAU era o Estado resultante da união do Egito e da Síria), a Índia e o Afeganistão receberam maciça assistência técnica e financeira. Na realidade, a fim de isolar diplomaticamente a RDA, o governo de Bonn pagou alto preço, deixando-se extorquir por alguns países da África e da Ásia, que ameaçavam reconhecê-la.[10] O *Auswärtiges Amt*, naquelas circunstâncias, teve de agir, porém, com muita flexibilidade e buscar acomodações. Assim aconteceu em 1955, quando a RAU anunciou que abriria uma representação comercial, com direitos consulares, em Berlim Oriental e, em 1961, quando ela autorizou a RDA a abrir um consulado em Damasco. Em 1956, a RFA concedeu crédito e vantagens comerciais à RAU, evitando que o seu presidente Gamal Abdel Nasser tomasse aquela iniciativa. E, em 1961, ignorou aparentemente a abertura do consulado em Damasco, evitando romper relações com a RAU, pois, se o fizesse, perderia, provavelmente, todos ou quase todos os países do Norte da África, bem como do Oriente Médio, sobre o qual Nasser exercia influência. E, após receber a visita de um dos seus dois vice-presidentes, Abdel Latif el Boghdady, concedeu-lhe créditos no valor de DM 1 bilhão, dos quais DM 500 milhões com juros de 3,5% a. a., destinados à construção da barragem, no Rio Eufrates, província da Síria.[11] Também, no caso da Guiné, o *Auswärtiges Amt* percebeu que possibilidade de negociação ainda havia e, suspendendo o fechamento da embaixada

[10] Kosthorst, 1993, p. 90-93; Borovsky, 1993, p. 160.

[11] Ofício n° 269, Cláudio Garcia de Sousa, encarregado de negócios do Brasil, ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Bonn, 30.6.1961. AHMRE-B, Bonn, Ofícios, jun./jul. 1961; Ofício n° 313, Arnaldo Vasconcelos, encarregado de negócios do Brasil, a Afonso Arinos de Melo Franco, Bonn, Ofícios, ago./set. 1961.

em Conakry, enviou o embaixador Hasson Von Etzdorf, chefe do Departamento Político II, para conversar com o presidente Sekou Touré. Este então recuou, dizendo a Von Etzdorf, que não tinha a intenção de reconhecer a RDA, cujo chefe da missão comercial, conquanto a audiência já estivesse marcada, se recusou a receber, e explicou que o embaixador da Guiné em Paris não apresentara credenciais ao governo de Berlim Oriental e sim "cartas de legitimação".[12] Mesmo com a Iugoslávia a RFA continuou a manter relações consulares, não obstante o rompimento das relações diplomáticas, que se tornara inevitável, após esgotar todos os recursos para impedir que o presidente Joseph Broz Tito promovesse a troca de embaixadores com a RDA, uma vez que ela necessitava afirmar seu direito como representante exclusivo do povo alemão (*Alleinvertretungsanspruch*). Aliás, as relações diplomáticas entre a RFA e a Iugoslávia somente não foram restabelecidas, em 1959, porque Tito não aceitou a condição de manter em Berlim Oriental apenas um encarregado de negócios. Àquele tempo, a RDA já conseguira abrir consulados gerais em quatro cidades da África e da Ásia - Rangum (Birmânia), Jacarta (Indonésia), Cairo (Egito) e Damasco (Síria) - e a RFA satisfizera-se com a explicação de que os titulares não tinham recebido o exequator ou se o tinham dele constava a declaração expressa de que tal não implicava o reconhecimento da RDA como Estado soberano. O *Auswärtiges Amt* tolerou igualmente que as missões em Gana, Guiné e Cuba tivessem mais funcionários e relevo político que as embaixadas da RFA.

A *Hallstein-Doktrin* implicou, porém, um *Selbstblokade* (autobloqueio) da RFA, ao impedir que suas indústrias reconquistassem os mercados no Leste Europeu, o que, de certo modo, beneficiou a América Latina, especialmente o Brasil, já a destacar-se, 1956, como o país com a maior percentagem dos investimentos alemães no exterior, da ordem de

[12] *Ibid.*

22%, contra 13,5% no Canadá, 10,0% na Comunidade Econômica Européia (CEE), 8,6% nos EUA, e 5,9% na Argentina.[13] Mas a dificuldade para manter a *Hallstein-Doktrin* tornou-se cada vez maior. Em 1958, quando Nikita Kruchev ameaçou assinar um tratado em separado com a RDA, Dwight Eisenhower, então presidente dos EUA, já dispusera a fazer concessões a URSS, em torno de Berlim Ocidental, para salvar o clima de détente, provocando enérgica reação de Adenauer.[14] E, em 1961, o presidente John Kennedy, eleito pelo Partido Democrata, sucedeu Eisenhower e modificou as linhas da política exterior dos EUA, até então baseadas na ameaça de *massive retaliation* contra a URSS, pela *flexible response*. Kruchev, por sua vez, voltou a ameaçar com a celebração de um tratado de paz em separado com a RDA, com o objetivo de institucionalizar, definitivamente, a divisão da Alemanha em dois Estados soberanos. E, no dia 13 de agosto de 1961, soldados da *Grenzpolizei*, *Volkspolizei* e da *Nationale Volksarmee*, sob a coordenação de Erich Honecker, membro do *politburo* do *Socialistische Einheitpartei Deutschlands* (SED), iniciaram a construção de um muro com tijolos e, depois, com placas de concreto, a fim de isolar Berlim Oriental e conter o fluxo de refugiados para o lado ocidental. Àquele tempo, a RDA já perdera mais de 15% de sua população, da ordem de 18,3 milhões de habitantes, em 1945, quando da ocupação pelas tropas do Exército Vermelho. Entre 1947, quando a Guerra Fria irrompeu, e 13 de agosto de 1961, cerca de 3 milhões de pessoas, das quais quase 50% com menos de 25 anos de idade, trasladaram-se para a Alemanha Ocidental, descontentes com o regime comunista e/ou em busca de melhores condições de vida. E esse êxodo recredescera, extraordinariamente, depois da coletivização do campo, promovida pelo SED, e atingiu o número de 207.026 pessoas, apenas nos sete primeiros meses de 1961[15], de sorte que, se continuasse em tal

[13] Ofício nº 439, embaixador Abelardo B. Bueno do Prado ao chanceler José Carlos de Macedo Soares, Bonn, 13.11.1956, Bonn, Ofícios, out./dez. 1956, AHI-MDB 8/1/10. Mais detalhes sobre o tema vide Moniz Bandeira, 1994, p. 119 a 121.

[14] Ambrose, 1988, p. 171. Moniz Bandeira, 1992, pp. 81-82.

[15] Lilge, 1965, p. 82.

ritmo a RDA ficaria despovoada dentro de cinco ou seis anos. Mas o que inviabilizava o regime comunista não era apenas a evasão dos operários e camponeses, bem como de técnicos, engenheiros, médicos, cientistas e outros profissionais para o Ocidente. Também sob outros aspectos sua economia não suportava o impacto da competição, na medida em que a da RFA cada vez mais se avigorava. A diferença de câmbio entre o forte marco alemão e o débil marco oriental, a alcançar, no mercado negro, a taxa de 1:5, propiciava o contrabando e enorme drenagem de mercadorias, principalmente gêneros alimentícios, cujos preços eram subsidiados e, por conseguinte, mais baixos na RDA. E controle algum, por mais eficiente que fosse, podia impedir a especulação, quando na mesma cidade, como Berlim, dois diferentes Estados, com economias desiguais e antagônicas, coexistiam e rivalizavam, segundo Egon Krenz, depois secretário-geral do SED e presidente do Conselho de Estado, o prejuízo da RDA, até 1961, já alcançara o montante de 130 bilhões de marcos, em conseqüência tanto da fuga de profissionais qualificados quanto do contrabando de mercadorias.[16]

A construção do muro, sugerida por Walter Ulbricht, secretário-geral do SED, com o propósito de forçar a URSS a assinar o Tratado de Paz em separado com a RDA, o que lhe permitiria fechar com o trânsito para Berlim Ocidental através do seu território, provocou o protesto das potências ocidentais contra a violação do *status* daquela cidade. E Adenauer anunciou que a RFA adotaria, juntamente com os EUA, Grã-Bretanha e França, medidas de pressão econômica contra a RDA e o Bloco Soviético. Ao que tudo indicava, o governo de Bonn estava disposto a denunciar o *Interzonenhandelsabkomen* (Ajuste de Comércio Interzonal), caso as autoridades dificultassem ou suprimissem a liberdade de trânsito em Berlim. Mas o ministro da Economia, Ludwig Erhard, bem como o ministro da Defesa, Franz Joseph Strauß, que até se presumia fosse favorável a

[16] Krenz, 1990, p. 171. Ele se referiu, ao que tudo indica. aos marcos da RDA, os quais, convertidos ao DM à taxa de 1:5 (corrente na época), representariam DM 26 bilhões.

medidas mais duras, e outros membros do governo manifestaram-se contra e defenderam, inclusive, a manutenção do ajuste comercial entre os dois Estados alemães. E, como o próprio Adenauer não pretendeu contribuir para o agravamento da crise, a reação do governo de Bonn limitou-se a pronunciamentos, mais prudentes que agressivos, e a alguns atos simbólicos, como o cancelamento de competições esportivas entre equipes dos dois Estados alemães e a suspensão, pelo Senado de Berlim Ocidental, da *avant-première* de uma peça de Bertold Brecht no Teatro Schiller. Aliás, quando soube da construção do Muro de Berlim, o próprio Kennedy, particularmente, confidenciou: "*It's not a very nice solution ... but a hell of a lot better than a war*".[17]

O *rapprochement* franco-alemão

O comedimento de Adenauer não significou que ele estivesse de acordo com Kennedy e aceitasse sua política de *flexible response*, na linha do apaziguamento com a URSS. Na verdade, ele estava alarmado com a possibilidade de que os EUA, a fim de favorecer um *modus vivendi* com a RDA, sacrificasse Berlim Ocidental, não obstante Kennedy declara em carta a Kruchev, datada de 2 de dezembro de 1961, que as forças ocidentais estavam naquela cidade e lá permaneceriam enquanto o povo alemão o desejasse.[18] E, em tais circunstâncias, tratou de aprofundar os entendimentos com o general Charles De Gaulle, então presidente da França e também duro crítico da *appeasement lin* da administração Kennedy.[19] As posições dos dois estadistas convergiam, pois De Gaulle, que se considerava - com razão - como o homem que salvou a honra da França, em 1940, e evitou que, em 1958, ela se abismasse na guerra civil - nutria ressentimento contra os EUA, dos quais queria libertar os países

[17] Apontamentos do secretário de Kennedy, Kenneth O'Donnel, *apud* Dennis, 1988, p. 32.

[18] Carta do presidente Kennedy ao Chairman Khrushchev, Washinton, 2 de dezembro de 1961; *carta do* Chairman Khrushchev ao presidente Kennedy, Moscou, 13 de dezembro de 1961. FRUS, vol. VI - Kennedy - Khrushchev exchanges, 1961 - 1963, p. 65 a 78.

[19] Schwarz, II, 1991, p. 745.

da Europa Ocidental da posição de satélites, bem como, em menor grau, da Grã-Bretanha, o que o levou, naquelas circunstâncias da Guerra Fria, a desejar maior concertação entre a França e a Alemanha. Evidente já se tornara, àquele tempo, que o Mercado Comum Europeu, dentro não de 12 ou 15 anos mas de apenas oito, converter-se-ia em completa união aduaneira e a ela Kennedy tentou contrapor-se, ao assinar em outubro de 1961 o *Trade Expansion Act*, com o objetivo de proteger o comércio dos EUA e criar uma zona atlântica de livre comércio. Kennedy, que via a Alemanha e a França governadas por dois velhos, De Gaulle e Adenauer, subestimou, porém, o fato de que o Mercado Comum Europeu não constituía apenas uma união econômica, mas também uma união política, como, certa vez, o próprio Walter Hallstein, secretário de Estado no *Auswärtiges Amt*, ressaltara, ao dizer: "Não fazemos apenas negócios, mas também política".[20] E a zona atlântica de livre comércio gerou fortes desconfianças tanto em Bonn quanto em Paris, pois Kennedy não só pretendia que os EUA conservassem o virtual monopólio das armas atômicas como mantivesse, em termos estritamente bilaterais, as conversações com Kruchev, embora elas envolvessem o destino de Berlim e da própria Alemanha dividida. Esta política, ao inquietar ainda mais Adenauer, do mesmo modo que De Gaulle, concorreu para os levar a promover o *rapprochement* entre a França e a RFA, efetivado publicamente em 1962, a fim de salvaguardar, mediante o entendimento direto entre os dois países, a independência da Europa.[21] Em julho daquele ano Adenauer fez à França uma visita oficial, que em setembro De Gaulle retribuiu, indo à Alemanha Ocidental. Durante a visita à França, Adenauer, recebido, pela primeira vez, como hóspede oficial do governo, algumas manifestações hostis ocorreram, porém, mesmo assim, ele visitou várias cidades e terminou com um *Te Deum*, na Catedral de Rheims, e uma revista simbólica às tropas francesas e alemãs, em Mourmelon, coisa que nunca

[20] Werth, 1967, p. 318.

[21] *Id., ibid.*, p. 318.

antes acontecera. A visita de De Gaulle à Alemanha, cerca de dois meses depois, revestiu-se de um êxito ainda maior, pois, ao contrário do que acontecera com Adenauer na França, foi entusiasticamente recebido em Colônia, Bonn, Hamburgo, Munique, Stuttgart, bem como em outras cidades pelas quais passou, e só não foi a Berlim porque seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Maurice Couve de Murville, desaconselhou-o, a fim de não ultrapassar a "estrutura imediata franco-alemã".[22] Seu propósito, então, foi converter a Alemanha a uma perspectiva européia, em vez de a uma perspectiva atlântica ou, como certos críticos alemães de De Gaulle disseram, lançar os alicerces de uma nova espécie de nacionalismo franco-alemão, que dominaria o resto da Europa Ocidental. Para De Gaulle, conforme claramente declarou em Hamburgo, a Aliança Atlântica só poderia ser válida se, em ambos os lados do Reno, franceses e alemães estivessem de acordo, uma vez que França e Alemanha se completavam e, unindo tudo o que eram e tinham sido, e tudo o que valiam, podiam criar uma base para "uma Europa cuja prosperidade, poderio e prestígio seriam iguais aos de quem quer que seja".[23] A aspiração de De Gaulle fora então superar aquele cenário de confrontação bipolar nas relações Leste-Oeste, mediante uma política de independência, a partir do conceito de Europa das pátrias, sob a égide da entente entre a França e a Alemanha.[24]

Embora, ao fim da Segunda Guerra Mundial, De Gaulle percebesse a Alemanha como constituindo permanente ameaça à França e pretendesse dividí-la em pequenos Estados, internacionalizando o Ruhr e colocando o Reno virtualmente sob controle francês, ele, na verdade, começara a conceber a união franco-alemã, tomando o império de Carlos Magno por modelo e predecessor, quando a URSS, ao irromper a Guerra Fria, configurou a grande ameaça ao Ocidente. A estreita amizade com

[22] *Id., ibid.*, p. 322.

[23] *Id., ibid.*, p. 322.

[24] Ménudier, *Les lignes de force de la politique extérieure allemande, Ménudier et. al.* 1990, p. 31.

Adenauer - que se tornaria, com o decorrer do tempo, no único mais fervoroso "*degaullista*" fora da França - começara logo depois que De Gaulle retornara ao poder, em junho de 1958. Adenauer visitou-o, em Colombey-les-Deux-Églises, e em seguida De Gaulle retribuiu-lhe a visita, em Kreuznach. Os dois estadistas continuaram a encontrar-se nos anos subseqüentes e, às vésperas da visita de Kennedy a Paris, De Gaulle viajou à RFA e assegurou a Adenauer que podia confiar no apoio absoluto da França na questão de Berlim. Àquele tempo, os EUA realmente tratavam de buscar uma acomodação com a URSS. Seu embaixador em Moscou, Llewellyn Thompson, realizou sondagens junto ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, e o secretário de Estado, Dean Rusk, manteve em Washington conversações com o embaixador soviético, Anatoly Dobrinyn, o que causou enorme intranqüilidade nos círculos de Bonn. E Adenauer, ao declarar que tais conversações seriam infrutíferas, manifestou, publicamente, a sua inquietação com a possibilidade de que o *four-power agreement* se realizasse às expensas da RFA.[25] Adenauer, desde que, em 1949, optara pelo alinhamento na Aliança Atlântica, repelira qualquer fórmula de reunificação nacional que implicasse *de jure* ou *de facto* a neutralização política e militar da Alemanha.[26] E, uma vez que essa era a única fórmula então aceitável pela URSS, ele temeu que, no *appeasement-Kurs* (curso do apaziguamento), Kennedy pudesse alcançar com Kruchev um entendimento. O que o alarmava então não era a ameaça de uma guerra atômica, mas a possibilidade de que os EUA, com nova *appeasement-Linie* (linha de apaziguamento) alcançassem algum acordo com a URSS às custas de Berlim.[27] Esta possibilidade não lhe parecia remota. Por um lado, Berlim, que era militarmente insustentável, e nada representaria em caso de guerra, perdera importância para os EUA, como

---

[25] Notas sobre a política interna e externa da RFA.Visita do ministro de Estado Francisco Clementino de San Tiago Dantas à RFA, maio de 1962, Arquivo Nacional - Arquivo Particular de San Tiago Dantas, AP 47, Caixa 40, Pacote 5.

[26] Schwarz, II, 1991, p. 732 e 733.

[27] *Id. ibid.*, p. 742 e 743. Pfetsch, 1993, p. 157.

fonte de propaganda política, situada em pleno coração do Bloco Soviético, desde que a construção do muro estancara as fugas em massa, através da linha divisória da cidade. Do outro, a adesão de Cuba ao comunismo, a 90 milhas da costa de Miami, provocara verdadeiro pânico entre os norte-americanos e a URSS, destarte, adquirira poderoso trunfo para qualquer negociação com os EUA, cuja posição *vis-à-vis* da questão de Berlim afigurou-se mais flexível, dado que, com a perda de suas funções, aquela cidade se lhes afigurava desinteressante, tanto do ponto de vista militar quanto político.[28] Em tais circunstâncias, Adenauer estreitou ainda mais seus vínculos com De Gaulle, com quem desenvolvera, desde 1958, profunda amizade e se entendera além dos limites protocolares, unindo-se não só na oposição à URSS, mas, também, na resistência à hegemonia dos EUA, cuja *dual containment policy* visou também a impedir que a RFA pudesse dominar a Europa.[29] De fato, da mesma forma que, sem a cooperação da RFA, os EUA não tinham condições de conter a URSS, na Europa, sem a ameaça da URSS, ele não podia segurar a RFA, porquanto, sem dúvida alguma, Adenauer não era e nunca fora um títere dos norte-americanos, como os comunistas o quiseram caracterizar.

Naquelas circunstâncias, ao perceber as tensões no relacionamento entre Adenauer e Kennedy, que tendia a aceitar um *modus vivendi* com a RDA, Kruchev viu que tinha condições de provocar a maior crise dentro da Aliança Atlântica e tentou alcançar com um só golpe a saída para o impasse de Berlim, instalando em Cuba mísseis nucleares, porquanto, se sucesso tivesse, o poder de barganha da URSS tornar-se-ia esmagador.[30] Cuba, convertendo-se em valioso ativo para a URSS na confrontação com os EUA, e Berlim constituíram, destarte, dois versos do mesmo problema.

---

[28] O Problema Alemão, informação do Ministério das Relações Exteriores anexa ao dossiê para a visita de Sua Excelência o senhor ministro de Estado das Relações Exteriores, doutor Francisco Clementino de San Tiago Dantas à RFA, maio de 1962. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Arquivo Particular de Francisco Clementino de San Tiago Dantas - AP 47, Caixa 40, Pacote 5.

[29] Schwartz,T. A. 1991, p. 299.

[30] Kissinger, 1994, p. 591.

Contudo, embora receasse alguma reação contra Berlim ou mesmo a guerra nuclear, Adenauer não só apoiou as medidas de Kennedy como particularmente se manifestou favorável tanto ao bombardeio das plataformas de lançamento quanto à invasão de Cuba, quando os EUA, em outubro de 1962, estabeleceram o bloqueio naval daquela ilha, como forma de compelir a URSS a remover os mísseis balísticos que lá instalara. Fidel Castro, como represália, reconheceu a RDA, que em meados de 1960 estabelecera em Havana uma representação consular, transformada, um ano depois, em missão, com certos direitos e privilégios consulares. E a RFA, que até então tolerara aquela situação, não admitiu esse aberto desafio à *Hallstein-Doktrin* e rompeu as relações com Cuba, apesar de que tal atitude pudesse dificultar as negociações com os países do Bloco Soviético, visando à troca de missões comerciais. As tensões no seu relacionamento com os EUA, porém, não só não diminuíram como se agravaram. Não obstante apoiar a atitude de Kennedy contra Cuba, a Alemanha bem como a França perceberam que os EUA não se dispunham a consultar seus aliados da Europa, antes de tomar qualquer iniciativa, e tampouco arriscariam sua própria existência para proteger a Europa. Diante de tal situação, De Gaulle tratou de rever as relações da Europa Ocidental com os EUA, excogitando retirá-la da Guerra Fria, mediante a melhoria do seu relacionamento com os países do Pacto de Varsóvia. E Adenauer com ele se concertou para estabelecer o eixo Bonn-Paris, tanto assim que, apenas uma semana após o veto de De Gaulle ao ingresso da Grã-Bretanha no Mercado Comum Europeu, ele insistiu em assinar o Tratado d'Elysée, mediante o qual a Alemanha e França, entre outros pontos, instituíam um sistema de consultas bilaterais antes de toda decisão sobre questões diplomáticas de interesse comum - Comunidade Européia, relações Leste-Oeste, OTAN, com o objetivo de assumirem posições análogas.

A posição de Adenauer não contou com o respaldo de todas as forças políticas, dentro da coligação CDU-CSU, que formavam o governo de Bonn, na RFA, onde certa resistência houve ao veto de De Gaulle ao

ingresso da Grã-Bretanha no Mercado Comum Europeu, devido ao receio de que os laços entre a RFA e os EUA se enfraquecessem. De fato, divergências havia quanto às diretrizes de política exterior, dividindo coligação CDU-CSU, em duas correntes: os *Atlantiker*, defensores da colaboração multilateral com os demais membros da OTAN, e os *Gaullisten*, favoráveis a certo bilateralismo franco-alemão, por temerem o sacrifício de Berlim e, em conseqüência da RFA, em prol da distensão entre os EUA e a URSS. As dificuldades de Adenauer, no entanto, não se limitavam apenas aos aspectos da política *vis-à-vis* dos EUA. A coligação CDU-CSU, ao obter apenas 45% dos votos nas eleições de 17 de setembro de 1961, perdeu a maioria no *Bundestag*, levando Adenauer, quase a completar 86 anos, a buscar, não sem dificuldades, um entendimento com os liberais, integrantes do FDP (*Freie Demokratische Partei*), já a emergir como a terceira força política do país, enquanto a SPD, ao rever seu programa, abdicando do marxismo, no Congresso de Bad Godesberg (1959), ampliava seu *Manövrierraum*[31] e já se configurava como alternativa de poder. Essa mudança na correlação de forças políticas internas também ocorrera, em larga medida, devido à moderação com que Adenauer reagira, quando do levantamento do Muro de Berlim, o que provocou no povo alemão o desencanto e a desesperança de que a Alemanha pudesse ser reunificada. E a necessidade de incluir os liberais na coligação, para formar o novo governo, colocou em pauta a revisão da política exterior da RFA. Conquanto coincidisse com a CDU-CSU no apoio à OTAN, no fortalecimento do *Bundeswehr* (exército federal) e no objetivo de reunificação da Alemanha, o FDP, que representava, sobretudo, a elite dos industriais e homens de negócios enriquecidos durante o *Witschaftswunder* (milagre econômico) dos anos 50, desejava que a RFA normalizasse suas relações com os países do Leste Europeu, afim de ampliar seu comércio, o que a *Hallstein-Doktrin* obstaculizava.

[31] Miller/Potthoff, 1988, p. 207-209.

Na realidade, a *Hallstein-Doktrin*, sobretudo depois da construção do Muro de Berlim, afigurou-se ainda mais inútil, uma vez que não conseguira reunificar a Alemanha e a sua eficácia relativa no isolamento da RDA implicou também sérios prejuízos para RFA, ao impedir suas exportações para mercados do Leste Europeu, na medida em que obstava o estabelecimento de relações com a Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Iugoslávia, Romênia e Bulgária. O entendimento com o FDP impunha sua revisão e, portanto, a mudança no *Auswärtiges Amt*, o que tornou inevitável o afastamento de Heinrich Von Brentano, expoente da linha de intransigência *vis-à-vis* da URSS, adverso a qualquer concessão dos princípios de *Nichtanerkennung* (não reconhecimento) da RDA e *Alleinvertretung*, ou seja, de que só a RFA representava o povo alemão.[32] Adenauer, por um breve instante, excogitou entregar a chefia do *Auswärtiges Amt* ao próprio Walter Hallstein, responsável pela doutrina, por entender que ele seria o homem mais adequado para promover a reorientação da política exterior da Alemanha e encontrar nova e inteligente fórmula para a questão de Berlim.[33] O FDP, porém, não o aceitou, devido exatamente ao fato de que seu nome estava indissoluvelmente ligado àquela doutrina, e a Adenauer alternativa não restou senão escolher Gerhard Schröder, que ele não desejava. Em 15 de outubro de 1963, porém, o próprio Adenauer renunciou ao posto de chanceler federal, devido às pressões tanto de forças econômicas e políticas internas quanto do próprio Kennedy, que pretendia forçá-lo a rever sua política exterior, aceitando o *status quo*, i. e., a divisão da Alemanha, o Muro de Berlim e a linha de fronteira sobre o Oder-Neisse, afim de que os EUA e a URSS pudessem alcançar um entendimento.

Ostpolitik

Ludwig Erhard, de cuja habilidade política Adenauer tinha um conceito altamente crítico, substituiu-o na chefia do governo da RFA, que,

[32] Kosthorst, 1993, pp. 390 a 394.

[33] Schwarz, 1991, Band II, p. 693.

conforme Heinrich Krone, líder da coligação CDU-CSU, imaginava, seria vítima da política norte-americana de distensão (*Entspanung*). Mas Erhard, se não podia aceitar, conforme publicamente declarou, qualquer acordo dos EUA com a URSS às custas da RFA, mediante a entrega de Berlim Ocidental à RDA, também não persistiu no *rapprochement* da França, em meio das divergências entre os *Atlantiker* e os *Gaullisten*, que marcaram os últimos anos do governo Adenauer. A De Gaulle alternativa não restou senão empreender uma política de *rapprochement* da URSS, em 1965, no auge da Guerra do Vietnã. Mas a RFA também não mais teve condições de manter, obstinadamente, uma política de isolamento diante do Bloco Soviético. Ela, que já se tornava, na Europa Ocidental, o maior parceiro comercial da Tchecoslováquia, com a qual o comércio assumia proporções consideráveis, a negociar secretamente o restabelecimento de relações diplomáticas, segundo informações divulgadas na época.[34] A necessidade de abrir novos mercados, porém, levou a RFA, entre 1963 e 1964, a firmar ajustes com a Polônia, Romênia, Hungria e Bulgária para o intercâmbio de missões comerciais, com privilégios e imunidades diplomáticas, a indicar a tendência para o abrandamento da *Hallstein-Doktrin*. A RDA, conquanto ainda chamada de *Sovjetische Besatzungszone* pelo governo de Bonn, já então mantinha um escritório em Frankfurt e outro, em Düsseldorf - para o comércio interzonal (*Büro für den Interzonenhandel*) - e se tornava cada vez mais dependente dos fornecimentos da RFA, que os poderia suspender, se o governo comunista de Walter Ulbricht não cumprisse os compromissos sobre o trânsito de mercadorias e pessoas para Berlim Ocidental. Estas relações entre os dois Estados alemães refletiram, naturalmente, a distensão no conflito Leste-Oeste. Em 1966, três anos depois da queda de Adenauer, mudança mais profunda ocorreu então na política exterior da RFA, quando o SPD, que

[34] Carta-telegrama nº 161, confidencial, Embaixada do Brasil em Praga (Jayme de Barros Gomes) ao Ministério das Relações Exteriores, 7/18.12.1962. AHMRE-B, Bonn, Telegramas Recebidos, confidenciais, 1960/63; Telegrama nº 33, confidencial, Ministério das Relações Exteriores à Embaixada do Brasil em Bonn, 20.3.1963, AHMRE-B, Bonn, Telegramas Expedidos, 1960/1970.

sempre defendera o diálogo com a RDA, concordou em formar com a CDU e a CSU a *Grosse Koalition*, a fim de governar a RFA. Com Kurt Georg Kiesinger na chefia do governo, Willy Brandt, ex-*Bürgermeister* de Berlim Ocidental, assumiu o *Auswärtiges Amt* e passou a executar a política de abertura para o Leste Europeu, que tomou rápido impulso, a partir de 1969, quando ele próprio se tornou chanceler federal, após as eleições para o *Bundestag*, em que o FDP obteve 30 cadeiras, rompendo a coligação CDU-CSU (242 cadeiras), e deu a maioria parlamentar para a formação do governo com o SPD (224).

A reorientação da política dos EUA *vis-à-vis* da Europa, com maior ênfase na détente e na não-proliferação das armas nucleares, possibilitou que a SPD, não obstante suas enormes dificuldades internas para conciliar os valores tradicionais da social-democracia com a política de defesa nuclear, representada pela OTAN, implementasse a política de abertura para os países do Bloco Soviético, a *Ostpolitik*.[35] E Willy Brandt, ao enfrentar a oposição conservadora no *Bundestag*, tratou de regularizar as relações da RFA com a RDA, mediante o mútuo reconhecimento dos dois Estados alemães, e assim melhorar as condições que permitissem os contactos humanos entre as duas partes da nação dividida. A França, associada ao acordo tripartite, apoiou, publicamente, as iniciativas de Brandt, mas não sem reservas, devido ao receio de que detonasse o processo de reunificação, mediante sua neutralização.[36] Mas, de modo geral, a reformulação da política exterior da RFA encontrou boa receptividade. Da mesma forma que os EUA, chafurdados na Guerra do Vietnã, URSS estava também interessada em promover a distensão, ante a necessidade de reduzir as despesas militares, conquanto ordenasse a intervenção militar na Tchecoslováquia (1968), com o objetivo de esmagar o movimento reformista e liberalizante, reafirmando a doutrina sobre o

[35] Rosolowsky, 1987, p. 49.
[36] Dreyfus, François-Georges. Les relations franco-allemandes, Ménudier *et. al.*, 1990, p. 57.

papel dirigente da URSS dentro do Bloco Soviético. Leonid Brejnev, como secretário-geral do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), queria maior diálogo com o Ocidente, devido não só ao agravamento do conflito entre a URSS e a China, da qual temia que os EUA se aproximassem, mas igualmente à necessidade de obter, sobretudo da RFA, tecnologia e equipamentos, que possibilitassem a modernizar alguns setores de sua indústria e aumentar a oferta de bens de consumo para a população. Esse entendimento convinha e interessava à RFA, na medida em que lhe permitiria penetrar nos mercados do Leste Europeu, e Willy Brandt tratou de remover os obstáculos que o dificultavam. Admitiu respeitar a linha dos Rios Oder-Neisse como fronteira da Polônia e reconheceu oficialmente a existência de dois Estados, dentro da mesma nação, a Alemanha, de modo que a RFA pudesse estabelecer relações com a RDA. Com estas concessões, negociadas pelo secretário de Estado da Chancelaria Federal, Egon Bahr, um do artífices da *Ostpolitik*, a RFA desobstruiu então o caminho para o Tratado de Moscou, firmado com a URSS, em 12 de agosto de 1970, e do Tratado de Varsóvia, em 7 de dezembro do mesmo ano. Mas Walter Ulbricht, secretário-geral do SED, não se conformou. Tentou impor, como condição para que a URSS normalizasse suas relações com a RFA, o reconhecimento pleno (*de jure*) da soberania da RDA, cujo ministro-presidente, Willi Stoph, reclamou o pagamento de 100 bilhões de marcos, a título de indenização dos prejuízos que ela sofrera, antes da construção do Muro de Berlim. Na verdade, Ulbricht não mais queria reconhecer os direitos dos EUA, Grã-Bretanha e França sobre Berlim Ocidental, para a qual pretendeu uma definição do *status* político especial, antes da conclusão do acordo sobre as vias de acesso, e exigiu que o estabelecimento das relações entre a RFA e a RDA precedesse o *four-power agreement* sobre o trânsito para cidade, o que lhe permitiria impor seus próprios termos às negociações, se isso acontecesse. Destarte, ele colocou os interesses da RDA acima das conveniências políticas da URSS, cujo entendimento com a RFA visava não apenas a atender suas necessidades econômicas, mas, também, impulsionar os acertos para a

realização da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), conhecida como o Processo de Helsinque. Essa intransigente oposição ao acordo sobre a garantia de trânsito para Berlim Ocidental, a ameaçar a ratificação do Tratado de Moscou pelo *Bundestag*, irritou então Brejnev, que, após o XXIV Congresso do PCUS (abril de 1971), decidiu removê-lo do posto de primeiro-secretário do SED e a maioria do *politburo*, influenciada pelas articulações do embaixador da URSS em Berlim Oriental, Pyotr Abrassimov, compeliu-o a renunciar durante o XVI Plenum do Comitê Central, em 3 de maio de 1971, antes mesmo da realização do VIII Congresso do SED, convocado para 15 de junho daquele ano.[37] Erich Honecker, ex-dirigente do FDJ (*Freie Deutsche Jugend*), substituiu-o e as negociações então fluíram. O *Transitvertrag* foi assinado pelas quatro potências em 3 de setembro de 1971 e, juntamente com os acordos suplementares entre a RFA e a RDA (3.12.1971), entrou em vigência em 3 de setembro de 1972, a consolidar os acertos para a Conferência de Helsinque. Em seguida, dezembro de 1972, a RFA e a RDA firmaram o primeiro Tratado Básico (*Vertrag über die Grundlagen der Beziehungen*), mediante o qual estabeleceram suas relações, não ao nível de embaixadas, e sim de troca de simples representações, de acordo com a fórmula de que não eram países estrangeiros, mas dois Estados da mesma nação, a Alemanha. Este tratado foi considerado consistente com a *Grundgesetz* pela Corte Suprema, que não aceitou a impugnação feita pelo governo da Baviera[38], e ab-rogada, assim, a *Hallstein-Doktrin*, dezenas de outros Estados (68), já no ano seguinte, reconheceram a RDA, que até então só mantinha relações diplomáticas com apenas 19 (a maioria do Bloco Soviético ou dependentes), e foi admitida como membro da ONU, juntamente com a RFA, em 18 de setembro de 1973, pouco depois do falecimento de Ulbricht.

---

[37] McCauley, 1999, p. 171-176. Spitmann, 1990, p. 5-6. Dennis, 1998, p. 34-35. Moniz Bandeira, 1992, p. 86.

[38] Wolfsohn, 1986, p. 23 e 24.

A RFA e o Terceiro Mundo

O abandono da *Hallstein-Doktrin* contribuiu para dinamizar a diplomacia da RFA, que Brandt procurou libertar dos constrangimentos de uma política exterior, escravizada pelo passado. E não apenas visitou Israel, em 1973, como procurou melhorar progressivamente as relações com os países árabes, visitando o Egito e a Argélia, em 1974. O fator determinante para essa aproximação, após a Guerra do Yon Kipur em 1973, foi o fato de que a RFA dependia em quase 70% do petróleo do Oriente Médio. Se bem que se declarasse neutra *vis-à-vis* do conflito, como o fizera, em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, RFA sustentou a Declaração dos Nove, que refletia a linha pró-árabe da França, apoiada pela Grã-Bretanha, e estreitou a cooperação com os países árabes, após a cimeira da CEE, realizada em Copenhague, em dezembro de 1973. A política de détente do governo Brandt suscitou, porém, calorosos debates no *Bundestag*, quando o ministro Walter Scheel enfatizou o sucesso da Conferência dos Nove, realizada em Copenhague, e declarou que ela constituíra uma mudança de rumo, finalmente decidido pela Europa Ocidental, em favor da sua união política. Conquanto, com algumas reservas, admitisse que a conferência em Copenhague representara um passo adiante, Karl Carstens, líder da CDU-CSU no *Bundestag*, atacou, entretanto, a *Ostpolitik*, atribuindo-lhe tendências neutralistas, e não apenas acusou o governo Brandt/Scheel de ter feito demasiadas concessões ao Leste, sem obter as necessárias garantias em relação a Berlim Ocidental, como de não haver tomado clara atitude contra a perseguição de intelectuais na URSS.[39] Willy Brandt, que se mantivera em silêncio, subiu então à tribuna e, após lembrar que se pronunciara publicamente em favor dos intelectuais soviéticos, sublinhou que a RFA dificilmente poderia "gritar mais alto que os EUA" no tocante à defesa dos direitos humanos, declarando-se de acordo, a esse respeito, com Henry Kissinger, para quem

[39] Telegrama 689-6-18:00-13 , Embaixada do Brasil (Pinheiro) em Bonn para Secretaria de Estado, 14/09.1973 - ROLO 21.59 Brasemb AHMRE.

a orientação de uma política externa não pode ficar na dependência das condições de vida na URSS. Após acusar a oposição de estar explorando o tema das perseguições a intelectuais para fins meramente eleitorais, e de agitar o espantalho do neutralismo, como simples manobra, dificilmente defensável, Brandt acrescentou que aquelas críticas eram absurdas, contrárias aos interesses da RFA, da Europa e da Aliança Atlântica, e afirmou que a neutralidade era inconcebível para a RFA, da mesma maneira que para a Europa, como um todo, pois a OTAN e a Comunidade Européia continuavam sendo os fundamentos da política exterior do seu governo.[40] Na verdade, o governo social-democrata/liberal não tinha condições nem pretendia envesgar para o neutralismo, que desde 1969 raramente fora defendido, se fora, por mais de 40% da opinião pública, na RFA, ao contrário do que ocorrera, em meados dos anos 50 e após a construção do Muro de Berlim.[41]

Brandt, porém, teve de renunciar ao governo da RFA, em 6 de maio de 1974, quando do escândalo causado pela descoberta de que um dos seus assessores, Güther Guillaume, trabalhava para o STASI (*Staatssicherheitsdienst*), o serviço de espionagem da RDA. Helmut Schmidt sucedeu-o, apoiado também na aliança com o FDP, e desenvolveu a política exterior da RFA, demonstrando certa desconfiança e independência em relação aos EUA, embora pertencesse à ala relativamente mais conservadora do SPD. Àquele tempo, a RFA, que depois de 1960 se configurou como um gigante econômico, mas um anão político[42], em suas relações internacionais, pois o *leit-motiv* de sua diplomacia consistiu na promoção das exportações de produtos industriais, voltou-se mais para a América Latina, onde, em 1975, firmou com o Brasil

---

[40] *Ibid.*

[41] Wolfsohn, 1986, p. 12. Em meados dos anos 80, as pesquisas de opinião demonstraram consistentemente que entre um terço e um quarto da população da RFA se manifestavam de alguma forma em favor da neutralidade. Rosolowsky, 1987, p. 4.

[42] Ansprenger, Franz. Réflexions sur la politique allemande dans le Tiers Monde, Ménaudier *et. al.* 1990, p. 231.

o Acordo sobre Cooperação nos Campos dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Embora determinado, em larga medida, pela enorme elevação do petróleo após a Guerra do Yon Kipur, esse acordo refletiu a insegurança da RFA em relação aos EUA, que lhe deixaram de fornecer, em março de 1974, o serviço de enriquecimento de urânio, compelindo-a a recorrer às suas reservas para evitar a paralisação dos reatores da RWE (*Rheinische Westfäallische Elektricitäatsgesellschaft*)[43], e gerou a primeira grave crise nas relações entre os dois países.[44] Suas implicações militares e estratégicas, devido às características peculiares da indústria atômica, alarmaram, decerto, os círculos oficiais de Washington, mas foram os fortes interesses comerciais dos EUA que alimentaram ainda mais as desavenças, conforme Helmut Schmidt percebera[45], pois as grandes corporações norte-americanas - Westinghouse e General Electric - estavam a perder sua supremacia no mercado mundial. Em realidade, a administração Carter pretendeu impedir que US$ 12 bilhões, envolvidos no negócio, fossem ganhos pela RFA e recorreu, como pretexto, às considerações de defesa, embora todos soubessem que aquelas corporações norte-americanas estavam preparadas para aproveitar a brecha comercial.[46] De qualquer forma, não obstante todas as pressões, o governo de Bonn não recuou e esse desentendimento evidenciou o *turning point* na política exterior da RFA. Desde então, mais do que qualquer outra nação da Europa, ela passou a exercer influência na América Latina, que na sua política exterior sempre tivera baixa prioridade, abaixo da Ásia e da África[47], conquanto se apresentasse como preferencial para os investimentos de empresas privadas alemãs. E ali as fundações vinculadas aos seus partidos - CDU, SDP e FDP - começaram a atuar mais intensamente na política interna dos países da região[48]. Suspeitas houve de que tais fundações

[43] Sobre o tema vide Moniz Bandeira, 1994, p. 195 a 196. Pfetsch, 1993, p. 188.

[44] Hanrieder, 1991, p. 358-359.

[45] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26.6.1975, p. 3.

[46] Wolffsohn, 1986, p. 32.

[47] Moniz Bandeira, 1994, p. 140-142.

[48] Durán, 1985, pp. 88-93.

partidárias não constituíam apenas uma expressão da diversidade ideológica, existente na RFA, mas serviam como endereços disfarçados (*Tarnadressen*) para as atividades dos seus serviços de informação.[49] Provas nunca realmente apareceram, embora em termos de *Realpolitik* se pudesse argüir que tal canalização de recursos para os países do Terceiro Mundo, em particular para a América Latina, tivesse como objetivo assegurar ulteriores vantagens econômicas e políticas, quaisquer que fossem os partidos que ali estivessem ou ascendessem ao governo.[50] De fato, as fundações políticas da RFA, na América Latina, operaram com o objetivo de sustentar e promover, com seus programas de assistência material e ideológica, partidos políticos afins, encorajando as tendências democráticas e pluralistas, em oposição aos regimes autoritários ou totalitários, tanto de esquerda quanto de direita. E, ao funcionarem como instrumentos paralelos, não oficiais, da diplomacia, elas criaram para a RFA as melhores condições de diálogo com os países onde atuaram, quaisquer que fossem os partidos no poder, e favoreceram mudanças que propiciaram maior estabilidade à América Latina, como um todo. A Fundação Konrad Adenauer, representando a CDU, iniciou suas atividades internacionais, concentradas, inicialmente, na América Latina, à qual passou a dedicar 55% de seus recursos, e em pequeno número de países da África e Ásia, dando assistência aos partidos, que se lhe afiguraram mais afins com a política da democracia-cristã.[51] No Chile, opôs-se à ditadura do general Augusto Pinochet e colaborou com o processo de redemocratização, conduzido pela Aliança Democrática, sob a liderança do Partido Democrata-Cristão, do mesmo modo que, em El Salvador e no Panamá, apoiou Napoleón Duarte e Arnulfo Arias, ambos ligados à democracia-cristã, porém, em outros países, evitou maior envolvimento, quer por perceber que a estrutura política não permitia o estabelecimento

[49] Schmidt-Eenboom, 1993, p. 359.

[50] Durán, 1985, p. 89.

[51] Vogel, 1982, p. 2.

de autêntico pluralismo, a exemplo da Guatemala, quer por não encontrar partidos políticos afins, como no México ou na Argentina. Por sua vez, a Fundação Friedrich Ebert, vinculada ao SPD, buscou dar assistência aos partidos de oposição, mais à esquerda, bem como aos sindicatos operários, possibilitando a ascendência da Internacional Socialista, cujas atividades, restritas praticamente à Europa até então, estenderam-se à América Latina, bem como a quase todo o Terceiro Mundo, sobretudo após a eleição de Willy Brandt para sua presidência, em 1976. A Internacional Socialista, que em 1979 criou um comitê para a América Latina e o Caribe, sob a presidência de José Francisco Peña Gomez, da República Dominicana, e fundou, em 1980, o Comitê para a Defesa da Revolução na Nicarágua, sob a direção de Felipe Gonzales, da Espanha, deu forte respaldo ao regime sandinista, viabilizado, materialmente, pela Fundação Friedrich Ebert, cuja contribuição financeira para a derrubada de Anastazio Somoza fora deveras importante, e concorreu, tanto quanto possível, para preservar naquele país os métodos pluralistas e democráticos e impedir o predomínio das forças favoráveis ao socialismo no estilo de Cuba. A Fundação Hans Seidel, ligada à CSU (ramo da CDU na Baviera), nunca teve atuação expressiva, devido mesmo à sua pequena dimensão, e a Fundação Friedrich Naumann, do FDP, cooperou com Domingo Laino, líder do Partido Liberal Radical Autêntico, que se opôs à ditadura de Alfredo Stroessner, no Paraguai.

A crise de hegemonia dos EUA e a crescente multipolarização da economia internacional possibilitaram à RFA expandir sua influência, como um pólo alternativo, na América Latina, onde, no curso da década de 1980, o processo de redemocratização alcançou todos os países, inclusive o Paraguai e o Chile. Nenhum país ocidental, naquele período, aprofundou tanto as relações com a América Latina quanto a RFA, ainda que essas relações se desenvolvessem, em grande parte, ao nível subestatal,

através dos partidos políticos, sindicatos e igrejas[52], uma vez que o governo de Bonn entendia que, com base na estrutura pluralista do país, os agentes econômicos e sociais atuariam em favor dos interesses alemães. Evidentemente, em virtude de sua posição geopolítica, de suas exigências em matéria de segurança e dos seus vínculos com a Aliança Atlântica, a RFA não podia considerar a América Latina entre as suas prioridades, inclusive porque a percebia como área de influência dos EUA. Esta sua avaliação não impediu que outras situações de conflito entre Bonn e Washington se configurassem, ao longo dos anos 70 e 80, não apenas devido ao Acordo Nuclear com o Brasil, mas também com respeito às experiências socialistas no Chile, Jamaica e Nicarágua, bem como ao apoio proporcionado a correntes políticas divergentes na América Central.[53]

Kohl e a crise na RDA

As discrepâncias da RFA com os EUA, acentuadas na segunda metade dos anos 70, ampliaram-se, em 1980, por causa do embargo da venda de cereais à URSS e, em 1982, da construção do gasoduto ligando a Sibéria à Europa Ocidental. Contudo, diretrizes de política exterior não se alteraram, substancialmente, quando o FDP, em 1982, rompeu a aliança com o SPD e deu à coligação CDU-CSU maioria parlamentar para a formação de novo governo, sob a chefia de Helmut Kohl, que se definia como o herdeiro espiritual de Adenauer. Na verdade, as mudanças foram muito menores do que quando Schmidt substituiu Brandt em 1974. O consenso entre os partidos políticos sobre a *Ostpolitik*, que correspondia aos interesses econômicos e políticos da RFA, se haviam consolidado. Kohl, embora durante anos a houvesse denunciado, manteve Hans-Dietrich Genscher, do FDP, à frente do *Auswärtiges Amt* e continuou a

[52] Benecke *et al.*, 1984, p. 10.

[53] *Id. ibid.*, p. 8.

desenvolvê-la, com extrema habilidade, procurando, principalmente, estreitar o relacionamento com a RDA, cujo reconhecimento por todos os países fora do Bloco Soviético, a partir de 1973, permitira, que suas exportações já por volta de 1975, alcançassem um nível equivalente ao da RFA, isto é, da ordem de 25% em proporção ao PNB. As dificuldades econômicas e financeiras, com que a URSS se defrontava, entretanto, compeliam a RDA a voltar-se cada vez mais para o Ocidente. A partir de 1975, quando a URSS suspendeu os fornecimentos de grãos, ela passara a importar cerca de 500.000 toneladas *per annun*, especialmente dos EUA, aos quais tinha de pagar com moeda forte. E, conquanto aumentasse a produção interna e conseguisse derrubar as importações de grãos, entre 1981 e 1982, não se tornara auto-suficiente, pois sua produtividade na agricultura, assim como na indústria, era inferior em cerca de 33%[54] a 40%[55] aos *standards* da RFA. Esse não constituiu, naturalmente, o único problema. Em 1979, a URSS não apenas voltara a aumentar, sensivelmente, o preço do petróleo, a fim de acompanhar a nova alta no mercado mundial como reduzira seus fornecimentos de 19 milhões de toneladas, em 1980, para 17,1 milhões de toneladas, em 1983, o que obrigou a RDA a despender suas divisas para comprar de países fora do Comecon (Conselho de Ajuda Mútua Econômica), comunidade econômica formada pelos países do Bloco Soviético. Seu endividamento líquido com o Ocidente alcançara, assim, o montante de US$ 11,6 bilhões (1981), o maior, depois da Polônia, entre os países do Leste Europeu.[56] E, a partir de meados de 1982, ela não mais obteve crédito dos bancos ocidentais, assustados com o colapso financeiro do México, a evidenciar o agravamento da crise da dívida externa nos países do Terceiro Mundo. O que lhe atenuou os problemas financeiros foi então o relacionamento especial com a RFA, que não apenas lhe

[54] Stiftung, Friedrich Ebert. *Forum Deutsche Einheit – Aktuelle Kurzinformationen*, n° 10/90, Bonn, dezembro de 1990.

[55] Kohl, 1998, p. 102.

[56] Dennis, 1988, p. 39 e 131.

possibilitava o acesso aos mercados da CEE, sem a aplicação de quotas e tarifas, como lhe facilitava os pagamentos, através do balanço em *Verrechnungseinheiten* ou VEs (unidade contábil que correspondia de fato ao *deutsche mark*), ao mesmo tempo em que lhe concedia anualmente enormes somas de marcos, a título de compensação pelo uso das estradas de acesso a Berlim, vistos, serviços postais, libertação de presos políticos, etc. Somente em 1982, a RDA recebeu, conforme os acordos formais com a RFA, a soma de DM 2,18 bilhões.[57] Mesmo assim, ao fim de 1982, a RDA tinha um débito com a RFA superior a 1 milhão VEs[58], e devia ao Ocidente uma importância que oscilava entre US$ 9 bilhões e US$ 13 bilhões, dos quais 40% venciam dentro de um ano, com juros muito altos.[59] A URSS, abalada também pelos seus próprios problemas, não tinha evidentemente condições de a socorrer. E os bancos ocidentais recusaram-se a abrir-lhe novos créditos, sem os quais ela não poderia financiar suas obrigações. Não fosse então a intermediação de um político extremamente conservador da RFA, Franz Joseph Strauss, dirigente da CSU da Baviera, a aguda crise financeira da RDA talvez evoluísse, com graves conseqüências para o regime comunista na RDA. Ele intermediou uma negociação com o governo de Helmut Kohl e conseguiu que ele avalizasse, junto aos bancos alemães, empréstimos à RDA, da ordem de DM 1 bilhão, em 1983, e DM 950 milhões, em 1984.[60] O total dos financiamentos, segundo o próprio Honecker que posteriormente revelaria, chegou até DM 3 bilhões[61], embora na época se informasse que seu interesse era obter o montante de DM 4 bilhões.[62]

A concessão de tais empréstimos, naquelas circunstâncias, não implicou qualquer risco para os bancos da RFA, aos quais o governo de Bonn deu uma declaração de garantia de pagamento com a soma das tarifas

---

[57] *Id. ibid.*, p. 151-152.

[58] *Id. ibid.*, p. 152.

[59] Spittmann, 1990, p. 94.

[60] Spittmann, 1990, p. 94.

[61] Andert e Herzberg, 1991, p. 352.

[62] Spittmann, 1990, p. 94.

de trânsito (*Transitpauschale*), devidas anualmente à RDA. Não obstante, essa atitude de Kohl foi de extrema generosidade, para muitos inexplicável. Evitou que a aguda escassez de divisas viesse a paralisar a economia da RDA, com conseqüências imprevisíveis, ao desestabilizar todo o seu sistema social e político, provocando a intervenção militar da URSS, a fim de defender a ordem e salvar o regime comunista, e prejudicando os esforços de aproximação entre os dois Estados alemães. Este, ao que tudo indicou, foi o temor de Kohl, pois a RFA sempre justificara sua ajuda à RDA como forma de humanizar a divisão do país. De fato, ainda que permitisse ao governo do SED sustentar suas políticas econômicas e sociais, o objetivo da assistência foi estreitar os vínculos entre os dois Estados, de modo que a RFA, com o exemplo de democracia, pudesse influir diretamente sobre a RDA, mantendo as possibilidades de reunificação, para quando as condições se apresentassem na política internacional. O próprio Honecker, aliás, demonstrou forte interesse nesse estreitamento das relações entre os dois Estados alemães, conquanto a ampliação dos contatos pessoais, telefônicos e postais com a RFA, a partir de 1972, acentuasse na população oriental a percepção de que o regime comunista não lhe propiciara os altos padrões de conforto, bem-estar e segurança alcançados no lado ocidental. Ele estava consciente de que a RFA podia realmente ajudar o desenvolvimento da sociedade socialista na RDA, tanto quanto, ao mesmo tempo, absorvê-la.[63] Autorizar um crescente número de cidadãos orientais a viajarem para a RFA, a pretexto de visitar parentes ou outros, constituiu uma política de abertura, com risco, segundo suas próprias palavras.[64] Mas esse risco Honecker tinha de correr, sobretudo depois de 1982, quando os problemas econômicos e financeiros da RDA, bem como também da URSS, agravaram-se e empeceram as relações comerciais dentro do Comecon. Sua única opção foi buscar ainda maior entendimento com a RFA, da qual já extraía muitas

[63] Andert e Herzberg, 1991, p. 79.

[64] *Id. ibid.*, p. 79.

vantagens e que sempre ocupara um lugar predominante na sua política exterior, dado tratar-se do mais importante aliado dos EUA, dentro da OTAN. Sem a sua cooperação, não mais teria condições de sustentar o *standard* de vida da RDA, o qual, embora inferior ao da RFA, tornara-se, pelo menos, o melhor entre os países do Bloco Soviético.

As relações entre a RDA e a RFA

Maior distensão entre as duas Alemanhas, entretanto, não convinha a URSS, naquela conjuntura, quando Ronald Reagan, presidente dos EUA, retomava a corrida armamentista, com o projeto de construir a SDI (*Strategic Defense Initiative*), conhecido popularmente como a Guerra nas Estrelas, e o governo de Bonn autorizara o estacionamento no seu território de novos mísseis da OTAN, de médio alcance. Ela não admitia que a RDA seguisse, independentemente, um caminho próprio, nas relações com a RFA, nem que os dois Estados alemães aprofundassem uma espécie de mini-détente, naquelas circunstâncias, quando as tensões Leste-Oeste recresciam. Por isto o governo do Kremlin passou a olhar com suspicácia e desconfiança a movimentação de Honecker, que tendia a contrariar os interesses gerais da política exterior da URSS, e tratou de impedir sua visita oficial à RFA, a convite de Kohl, formulado pessoalmente em Moscou, onde ambos se encontraram por ocasião das exéquias de Yuri Andropov, secretário-geral do PCUS (fevereiro de 1984). A *Pravda*, órgão oficial do PCUS, publicou, entre julho e agosto de 1984, dois artigos sobre supostas "tendências revanchistas" da RFA, os quais constituíam, ao mesmo tempo, um ataque aberto à *Politik des Diologs und des Realismus*, proposta pelo próprio Honecker, na VII. Reunião do Comitê Central do SED.[65] Então, acompanhado por outros dirigentes do SED e o chefe do Stasi, Honecker viajou para Moscou, a fim de discutir a questão com o secretário-geral do PCUS, Konstantin Tchernenko,

[65] Krenz, 1990, p. 118.

substituto de Andropov. E, cedendo à pressão, redargüiu: "Nós nos submetemos ao vosso desejo, contudo mantemos que a idéia é mais adiante realizável".[66] A visita, que ocorreria em setembro daquele ano e seria a primeira de um chefe de Estado da RDA a Bonn, não se concretizou.

A mudança na alta cúpula do Kremlin, com a ascensão de Mikhail S. Gorbachev ao posto de secretário-geral do PCUS, em conseqüência da morte de Tchernenko (dezembro de 1984), foi o que provavelmente evitou a queda de Honecker. Mas as desavenças continuaram, devido não apenas às dificuldades econômicas dentro do Comecon. Na verdade, Honecker, da mesma forma que Ulbricht, entrara em rota de colisão com a do PCUS, dado os termos em que as relações entre a URSS e a RDA se estabeleceram e evoluíram, desde 1949. Ulbricht, a fim de resguardar o que julgava constituírem os interesses da RDA, opôs-se aos esforços da URSS, que, no início dos anos 70, buscava um entendimento com a RFA. Honecker, pelo contrário, tratou de aproximar-se da RFA, independentemente, a contrariar a política exterior da URSS, na primeira metade dos anos 80. O objetivo de ambos, como alemães e comunistas, fora essencialmente o mesmo, ou seja, conduzir a RDA, como Estado autônomo, de acordo com seus próprios interesses e seu projeto de socialismo, ainda que ela representasse menos da metade da antiga Alemanha. A URSS, porém, nunca deixou de considerá-la, de fato, como a SBZ (*Sovietische Besotzungszone*), sua zona de ocupação, apesar dos tratados pelos quais lhe reconhecera a soberania. Seu embaixador em Berlim Oriental, Pictr Abrassimov, o mesmo que, em 1971, participara das articulações para derrubar Ulbricht, não mais tolerava Honecker, o que não escondia, e demonstrava completo desprezo pela RDA. Participava das reuniões do *politburo* e do Comitê Central do SED, como se efetivamente o integrasse, não respeitava o protocolo diplomático e, nas comitivas oficiais, seguia com seu automóvel à frente de Honecker, comportando-se como um alto

[66] Schabowski, 1990, p. 36.

comissário soviético, sem respeitar a RDA como Estado soberano, que tinha seu próprio chefe.[67] Obviamente, Honecker não o suportava. Como um velho comunista, que passara, desde a juventude, por todos as agruras da militância revolucionária - não se julgava, com tal experiência e folha de serviços, inferior a nenhum dos novos dirigentes soviéticos. E, se a URSS surgira com a Revolução Russa de 1917, liderada por Lênin, a Alemanha fora país onde Marx e Engels nasceram e possuía uma vasta tradição revolucionária, conforme entendia, a RDA representava, como legítima herdeira. Assim, não obstante permanecer leal à URSS e conservar, firmemente, a crença no marxismo-leninismo, tampouco aceitava, com tranqüilidade, que as posições do PCUS sempre devessem prevalecer sobre as do SED.

A argumentação da URSS contra a viagem, desde 1984, concentrava-se no fato de que as tensões Leste-Oeste recrudesceram e o governo de Bonn autorizara os EUA a instalar novos mísseis, de médio alcance, em território da RFA. Em abril de 1986, ao visitar Berlim Oriental, Gorbachev, com o propósito de ponderar sobre a inconveniência de sua viagem a Bonn, perguntou a Honecker: "Que devo dizer ao meu povo, se tu agora visitas a revanchista RFA?" Honecker, porém, respondeu, com impertinência, perguntando-lhe: "E o que devo eu dizer ao meu povo, que desejava a paz?" Em seguida, acrescentou: "Eu insisto nisto, em que devo para lá viajar".[68] Não obstante, a rebeldia de Honecker ainda não chegara ao ponto de o levar a desobedecer, efetivamente, à diretriz da URSS, que só um ano depois concordou com a sua tão desejada visita oficial a Bonn, onde Kohl e o presidente da RFA, Richard von Weizsäcker, receberam-no com todas as honras de um chefe de Estado.

---

[67] *Id. ibid.*, p. 27.

[68] *Id. ibid.*, p. 35-36.

A política exterior da RFA *vis-à-vis* dos EUA e da URSS

A conversão de Gorbachev, em 1987, à política do diálogo com a RFA, que Honecker, preconizara, decorreu de vários fatores. Ele não apenas se convencera, com a vitória de Kohl nas eleições de dezembro de 1986, de que mudança de governo não ocorreria em Bonn como também percebera que, através da intermediação de Honecker, poderia até mesmo obter vantagens econômicas da RFA, que tendia a afastar-se da política de segurança e de armamentos dos EUA, agastada com a falta de consideração de Reagan pelos interesses dos seus aliados europeus. O entendimento franco-alemão para a cooperação militar refletiu, àquele tempo, o descontentamento da Europa Ocidental com os EUA.[69] De fato, as questões relacionadas com a modernização dos armamentos da OTAN (88 mísseis Lance) e o estacionamento dos mísseis Pershing II estavam a provocar, na RFA, graves controvérsias que se refletiam sobre suas relações com os EUA. O secretário de Defesa dos EUA, Frank C. Carlucci, chegou ao ponto de sugerir que os EUA retirariam as tropas da RFA, se ela não permitisse a instalação dos mísseis INF no seu território, alegando que tal atitude produziria o desarmamento estrutural da OTAN.[70] Muitos líderes políticos alemães, embora convencidos de que a segurança e os interesses da RFA, devido à sua posição geostratégica, requeriam o respaldo da OTAN, começaram a considerar o peso e os riscos que essa dependência implicava, pois, sendo mísseis de curto alcance e menor rendimento, singularizariam o território da Alemanha como especial campo de batalha.[71] Esta preocupação de vários líderes proeminentes da CDU, inclusive Kohl, foi manifestada, repetidas vezes. Franz Joseph Strauss, dirigente da CSU, defendeu publicamente que o *Bundestag* devia opor-se à modernização dos mísseis Lance.[72] O descontentamento, a propagar-se por todos os setores políticos da RFA, passou então das questões de

[69] Maier, 1997, p. 222.

[70] Hanrieder, 1989, p. 364-365.

[71] *Id. ibid*, p. 365.

[72] *Id. ibid.*, p. 364-365.

segurança para a *Ostpolitik*. E a idéia de que a política dos EUA *vis-à-vis* da RFA não seria mais que uma variável política com relação à URSS foi abalada a partir do momento em que Bonn tratou de empreender uma política autônoma. As desavenças, entretanto, não podiam, evidentemente, quebrantar o seu relacionamento com Washington. Kohl teve de conciliar a solidariedade com a Aliança Atlântica, liderada pelos EUA, e o engajamento no diálogo com a URSS.[73] Mas, a refletir a mudança que se operava na opinião pública, a popularidade de Gorbachev na RFA tornou-se maior do que a dos presidentes dos EUA, Ronald Reagan e George Bush.[74]

Essa popularidade se deveu ao fato de que Gorbachev começara a promover a liberalização do regime comunista, mediante a transparência política, *Glasnost*, e a restruturação econômica, *Perestroika*, visando a aproximar ainda mais a URSS, cuja crise econômica e financeira cada vez se aprofundava, da CEE, com a qual formaria a Casa Comum Européia. Dada a falta de recursos para sustentar a competição armamentista, contrapondo-se ao projeto de construção do SDI (*Strategic Defense Initiative*), conhecido como Guerra das Estrelas, e do aguçamento das pressões populares, no sentido de obter melhoria dos padrões de consumo e de conforto, alternativa não restava à URSS senão buscar um entendimento com o Ocidente, de modo que pudesse reduzir seus gastos militares, mediante acordos de desarmamento e controle de armas. Uma das mais significativas mudanças na sua política exterior foi demonstrar, com a retirada das tropas do Afeganistão, que realmente não mais se dispunha a intervir onde quer que fosse e a sustentar, *manu militari* ou por outro meio, os comunistas no poder. Com efeito, afim de recompor sua economia e salvar sua existência como Estado, sob a ameaça de desintegração, ela precisava abandonar também os demais países do chamado Bloco Soviético - Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia,

[73] Banchoff, 1999, p. 101-109.

[74] Miard-Delacroix, Hélène - Les relations avec les Etats-Unis, Ménudier *et al*, 1990, p. 115.

Bulgária e RDA - à própria sorte. E, em nenhum deles, os comunistas tinham condições econômicas, políticas e militares para manter o regime, sem o apoio da URSS, que os ajudara a implantá-lo, após a Segunda Guerra Mundial. Destarte, os processos de restruturação econômica e democratização política, que se inter-relacionavam, começaram a atingir os demais países do Leste Europeu. Na Polônia, uma onda de greves (1988) já levara o governo do general Wojciech Jaruzelski a estabelecer o diálogo com o sindicato Solidariedade, a principal força de oposição ao regime desde 1980 e, em meio à liberalização da economia, a convocar para 19 de agosto de 1989 as primeiras eleições livres, em que o POUP (Partido Operário Unificado da Polônia - comunista) perderia o monopólio do poder. Na Hungria, cujo regime, tanto economica quanto politicamente, já antes se tornara o mais liberal, o POSH (Partido Operário Socialista da Hungria - comunista) aprofundou as reformas, com a legalização da oposição (janeiro de 1989), o desmantelamento das cercas na fronteira com a Áustria (maio) e a reabilitação de Imre Nagy (junho), dirigente da insurreição de 1956 e executado em 1958. Até mesmo na Tchecoslováquia o PC, não obstante sua posição contrária à *Perestroika* e à *Glasnost*, adotara certas políticas mais flexíveis e mais abertas, sobretudo para o reajuste da economia.

Tais políticas de liberalização econômica e política, que a *Perestroika* e a *Glasnost* inspiravam, Honecker não aceitou e jamais ocultou suas simpatias pelas forças conservadoras, que dentro do PCUS a elas se opunham, se bem que evitasse confrontação aberta com Gorbachev e a distensão com o Ocidente correspondesse à *Politik des Dialogs und des Realismus*, por ele preconizada. Entretanto, àquele tempo, a URSS não só não impediria como até mesmo desejava uma rápida transformação na RDA. Em janeiro de 1989, o ministro das Relações Exteriores da URSS, Eduard Schevardnadse, afirmara que o Muro de Berlim constituía "assunto interno" da RDA e que seu país não tinha a intenção de imiscuir-se em

"questão interna" de dois Estados soberanos.[75] No mês seguinte, outro importante membro do politburo do PCUS, Alexander Jakowliev, ressaltou: "Esse muro não é nosso. Nós não o construímos. É uma coisa da RDA".[76] Com tais declarações, os dirigentes soviéticos trataram de demonstrar que a URSS não interferiria em qualquer decisão que os dois Estados alemães viessem a tomar, futuramente, a respeito de sua reunificação. E o próprio Gorbachev, poucos meses depois, admitiu que o Muro de Berlim poderia em breve desaparecer, tão logo os pressupostos que determinaram sua construção fossem suprimidos, no que ele não via um "grande problema". E acrescentou que "nada é eterno".[77] Esta declaração constituiu significativo avanço não apenas em relação às de Schevardnadse e de Jakovlev, como em relação à que ele mesmo fizera, oito meses antes, quando, em resposta à observação de Kohl de que a Europa nunca estaria unida enquanto a Alemanha não se reunificasse, ele advertira que "qualquer tentativa de mudar a realidade do pós-guerra" geraria uma "situação imprevisível e até perigosa".[78] A URSS, com 20 milhões de mortos na Segunda Guerra Mundial, temia a ressurreição de uma Alemanha economica e militarmente poderosa e até então só admitira a possibilidade de que ela se reunificasse mediante a adoção de um estatuto de neutralidade, semelhante ao da Áustria. Contudo, apesar da perda de grande parte do território e da população do antigo *Reich*, a nação se reconstruíra, como RFA, e constituía, tanto economica quanto politicamente, a potência-chave da Europa, e Gorbachev, diante do agravamento da crise econômica e da urgente necessidade de erradicar os focos de tensão Leste-Oeste, tinha de buscar profundo e sólido entendimento com Kohl, em torno da existência dos dois Estados alemães. A RFA, para a sua política exterior, passara a ter prioridade sobre a RDA,

---

[75] Spittmann, 1990, p. 151.

[76] *Id, ibid.*, p. 151.

[77] *Id. ibid.*, p. 155. *Veja*, São Paulo, 21.6.1989, p. 59.

[78] *Ibid.*, 2.11.1988, p. 50-41.

dado que se configurava como o mais importante parceiro da URSS na construção da Casa Comum Européia.[79] Honecker compreendeu-o, mas intransigentemente continuou a recalcitrar, recusando-se a promover mudança nas estruturas econômicas e políticas da RDA.

Apesar de que a direção do SED parecesse monoliticamente fechado em torno das posições de Honecker, o fato era que vários dos seus membros entendiam que a RDA não devia contrapor-se à URSS e resistir ao curso das reformas. E a partir dos meados de 1989, Erich Mielke, ministro para a Segurança do Estado, Egon Krenz, secretário do Comitê Central para Segurança, Günter Schabowski, Siegfried Lorenz e, talvez, alguns mais a excogitarem seriamente o afastamento de Honecker da Secretaria-Geral do SED e da presidência do Conselho de Estado, afim de viabilizar as mudanças, que Gorbachev aconselhava. A eles mais quatro membros do politburo - Kurt Hager, Harry Tisch, Werner Krolikovski - aderiram, bem como o próprio ministro-presidente da RDA, Willi Stoph.[80] Àquela época, agosto de 1989, a notícia sobre a enfermidade de Honecker se difundiu e o governo do SED começou a perder o controle sobre os acontecimentos. Milhares de cidadãos, que, desde a abertura da fronteira entre a Hungria e a Áustria (maio), fugiam da RDA, aglomeravam-se em Budapeste, onde pediam asilo à embaixada da RFA. E o êxodo recresceu, avassaladoramente, depois que o governo da Hungria, em 11 de setembro, autorizou a saída de 7 000 refugiados na direção do Ocidente. Esta decisão irritou a direção do SED, já impotente para impedir, sem o suporte militar da URSS, que milhares de pessoas abandonassem a RDA, também através das fronteiras da Tchecoslováquia, e alcançassem a RFA, e o clamor pelas reformas se intensificavam, dentro do seu próprio território, onde diversos movimentos, como *Neues Forum*, (Novo Fórum), *Demokratischer Aufbruch* (Advento Democrático), *Demokratie Jetzt* (Democracia Agora)

[79] Maier, 1997, p. 222.

[80] Krenz, 1990, p. 143.

e o *Sozialdemokratische Partei* (Partido Social-Democrata) se formavam. Honecker, durante uma conferência dos secretários do Comitê Central com os secretários de distritos do SED, atribuiu então a responsabilidade pela complicação da crise à abertura das fronteiras da Hungria e a um plano da OTAN[81], que visaria a preparar o caminho para a criação do *Vierte Reich.*[82] Entretanto, nem os EUA nem a RFA, quer isoladamente quer através de plano da OTAN, possuíam condições e meios para desencadear ou mesmo determinar a evolução daquela crise, cujo agravamento obedeceu à sua própria dinâmica, dentro da RDA. Pelo contrário, se interferência externa houve, esta partiu da URSS. Fortes evidências acumularam-se de que Gorbachev encorajou as articulações para o afastamento de Honecker, cuja presença na Secretaria-Geral do SED e na presidência do Conselho de Estado obstruía o processo de reformas na RDA. Evidentemente, a fim de conservar o poder de barganha, quando tivesse de negociar com o governo da RFA a reunificação da Alemanha, Gorbachev pretendia manter certo controle sobre a RDA, onde a URSS tinha grandes interesses, inclusive cerca de 380.000 soldados estacionados, mas a situação interna ali rapidamente se deteriorava. Até princípios de outubro, cerca de 18.000 já haviam passado da Tchecoslováquia para a RFA, cujo ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, estivera em Praga e, pessoalmente, fizera as sugestões para a liberação do trânsito. Essa evasão de milhares de trabalhadores e profissionais de todas as categorias começou a desorganizar e a paralisar a produção e os serviços da RDA. E quando Gorbachev a visitou em outubro de 1989, as demonstrações recresceram em Berlim Oriental, Leipzig, Dresden, Jena, Plauen, Potsdam e outras cidades, com milhares de pessoas a gritarem "Gorbi, Gorbi, Gorbi" ou "*Wir sind das Volk*" (Nós somos o povo). Na ocasião, durante o encontro com o politburo do SED, ele falou, demoradamente, sobre os problemas com que a URSS

[81] *Id. ibid.*, p. 206.

[82] Andert e Herzberg, 1991, p. 22-24.

se defrontava e, ao final, observou: "*Wer zu spät kommt, den bestraft das Leben*" (Quem tarde demais vem, a vida castiga). Esta frase pareceu uma advertência e constituiu o sinal de alerta para que a oposição, dentro do politburo do SED, acelerasse as articulações, com o objetivo de mudar o governo e os rumos da RDA.[83]

O que Honecker chamou de "*Grossangelegtes Manöver*" (manobras de grande envergadura), a insinuar que a longa mão de Moscou estava por detrás da "*konspirative Tätigkeit*" (atividade conspirativa) para derrubá-lo[84], começou, efetivamente, depois da visita de Gorbachev a Berlim Oriental. Mielke já decidira usar a força, se necessário, para remover Honecker do governo. Chegara a elaborar planos de ação, inclusive listas de pessoas a serem presas e internadas, segundo informações de um desertor do Stasi. Não sem razão Honecker, posteriormente informado, responsabilizou-o pela preparação de "*eines innerporteilichen und auch staatlichen Putsches*" (um golpe dentro do partido e também do Estado).[85] Porém, Moscou se opôs à utilização da força, pois não queria desestabilizar a RDA. Assim, a estratégia consistiu em forçar o afastamento de Honecker, sem dividir o politburo e o Comitê Central, o que poderia acarretar conseqüências imprevisíveis, uma vez que também alguns setores do SED e do Stasi advogavam o emprego de maior violência para reprimir as manifestações de protesto e garantir a ordem.

A perspectiva da guerra civil, em tais circunstâncias, configurar-se-ia, se dentro do politburo e do Comitê Central do SED seus membros dissentissem. E o homem que evitou a cisão foi Willi Stoph, ao encarregar-se, na condição de ministro-presidente, de propor a substituição de Honecker.[86] O respaldo de Mielke foi decisivo, na medida em que ameaçou revelar

---

[83] Schabowski, 1990, p. 71-78; Krenz, 1990, p. 85-96.

[84] Andert e Herzberg. 1990, pp. 20-22.

[85] Andert e Herzberg, 1990, p. 375.

[86] Entrevistas de Gunter Schabowski e Egon Krenz ao autor, Berlim, janeiro de 1991.

o processo a que Honecker respondera, durante a ditadura de Hitler, e do seu prontuário na Penitenciária de Brandenburg-Görden, onde permanecera dez anos, de 1935 a 1945, com as provas de que ele revelara aos nazistas nomes de outros camaradas do KPD (*Kommunistche Partei Deutschlands*), permitindo sua captura pela Gestapo.[87] De qualquer forma, porém, o simples fato de que Honecker "vacilara" e entregara nomes de camaradas, possibilitando sua prisão, significava o mesmo que colaborar com a Gestapo, prestar serviço ao inimigo, por conseguinte, um ato de traição, conforme o rigoroso código de conduta dos comunistas. Assim, se Mielke divulgasse o dossiê, embora também atingisse a imagem de todo o SED, desmoralizaria Honecker, que se vangloriava de seu passado como corajoso combatente antifascista, e ele não teria alternativa senão renunciar.[88]

A queda de Honecker estava madura. Ele perdera quase todo o prestígio, de sorte que não apenas 50%, senão cerca de 90% das próprias bases do SED aclamariam sua substituição na chefia do governo.[89] Assim, quando Willi Stoph, no dia 17 de outubro de 1989, propôs ao politburo, como primeiro ponto da agenda, o afastamento de Honecker das funções que exercia, praticamente não houve qualquer resistência. Nem dele

---

[87] De acordo com certas informações, algum espião do Stasi retirara esse dossiê dos arquivos da RFA, onde se encontrava juntamente com toda a documentação da Gestapo, e o entregara a Markus Wolf, de quem diretamente Mielke o recebera. Schabowski confirmou sua existência, mas, segundo ele, o dossiê fora encontrado por um grupo de pesquisadores, quando levantaram no Instituto de Marxismo-Leninismo os documentos para a elaboração da biografia de Honecker e algum deles, agente ou colaborador do Stasi, levou-o às mãos de Mielke, que resolveu guardá-lo. Talvez a fraqueza de Honecker ou "vacilação", segundo Krenz admitiu, diante dos nazistas, decorresse de sua inexperiência, como um jovem de 23 anos quando caíra preso, e das terríveis técnicas de interrogatório então utilizadas, embora haja indícios de que ele cooperara ainda mais firmemente com a Gestapo, pois, no início de 1945, teria saído da prisão e a ela regressado, voluntariamente, sem que nada lhe acontecesse, o que era impossível no tempo do nazismo, se não houvesse confiança. Entrevistas de Gunter Schabowski e Egon Krenz ao autor, Berlim, janeiro de 1991. Entrevista do Dr. Jünger Artez, *Leiter der Unterabteilung Grundsatzfragen - Bundesministerium für innerdeutsche Beziehungen* ao autor, Bonn, 15 de março de 1991.

[88] Entrevistas de Gunter Schabowski ao autor, Berlim, 21de fevereiro de 1991. Vide também Schabowski, 1991, p. 296 e 270.

[89] Krenz, 1990, p. 157.

próprio, porquanto Mielke, a indicar que ele não devia prosseguir com a exposição, gritou que ainda poderia "abrir a boca e contar coisas que a todos estarreceria"[90], ameaçando assim revelar o dossiê sobre seu comportamento na Penitenciária de Brandenburg-Görden. A renúncia de Honecker, formalizada em 18 de outubro, durante a reunião do Comitê Central, afastou, segundo Krenz, a enorme possibilidade de que uma guerra civil viesse a ensangüentar a RDA.[91] A escolha de Krenz para o substituir no cargo de secretário-geral do SED frustrou, porém, as expectativa e não amainou a agitação. As massas nas ruas continuaram a clamar "*Wir sind das Volk*" (Nós somos o povo). Elas queriam liberdade e o direito de autodeterminarem seu destino, com a realização de eleições livres. E por isso, ao mesmo tempo em que o êxodo para a RFA prosseguia, as demonstrações, em todas as cidades da RDA, ainda mais recrudesceram.

Alexander Jakowliev, membro do PCUS e um dos principais responsáveis pela *Perestroika*, afirmou posteriormente que "os dirigentes soviéticos não tiveram qualquer envolvimento" com a substituição ou a designação de qualquer governante comunista, nos países do Leste Europeu, e que, embora dispusessem de "informações precisas" sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolavam, não tentaram influenciar seu curso.[92] Obviamente não falou toda a verdade. Documentos e outras provas sobre operações secretas dos serviços de inteligência dificilmente apareceram, ao longo da história, o que não significa que as grandes potências - e mesmo as menores - não as promoveram com muito maior freqüência. Mas, na RDA os próprios fatos incumbiram-se de evidenciar que não só o KGB como Gorbachev tiveram decisiva influência tanto na queda quanto na sucessão de Honecker, uma vez que à URSS interessava manter sob controle a evolução dos acontecimentos naquele

[90] Schabowski, 1990, p. 105-106.

[91] Carta de Egon Krenz a Honecker, in *Der Spiegel*, n° 6, 1.2.1991, pp. 54-61.

[92] Jakowlew, 1991, p. 98.

Estado, que se revestia de fundamental relevância, ao contrário dos demais países do Leste Europeu, para suas negociações econômicas e políticas com a RFA.[93]

A queda do Muro de Berlim e o colapso da RDA

Krenz, mesmo que merecesse a confiança de Gorbachev, não teve, no entanto, condições de conservar o poder, porquanto se identificara, como membro do politburo, com toda aquela política, que as multidões nas ruas repulsavam. Em 7 de novembro, 40 personalidades da antiga *Nomenklatura* afastaram-se dos seus cargos, no Conselho de Ministros, e todos os membros da velha guarda, tais como Willi Stoph e Erich Mielke, no dia seguinte, renunciaram às suas respectivas funções no politburo, durante a reunião do Comitê Central, abrindo o espaço para a eleição de novos dirigentes, entre os quais Hans Modrow, primeiro-secretário do SED no distrito de Dresden, o candidato de Gorbachev à chefia do governo da RDA e que, na ocasião, foi indicado, oficialmente, para o posto de ministro-presidente. Àquele tempo, cerca de 225.233 alemães orientais, ao longo de 1989, já haviam passado da RDA para a RFA, através da Hungria, Tchecoslováquia e Polônia, e o êxodo não cessava[94], agravando a situação, que já se afigurava insustentável, pois o esvaziamento das fábricas e dos serviços, a afetar, sensivelmente, o ritmo da produção e o atendimento, desorganizava a economia e embaraçava o próprio funcionamento do Estado. Em apenas uma noite, de 8 para 9 de novembro, cerca de 8.000 cidadãos abandonaram a RDA.[95] E este fato inquietou toda a direção do SED, já a discutir, havia dias, os termos de uma nova lei, liberando as viagens ao exterior. Àquela altura, somente a garantia do

[93] Sobre o tema vide mais detalhes in Moniz Bandeira, 1992, p. 112-121. Reuth/Bönte, 1993, p. 78-120.

[94] Informação do ministro do Interior da RFA, Wolfgand Schäuble, em *Chronik der Ereignisse in der DDR*, 1989, p. 20.

[95] Krenz, 1990, p. 229.

direito e da liberdade de ir e vir, uma das mais agudas reivindicações populares, talvez pudesse conter aquela evasão de trabalhadores e funcionários, que deixavam suas casas e seus empregos, para arriscarem a vida na RFA. O uso de força, fora, aliás, de qualquer cogitação, tornara-se inviável e por isto, ao receber, durante ainda a Reunião do Comitê Central, a minuta do projeto de lei, Krenz, antes mesmo de submetê-la à aprovação do Conselho de Ministros, tratou de tranqüilizar a população, entregando um comunicado a Günter Schabowski, responsável pela mídia, a fim de que ele informasse à imprensa que, a partir das 8 horas da manhã seguinte, 10 de novembro, todos os cidadãos da RDA, sem necessidade de qualquer justificativa, por simples prazer ou recreação, poderiam obter o passaporte e o visto para irem, livremente, à RFA e de lá voltarem, quando quisessem. Schabowski, pouco antes das 19horas, divulgou a notícia, no curso de uma entrevista à imprensa internacional, mas, aparentemente, não leu a data e, interpelado pelo repórter da agência de notícias ANSA sobre quando a medida entraria em vigor, respondera que, na medida do seu conhecimento, seria de imediato.[96]

A notícia precipitou os acontecimentos na RDA. Após sua transmissão pelas emissoras de rádio e de televisão, ao mesmo tempo em que, em Bonn, os deputados de todos os partidos, inclusive do *Bündinis 90/Die Grünen*, os verdes, levantaram-se e cantaram o hino nacional da Alemanha, milhares de pessoas, a pé ou em seus automóveis, começaram a afluir, espontaneamente, às ruas de Berlim Oriental e formaram intermináveis filas, na direção do Muro, ao longo das passagens para o lado ocidental da cidade. Mielke, que, embora demissionário, continuava ainda à frente do Stasi, telefonou então a Krenz e lhe comunicou, com a voz bastante calma, o que estava a ocorrer. Mais de 300 000 pessoas,

[96] Segundo Schabowski, o papel que recebera não continha qualquer prazo para divulgação e ele não sabia que o Conselho de Ministros ainda não aprovara a lei. Porém, Krenz, a salientar que nunca o criticara por esse fato, declarou que ele aparentemente não leu a data. Entrevistas de Schabowski e Krenz ao autor, Berlim, janeiro de 1991. Krenz, 1990, p. 182.

aglomeradas nas vias de acesso para o Ocidente, criavam uma situação com a qual ninguém contara e que exigia urgente solução, ante a possibilidade de que qualquer eventual incidente viesse a provocar uma confrontação, com trágicos resultados, em frente do Muro de Berlim. E diante de tais circunstâncias Krenz entendeu que o melhor seria permitir que as pessoas passassem, mesmo sem visto, apenas exibindo os passaportes, porquanto, mais cedo ou mais tarde, isto aconteceria.[97] E tomou a decisão de abrir totalmente as fronteiras da RDA, sem qualquer consulta ou aviso a Moscou, embora Gorbachev estivesse informado de que o governo do SED, no dia 10 de novembro, liberaria as viagens para a RFA. Mielke concordou e transmitiu à *Volkspolizei* a ordem para que liberasse o trânsito, mas os guardas da fronteira, diante do fluxo de multidões, nem mais sequer tiveram condições de controlar os passaportes. E assim as fronteiras entre os dois Estados alemães virtualmente desapareceram. Naquela noite de 9 para 10 de novembro, o Muro de Berlim, símbolo da Guerra Fria e da divisão da Alemanha, perdeu a razão histórica de existir. Honecker, no ostracismo, percebeu que a RDA estava liquidada.[98] Kohl, ao receber a notícia, em Varsóvia, durante um banquete que o ministro-presidente da Polônia, Tadeusz Mazowieck lhe oferecia, viu a oportunidade de reunificar a nação.[99] E Genscher logo no dia 10 viajou para Berlim, onde, em discurso na *Schöneberger Rathaus*, afirmou que "*es gibt keine kapitalische, es gibt keine sozialistische, es gibt nur eine auf Freiheit und Friedens verplichtete deutsche Nation*".[100]

A reunificação da Alemanha

De fato, no dia 10 de novembro de 1989, a idéia de uma Alemanha socialista, que a RDA pretendia simbolizar, e de uma Alemanha capitalista,

---

[97] *Id. ibid.*, p. 183.

[98] Andert e Herberg, 1991, p. 39.

[99] Kohl, 1998, p. 111-115.

[100] "Não existe capitalista, não existe socialista, há somente uma nação alemã comprometida com a liberdade e a paz". Genscher, 1991, p. 228.

representada pela RFA, desvanecera-se. A queda do Muro de Berlim tornou realmente irreversível o processo de reunificação dos dois Estados alemães. Esta reunificação da Alemanha, aliás, Gorbachev previra, dentro do projeto de construção da Casa Comum Européia. Contudo, ele precisava preservar os interesses da URSS, para a qual a RDA fora até então uma aliada estratégica, e por isto teria de empreender complexas negociações tanto com a RFA quanto com os EUA, Grã-Bretanha e França. Além do problema dos 380.000 soldados e 120.000 dependentes, que a URSS concentrava na RDA e que nem sua economia nem sua sociedade podiam rapidamente absorver, em caso de imediato repatriamento, ele ainda temia, da mesma forma que outros dirigentes soviéticos, uma Alemanha reunificada, como membro da OTAN, e dada necessidade de alcançar ajustes e acordos sobre desarmamento e desmilitarização da Europa. Sua perspectiva, portanto, era a de que a RDA, após a derrubada do Muro de Berlim e o desmantelamento de aproximadamente 1.350 km de cerca de arame farpado, ao longo de sua fronteira, do Báltico à Tchecoslováquia, viesse a constituir com a RFA uma *Vertragsgemeinschaft* (comunidade contratual), uma espécie de confederação, com o que terminariam por abandonar as respectivas alianças militares, ou seja, o Pacto de Varsóvia e a OTAN, como condição para o estabelecimento da completa unidade estatal. O que ele pretendeu - e lhe convinha - foi que a completa reunificação dos dois Estados alemães se processasse, gradualmente, ao longo de dois ou três anos, permitindo-lhe defender os interesses da URSS.

A situação financeira da RDA, entretanto, já se configurava extremamente crítica. Ameaçada pela falta de divisas, ela, em fins de 1989, devia ao Ocidente US$ 26,5 bilhões e o déficit na conta corrente do seu balanço de pagamentos atingia o montante de US$ 12,1 bilhões.[101]

[101] Zelikow e Rice, 1995, p. 87. Segundo Hans Modrow, quando ele assumiu o cargo de ministro-presidente da RDA, o déficit fiscal era de 130 bilhões de marcos orientais, uma taxa de inflação camuflada, da ordem de 12% a 15% ao ano e uma dívida externa da ordem de US$ 20 bilhões. Entrevista de Modrow ao Autor, Berlim, 23 de janeiro de 1991.

Somente para o pagamento dos juros da dívida externa a RDA necessitava de US$ 4,5 bilhões, o que equivalia a cerca de 62% de todas as divisas resultantes de suas exportações.[102] Segundo o próprio Kohl, a dívida externa da RDA com o Ocidente saltara de DM 2 bilhões, em 1970, para DM 49 bilhões, no início de 1989.[103] Krenz, necessitando de créditos, excogitou recorrer ao Fundo Monetário Internacional, mas tal iniciativa lhe criaria enorme embaraço político. E, da mesma forma que Gorbachev, esperou que Kohl, com o objetivo de encorajar a RDA a seguir a Polônia e Hungria no caminho das reformas, mantivesse o estilo da *Ostpolitik*, e lhe oferecesse algum financiamento. Kohl, porém, não o fez. Homem com aguda intuição política, ao considerar que as eleições gerais para o *Bundestag* ocorreriam no próximo ano e tudo indicava que a coligação CDU-CSU não venceria, tratou de precipitar os acontecimentos. Já em 12 de setembro de 1989, após declarar, no congresso da CDU (Bremen), que a questão da Alemanha voltara à agenda internacional, abandonara as diretrizes da *Ostpolitik*, pautadas pelo reconhecimento da existência dos dois Estados dentro da mesma nação, não apenas proclamara que o comunismo caminhava para o fim como anunciara que a reunificação do país estava mais próxima do que nunca.[104] O modo pelo qual Kohl, pessoalmente, manejou as relações com a RDA, naquela conjuntura, foi crucial e modificou o curso da política exterior da RFA. Apesar de que setores da coligação CDU-CSU-FDP temessem que a RFA não tivesse capacidade para absorver aquela onda de refugiados (*Ausreisewelle*), ele conseguiu firmar a orientação no sentido de favorecer ainda mais tal êxodo e de negar ajuda à RDA, enquanto reformas fundamentais, não apenas econômicas, mas também políticas, não fossem lá efetuadas. Seu propósito, então, foi o de evitar que a situação da RDA se estabilizasse e, sem explicitar o objetivo estratégico da reunificação, tratou de pressionar o

[102] Zelikow e Rice, 1995, p. 87. Maier, 1997, p. 224. Moniz Bandeira, 1992, p. 131-132.
[103] Kohl, 1998, p. 102.
[104] *Id. ibid.*, p. 80.

governo do SED a aceitar a democracia, abandonando o socialismo, que constituía a principal justificativa para a separação dos dois Estados alemães. Em 8 de novembro, um dia antes da abertura do Muro de Berlim, ele acentuara, no *Bundestag*, que a RFA somente propiciaria qualquer ajuda à RDA se ela empreendesse completa reforma política, não apenas econômica, o que implicava a renúncia do SED ao monopólio do poder político, *die führende Rolle*, permitindo a liberdade dos partidos políticos e a realização de eleições livres. Estas condições restabeleciam os princípios defendidos por Adenauer, segundo os quais a autodeterminação e a legitimidade passavam pela realização de eleições livres e, ao visitar Dresden, em 18 de novembro, Kohl percebeu que a reunificação da Alemanha não duraria nem três, nem cinco nem dez anos, mas, sim, três, cinco ou dez meses, no máximo um ano.[105] E, em 28 de novembro, apresentou um programa de dez pontos para a reunificação dos dois Estados alemães, mediante o desenvolvimento de estruturas confederativas e, na sua continuidade, o estabelecimento de uma federação, oferecendo à RDA imediata ajuda econômica e financeira, desde que seu governo tornasse irreversível o processo de democratização, isto é, entrasse em entendimentos com as forças opositoras para promover a reforma da constituição e aprovar a nova lei eleitoral. Willy Brandt, a dissentir de outros líderes da social-democracia alemã, apoiou-o.[106] Essa proposta levou Krenz a declarar que a unidade alemã não estava na ordem do dia e provocou críticas em várias partes, inclusive em Moscou, onde, menos de uma semana depois, Gorbachev convocou uma reunião dos dirigentes dos Estados-membros do Pacto de Varsóvia, a fim de informar-lhes dos resultados do encontro com o presidente dos EUA, George Bush, na Ilha de Malta. À reunião, no dia 4 de dezembro, Modrow e Krenz, este já demissionário do posto de secretário-geral do SED, compareceram e a proposta de uma comunidade contratual entre os dois Estados alemães

[105] Kohl, 1998, p. 203.

[106] Banchoff, 1999, p. 157. Vide também Moniz Bandeira, 1992, p. 138-140.

entrou na pauta das discussões[107], embora o assunto da reunificação propriamente dita fosse marginal, nas conversações com Gorbachev, que a concebia por etapas[108]. Na verdade, tanto Gorbachev quanto Modrow e Krenz, na medida em que somente admitiam a reunificação dos dois estados alemães como conseqüência de um processo gradual, mostraram-se incapazes de avaliar o rumo dos acontecimentos na RDA, cujos alicerces continuavam a ruir, após a abertura das fronteiras. As demonstrações de massas, a exigirem eleições livres, prosseguiram e, em 1° de dezembro, a *Volkskammer* aboliu da constituição o monopólio do poder político, exercido pelo partido comunista, ou seja, pelo SED, que, com a demissão em massa de 160 membros do Comitê Central e 13 do politburo, ficou praticamente sem direção. E, em meio a convulsão social e ao caos político, ameaçando tragar toda a RDA, o SED, em 8 de dezembro, realizou um congresso extraordinário e somente se salvou da dissolução, como a grande maioria dos militantes desejava, porque, *in extremis*, os militares a ela se opuseram, não admitindo mais do que a mudança do nome, para Partido do Socialismo Democrático, bem como do seu programa.

A RDA, como Estado, perdeu assim as condições objetivas e subjetivas de sobrevivência, porquanto o SED, que constituíra, com o monopólio do poder, sua coluna de sustentação política, esboroara, de fato, ainda que não se dissolvesse e só mudasse de nome e de programa, e não mais possuía os meios militares e políticos para defender, como antes, o *status quo*. Ademais, sua economia, altamente subsidiada, não pôde suportar o impacto da moeda forte, o *deutsche mark*. A especulação ressurgiu com todo o vigor e, sem uma cotação real de câmbio, milhares de pessoas, a fim de comprar no mercado da RFA os bens de consumo de que careciam, chegaram a trocar 10, 20 e até 30 marcos orientais por DM 1, com o que possibilitavam a aquisição de produtos da RDA, para revenda, por preços ínfimos. Modrow, que assumira o governo da RDA, tentou

[107] Krenz, 1990, p. 157.

[108] Entrevista de Modrow ao autor.

conter a especulação e o escoamento dos produtos, mas não teve êxito. E, embora fosse difícil, senão impossível, conservar a RDA como Estado soberano, tanto sob o social e o político quanto o econômico e financeiro, ele continuou a operar com o propósito de estabelecer apenas uma comunidade contratual com a RFA, conformando, inicialmente, uma espécie de confederação, segundo o interesse de Gorbachev. Dentro de tais circunstâncias, porém, alternativa não lhe restou senão convocar eleições livres, marcadas, de conformidade com a oposição, para 6 de maio de 1990, e solicitar a Kohl um auxílio no montante de DM 15 bilhões a DM 20 bilhões, a fim de aliviar as dificuldades econômicas e financeiras da RDA. Esta ajuda Kohl não concedeu. Ele não poderia assumir os encargos econômicos e financeiros da RDA, sem avocar para si as responsabilidades políticas pelo destino de toda a nação. Além do mais, se concedesse o auxílio, nada impediria o colapso da RDA, onde as demonstrações prosseguiam e o poder rolava pelas ruas, com as massas não mais a gritarem "*Wir sind das Volk*" (Nós somos o povo), mas, sim, "*Wir sind ein Volk*" (Nós somos um povo) ou "*Deutschland einig Vaterland*" (Alemanha pátria unida). Esta inflexão para o nacionalismo revelou, nitidamente, que os alemães orientais já não clamavam apenas pelas reformas na RDA, mas pela reunificação da Alemanha, que somente o governo de Bonn, sob sua hegemonia, tinha condições de empreender. A própria população da RDA, que economica, social e politicamente se inviabilizara como Estado soberano, constituiu assim a força motriz da reunificação.

Kohl soube interpretar as suas aspirações e teve suficiente sensibilidade para compreender o sentido dos acontecimentos e não deixar que aquela oportunidade histórica se lhe escapasse das mãos. Três dias após conversar em Moscou com Gorbachev, propôs a Modrow, em 13 de fevereiro de 1990, a união econômica e monetária dos dois Estados, com o argumento de que, se os alemães corriam para o lado ocidental, atrás do *deutsche mark*, o melhor seria levá-lo para dentro da RDA, como forma

de evitar a continuação do êxodo[109], que só em janeiro de 1990 fora da ordem de 50.000 pessoas. A união econômica e monetária precipitaria, sem dúvida, o processo de reunificação dos dois Estados e foi o que Kohl pretendeu, de modo que Gorbachev pudesse assinar o tratado com a Alemanha, antes de que qualquer mudança ocorresse na URSS e provocasse o retrocesso da *Perestroika*. E o que facilitou sua implementação foi a vitória da *Allianz für Deutschand*, formada pela CDU (oriental), nas primeiras eleições parlamentares, realmente livres, que em 18 de março de 1990 ocorreram na RDA. Embora nenhum partido político então se colocasse contra a reunificação da Alemanha, a questão do ritmo e da forma constituiu o principal fator de divergências e os democratas-cristãos, na RDA, foram os primeiros a se manifestarem, sob a liderança de Lothar de Maizière, a favor da iniciativa de Kohl. Destarte, obtiveram 40,05% dos votos válidos, o que lhes permitiu, em coalizão com os liberais (5,28%) e os social-democratas (21,88%), formar o novo governo da RDA, onde o SED, sob o nome de PDS, com 16,40%, terminou por perder, também de fato, o monopólio do poder, Lothar de Maizière, presidente da CDU (oriental), substituiu Modrow como ministro-presidente.

Os entendimentos para a celebração do *Staatsvertrag* (Tratado Interestatal de União Monetária, Econômica e Social) geraram profundas controvérsias com os social-democratas, que se opuseram, da mesma forma que os comunistas do PDS, à velocidade da reunificação, conforme Kohl pretendia, alegando que ele calculava por baixo as necessidades financeiras e não considerava o fator humano (*den Faktor Mensch*), uma vez que a população da RDA não poderia adaptar-se em tão pouco tempo ao sistema capitalista. Eles não avaliaram toda a força e a dimensão subjetiva do nacionalismo, máxime na população da RDA, para a qual o maior problema, como ela percebia, não era adaptar-se ao novo sistema

[109] Entrevista de Modrow ao autor.

econômico e social, tanto assim que milhares de pessoas continuavam, diariamente, a fluir para a RFA, e sim ainda viver sob os escombros do antigo, que ruíra e nada mais podia oferecer. Oskar Lafontaine, ministro-presidente de Saarland e candidato dos social-democratas à sucessão de Kohl, declarou que, se o *Staatsvertrag* não contivesse algumas previsões sociais e ecológicas, bem como garantias de que os fundos do Stasi estavam incluídos no orçamento da RDA, os social-democratas não poderiam ratificá-lo, no Conselho Federal (*Bundesrat*), e concentrou as críticas nos altos custos que a reunificação representaria para a RFA. A reunificação, segundo as estimativas, custaria, inicialmente, o montante de DM 100 bilhões a DM 125 bilhões, mas DM 140 bilhões, em 1991, e cerca de DM 100 bilhões por ano, subseqüentemente, até 1996 ou 1999.[110] Seria, sem dúvida, um investimento bastante pesado, que o governo de Bonn, mesmo com a colaboração da iniciativa privada, não poderia assumir, sem aumentar inevitavelmente os impostos e submeter a população da RFA a outros sacrifícios. Um processo de reunificação gradual ou mais lento, tal como Lafontaine pretendeu, porém, não evitaria os altos custos para a RFA e seria muito mais arriscado, difícil e perigoso, mesmo inviável, na medida em que a RDA, da qual toda a substância econômica, social e política se esvaía, chegara, irreversivelmente, à etapa terminal. A rapidez com que Kohl o impulsou, refletiu não apenas seu desejo, mas a velocidade com que o regime comunista da RDA se desintegrou, desde a abertura das fronteiras e do Muro de Berlim. A RFA, que mesmo depois da *Ostpolitik* continuou a aspirar a representação exclusiva (*Alleinvertretungsanspruch*) de todos os alemães, inclusive dos que permaneceram na *Sovjetische Besotzungszone*, e aos quais ela também concedera o direito de cidadania, não podia exonerar-se da responsabilidade pelo seu destino, sobretudo quando todo o povo,

[110] The German Question", preparado por Dr. W. H. Gerling, 5.10.1990. AEAHN-GR (5-5f), Department of the Army Headquarters, US Army, Europe and 17th Army – Deputy Chief of Staff, Hest Nation Activities.

conjuntamente, continuava a clamar pela unidade e autodeterminação da Alemanha, tal como o preâmbulo da Lei Fundamental antevira. Aí os custos - altos ou baixos - não importavam. Eram inevitáveis. E os argumentos de Lafontaine não prevaleceram e os social-democratas, com exceção dos representantes de Saarland e Niedersachsen, votaram, no Conselho Federal, pela ratificação do *Staatsvertrag*, que a RFA e a RDA firmaram em 18 de maio de 1990 para entrar em vigência a partir de 1° de julho.

O estabelecimento da união econômica e monetária entre aqueles dois Estados, estendendo o domínio do *deutsche mark* ao território da RDA, acelerou-lhe o colapso. Contudo, sua dissolução formal, como sujeito autônomo do Direito Internacional, e a adesão dos antigos *Länder*, que a integravam, à RFA não dependiam unicamente da vontade dos seus povos e da decisão dos seus governos. Também dependiam de complexos entendimentos internacionais com os EUA, Grã-Bretanha, França e, URSS, o único respaldo político, que permitia a continuidade formal da RDA. As responsabilidades e direitos de ocupação, exercidos desde 1945 pelos antigos Aliados na Segunda Guerra Mundial, continuavam ainda em vigência. E Kohl sempre considerou esse fato, atento à reação das outras potências ocidentais, preocupadas com as implicações da reunificação da Alemanha.[111] Fortes temores, alimentados pelas recordações de duas guerras mundiais, no século XX, por ela deflagradas reacenderam-se. Margareth Thatcher, primeira-ministra da Grã-Bretanha, não escondeu suas preocupações, nem de Bush nem de Gorbachev, com quem conversou em Moscou, ao retornar do Japão.[112] Repetidas vezes declarou, publicamente, que a consolidação da democracia na RDA e nos demais países do Leste Europeu constituía a prioridade e que as conversas prematuras sobre a reunificação da Alemanha colocariam em perigo essa

[111] Jarausch, 1994, p. 111.

[112] Zelikow e Rice, 1997, p. 96 e 97.

possibilidade.[113] Na verdade, a Grã-Bretanha jamais desejou sinceramente que a Alemanha se reunificasse e outra concentração de poder ocorresse na Europa Ocidental, ainda que em público não o dissesse. A França, igualmente, tinha razões históricas para recear uma Alemanha reunificada, poderosa e ao presidente François Mitterrand preocupava também o desequilíbrio econômico e político que ela produziria na CEE. Suas convicções pessoais de que a cooperação com a RFA devia prosseguir como o principal vetor da política externa da França amorteceram as apreensões e levaram-no a aceitar, sem maior resistência, as iniciativas de Kohl, declarando, publicamente, que não temia a reunificação da Alemanha, embora acentuasse que a prioridade era a integração da Europa.[114]

A anexação da RDA

De qualquer forma, Margareth Thatcher não contou com o respaldo de Mitterrand e, mantido o arco diplomático Paris-Bonn, as negociações dos dois Estados alemães com as quatro potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, denominadas 2+4, começaram em 14 de março de 1990, quatro dias antes das primeiras eleições livres na RDA. Os ministros das Relações Exteriores dos seis Estados reuniram-se em Bonn, com o objetivo de equacionar, sob os aspectos internacionais, a questão da Alemanha, cuja reunificação, da forma como se configurava, acarretaria a modificação de toda a arquitetura política e militar e a ruptura do equilíbrio de forças, alcançado durante a Guerra Fria, nas relações Leste-Oeste. E as dificuldades para encontrar uma solução que atendesse às conveniências da URSS e contemplasse seus interesses de segurança se afiguravam insuperáveis. A maior consistia, principalmente, em resolver o *status* internacional da Alemanha reunificada e seu alinhamento no quadro das relações Leste-Oeste, dado que a RDA pertencia ao Pacto de

[113] Maier, 1997, p. 249.

[114] *Id. ibid.*, p. 249 e 250.

Varsóvia e a RFA, à OTAN, e os dois Estados até então desempenhavam papéis estratégicos na Guerra Fria. Gorbachev não admitia que a Alemanha reunificada, militarmente poderosa, permanecesse dentro da OTAN, cujas forças se aproximariam das fronteiras da URSS, caso a RFA anexasse pura e simplesmente o território da RDA e estendesse sobre ele sua soberania. O que ele defendeu foi a neutralização da Alemanha unificada e, em todo caso, sua desnuclearização, alternativa esta que os governos ocidentais, tanto o de Bonn quanto os de Washington, Londres e Paris rechaçavam. Os EUA, sobretudo, somente apoiavam a reunificação sob a condição de que a Alemanha unificada continuasse como membro da OTAN e não aceitavam sequer que adotasse um *status* semelhante ao da França, que se mantinha dentro daquela aliança sem participar de sua estrutura militar. O próprio, George Bush, que sucedera Ronald Reagan na presidência dos EUA, telefonou a Kohl para enfatizar sua posição.[115] Como fórmula para vencer o impasse, Valentin Falin, diretor do Departamento Internacional do PCUS, alvitrou que a Alemanha poderia ficar simultaneamente vinculada à OTAN e ao Pacto de Varsóvia. Tal proposta configurou-se ainda mais absurda e o desejo de Gorbachev, aparentemente, foi retardar o processo de reunificação da Alemanha por mais dois ou três anos, até a obtenção de um acordo global com o Ocidente, de modo que a URSS pudesse então concordar com a derrogação das responsabilidades e dos direitos de ocupação daquele país, o que significava devolver-lhe a plena soberania. Ele esperava que, até lá, o Pacto de Varsóvia e a OTAN a desaparecer viessem, em conseqüência da superação total do clima da Guerra Fria, que os gerou. O próprio Eduard Schevardnase, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, chegou a propor que a questão do fim das responsabilidades e direitos dos Aliados sobre a Alemanha ficasse em suspenso, por alguns anos, sem prejudicar, contudo, o desenvolvimento dos aspectos internos de sua reunificação. Tal intento demonstrou, claramente, que a URSS percebia no processo

[115] Jarausch, 1994, p. 111.

das conversações 2+4 uma enorme chance para discutir o fim da divisão da Europa, conforme seu projeto de construção da casa comum, e não apenas a unidade alemã, da qual dispunha como grande trunfo, a fim de obter maiores concessões no conjunto das negociações com o Ocidente. Essa alternativa o ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans-Dietrich Genscher, rechaçou, pois o propósito de Bonn consistia em alcançar um acordo definitivo, reconhecido pelo Direito Internacional, e anular as responsabilidades e os direitos das quatro potências sobre o território e os destinos da Alemanha, com a restauração da plenitude de sua soberania, no momento em que ela se reunificasse. Não se tratava apenas de uma questão de honra e de prestígio. Se a URSS não consentisse em ab-rogar suas responsabilidades e direitos, mesmo que a RDA, por decisão do seu governo, desaparecesse, a *Sovjetische Besatzungszone* continuaria e sobre ela a RFA não poderia exercer jurisdição militar, ou teria de manter, como legatária da RDA, os compromissos com o Pacto de Varsóvia, o que nem Bonn nem Washington, Londres e Paris aceitariam. Esta seria uma situação extremamente complicada. De qualquer forma, o fato de que os aspectos domésticos da reunificação da Alemanha não ficaram condicionados à solução do problema em seus aspectos internacionais debilitou a posição de Moscou favoreceu a de Bonn, dado que as eleições parlamentares de 18 de março, na RDA, evidenciaram que a maioria de sua população desejava rápida integração à RFA, o que implicava, naturalmente, o alinhamento com a OTAN, e o governo da *Allianz für Deutschland*, formado por Lothar de Maizière, presidente da CDU-oriental. Este fato mudou a correlação de forças, uma vez que a RDA, ao alinhar-se com a RFA, EUA, Grã-Bretanha e França, deixou a URSS isolada e as negociações 2+4 converteram-se, na realidade, em 1+5.

Kohl, que, ao marginalizar o papel de Genscher, assumira pessoalmente a condução dos entendimentos diplomáticos, viajou em 17 de maio para Camp David, nos EUA, onde conferenciou com Bush.

Na ocasião, ainda que reafirmassem a decisão de manter a Alemanha unificada como membro pleno da OTAN, os dois chefes de governo, visando a acomodar os interesses de segurança da URSS, decidiram que a estrutura militar da OTAN não se estenderia ao território da RDA, que ficaria apenas sob a jurisdição das forças de segurança das fronteiras da RFA, enquanto as tropas soviéticas, cuja retirada duraria de três a quatro anos, lá permanecessem. Bush apoiou então a posição de Kohl, que reivindicava o fim das responsabilidades e direitos dos Aliados, e tratou da questão com Gorbachev, quando este visitou os EUA em 2 de junho de 1990. Este encontro de cúpula possibilitou considerável avanço no encaminhamento de uma solução, em virtude dos importantes acordos, então alcançados, sobre destruição de armas químicas, verificação de testes nucleares, cortes de 30% a 35% das armas nucleares estratégicas, redução em 50% dos mísseis nucleares estratégicos, etc. Mas participação da Alemanha unificada na OTAN continuou a configurar uma dificuldade não resolvida para a URSS, embora Gorbachev estivesse consciente de que mais valia consolidar um bom relacionamento com a RFA, que se tornara o principal parceiro comercial da URSS no Ocidente, conquistar-lhe a confiança política e obter sua cooperação econômica do que conservar a RDA, sobre a qual perdera efetivamente todo o controle.

O impasse persistiu até meados de julho, mas, ao que tudo indicava, sua solução já amadurecera. Kohl, que antes conversara com Gorbachev, estava convencido de que ele terminaria por concordar com o fim das responsabilidades e direitos de ocupação da URSS, se recebesse suficientes garantias de segurança e outras compensações, ou seja, um amplo programa de assistência econômica e financeira, da ordem de US$ 15 a US$ 20 bilhões que ele pleiteava do Ocidente.[116] Destarte, antes de partir para Moscou e concluir, pessoalmente, o entendimento com Gorbachev, instou os bancos comerciais da RFA, liderados pelo Deutsche

[116] Zelikow e Rice, 1997, p. 325.

Bank, a concederem um crédito de DM 5 bilhões à URSS.[117] As conversações de Kohl com Gorbachev, entre 14 e 16 de julho de 1990, foram então decisivas para a superação do impasse e consolidação dos acordos já alcançados. A URSS teria um prazo de no máximo quatro anos, até o final de 1994, para que seus 380.000 soldados saíssem do território da antiga RDA, que, durante esse tempo, receberia um *status* especial, enquanto a OTAN retiraria, no mesmo período de tempo, um número ainda maior de homens, no total de 403.400, dos quais 250.000 norte-americanos, 70.000 britânicos, 50.000 franceses, 26.000 belgas e 7.400 holandeses[118], reduzindo, drasticamente, os contingentes estrangeiros estacionados na RFA. Esta redução drástica dos seus contingentes, que correspondia também aos interesses dos EUA na medida em que necessitavam reduzir os gastos militares e tinham na RFA 96% de suas forças estacionadas na Europa, anularia qualquer vantagem que a OTAN pudesse obter com o desaparecimento da RDA.[119] Destarte, as resistências desvaneceram-se e, havendo o *Bundestag* assim como a *Volkskammer* aprovado resoluções que reconheciam a fixação de sua fronteira com a Polônia sobre a linha dos Rios Oder-Neisse, a URSS aceitou, finalmente, que a Alemanha, reunificada dentro da moldura européia (CEE, Acordos de Helsinque e Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa), recuperasse a plenitude de sua soberania e participasse da OTAN, sem que isto implicasse um desequilíbrio de forças militares em favor do Ocidente. Estas foram as linhas gerais do acordo que Kohl concluiu com Gorbachev, sem consultar Lothar de Maizière, pois a RDA, na realidade, não era sujeito e sim objeto da transação, e

---

[117] *Id. ibid.*, p. 325. Moniz Bandeira, 1992, p. 154. Maier, 1997, p. 272.

[118] Stiftung, Friedrich Ebert. *Forum Deutsche Einheit* – Aktuelle Kurzinformatonen, n° 8/9.

[119] Os acordos estabeleceram que Bundeswehr (forças armadas da RFA) não só deveria abster-se de possuir armas ABC como também reduzir seus efetivos militares, da ordem de 495.000, para, no máximo, 370.000, (os quais, se somados aos 174.000 da *Nationale Volksarmee* e 47.000 do *Grenztruppen*, da RDA, subiriam a 716.000). Stiftung, Friedriech Ebert (Hgs.) *Die Nationale Volksarmee da DDR - Preussisch in der Form, Kmmunistisch Inhalt.* Bonn: Verlag Neue Geseekschaft GmbH, 1986.

anunciou, surpreendendo os EUA pela rapidez do seu desfecho, na véspera de outra rodada das negociações 2+4, em Paris (17 de julho), quando a linha Oder-Neisse foi definitivamente reconhecida como a fronteira da Alemanha com a Polônia. A RFA e a URSS, cerca de dois meses depois, celebraram um Tratado de Boa Vizinhança, Associação e Cooperação (13 de setembro), após o que a RDA se desligou oficialmente do Pacto de Varsóvia (24 de setembro). Com a aprovação do Tratado de Unificação (*Einigungsvertrag*) dos dois Estados alemães pela *Volkskammer* e, em seguida, pelo *Bundestag*, os Aliados da Segunda Guerra Mundial suspenderam as responsabilidade e os direitos de ocupação e a RFA, soberana, incorporou, no dia 3 de outubro de 1990, não a RDA, que se dissolvera, mas os cinco antigos *Länder* - Brandenburg, Mecklenburg-Vorpommern, Sachsen-Anhalt e Thüringen - sobre cujos territórios o regime comunista se estabelecera. A previsão do Art. 23 da Lei Fundamental assim se cumpriu. Kohl realizou o que Adenauer com a *Hallstein-Doktrin* não conseguiu. Levou a RFA, sem qualquer modificação de sua estrutura constitucional, a efetivar o *Alleinvertretungsanspruch*, tornando-se de fato e de direito a única representante do povo alemão, como continuidade do antigo *Reich*, que Otto Von Bismarck criara, após derrotar a Áustria (1866) e a França (1870).

A Alemanha reunificada

A Alemanha, unificada sob a égide da RFA, constituiu o *Aufhebung* (negação/conservação) da Alemanha anterior à capitulação incondicional, em 1945, a *Stunde Null* (hora zero), em que ela, como Quarto *Reich*, desapareceu, mas ressurgiu dos escombros, democratizada, sob a forma da RFA. E esta foi a primeira vez na história em que o Estado nacional alemão, que se unificara, em 1871, às custas da divisão da própria nação alemã, dada à exclusão da Áustria, alcançou sua unidade, sem contrapor-se à vontade dos seus vizinhos, e/ou em conflito com qualquer país da Europa, na qual tratara de integrar-se, economica e politicamente,

rejeitando a opção de seguir um *Sonderweg*, ou seja, um caminho próprio, nacional, conforme no passado pretendera. Assim como Adenauer, que aceitou a formação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço como um dos meios de consolidar a RFA, Kohl, o artífice da reunificação em 1990, continuou a manter íntimo entendimento com a França, como vetor de sua política externa. E em 7 de fevereiro de 1992 celebrou o Tratado de Maastricht, transformando a Comunidade Econômica, estabelecida em 1957, em União Européia, e aprofundando politicamente o processo de integração da Europa, deflagrado pela criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço em 1951. O elevado nível de inteligência entre Paris e Bonn, desde Adenauer até Kohl, foi decisivo e fundamental ao sucesso desse empreendimento. A reunificação da Alemanha, na seqüência de um rápido processo em que os regimes comunistas do Leste Europeu sucessivamente esboroaram e o Muro de Berlim esbarrondou-se, levou ao fim a Guerra Fria e alterou a correlação de forças na Europa. Não apenas provocou o desequilíbrio dentro da União Européia, da qual passou a representar um quarto da produção total de bens e serviços e 19% das exportações efetuadas pelos seus doze que a integravam até 1995[120], como se tornou a potência hegemônica em toda a Europa, com a desintegração da própria URSS, ocorrida um ano depois (1991). Destarte, a Alemanha, que já era uma potência econômica, com o terceiro maior PIB do mundo, e a apresentar, como o terceiro maior país exportador, o segundo maior saldo comercial abaixo dos EUA e do Japão, emergiu como potência política, detentora de tecnologia atômica e tradição militar, disposta a conformar-se como centro de um futuro Estado europeu - objetivo do Tratado de Maastricht. E o cenário internacional assim se modificou, gerando apreensões, apesar de que a situação geopolítica do pós-Segunda Guerra Mundial permitisse a compatibilidade entre a Alemanha, como *Weltmacht*, e os interesses de segurança da Europa. Naturalmente, o

[120] Em 1995 a Suécia, Áustria e Finlândia entraram na União Européia.

governo de Bonn tratou de acalmar os receios dos seus Aliados. Hans-Dietrich Genscher, apesar das suspicácias de que ele buscara boas relações com o Leste Europeu às expensas do Ocidente[121], proclamara várias vezes, repetindo Thomas Mann, que o seu objetivo não era uma Europa alemã, mas uma Alemanha européia, e Klaus Kinkel, ao sucedê-lo em 1992 na chefia do *Auswärtiges Amt*, declarou que alternativa não havia para senão seguir o caminho europeu.[122] Mais do que nunca, seus líderes enfatizaram a necessidade de fortalecer os vínculos do país com o Ocidente. Em 1993, Wolfgang Schäuble, um dos principais expoentes da CDU e homem da confiança de Kohl, declarou que se a Europa não fosse integrada, risco havia de que os laços da Alemanha com o Ocidente se enfraquecessem. Também Edgar Reuter, dirigente da Daimler-Benz advertiu o perigo de que a Alemanha pudesse concentrar seus esforços no Leste Europeu para formar um bloco contra o Ocidente[123]. E, em 1994, a CDU-CSU elaborou um documento, a defender incisivamente a necessidade de que a Alemanha permanecesse ancorada na Aliança Atlântica, uma vez que não podia admitir que um *vacuum* de poder outra vez ocorresse na Europa Central. Caso a integração da Europa não progredisse, a Alemanha, por motivo de sua própria segurança, teria de apelar, ou seria tentada a apelar, para seus meios, e na forma tradicional, a fim de estabilizar aquela região.[124]

Normalização da Política Exterior

Destarte, a Alemanha começou a normalizar sua política exterior, ou seja, a expressar sua soberania, sem os constrangimentos impostos pelas responsabilidades e direitos de ocupação, que os Aliados ainda mantiveram até 1990. E suas atenções voltaram-se para os países do Leste Europeu, principalmente para a Federação Russa, sucessora da URSS e

---

[121] Bach, 1999, p. 17.

[122] Marsh, 1995, p. 140.

[123] *Id. ibid.*, p. 141.

[124] *Id. ibid.*, p. 141.

à qual concedera recursos superiores a DM 33 bilhões, que adensaram as gestões diplomáticas no processo de reunificação. Naturalmente, o fato de que, após a absorção do território da extinta RDA, ela passara a compartir fronteiras com outros nove países, levou-a a concentrar seus esforços no sentido de evitar que as repúblicas, até 1991 integradas na URSS, submergissem no caos, bem como assegurar a estabilidade na Polônia, na República Tcheca, na Eslováquia e na Hungria, onde conquistou, com o *deutsche mark*, imenso espaço econômico (*Wirtschaftsgebiete*), o *Lebensraum* que o Terceiro *Reich* não conseguira com os *Panzer*, e na sua articulação com a União Européia.

Os traumas provocados por duas guerras mundiais, porém, levaram o povo alemão, durante muitas décadas, a repelir o militarismo. A própria *Grundgesetz* (Lei Fundamental) proscreveu as guerras de agressão e restringiu o papel das *Bundeswehr* (Forças Armadas) a operações de defesa, o que lhes impedia de atuar fora do território nacional, ainda que dentro da órbita da OTAN, de acordo com a interpretação de alguns círculos políticos alemães, sobretudo do SPD e do *Bündnis 90/die Grünen*, o partido verde. Este preceito coibia a ação da Alemanha, por não permitir a utilização das forças armadas, como suporte de sua política exterior, até então pautada, principalmente, pelos interesses econômicos e financeiros, que tornaram a RFA mero *trading state*, sem condições de assumir maiores responsabilidades internacionais. Entendia-se que ela só estava autorizada a empregar a *Bundeswehr*, criada nos anos da Guerra da Coréia, no âmbito multilateral da OTAN. Entretanto, já nos anos 80, em virtude da primeira guerra entre o Irã e o Iraque, a questão surgira sobre se a RFA poderia ou não enviar tropas em missões de paz da ONU, tal como os EUA e outros países europeus o fizeram para assegurar a passagem de navios pelo Golfo Pérsico, Bonn, que, a princípio, alegara a proibição da *Grundgesetz* para não envolver-se militarmente no conflito, terminou por enviar, em outubro de 1987, cinco navios de guerra para substituir os norte-americanos no Mediterrâneo. Cerca de dois anos depois, 1989,

aquiesceu em enviar para a Namíbia 50 oficiais das tropas de fronteiras (*Bundesgrenzschutz*), em missão de paz, cedendo à pressão dos EUA. Essa pressão recresceu no final de 1990, após a invasão do Kuwait pelo Iraque. Defrontado com enorme oposição interna a qualquer envolvimento no conflito, saindo milhares de manifestantes às ruas de várias cidades para protestar contra a ação dos EUA, Bonn outra vez apresentou a limitação constitucional, que não lhe permitia utilizar as forças armadas fora do seu território e das atividades da OTAN, como um obstáculo para atender à solicitação dos EUA. Na verdade, a Alemanha também evitou qualquer participação naquela segunda Guerra do Golfo porque a URSS ainda não ratificara o tratado da reunificação (o que só aconteceria em 14 de março de 1991) e poderia ou postergá-lo ou mesmo recusar-se a fazê-lo, bem como porque ela própria transferira secretamente a tecnologia das armas químicas com que o Iraque estava a ameaçar Israel. Não obstante tais dificuldades, Kohl distendeu o campo de operações da *Bundeswehr*, sem violar abertamente a Constituição, despachando para Erhac, primeiramente, 18 jatos da força aérea, com 212 soldados, e depois algumas tropas, com cerca de 500 efetivos, para Diyarbakir, fronteira do Iraque, sob justificativa de defender a Turquia, Estado pertencente à OTAN.[125] E, apesar das severas críticas de parte do SPD e dos verdes ao emprego de tropas fora de suas fronteiras, Bonn, em 1992, remeteu medicamentos e pessoal médico para colaborar com as forças da ONU no Camboja, e, em dezembro do mesmo ano, enviou 1.500 soldados para a Somália em missão humanitária da ONU.

O prematuro reconhecimento da Eslovênia e da Croácia, que se desmembraram da Iugoslávia, criando para seus parceiros fato consumado, as críticas à falta de apoio dos EUA ao processo de reforma econômica na Federação Russa e a insistência com que reivindicou a fundação de novo instituto monetário europeu em Frankfurt evidenciaram, entretanto, que a

[125] Bach, 199, p. 124.

Alemanha não mais pretendia conduzir sua política exterior em *low profile*. Em julho de 1993, Klaus Kinkel, que se defrontara, ao assumir a chefia do *Auswärtiges Amt*, com a ampliação da guerra na Bósnia e a aplicação de sanções contra a Iugoslávia, anunciou então que a Alemanha pretendia obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, com a admissão também de outros países, como Japão, Brasil, África do Sul e Índia, que adquiriram grande peso internacional nas últimas décadas e pudessem assegurar a ordem e a paz em suas regiões.[126] O que a Alemanha tratou de demonstrar, sem dúvida, foi a necessidade de institucionalizar seu *status* de potência, em igualdade de condições, como parceiro dos demais membros do Conselho de Segurança da ONU, de modo que ela assumisse maiores responsabilidades internacionais, tal como os EUA estavam a demandar. De fato, a estrutura do Conselho de Segurança da ONU, em que somente cinco *key players* - EUA, Federação Russa, Grã-Bretanha, França e República Popular da China - possuíam assento permanente, com direito a veto, refletia o *status quo* internacional do período imediatamente posterior à Segunda Grande Guerra, mas, no decurso dos anos, perdeu sua razão histórica e tornou-se anacrônica, uma excrescência, ao fim da Guerra Fria. Desde 1945, as mutações na ordem internacional, sobretudo a partir do final dos anos 80, foram tão profundas, mas a estrutura das instituições, tanto econômicas e financeiras quanto políticas, geradas ao fim da Segunda Grande Guerra, não sofreu substanciais modificações. Apenas, nos anos 70, EUA não mais puderam deixar de reconhecer a República Popular da China e, curvando-se à *Realpolitik*, tiveram de admitir não só que ela ingressasse na ONU, como também substituísse a China Nacionalista (Taiwan/Formosa), que durante duas décadas eles sustentaram, no Conselho de Segurança. Mas a URSS, um dos dois pólos do poder mundial, desapareceu, e os EUA, Grã-Bretanha e França admitiram que a Federação Russa a substituísse, como sua sucessora, no Conselho de Segurança, apesar de que não possuísse a mesma força de

[126] Kühne, Winrich. Die Neuen Vereinten Nationen, Kaiser e Schwarz, 1995, p. 372-383.

gravitação política. Destarte, o cenário, em que a ONU se constituiu, modificou-se de tal modo que a arquitetura do poder mundial, estratificada por cinco países com assento permanente no Conselho de Segurança, deixou de espelhar a ordem, que começou a delinear-se, após a Guerra Fria, com a multiplicação e regionalização dos centros de poder. E, dentro de tal contexto, a Alemanha manifestou a vontade de desempenhar o papel que lhe coube, devido, sobretudo, à sua posição geopolítica, no momento em que os EUA reduziam suas tropas na Europa. Em realidade, não mais sentindo-se dependente dos EUA para sua segurança, a Alemanha, diante dos graves problemas que se configuraram no Leste Europeu após o desmoronamento do Bloco Soviético, entendeu que não mais podia aceitar que a reminiscência dos crimes de guerra, cometidos por gerações passadas, continuassem a pautar sua política exterior e a inibir-lhe o desempenho como potência. Daí porque, disposta a investir-se de maiores responsabilidades internacionais, o que, em outras palavras, significava maiores poderes, começou a reivindicar um assento permanente, com direito a veto, no Conselho de Segurança da ONU.

A relutância da Alemanha e sua política *vis-à-vis* da Iugoslávia desapontaram os EUA, onde os líderes políticos também recriminaram Kohl por não conseguir quebrar a resistência da França à redução dos subsídios agrícolas.[127] E em 28 de janeiro de 1994 o Senado norte-americano declarou que não apoiaria a pretensão da Alemanha e do Japão de obterem um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU se esses países não se comprometessem a participar, sem restrições, de missões de paz (*peace keeping*) da ONU.[128] Esta resolução fortaleceu em Bonn os que defendiam as ações da *Bundeswehr* fora da área da OTAN como demonstração da normalidade e da responsabilidade internacional da política exterior da Alemanha. A reabilitação moral de suas forças

[127] Jarausch, 1994, p. 207.

[128] Bach, 1999, p. 129.

armadas, conforme Jonathan P. G. Bach observou, permitia que a Alemanha restaurasse seu senso de normalidade, significativo da soberania e da tradição prussiana.[129] Até então uma potência eminentemente civil, desde que se recuperara da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha começou a ensaiar assim o emprego da *Bundeswehr* como suporte de sua política exterior, já sem os constrangimentos impostos pelos Aliados, afim de demonstrar que estava em condições de exercer o poder, como potência militar, assumindo responsabilidades pela manutenção da ordem mundial. E seu envolvimento em outras operações no estrangeiro gradativamente aumentou. A Alemanha atuou ativamente na supervisão aérea ao embargo internacional imposto à Sérvia, despachou soldados armados para proteger o fornecimento de ajuda humanitária, bem como participou da ponte aérea que possibilitou abastecimento de víveres e medicamentos aos sitiados na Bósnia. E, a criar outro precedente de intervenção em conflitos estrangeiros, enviou navios ao Golfo Pérsico e contingentes militares ao Irã, no começo de 1994, com o objetivo de ajudar os curdos ameaçados. Tais ações militares, fora da área da OTAN, geraram enormes controvérsias, com o SPD a acusar o governo de Kohl de violar a Constituição. Entretanto, em 12 de julho de 1994, o *Bundesverfassungsgericht*, a Suprema Corte de Justiça, decidiu que a participação em missões multilaterais de paz não fora incompatível com os dispositivos da Lei Fundamental (*Grundgesetz*), a Constituição alemã de 1949.

A Alemanha e a expansão da OTAN ao Leste Europeu

A utilização da *Bundeswehr*, como novo instrumento da política externa da Alemanha reunificada, devia naturalmente revestir-se de caráter moral, tendo como objetivo fundamental, principalmente, a defesa dos direitos humanos, compromisso este já assumido desde a Conferência

[129] *Id. ibid.*, p. 121.

sobre Segurança e Cooperação na Europa, conhecida como o Processo de Helsinque. E Klaus Kinkel, tratando de enfatizar os aspectos éticos da política exterior da Alemanha, anunciou que ela estava a evoluir da proibição de intervenção em outros Estados, em nome da soberania, para ditar a intervenção em nome dos direitos humanos e da ajuda humanitária.[130] Seu propósito aparentemente foi apresentar a Alemanha reunificada como potência mundialmente responsável, com a imagem contraposta àquela que o Terceiro *Reich* projetara. Essa doutrina, limitando a soberania nacional e admitindo a intervenção militar em outros Estados, a pretexto de defender direitos humanos ou prestar ajuda militar de intervenção, foi também defendida por líderes de outras potências ocidentais, e gerou enormes suspeitas e apreensões, nos países do Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina, dado que a soberania nacional, conforme Rui Barbosa, em 1907, sustentara durante Conferência de Haia *"est la base de tout le système de sa defense juridique dans la sphère du droit des gens"*[131], e sua violação, a pretexto de defender os direitos humanos e prestar ajuda humanitária, poderia justificar a intervenção militar em Estados mais fracos, encobrindo desígnios imperialistas das grandes potências. A doutrina formulada por Kinkel lembrou o corolário do presidente Theodore Roosevelt à Doutrina Monroe, ou seja, a política do *big stick* aplicada, durante a primeira década do século XX, nos países da América Central e do Caribe, que outra vez ficariam a mercê dos interesses dos EUA. Apesar de que, como potência industrial, tivesse amplas conexões internacionais e se preocupasse em proteger seus mercados de exportação, os maiores interesses econômicos e políticos da Alemanha, desde a dissolução do Bloco Soviético e o fim da Guerra Fria, deslocaram-se, porém, para o Leste Europeu, que ela sempre percebera

[130] No original: "*Gegenwärtig bewegen wir uns vom Interventionsverbot im Namen Staatlicher Souveranität hin zum Interventiongebot im Namen des Menschenwürde und humanitäare Hilfe*". Kinkel, Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland: Dokumente von 1949 bis 1994, *apud* Bach, 1999.

[131] Barbosa, 1966, p. 256.

como seu *Witschaftsgebiete* ou o que Hitler chamara de *Lebensraum*. E ela, em virtude de sua posição geostratégica na Europa Central, não podia permitir que o *vacuum* político ali se estabelecesse e a desestabilização nos Estados do extinto Bloco Soviético possibilitasse o ressurgimento do comunismo. Daí porque, tudo indica, Kinkel passou a defender a doutrina da soberania limitada e a Alemanha, mais do que a França, apoiou a expansão da OTAN, de modo a incorporar Estados, antes pertencentes ao Pacto de Varsóvia, como a Polônia, Hungria e República Tcheca. Foi Kohl quem convenceu o presidente Boris Yeltsin a aceitar que a OTAN estendesse sua estrutura ao Leste Europeu, ao garantir-lhe que a Alemanha não permitiria qualquer iniciativa que atentasse contra os interesses da segurança da Rússia. Na verdade, o interesse da Alemanha consistiu em que a expansão da OTAN, na direção do Leste, não se limitasse àqueles países, mas viesse futuramente a abranger também a Estônia e a Eslovênia, de modo que pudesse estender a zona de segurança à região dos Balcãs, aos Estados bálticos e a outras que integraram a antiga URSS, o que a levaria a assumir maiores responsabilidades internacionais, em virtude de sua localização no *heartland* da Europa. Ela receava que a desestabilização da democracia, nos países que antes pertenceram ao Bloco Soviético, gerasse guerras e conflitos, cujas conseqüências, como o fluxo de refugiados por motivos econômicos e políticos, recaíssem sobre seu território.

A decisão de estender o sistema militar do Ocidente até as portas da Rússia causou, porém, ressentimentos e apreensão nos demais países da União Européia. Sérias dúvidas surgiram quanto à eficácia e utilidade de tal expansão para a segurança da Europa, quando uma boa parte do extinto Bloco Soviético, inclusive a Ucrânia, com seu arsenal de armas atômicas, continuaria fora da OTAN e nem sequer se falava no revigoramento de outros instrumentos, como os que foram criados com o Processo de Helsinque e consubstanciados na OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação da Europa). A Rússia, sucessora da URSS, não

se conformou, naturalmente, com semelhante desafio que a expansão da OTAN, apesar da retórica pacifista, representava. Mas pouco pôde fazer, devido à enorme deterioração de sua economia. Seu PIB, a partir de 1990, declinara cerca de 40%, atingindo, em 1994, apenas o montante de US$ 280 bilhões, pouco maior do que a metade do PIB do Brasil.

Outro aspecto questionado na expansão da OTAN consistiu no fato de que mais cinco Estados, entre os quais os países bálticos, quiseram nela ingressar e não foram aceitos, enquanto outros, como a Bulgária, Ucrânia, Bielo Rússia e a própria Rússia não manifestaram qualquer intenção nem convidados foram a ela aderir. Promessa havia de que outros sócios seriam admitidos, em 1999, quando a OTAN completará 50 anos de existência. Por outro lado, mesmo com o apoio da Espanha e da Itália, a França não conseguiu que a Romênia e a Eslovênia fossem já admitidas e a sua pretensão de obter na OTAN a "*autonomie européenne*" foi posta em cheque. O caso da Eslovênia fora, aliás, de fundamental interesse também para a Itália, pois seria uma forma de consolidá-la como Estado nacional e assim superar o litígio com a Áustria, que reivindicava seu território. Diante de tais circunstâncias, a Alemanha, entre a pressão dos EUA e a solidariedade implícita com seus sócios da União Européia, ficou em uma posição bastante incômoda.

Assim, o que prevaleceu, com a admissão da Polônia, Hungria e República Tcheca na OTAN, foi a vontade do presidente Bill Clinton, que visou a consolidar a hegemonia dos Estados Unidos, através tanto do "*hard power*" (poder militar) quanto do "*soft power*" (liderança), ao manter e ativar os instrumentos utilizados na Guerra Fria. E evidente foi que a persistência de um clima parecido com o existente ao tempo do conflito Leste-Oeste não teve somente objetivo político, pois, ao que tudo indicou, foram os *lobbies* do complexo industrial-militar norte-americano que incentivaram a expansão da OTAN, a fim de abrir mercados para a venda de armamentos. O ingresso da Hungria, República Tcheca e Polônia na OTAN implicaria, sem dúvida alguma, a modernização dos seus exércitos,

segundo os padrões técnicos estabelecidos pelos EUA, onde, aliás, fortes preocupações se manifestaram e severas críticas foram feitas a essa política. Existe de fato uma disparidade entre os projetados cortes no orçamento do Pentágono e o custo que a expansão da OTAN, ainda incerto, acarretará. O *Congressional Budget Office* estimou que, ao longo de 15 anos, ele alcançará o total de US$ 125 bilhões, com os EUA pagando US$ 19 bilhões. O secretário de Defesa, William Cohen, calculou para os EUA um custo anual de U$ 150 milhões a US$ 200 milhões, ao longo de 10 ou 12 anos. Com o propósito de ganhar os volumosos negócios que daí advirão, às custas, conseqüentemente, do endividamento ainda maior da Polônia, República Tcheca e Hungria, os membros do *lobby* norte-americano para a expansão da OTAN, presidido por Bruce Jackson, ex-funcionário do Pentágono e atualmente diretor de Planejamento Estratégico da Lockheed Martin Corp, a maior indústria de armamentos dos EUA, já estavam a atuar em Madri. Tudo isto faz sentido quando se sabe que o objetivo estratégico da política comercial de Clinton, a confundir-se com sua política exterior, sempre foi promover as exportações dos Estados Unidos, de modo a criar empregos, enriquecer as empresas norte-americanas, conforme a própria embaixadora Sharlene Barshefsky declarou em vários depoimentos perante o Senado e a Câmara dos Deputados nos Estados Unidos. Para isto, como também a Secretária de Estado Madeleine K. Allbright expressamente afirmou - no seu *confirmation hearing* (8 de janeiro de 1997) perante o Senado, "continuar modelando o sistema global que funcione para a América", isto é, para os EUA, que devem "permanecer uma potência européia", bem como uma "potência asiática".

Contudo, apesar de que a Alemanha se voltasse mais e mais para os acontecimentos na Rússia e em todo o Leste Europeu, onde conquistara larga preponderância econômica e comercial, o governo de Bonn, em julho de 1994, criou o grupo de trabalho da América Latina (*Gesprächkreis Lateinamerika*), integrando associações de cúpula da indústria,

representantes dos ministérios alemães, bem como das câmaras de comércio no exterior, com o propósito de promover o engajamento da Alemanha naquela região, cujos povos eram culturalmente mais próximos dos alemães do que os da Ásia e ou da África.[132] Sua política exterior continuou a enfatizar a proteção do meio ambiente, defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento do Terceiro Mundo e diálogo Norte-Sul, visando, aparentemente, ampliar as relações políticas e o diálogo em todos os níveis com os países da América Latina, onde a população, da ordem de 450 milhões de habitantes e um PIB de mais de US$ 1.000 bilhões representam importante mercado para as suas indústrias. Não obstante, não apenas o governo de Bonn e as diversas instituições a ele direta ou indiretamente vinculadas, tais como os Institutos Goethe e as fundações dos partidos políticos, reduziram suas atividades na América Latina e em outras partes do Terceiro Mundo, devido à necessidade de aplicar recursos nos países do Leste Europeu, como a transferência de capital líquido da Alemanha para fins de investimentos, foi relativamente pequena nos anos 90. As empresas alemãs quase não participaram nas privatizações promovidas naquela região e dirigiram seus capitais, sobretudo, para a Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia, que foram, como a Rússia, incorporadas praticamente ao seu *Witschaftsgebiete*.

Evidentemente, a modernização da infra-estrutura econômica e reparação dos danos ambientais nos cinco *Neue Länder*, os estados orientais antes pertencentes à RDA, requereram imensa quantidade de recursos, o que também concorreu para restringir a atuação internacional da Alemanha. Desde 1991, o governo de Bonn transferiu uma soma situada entre DM 600 bilhões a DM 750 bilhões (US$ 525 bilhões) para o território da antiga Alemanha comunista. Os investimentos em fábricas, construções e equipamentos, somaram aproximadamente DM 180 bilhões, em 1994, contra DM 34,4 bilhões na segunda metade de 1990, e as transferências

[132] Lateinarnerika-Konzept der Bundesregierung, 1995.

de recursos da zona deviam atingir, em 1995, o equivalente a 40% do PIB dos cinco *Neue Länder* orientais. As necessidades de investimentos com recursos públicos pareciam não ter fim e acarretaram graves dificuldades para o conjunto da Alemanha unificada. Ao contrário da RFA, que em 1989 tinha um superávit de 5% na conta corrente do balanço de pagamentos, a Alemanha unificada apresentou, em 1994, um déficit da ordem de 1% do PIB. O número de trabalhadores desocupados, cerca de 2 milhões em 1989, dobrou para 4 milhões, com a reunificação, e, segundo alguns cálculos, chegara a atingir 5,8 milhões. O desemprego configurou-se ainda mais grave na zona oriental, da extinta RDA, onde alcançou o patamar de 13,9 %, taxa esta 6% mais alta do que a registrada na região ocidental. Os salários ali subiram a mais de 70% do nível da Alemanha Ocidental, muito acima da produtividade, com o que os estímulos à iniciativa privada diminuíram, sendo em torno de 37% mais alta do que no ocidente a defasagem entre o crescimento dos salários e os custos da força de trabalho - elemento decisivo na competitividade. Entretanto, a região da antiga Alemanha Oriental apresentou, já em 1994, uma taxa de crescimento econômico da ordem de 9,2% ao ano, a maior de toda Europa, com seus habitantes, embora o PIB por trabalhador fosse ainda 53% do nível observado nas regiões ocidentais da Alemanha, a gozar um *standard* de vida mais alto do que os outros povos que viveram nos demais países comunistas.

A volta do SPD e a República de Berlim

A reunificação da Alemanha constituiu, de qualquer forma, enorme êxito, que permitiu a Kohl assomar-se como um dos maiores estadistas de todos os tempos. Após 16 anos de governo, a coligação CDU-CSU-FDP desgastou-se. E o SPD, que atravessara grave crise em que seu índice de apoio, em 1995, despencara para 28%, o mais baixo índice desde a fundação da RFA, percebeu que tinha condições de triunfar nas eleições parlamentares de 1998. Todo o seu esforço consistiu então

em recuperar sua credibilidade e conquistar a confiança dos parceiros da RFA, dado que suas hesitações e até mesmo recalcitrância diante de importantes questões internacionais, como no caso da reunificação da Alemanha, lhe causaram graves prejuízos políticos. Os próprios partidos filiados à Internacional Socialista (social-democracia), que detinham o governo de 12 países da Europa, olhavam-no com certa suspicácia e o chanceler Helmut Kohl costumava dizer que eles não queriam, na Alemanha, um governo do SPD, conforme, aliás, o deputado Günter Verheugen, publicamente, reconheceu, revelando que, embora socialista, François Mitterand, quando presidente da França, fazia sérias reservas às posições da social-democracia alemã, que considerava equivocadas. Esta foi uma das principais razões que levaram Günter Verheugen, um dos responsáveis pelo programa de política externa do SPD, a anunciar, logo no início de 1998, que Gerhard Schröder, candidato dos social-democratas à chefia do governo da RFA, não modificaria substancialmente as diretrizes, que Kohl delineara, caso fosse eleito. Com tal declaração, ele visou neutralizar o clima de simpatia em favor de Kohl, existente em toda a Europa, mostrando que as posições do SPD, sobre a política exterior da RFA, estavam mais amadurecidas e consistentes, e assegurar ampla base de aceitação continental. Segundo Verheugen, o SPD, procurando superar as sérias desavenças internas quanto ao alargamento da OTAN para o Leste Europeu e o envio de tropas em missões de paz, encontrava-se em seu melhor momento, desde 1980, quando Helmut Schmidt mediou e conseguiu importantes avanços no processo de distensão entre o Bloco Ocidental e o Bloco Soviético. De acordo com Verheugen, os social-democratas estavam unidos nas questões da união monetária e política da Europa, pois apoiavam a introdução da moeda única - o euro, dentro do prazo previsto, bem como o alargamento da União Européia e da OTAN. Destarte, divergência de princípios não havia entre o que o *Bundestag*, em seu conjunto, pensava, e o governo Kohl, de sorte que as diretrizes de política externa do SPD não seriam diferentes, senão em termos da ênfase dada a certos temas, como, por exemplo, o da segurança,

em que a RFA privilegiaria as ações preventivas, os esforços em favor das políticas de desarmamento e de não-proliferação das armas nucleares. Quanto à OTAN, na qual a RFA se encontrava militarmente ancorada, em um contexto mais amplo, e não desejava desgarrar-se para seguir um *Sonderweg*, ou seja, um caminho especial, o SPD, por considerá-la indispensável à Europa, na medida em que representava uma garantia para todos os seus parceiros, pretendia que o seu alargamento constituísse um processo aberto, de modo a envolver mais e mais países do Leste Europeu. O SPD, de acordo com Verheugen, manifestou-se, entretanto, favorável a uma entidade européia de defesa, o que indicava que, se vencesse a eleição e assumisse o governo federal, manteria as mesmas pautas da política exterior, apesar de alguns atritos com o governo Kohl, como ocorreu quando a RFA, em abril de 1998, recusou-se a aderir à uma resolução da comissão de direitos humanos contra a China, aprovada em Genebra pela maioria dos países europeus. Esta atitude do governo Kohl recebera severas críticas dos social-democratas, mas, sem dúvida, eles não poderiam hostilizar importantes parceiros da RFA e, como sempre o fizeram, teriam de ceder ao realismo com que o governo Kohl tratara o assunto.

Gerhard Schröder, durante a campanha eleitoral, evitou sistematicamente abordar questões de política exterior da RFA, cujos possíveis contornos o deputado Günter Verheugen delineara, não apenas em virtude da ampla aprovação popular das diretrizes seguidas pela CDU-CSU-FDP, como pelo fato de não possuir o conhecimento e a experiência de Helmut Kohl, que se apresentava com importante e significativo acervo (reunificação da Alemanha, integração da Europa, etc.) a consagrá-lo como um dos grandes estadistas da história da Alemanha. Seu objetivo, sempre a enfatizar vaga e genericamente que manteria a política exterior de Kohl, foi não provocar instabilidade, uma das principais preocupações do eleitorado alemão, e tranqüilizar os países aliados, particularmente os EUA, cujo governo não escondeu seu desassossego ante uma possível mudança de rumos que o SPD pudesse promover, se assumisse o governo

da RFA. Esta situação compeliu Schröder não apenas a buscar encontro com Clinton, quando este foi a Berlim, e a visitar Washington, sem certeza de que seria recebido na Casa Branca, bem como defender intervenção da OTAN no Kosovo, sem mandato específico do Conselho de Segurança da ONU, no que foi imediatamente contestado por Oskar Lafontaine, líder do SPD, que considerou indispensável autorização daquele órgão. Divergências maiores ocorreram, entretanto, entre os social-democratas e os verdes (*Bündinis 90/Die Grünen*). As coincidências entre eles eram mais aparentes que reais, apesar de que outrora elogiassem Lafontaine por advogar que a Alemanha se retirasse do comando integrado da OTAN e do sistema de defesa nuclear dos EUA.[133] Dúvidas havia quanto à possibilidade de compatibilizar as posições dos dois partidos - SPD e *Bündinis 90/Die Grünen* - em problemas como a criação de um órgão europeu de defesa, a redução drástica dos efetivos militares alemães de 350 mil para 150 mil homens, e a participação alemã na OTAN. Os militantes da *Bündinis 90/Die Grünen* não apenas se opunham à criação de um órgão europeu de defesa, como defendiam a redução dos efetivos das forças armadas alemãs e a transformação da OTAN em foro de discussão sobre política européia. Estas questões de política exterior deviam adquirir enorme relevância no estabelecimento da coalizão que assumiria o governo da Alemanha. Mas a perspectiva de alcançar o poder levou os membros da *Bündinis 90/Die Grünen* a abandonarem suas posições mais radicais, a fim de viabilizar o entendimento com o SPD.

A coligação Vermelho-Verde

De fato, a confirmar todas as expectativas, a coligação CDU-CSU-FDP, sob a chefia de Kohl, perdeu as eleições para o *Bundestag*, em 1998, devido, sobretudo, ao voto dos alemães dos cinco *Neue Länder*, que em 1990 se uniram à RFA. A ascensão dos neo-comunistas, sob o rótulo de

[133] Rosolowsky, 1987, p. 140.

PDS (*Partei des Democratischen Sozialismus*), demonstrou o descontentamento dos eleitores, que lhes deram quase 20% dos votos e sufragaram, majoritariamente, o SPD, insatisfeitos e inconformados com os elevadíssimos índices de desemprego naquela região. Na realidade, mesmo ao custo de 100 bilhões de marcos anuais de transferências e investimentos, o governo Kohl não conseguira assegurar aos cidadãos da antiga RDA, oito anos após sua anexação à RFA, a recuperação dos empregos extintos, com as falências ou privatizações das empresas estatais, e a mesma segurança social, que, mal ou bem, o governo do SED lhes proporcionava. E a Gerhard Schröder coube então formar o novo governo da Alemanha. Nascido em 1944, em família de trabalhadores, Gerhard Schröder não sofreu profundos traumas com a Segunda Guerra Mundial, da qual, devido à idade, não guardou recordações, embora seu pai tenha morrido na frente oriental e ele sofresse, em conseqüência, sérias privações, na infância. Na verdade, nunca demonstrou obsessiva preocupação com o passado, ao contrário de Kohl e seus antecessores, que se empenharam na reconciliação com a França, como forma de viabilizar a integração da Europa e a reunificação da Alemanha, evitando que ela procurasse um caminho especial, o *Sonderweg*, como o fizera ao provocar duas conflagrações mundiais. Schröder fora, nos anos 60 e 70, um dos principais líderes dos *Jusos* (Juventude Socialista), a ala esquerda da SPD, cuja direção posteriormente o cooptou[134], e à época em que o esbarrondamento da RDA ocorreu, manifestou-se contra a reunificação da Alemanha, assim como seu companheiro de partido, Oskar Lafontaine, então ministro-presidente de Saarland, a alegar que ela acarretaria elevados custos, o que de fato acarretou, para o governo de Bonn. No entanto, recebera a Alemanha reunificada, como legado de Kohl, e a ele cumpriria executar a transferência da sua capital para Berlim, o que a aproximaria ainda mais do Leste Europeu. Schröder reafirmou, porém, que não alteraria a política exterior, embora seu interesse em prosseguir com a integração da

[134] Rosolowsky, 1987, p. 56 e 57.

Alemanha na Europa, conforme ele próprio expressou, fosse modelado por uma percepção positiva do futuro comum e não pelo complexo de culpa, que a catástrofe da Segunda Guerra Mundial criara nos alemães.

Conquanto seu propósito não fosse entregar a chefia do *Auswärtiges Amt*, conforme a tradição, ao partido minoritário, no caso, o *Bündinis 90/Die Grünen*, o fato de que ele alternativa não teve senão fazê-lo, para obter a maioria parlamentar e constituir o novo governo da Alemanha, gerou, naturalmente, expectativas de que mudanças pudessem ocorrer nas suas diretrizes. Os verdes (*Bündinis 90/Die Grünen*), com suas bases influenciadas pelo movimento pacifista, não estariam provavelmente dispostos a cooperar, automaticamente, com os demais membros da Aliança Atlântica na implementação das políticas de segurança, empreendidas pelos EUA. Eles sempre quiseram que a Alemanha se retirasse da OTAN. Joschka Fischer, líder do *Bündinis 90/ Die Grünen*, teve naturalmente de abandonar tal proposta, embora reiterasse a necessidade de manter posições éticas quanto ao envolvimento militar da Alemanha em conflitos e crises externas, sem a devida chancela do Conselho de Segurança da ONU. Mas continuou a alimentar propósito de estabelecer um imposto ecológico e dar início à gradual desativação das centrais nucleares, o que geraria enormes despesas para a mudança da matriz energética e poderia resultar na perda de competitividade das indústrias, além da conseqüente retração do mercado de trabalho. Desde que assumiu a chefia do *Auswärtiges Amt*, ele demonstrou não apenas capacidade de acomodação às contingências do poder como revelou grande dinamismo. Poucas horas depois da posse, partiu para França, Reino Unido e Polônia, indicando quais seriam suas prioridades em materia de política exterior, e viajou na semana seguinte para os EUA, a fim de manter conversações com a secretaria de Estado Madaleine Allbright e apresentar-se na ONU. Seu propósito foi afastar os temores de que, sob sua direção, a Alemanha implementaria uma política exterior "verde". Ao ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Hubert Védrine,

assegurou que a Alemanha só teria uma política externa, caracterizada pela continuidade, e manteria o eixo com a França. Fischer, porém, procurou aproximar a Alemanha da Grã-Bretanha, cujo ministro dos Negócios Estrangeiros, Robin Cook, via que uma nova era no relacionamento entre os dois países estava a iniciar-se e as suas relações, se já eram, deveriam tornar-se *outstanding*.

A Grã-Bretanha, com Tony Blair, do Partido Trabalhista (*Labour Party*), como primeiro-ministro, pretendeu, decerto, aproveitar a ascensão do SPD ao governo da Alemanha para alcançar um entendimento que enfraquecesse o eixo Paris-Bonn, responsável pela forma e pelo ritmo do desenvolvimento da União Européia, sobretudo com referência à implantação do lançamento do euro. Schröder não aceitou, porém, seu convite para participar da conferência do *Labour Party*, em Blackpool, e viajou para Paris, a fim de conversar com o presidente Jacques Chirac e o primeiro-ministro Lionel Jospin e desfazer certas apreensões da França. A continuidade da política exterior alemã implicava manter a prioridade conferida à integração da Europa, na qual o Reino Unido, que sequer participou do lançamento do euro, se empenhou. Assim, somente em conjunto com a França, a Alemanha poderia realmente impulsionar a integração da Europa. Dentro de tal contexto, as especulações sobre o surgimento de um triângulo Bonn-Paris-Londres, como motor da integração continental, não parecia viável, apesar de que se não pudesse descartar um esforço para aproximar ainda mais a Alemanha e a Grã-Bretanha, em decorrência do apreço de Schröder pelo primeiro-ministro Tony Blair, ambos dirigentes de partidos - o social-democrata e o trabalhista - pertencentes à Internacional Socialista. Esse esforço evidenciou-se no encontro de Fischer com Cook, quando acordaram em encontrar-se, pelo menos, duas vezes por ano. Conquanto as conversações em Londres, segundo o próprio Fischer, fossem "mais difíceis", porém mais "amistosas" do que em Paris, maior inteligência da Alemanha com a Grã-Bretanha não podia modificar substancialmente o relacionamento bilateral da

Alemanha com a França. O próprio Fischer declarou que tinha "*personal interest in speedy European Union enlargement*" e favorecia a associação de outros países, a amizade franco-alemã permanecia "*of outstanding importance*" para a unidade européia. Aliás, durante sua viagem a Paris e Londres, Fischer procurou evitar conceitos que pudessem implicar a formação de eixos ou triângulos, apesar de que a Grã-Bretanha modificasse sua posição quanto à participação em alguns aspectos do conceito de segurança européia.

O conflito no Kosovo e a crise que eclodira na Rússia já então constituíam questões de fundamental importância para a Alemanha, e em Varsóvia, Fischer conferenciou não apenas com Bronislaw Geremek, ministro das Relações Exteriores, mas também com o primeiro-ministro Jerzy Buzek e o próprio presidente Aleksander Kwasnievski, que lhe manifestaram enorme interesse de que a Polônia continuasse a ser importante parceiro da Alemanha, dado representar o seu segundo maior e mais importante vizinho, depois da França. O que eles pretenderam, na realidade, foi o restabelecimento do triângulo de Weimar (*Weimarer Dreick*), ou seja, do eixo Paris-Berlim-Varsóvia, privilegiando a cooperação entre França, Alemanha e Polônia.[135] Fischer, aparentemente, aceitou a idéia e buscou tranqüilizar os poloneses, preocupados com as declarações de Schröder no sentido de que a Alemanha, embora favorável à integração da Polônia na União Européia, entendia que ela deveria ocorrer no seu devido tempo, o que deu a entender que ele não via necessidade de apressar esse processo. O próprio ministro das Relações Exteriores da Polônia, Bronislaw Geremek, declarou à imprensa que esperava que a Alemanha mantivesse continuidade na sua política exterior e criticou a concepção de uma União Européia fechada.[136] A integração da Polônia na União Européia, entretanto, estava prevista para ocorrer

[135] Entrevista de Bronislaw Geremek, ministro das Relações Exteriores da Polônia, ao *Frankfurter Rundschau*, Frankfurt, 29 de outubro de 1998, p. 7.
[136] *Ibid.*

até o ano 2003, juntamente com a Hungria e a República Tcheca, e a Alemanha não podia desconsiderar seus interesses, sobretudo quando se preparava para ultimar a transferência de sua capital para Berlim, situada nas proximidades da linha de fronteira sobre o rio Oder-Neisse e a 561km de Varsóvia. Alguns observadores admitiram, inclusive, que a transferência do governo da Alemanha para Berlim, a efetivar-se até o ano 2000, possibilitaria a configuração de novos arcos políticos, na Europa, na medida em que aquela capital, eqüidistante tanto de Moscou e Madri, no sentido Leste-Oeste, quanto de Estocolmo e Milão, na direção Norte-Sul, e criaria as condições para a unificação de toda a Europa, inclusive a Rússia, isto é, do Atlântico aos Urais, tal como De Gaulle pretendera, ao estabelecer o centro de gravitação política no seu próprio *heartland*. Destarte, dada a situação de Berlim, as relações da Alemanha com os demais países do continente seriam mais radiais do que axiais, o que implicaria, entre outras conseqüências, certa perda de substância estratégica da França, antes no epicentro da integração da Europa. Houve também quem temesse, sobretudo em Paris, a evolução da política exterior da Alemanha para uma linha mais nacionalista e imperial, o que implicaria a marginalização da França como seu principal parceiro na construção da União Européia. Tais avaliações não encontraram suporte nos pronunciamentos nem de Schröder nem de Fischer.

As diretrizes de Schröder

Em discurso no *Bundestag*, ao inaugurar o governo em 10 de novembro de 1998, Schröder apresentou as linhas gerais do seu programa e, conquanto manifestasse satisfação com o fim do conflito Leste-Oeste, reconheceu que as dramáticas transformações globais, que se seguiram à desintegração do Bloco Soviético, produziram efeitos nocivos, na medida em que provocaram a instabilidade e violentos conflitos em várias regiões, inclusive às portas da Europa. Aludiu ao drama dos refugiados, à escassez de recursos, à destruição do meio ambiente em países do hemisfério sul, e

ao surgimento de condições propícias para novas situações conflituosas.[137] Salientou, porém, as oportunidades que também se ofereciam em termos de cooperação internacional e afirmou não apenas que Alemanha estava preparada para cumprir suas obrigações dentro da Aliança Atlântica como continuava a ser um parceiro confiável, na Europa e em todo o mundo. Segundo ele, a Alemanha muito devia aos EUA - não menos que a paz e a liberdade - e a amizade entre os dois países, a despeito dos desacordos, que algumas vezes ocorreram, particularmente durante a Guerra Fria, fora construída através de mútuo entendimento e de um conhecimento mútuo cada vez melhor.[138] Schröder, ao reafirmar as obrigações da Alemanha com a Aliança Atlântica, ressaltou que a "*deutsche Außenpolitik ist und bleibt Friedenspolitik*" (a política exterior alemã é e permanece uma política de paz) e daí a disposição de participar das medidas e missões para manter ou restaurar a paz, especialmente no sudeste da Europa.[139] Ele tomou o conflito no Kosovo para mostrar que a ameaça potencial de mobilização militar não seria suficiente para assegurar o respeito dos direitos humanos, dizendo que o zelo para efetivar o cumprimento dos acordos de paz seria mais importante do que um ataque armado.[140] Segundo Schröder, seu governo, entretanto, defendia que a ONU conservasse o monopólio da violência (*Gewaltmonopol*), i. e., do emprego de força armada, bem como o fortalecimento da posição do seu secretário-geral[141], e confirmou, ao mesmo tempo, a pretensão da Alemanha de tornar-se membro permanente no Conselho de Segurança, "caso não se pudesse alcançar um assento conjunto europeu".[142] Seu esforço consistiu em demonstrar que a Alemanha não pretendia a liderança

---

[137] *Die Regierungserkläarung von Bundeskanzler Gerhard Schröder*, Bonn, den 10. November 1998 – Presse- und Informationsamt der Bundesregierung, p. 43 a 44.

[138] "*Es ist eine Freundschaft, die auf gegenseitiges Vertändnis und immer bessere gegenseitige Kenntnis gebaut ist*". *Ibid.*, p. 41.

[139] *Ibid.* p. 41.

[140] *Ibid.*, p. 42.

[141] *Ibid.*, p. 43.

[142] *Ibid.*, p. 43.

ou tomaria iniciativas políticas, em situações de crise, sem a prévia concertação com seus parceiros, reafirmando que o comprometimento com a União Européia tinha central significado (*zentraler Bedeutung*) para a política exterior da Alemanha[143], cuja amizade com a França era fundamental para a sua política européia.[144] Schröder, no mesmo pronunciamento, revelou o propósito de desenvolver o conceito de uma força crescentemente voltada para servir à paz, mediante a aplicação de *know how* militar a uma série de objetivos civis, e ressaltou que a *Bundeswehr*, pacificando o Kosovo, adquiriu com essa missão uma nova qualidade, podendo contribuir não só na contenção dos efeitos de catástrofes naturais como na prestação de auxílio à democratização.[145] O papel proposto por Schröder para a *Bundeswehr*, ao admitir até mesmo intervenções em outros estados até para ajudar a democratização (*Democratisierungshilfe*), não apenas transcendeu a doutrina, que Kinkel sustentara, como apresentou contradições difíceis de superar, ou seja, compatibilizar entre os compromissos da Alemanha com a OTAN e a defesa do monopólio do uso da força armada pela ONU.

Estas mesmas diretrizes de política exterior Schröder repetiu durante a recepção anual ao corpo diplomático, no dia 23 de novembro de 1998, no Palácio Schaumburg (Bonn), ao confirmar que não mudaria os fundamentos da política externa e de segurança da Alemanha, cujos objetivos seriam a integração da Europa, a parceria transatlântica, o estabelecimento de regras para uma economia globalizada, a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, assim como o fortalecimento das organizações internacionais, como a ONU, que estava a necessitar de reformas, a fim de que se tornasse mais eficiente na solução de problemas e melhorasse sua capacidade para as operações de paz. Ao

[143] *Ibid.*, p. 44.
[144] *Ibid.*, p. 47.
[145] *Ibid.*, p. 42.

mesmo tempo, Schröder revelou que a Alemanha, por entender que a crise financeira internacional apresentava características globais, pretendia examinar, no âmbito do G-7/G-8, propostas dos EUA e da França para reforma do sistema financeiro internacional, bem como para o alívio da dívida dos países mais pobres, e apontou o combate à pobreza como um dos pontos fundamentais da política exterior do seu governo. Sua percepção das relações Norte-Sul, afigurou-se, porém, bastante defasada, particularmente com respeito à América Latina, considerada como um todo homogêneo, sem advertir a diversidade dos países do continente e seus diferentes níveis de industrialização, bem como o potencial de cada um para a cooperação com a RFA. Na verdade, a América Latina baixou para uma escala muito baixa nas prioridades de toda a RFA, inclusive do SPD, que perdeu a capacidade de acompanhar a evolução política de outras regiões, ao voltar-se inteiramente para o Leste Europeu, onde estreitou seus contactos com os vários partidos social-democratas que lá apareceram, depois da dissolução do Bloco Soviético. As preocupações de Schröder, em todos os seus pronunciamentos, concentraram-se, e não podia ser de outro modo, nos problemas da Europa e, em particular, da União Européia, na qual, ao dirigir-se ao corpo diplomático no Palácio Schaumburg, admitiu a possibilidade do ingresso da Turquia, caso ela pudesse atender às condições, ao mesmo tempo em que declarou que a Alemanha tinha consciência de sua responsabilidade histórica para com a Polônia, com a qual buscaria estreitar os vínculos bilaterais e fortalecer a parceria, assim como com a França, o que, em outras palavras, indicava a disposição de restaurar o *Weimarer Dreick*, ou seja, do eixo Paris-Berlim-Varsóvia. Na ocasião, ele então se referiu à necessidade de manter intenso e amplo diálogo bilateral com a Ucrânia e, especialmente, com a Rússia, adiantando o propósito da Alemanha de apoiá-la na formulação de uma estratégia econômica coerente, passível de aceitação pelo FMI, mas ressaltou que a segurança e estabilidade da Europa dependiam da OTAN e da presença dos EUA.

Joschka Fischer, em entrevista ao semanário *Die Zeit* precisou, com mais clareza, as linhas sobre as quais pretendia conduzir a política exterior da Alemanha e, conquanto repetisse nada mudaria nos seus fundamentos, adiantou que daria ênfase às questões de direitos humanos e de meio ambiente, as quais, previu, tornar-se-iam, gradualmente, as mais controvertidas para a comunidade internacional, pois aí ocorreriam as mudanças mais essenciais e relevantes. A elas o *Auswärtiges Amt* daria a maior importância, apesar dos interesses econômicos da Alemanha, Fischer acentuou, aludindo indiretamente ao problema dos direitos humanos na China, diante do qual, segundo os verdes, o governo Kohl se omitira. Ele declarou ainda que a política exterior da Alemanha teria como objetivo a promoção da democracia e não apenas buscaria cooperação mais intensa com organizações não-governamentais (ONGs) como empenhar-se-ia em favor das minorias perseguidas e democratas exilados. Em outra entrevista, publicada no mesmo dia pelo *Südeutsche Zeitung*[146], Fischer negou que estivesse em atrito com Washington, em virtude de suas declarações favoráveis à mudança da estratégia nuclear da OTAN e abordou o problema do emprego da força armada pela ONU, defendida pela coalizão Vermelho-Verde. Esclareceu que essa proposta não implicava o abandono da OTAN, pois os dois instrumentos eram necessários, e que a aliança com os EUA era irrenunciável para a Alemanha e para a Europa.[147] Sua grande preocupação, como a de Schröder, foi negar que a Alemanha outra vez estivesse a buscar seu próprio caminho, como o fizera no passado. "*Es gibt keinen deutschen Sonderweg*"[148] - ele afirmou. E, por ocasião da recepção de Ano Novo de 1999, que ofereceu, no Palácio Bellevue (Berlim), ao corpo diplomático, o próprio presidente Roman Herzog, vinculado à CDU e em fim de mandato, procurou igualmente negar qualquer fundamento aos temores de que a política exterior da Alemanha

[146] *Süddeutsche Zeitung* n. 274, 27 de novembro de 1998, p. 9.

[147] *Ibid.*

[148] "Não há caminho especial alemão", *Ibid.*

mudaria na "República de Berlim", a ser inaugurada com a mudança da capital para aquela cidade, e disse que, com a expansão da União Européia para o Leste, uma de suas principais tarefas políticas consistia em solucionar os difíceis problemas econômicos daquela região, onde os regimes comunistas a partir de 1989 começaram a ruir.

Teoria e prática da política exterior do SPD

Os diversos pronunciamentos, visando a tranqüilizar os Aliados, refletiram também as divergências existentes dentro da própria coalizão SPD-*Bündinis 90/Die Grünen*, sobre as mais variadas questões, entre as quais a política de segurança, a tributação sobre combustíveis e a utilização da energia nuclear. O elevado grau de consenso, que aqueles dois partidos mantiveram até 1996-97, em torno da política exterior[149], pareceu diminuir. A sugestão de Fischer, refletindo o pensamento dos verdes, de que a OTAN deveria rever a *Ersteschlagsdoktrin* (doutrina do primeiro ataque), sobre a utilização do arsenal nuclear, a fim de adaptá-la à situação internacional pós-Guerra Fria, provocara a reação de vários países, principalmente dos EUA e da França. O ministro da Defesa da Alemanha, Rudolf Scharping, que conseguira levar o SPD a adotar uma posição mais pragmática e aceitar a participação da *Bundeswehr* em ações no estrangeiro, com ele se atritou e teve de manter contactos com o secretário-geral da OTAN, Javier Solana, bem como com o secretário de Defesa dos EUA, com o propósito de os tranqüilizar quanto às reais intenções do governo Schröder. Na verdade, dentro da coligação SPD-*Bündinis 90/Die Grünen*, amplo consenso não havia em torno da política exterior da Alemanha, cujos graves problemas econômicos começavam a indicar a necessidade de mudanças nas suas diretrizes, inclusive de sua participação na União Européia, cuja estrutura o próprio ministro-presidente da Baviera, Edmund Stoiber, da CSU, criticou, duramente, alegando que 50% das decisões de política interna

[149] Banchoff, 1999, p. 162.

do país eram, na verdade, tomadas em Bruxelas, e não em Bonn. Stoiber questionou as políticas comunitárias, por considerá-las antidemocráticas, e advogou reformas na estrutura da União Européia, reformas estas defendidas também pela coligação *SPD-Bündnis-Die Grüne*n. O governo Kohl, aliás, já se queixara do sistema de contribuições para orçamento da União Européia, por considerá-lo distorcido e injusto, na medida em que a Alemanha passara a constituir o país que mais contribuía para o financiamento da organização. Seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Klaus Kinkel, anunciara que a Alemanha não mais pretendia continuar a arcar com mais da metade das contribuições líquidas para o "Tesouro de Bruxelas", e reclamara uma reforma do sistema, baseado no PIB de cada país, de modo que houvesse maior eqüidade e justiça na partilha de encargos entre os Estados membros. Segundo ele, necessário seria considerar o PIB *per capita* e outros padrões que melhor espelhassem o nível de prosperidade dos países e sua capacidade real de contribuir, sem prejudicar o bem-estar de seus cidadãos. Na verdade, a revelação de que a contribuição líquida (contribuições menos benefícios) da RFA para o orçamento da UE, só no ano de 1995, alcançara o montante de US$ 14 bilhões, mais do que o dobro das contribuições líquidas da França e do Reino Unido, irritou particularmente os alemães, sobretudo considerando o fato de que a Dinamarca, país com renda *per capita* mais alta do que a da Alemanha, fora beneficiária líquida do sistema, conforme o ministro-presidente da Baviera, Edmund Stoiber, salientou. A percepção generalizada era a de que a Alemanha estaria a financiar os demais Estados europeus, o que se afigurava particularmente intolerável para a opinião pública, em virtude da própria situação econômica e social do país, acometido por séria crise financeira, queda na arrecadação fiscal, índices recordes de desemprego e cortes nos benefícios, que geravam o descontentamento popular, que se lançara ativa e publicamente contra os "gargalos europeus", como o orçamento da União Européia, entrando em divergência pública com Kohl, em torno da observância estrita dos critérios de convergência de Maastricht.

Na verdade, a Alemanha, por ser o mais rico, foi o país que também mais arcou com os custos da formação da União Européia, a transferir recursos para as regiões mais atrasadas, como Portugal e Grécia. Mas fácil certamente não seria reduzir substancialmente o nível de sua contribuição, na medida em que ela se apresentava como um dos principais defensores da expansão da União Européia na direção do Leste, o que representará custo adicional significativo para os cofres de Bruxelas, uma vez que os candidatos à adesão seriam potencialmente beneficiários líquidos do sistema. E foi por esta razão que Schröder, ao assumir o governo, ponderou que só após as reformas seria possível a ampliação da União Européia e se reuniu com o Presidente Jacques Chirac e o Primeiro-Ministro da França, Lionel Jospin, no início de 1999. Seus enormes gastos, entretanto, não foram apenas com a União Européia. Embora a reunificação lhe abrisse o caminho para ascender como potência política, os investimentos feitos a partir de 1990-91 para a recuperação dos cinco *Länder*, que formaram a extinta RDA, erodiram sua economia. Schröder mesmo revelou que o futuro da Alemanha estava comprometido por enorme dívida e tentou promover um corte no seu orçamento, para o ano 2000, da ordem de US$ 16 bilhões, ao mesmo tempo em que tratou de elevar os preços da gasolina e energia elétrica, o que concorreu decisivamente para desgastar em poucos meses o governo formado pela coligação *SPD-Die Grünen*. Dentro de tal contexto, fato bastante significativo da mudança na mentalidade do povo alemão ocorreu quando, em 24 março de 1999, a OTAN começou a bombardear a Iugoslávia, com o objetivo de forçar o presidente Slobodan Milosevic a aceitar suas condições e cessar a sangrenta repressão contra os albaneses no Kosovo. A decisão da Alemanha de participar de tais operações de guerra, se bem que provocasse profundas divisões nas bases tanto dos social-democratas quanto, sobretudo, dos verdes, contou com a aprovação de mais de 50% do povo alemão e tornou Fischer e Sharping os ministros com maior apoio popular dentro de um governo, cuja política interna sofria crescente oposição. A imprensa louvou a maneira firme e consistente com que eles apoiaram a estratégia da OTAN para enfrentar a crise no Kosovo,

enfrentando as facções que dentro dos seus próprios partidos a ela se opunham. A intensa divulgação feita pela mídia das atrocidades cometidas pelos sérvios contra os kosovares, ou seja, os albaneses que havia muito tempo habitavam Kosovo, concorreu, evidentemente, para que os alemães aceitassem a participação da *Bundeswehr* não mais em missões de paz (*peace keeping*), porém, em operações de guerra no exterior. Contudo, Fischer, especialmente, sofreu enormes pressões internas dentro do seu próprio partido, o *Bündinis 90/Die Grünen*, cujos militantes sempre sustentaram a posição anti-OTAN, tendo o neutralismo como um dos objetivos de sua política exterior, foram até então os mais ativos no movimento pacifista.[150] Angelika Beer, porta voz do partido para assuntos de defesa, acusou-o de haver suprimido informações sobre a crise no Kosovo, não explorar todas as possibilidades para encontrar uma solução pacífica e usar linguagem inadequada, capaz de incentivar o desencadeamento da guerra terrestre, como o fez quando comparou o comportamento das tropas sérvias à SS nazista, como se pretendesse desencadear a guerra terrestre. Fischer, entretanto, não foi o único a enfrentar a reação de suas próprias bases partidárias. Mesmo Schröder, ainda que a imprensa lhe elogiasse a atuação e sua popularidade ligeiramente se recuperasse, passou por momentos difíceis dentro do SPD.

De qualquer forma, o governo Schröder contou com amplo respaldo interno, inclusive dos líderes da CDU-CSU, bem como do FDP, e levou a Alemanha a demonstrar que estava disposta a manter, a qualquer custo, a estabilidade nos Balcãs, embora Sharping, alguns anos passados, se mostrasse reticente quanto ao emprego da *Bundeswehr* fora da área da OTAN, sobretudo naquelas regiões outrora ocupadas pela *Wehrmarcht*, ressalvando que ela não podia tornar-se uma arma de intervenção livremente disponível.[151] De fato, a participação da força aérea da Alemanha, mesmo sob a égide da OTAN, reacendeu entre os eslavos,

[150] Rosolowsky, 1987, p. 3, 77 e 78.

[151] Banchoff, 1999, p. 152.

naquela região, a memória da brutalidade nazista, durante a Segunda Guerra Mundial. E este foi, *inter alia*, um dos fatores que levaram Schröder a dizer, insistentemente, que não via razão para discutir o envio de tropas terrestres ao Kosovo, porquanto a estratégia da OTAN se mostrara efetiva. A Alemanha, entrementes, procurou diminuir as tensões que então surgiram entre a OTAN e a Rússia por causa dos ataques aéreos contra a Iugoslávia. Schröder reconheceu publicamente a importância do relacionamento com a Rússia, a ressaltar o que ela significava na política internacional, e Fischer destacou a necessidade de tê-la como parceira, na reunião do G-8 sobre o conflito no Kosovo, afim de que qualquer resolução tivesse grande consistência política e não fracassasse. Esta percepção o levou a manter entendimentos com Edmund Stoiber, ministro-presidente da Baviera e líder da oposição, com o propósito de coordenar posições, inclusive quanto à efetiva participação da Rússia, sem a qual lhe afigurava difícil, senão impossível, uma solução negociada para o conflito com a Iugoslávia. A Rússia, no entanto, não demonstrou vontade de cooperar e ainda sugeriu que o envio de tropas terrestres para o Kosovo poderia desencadear uma guerra mundial, advertência esta que o general Klaus Naumann, da *Bundeswehr* e chefe da comissão militar da OTAN, considerou irresponsável, pois ele próprio não via possibilidade de evitar chacinas e as deportações de kosovares, promovidas pelos sérvios, mediante apenas a continuidade dos ataques aéreos. Entretanto, a cessação dos assassinatos constituiu uma das condições impostas pela OTAN para suspender os ataques aéreos contra a Iugoslávia.

O impasse assim se estabeleceu, sem que os bombardeios da Iugoslávia compelissem Milosevic à capitulação, e certa inflexão começou a ocorrer na opinião pública da Alemanha, cuja maioria (cerca 64%) passou a temer que a conflagração se alastrasse e envolvesse em combates maior número de soldados. Isto significava que o povo alemão, ainda que apoiasse os ataques aéreos contra a Iugoslávia, não desejava a ampliação da guerra. Dificilmente, porém, o governo Schröder, já a preparar tropas para a

ocupação de áreas próximas à fronteira da Macedônia e da Albânia e acolher os albaneses perseguidos do Kosovo, as deixaria de empregar em operações terrestres, caso a OTAN o decidisse, para mostrar-se plenamente identificado com a OTAN.

Enquanto os bombardeios prosseguiam, o *Auswärtiges Amt* levou a União Européia a propor um pacto de estabilidade para o Sudeste Europeu, apoiado pelos delegados de mais de 30 países, entre os quais a Rússia e os Estados dos Balcãs, que se reuniram em 27 de maio de 1999, na localidade de Petersberg (Bonn). Na ocasião, Fischer conclamou a União Européia a fazer pelo Sudeste Europeu o que, depois da Segunda Guerra Mundial, foi feito pelo Ocidente, e após o desmoronamento dos regimes comunistas, em 1989, pelo Leste Europeu. E sugeriu o estabelecimento de um programa, visando a implantar, nos Balcãs, uma nova ordem, mediante um sistema de incentivos e desincentivos, e defendeu a participação da Iugoslávia, com assento e voto, no pacto de estabilidade tão logo ela cumprisse as cinco condições, ditadas pela OTAN, no quadro da busca de solução política para a crise. Em realidade, ele não via possibilidade de estabilizar os Balcãs sem o envolvimento da Iugoslávia e, em particular, da Sérvia, mas o problema consistia na sua aceitação pelos demais Estados daquela região. Entrementes, no momento em que a reunião sobre o pacto de estabilidade nos Balcãs se realizava, indiciamento de Milosevic por crimes de guerra, na Corte de Haia, levou setores do governo alemão a temer que este ato prejudicasse a solução política para o conflito, mas, àquela época, a resistência de Milosevic já se enfraquecera e, em 3 de junho, aceitou negociar a paz no Kosovo. Sete dias depois, 10 de junho, a OTAN suspendeu os ataques aéreos contra a Iugoslávia.

Os desafios da Alemanha

A participação no Kosovo permitiu à Alemanha apresentar seus mais modernos armamentos, o tanque pesado do tipo *Leopard II* e um

outro modelo, o *Schützenpanzer*, denominado *Marder*, foram deslocados para a província da Sérvia, a fim de garantir o cumprimento dos acordos de paz. Schröder, em 27 de julho, viajou para Kosovo. Foi o primeiro chefe de governo a visitar a região, após o bombardeamento da Iugoslávia pela OTAN, e aproveitou a oportunidade para agradecer aos soldados alemães, integrantes da KFOR (*Kosovo Force*), a responsabilidade com que desempenhavam sua missão. Conquanto se divulgasse que seu objetivo consistiu em incentivar o retorno dos sérvios, que fugiram do Kosovo depois do fim da guerra, a viagem de Schröder visou salientar a presença da Alemanha na região, firmar-lhe a preeminência e demonstrar seu empenho na promoção do pacto de estabilidade dos Balcãs, por ela patrocinado. A participação da *Bundesluftwaffe* (força aérea) nos ataques à Iugoslávia e, em seguida, o envio de tropas (KFOR) para além de suas fronteiras, com a tarefa de assegurar os acordos de paz e a segurança da região, permitiram que a Alemanha normalizasse plenamente sua política exterior, empregando a força armada não mais apenas em missões de paz, mas em operações de guerra, no ano em que a transferência da sede do governo para Berlim estava a completar-se, e a magnificência com que esta cidade foi restaurada tendia a transformá-la na mais importante e quiçá a mais atraente das capitais da União Européia. A Alemanha, ao demonstrar que podia atuar politica e militarmente em igualdade de condições com seus aliados da OTAN, assumiu, na plenitude, o *status* de grande potência, conquanto regional, e preferisse, segundo as palavras de Fischer, liderar na segunda fileira.

A erosão de sua economia, ocorrida após a reunificação, tornou-se, no entanto, séria ameaça à sua própria capacidade de responder aos desafios internacionais com que se defrontava. A partir de 1990, a Alemanha passara a viver, perigosamente, gastando além de suas possibilidades, e o próprio Schröder reconheceu que a enorme dívida estava a comprometer o futuro das crianças alemãs. O alto custo em subsidiar cerca de 4 milhões de desempregados, pagando pensões, algumas

vezes igual ao salário, e os investimentos da ordem de aproximadamente US$ 100 bilhões, por ano, nos cinco *Neue Länder*, incorporados à estrutura da RFA em 1990, triplicaram a dívida nacional, que saltou para US$ 900 bilhões (DM 1.6 trilhões), o equivalente a US$ 11.000 *per capita*, em menos de uma década.[152] O pacto social-democrata, que a própria coligação CDU-CSU implementara, após a Segunda Guerra Mundial, como forma de conter o comunismo, e o governo da coligação SPD-FDP ampliara nos anos 70, tornou-se por demais oneroso. Além disso, em virtude do elevado custo dos salários, em torno de DM 70,00 (mais de US$ 30,00) por hora, quase o dobro dos EUA e o maior da União Européia, levou as indústrias alemãs a emigrarem para os Estados do extinto Bloco Soviético, cuja conversão à economia de mercado lhes possibilitou dispor de força de trabalho abundante e barata. Desde 1995, a Alemanha perdeu mais de 1 milhão de postos de trabalho, em decorrência da fuga dos investimentos, o que lhe engravesceu ainda mais a crise econômica e social, dado que, com a elevação do número de desempregados para 4 milhões, mais pessoas deixaram de pagar impostos, enquanto os gastos com o pagamento de benefícios - seguro-desemprego e outros - aumentavam. Diante de tais problemas, Schröder, ao assumir o governo em fins de 1998, mostrou-se disposto a cortar US$ 16 bilhões, no orçamento para o ano 2000, a fim de estancar a hemorragia econômica e financeira da Alemanha, ao mesmo tempo em que tratou de aumentar os preços da gasolina, da energia elétrica, impostos e de vários serviços. Estas medidas, bem como seu projeto de redução do papel do Estado na economia de 48% para 40%, concorreram para desgastar em poucos meses a popularidade do governo formado pela coligação Vermelho-Verde, ou seja, pela coalizão SPD-*Bündinis 90/Die Grünen*, sobretudo na zona oriental, onde o PDS, integrados pelos comunistas do antigo SED, tornou-se o segundo partido mais forte, abaixo da CDU, e as tendências extremistas

[152] Drodzdiak, William. Promise of unity eludes a strapped Germany, *International Herald Tribune*, Frankfurt, 4 de outubro de1999, p. 1.

de direita mais se manifestaram. Estes acontecimentos demonstraram que a Alemanha ainda não conseguira sua unificação cultural e a diferença de mentalidade entre os habitantes dos cinco *Neue Länder* orientais e os da Alemanha Ocidental não somente continuava a dividí-la como permanecia profunda, dez anos após a derrubada do Muro de Berlim.

Com tantos problemas econômicos e políticos, a Alemanha começou a afigurar não mais um fator de estabilidade, mas de instabilidade, em virtude de sua posição geostratégica, rodeada, no centro da Europa, por nove Estados, e com uma economia duas vezes maior do que a da Grã-Bretanha. Sua débâcle econômica, ao provocar internamente graves perturbações sociais e políticas, arrastaria inevitavelmente uma série de outros países, com as piores conseqüências para a estabilidade de toda a Europa. O outro cenário que se desenhou, particularmente em Paris, foi o de que a Alemanha, premida por seus problemas internos, pudesse outra vez inflectir para o nacionalismo e, modificando sua política exterior, buscasse o *Sonderweg*, constituindo o grande problema para a Europa, a partir do ano 2000. Maurice Druon, secretário perpétuo da Academia Francesa, previu para o ano 2009 novo confronto, embora não de caráter militar, entre a Alemanha e a França.[153] Ele não foi o único na França a acusar a Alemanha de evoluir na direção de uma política imperial e hegemônica. Pierre Marion, que atuara como chefe do Serviço de Inteligência do governo Mitterand, afirmou que a reunificação levou a Alemanha a pretender dominar a Europa, mediante o sistema federativo da União Européia, por ela controlado e no qual a França submergiu.[154] Também o ex-deputado Alain Griotteray, no livro *Voyage au bout de l'Allemagne*, observou que a Alemanha apenas se tornou mais pacífica, mas não menos perigosa, e Philippe Delmas publicou um livro, já a prever, no título, *La prochaine guerre avec l'Allemagne.*[155] Essas e outras críticas,

---

[153] Vinocur, John. A widening Franco-German rift? *International Herald Tribune*, Frankfurt, 5 de outubro de 1999, p. 1.

[154] *Ibid.*

[155] *Ibid.*

conquanto reproduzissem argumentos da extrema-direita contrária à unificação da Europa, refletiram a percepção de que os vínculos estreitos entre Alemanha e França, estabelecidos por Adenauer e De Gaulle, e consolidados ao tempo de Kohl e Mitterrand, começaram a enfraquecer-se. Na verdade, porém, provável não era que tal entendimento se empalidecesse, sobretudo quando certo agastamento já se manifestava na Alemanha *vis-à-vis* dos EUA, cujo governo, depois da Guerra Fria, passara a comportar-se como senhor do universo e deixara de consultar seus aliados na Europa, como freqüentemente o fizera no passado. Da aliança com a França, mais do que com a duvidosa Grã-Bretanha, a Alemanha necessitava para a conformação do futuro Estado europeu, do qual ela própria configurava o *hard core*. Conforme a politóloga norte-americana Elizabeth Pond observou, a Alemanha, "*denationalized and descentralized*", estava melhor colocada do que a França e a Grã-Bretanha para entrar nos anos 90.[156] Esta posição lhe permitiria implementar o projeto do Estado europeu, encapado pelo Tratado de Maastricht, uma vez que sua consecução sempre dependera de uma Alemanha sólida e auto-confiante, capaz de estabelecer a agenda com seus principais parceiros, França e Grã-Bretanha. De fato, a Alemanha começara a desnacionalizar-se, devido, inclusive, ao impacto da imigração, e modificou-se, no curso do decênio, após a derrubada do Muro de Berlim, transformando-se, virtualmente, em um Estado multicultural, com uma população composta por cerca de 10% de estrangeiros. Mas, apesar da reunificação, ela se conservou dividida, sobretudo porque a diferença de mentalidades entre os habitantes nascidos e criados na RDA e na RFA não desapareceu. As eleições e as pesquisas de opinião, realizadas em 1999, demonstraram que o PDS (ex-comunista) cresceu e se tornou o segundo maior partido, abaixo da CDU, nos cinco novos *Länder*, os que formaram a extinta RDA, ao contrário do que se verificou nos antigos *Länder* da RFA. Este problema se agravou, nos anos 90, em virtude da crise econômica, que elevou os índices de desemprego,

[156] Pond, 1990, p. 67.

afetando particularmente a população da extinta Alemanha comunista, que conquistou a liberdade política, mas perdeu a tranqüilidade social. O mesmo aconteceu nos demais países do Leste Europeu. Após selecionar apenas cinco - República Tcheca, Estônia, Hungria, Polônia e Eslovênia - como candidatos ao ingresso na União Européia, a Comissão Européia decidiu, em meados de outubro de 1999, iniciar negociações com todos os demais integrantes do extinto Bloco Soviético. E esta mudança de política se deveu, sobretudo, à crescente preocupação com as conseqüências que a transição do comunismo para o capitalismo estava a produzir naqueles países, onde os povos, não obstante os ganhos com a democracia, passaram a sofrer uma crise social de enormes proporções, sem precedentes, chegando ao ponto de gerar enorme desencanto e arrefecer o entusiasmo pela Europa. A Alemanha, sobretudo, compreendeu a dimensão da ameaça e dos riscos subjacentes em tal situação. Mas suas ambições políticas e seu futuro, como potência, passaram a depender, naturalmente, de sua capacidade de superar, antes de tudo, os desafios internos, reorganizar a própria economia e manter sua segurança social, sem o que ela não teria nem meios nem condições de assegurar a estabilidade de outros Estados, além de suas fronteiras, nem de exercer a hegemonia na Europa unificada.

Bibliografia

Ambrose, Stephen E. - Rise to Globalism - American Foreign Policy since 1938, *Nova York, Penguin Books, 1985.*

Andert, Reinhold & Herzberg, Wolfgang - *Der Sturz - Erich Honecker im Kreuzverhör*, Berlim, Aufbau-Verlag Berlin und Weimar, 1991.

Bach, Jonathan P. G. - *Between Sovereignty and Integration - German Foreign Policy and National Identity*, Nova Yorka, Lit Verlag/ St. Martin's Press, 1999.

Banchoff, Thomas - *The German Problem Transformed - Institutions, Politics and Foreign Policy, 1945-1995*, Michigan, University of Michigan Press, 1999.

Barbosa, Ruy - *Obras Completas - A Segunda Conferência da Paz*, vol. XXXIV - 1907, Tomo II, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1966.

Benecke, Dieter W - Domitra, Michael - Grabendorf, Wolf - Mols, Manfred - *Las Relaciones de la República Federal de Alemania con América Latina: Situación Actual y Recomendaciones*, ADLAF (Asociación Alemanha de Investigación sobre América Latina) - Instituto de Investigaciones Cientígicas/Fundación Friedrich Ebert, Bonn, 1984.

Borovsky, Peter - *Deutschland 1945-1969*, Hannover, Fackelträger, 1993.

Dennis, Mike - *German Democratic Republic - Politics, Economics and Society*, Londres, Pinter Publisher Limited, 1988.

Deutsch-Franosischen Institut Ludwigsburg - *Deutschland-FrankReich - Ein neues Kapitel ihrer Geschichte - 1948 - 1963 - 1993*, Duisburg, Europa Unin Verlag, 1993.

Durán, Esperanza - *European Interests in Latin America*, Londres, The Royal Institute of International Affair - Routledge & Kegan Paul, 1985.

Friedriech Ebert Stiftung (Hrgs.) - *Die Nationale Volksarmee da DDR - Preussisch in der Form, Kmmunistisch Inhalt*, Bonn, Verlag·Neue Geseekschaft GmbH, 1986.

_____. *Forum Deutsche Einheit* - Aktuelle Kurzinformatonen, n° 8/9.

Gaddis, John Leis - *We now know - Rethinking the Cold War History*, Nova York, Clarendon Press - Oxford, 1997.

Genscher, Hans-Dietrich - *Unterwgs zur Einheit*, Berlim, Siedler Verlag, Sonderdruck des Auswärtiges Amt, 1991.

Gordon, Philip H. - *Die Deutsche-Französische Partnerschaft und die Atlantische Allianz*, Bonn, Forschungsinstitut der Deutschen Gesellschaft für Auswäatige Politik e. V., April 1994.

Hanrieder, Wolfram F. - *Deutschland-Europa-Amerika - Die Außenpolitik der BDR - 1949-1989*, Munique-Viena, R. Oldenburg Verlag, 1991.

_____. *Germany, America, Europe - Forty Years of German Foreign Policy*, New Haven-Londres, Yale University Press, 1989.

Hilferding, Rudolf - *Das Finanzkapital*, Band I und II, Frankfurt/Main - Köln, Europäische Verlagsanstalt, 1968.

Hobsbawm, Eric - *Age of Extremes - The Short Twentieth Century - 1914 - 1991*, Londres, Abacus, 1994.

Jäger, Wolfgang - *Die Überwindung der Teilung - Der innerdeutsche Prozeß der Vereinigung 1989/90*, Band 3 - *Geschichte der deutsches Einheit* (vier Bänden), Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, 1998.

Jakowlew, Alexandre - *Ce que nous voulons faire de l'Union Sovietique - Entretien avec Lily Marcou*, Paris, Éditions du Seuil, 1991.

Jarausch, Konrad H. - *The Rush to German Unity*, Nova York-Oxford, Oxford University Press, 1994.

Kaiser, Karl & Maull, Hans W. (Hrsg.) - *Deutschlands neue Außenpolitik*, Band 1 und 2, Munique, Forschungsinstitut der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik/ R. Oldenburg, 1994.

Kaiser, Karl & Schwarz, Hans-Peter (Hrgs.) - *Die neue Weltpolitik*, Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 1995.

Kohl, Helmut (Dargestellt von Kai Dickmann und Ralph Georg Reuth) - "*Ich wollte Deutschlands Einheit*", Berlim, Ullstein, 1998.

Kosthorst, Daniel - *Brentano und die deutsche Einheit: die Deutschland und Ostpolitik des Außenministers im Kabinett Adenauer - 1951 - 1961*, Düsseldorf, Droste, 1993.

Krenz, Egon - Wenn Mauern Fallen - *Die Friedliche Revolution - Vorgeschichte-Ablauf-Auswirkungen*, Viena, Paul Neff Verlag, 1990.

Laschet, Armin & Pappert, Peter (Hrsg.) - *Ein Kontinent im Umbruch - Perspektiven für eine europäische Assenpolitik*, 1993, Propyläen.

Lilge, Herbert - *Deutschland von 1955-1963 - von der Pariser Verträgen bis zum ende der Ära Adenauer*, Hanover, Verlag für Literatur und Zeitgeschehen, 1965.

Maier, Charles S. - *Dissolution - The Crisia od Communism and the End of East Germany*, Princenton-New Jersey, Princenton University Press, 1997.

Marsh, David - *German and Europe - The Crisis of Unity*, Londres, Mandarin Paperback, 1994.

McCauley, Martin - *Marxism-Leninism in German Democratic Republic - The Socialist Unity Party (SED)*, Londres, School of Slavonic and East European Studies, 1979.

Ménudier, Henri, *La République Fédérale d'Allemagne dans les Relations Internationales*, Bruxelas, Editions Complexes, 1990.

Miller, Susanne/Potthoff, Heinrich - *Kleine Geschichte der SPD - Dartellung und Dokumentation - 1848-1983*, Bonn, Verlag Neue Gesellschaft GmbH, 1988.

Moniz Bandeira, Luiz Alberto - *O Milagre Alemão e o Desenvolvimento do Brasil*, São Paulo, Editora Ensaio, 1994.

_____. *Do Ideal Socialista ao Socialismo Real - A Reunificação da Alemanha*, São Paulo, Editora Ensaio, 1992.

Pfetsch, Frank R. - *Die Außenpolitik der Bundesrepublik - 1949 - 1992*, Munique, Wilhelm Fink Verlag, 1993.

_____. *Die Außenpolitik der Bundesrepublik - Kontinuität oder Wandel nach der Vereinigung,* Working Paper SPS N. 94/15. Florence, European University Institute, 1994.

Pond, Elizabeth - *After the Wall - American Policy Toward Germany*, USA, Twentieth Century Fund, 1990.

Reuth, Ral Georg & Bönte, Andras - *Das Komplot - Wie es wirklich zur deutschen Einheit kam*, Munique, Piper, 1993.

Rosolowsky, Diane - *West Germany's Foreign Policy - The Impact of the Social Democrats and the Greens*, New York- Wesport - Connecticut - London, Greenwood Press, 1987.

Schabowski, Günter - *Das politburo - Ende eines Mythos*, Hamburg, Rowohlt, 1990.

_____. *Der Absturz*, Berlim, Rowohl, 1991.

Schmidt-Eenboom, Erich - *Schnüffler ohne Nase - Der BND - Die Unheimliche Macht im Staate*, Düsseldorf, Econ Verlag, 1993.

Schwarz, Hans-Peter - Adenauer - Der Staatsmann: 1952-1967, Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, 1991.

Schwartz, Thomas Alan - America's Germany (*John McCloy and the Federal Republic of Germany*), Cambridge-Massachusetts-London, Harvard University Press, 1991.

Spittmann, Ilse - *Die DDR unter Honecker*, Colônia, Edition Deutschland Archiv, 1990.

Vogel, Bernhard - *O Engajamento Internacional das Fundações Políticas Alemãs*, Centro de Estudos/Konrad Adenauer Stiftun, São Paulo, 1992.

Werth, Alexander - *De Gaulle*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

Wolffsohn, Michael - *West-Germany's Foreign Policy in the Era of Brandt and Schmidt - 1969 - 1982 (An Introduction)*, Frankfurt/ M-Bern-New York, Verlag Peter Lang, 1986.

Zelikow, Philip & Rice, Condoleezza - *German Unified and Europe Transformed - A Study in Statecraft*, Cambridge, Harvard University Press, 1997.

Zunker, Albrecht (Hrsg.) - *Welordnung oder Chaos*, Baden-Baden, Nomos Verlasgesellschaft, 1993.

A Política Econômica Externa da Alemanha (1945 a 1989 e 1989 até hoje)

*Theotonio dos Santos**

Os efeitos econômicos da derrota militar

A economia alemã apresenta características muito especiais que decorrem de um conjunto de circunstâncias históricas que situa este país numa posição particular dentro do sistema econômico mundial.

Em primeiro lugar, é necessário considerar os efeitos econômicos da Segunda Guerra Mundial. O efeito dos bombardeios norte-americanos foi extremamente devastador, sobretudo sobre Itália e Alemanha. A ofensiva da infantaria soviética pelo Oriente teve conseqüências profundas.

A derrota alemã, depois de uma resistência suicida, terminou por devastar a economia deste país. É necessário lembrar que a devastação foi muito mais profunda na zona de ocupação soviética.

De fato, até 1953, a Alemanha Federal não recuperou os níveis de seu produto interno bruto, alcançados em 1944. Esta foi uma situação comum a outros países involucrados mais diretamente na guerra.

Mas, em geral, os outros países já haviam alcançado os níveis de pré-guerra em 1950. Isto não significava, contudo, um avanço muito significativo.

É importante considerar um fato poucas vezes evidenciado. Os níveis econômicos alcançados antes da Segunda Guerra, ou em seu início, eram, em geral, os mesmos do período posterior à Primeira

* Professor da Universidade Federal Fluminense - UFF

Guerra Mundial, pois a Europa viveu um longo período recessivo de 1918 até 1940-45.

Durante este longo período recessivo (equivalente a uma fase b do ciclo longo de Kondratiev) produziram-se importantes mutações ideológicas e graves fenômenos sociais que fizeram dos anos 20 e 30 um dos períodos mais criativos de nosso século. Neste período, a Alemanha ocupou sempre um papel central como potência alternativa à hegemonia inglesa em decadência ou à potência norte-americana em expansão.

A República de Weimar e o Terceiro Reich nazista foram opções radicais de influência internacional.

Vejamos, pois, como se comportou a economia alemã neste convulsionado período:

Se utilizarmos os dados de Angus Madison (que será nossa principal referência, pois, seguramente são os mais confiáveis, consistentes e gerais sobre as principais variáveis macroeconômicas) em sua obra fundamental *La economia mundial - 1820 - 1992. análisis y estatísticas*, OCDE, 1995 (1ª edição em espanhol em 1997), veremos que o Produto Interno Bruto (PIB) da Alemanha (medido em dólares Geary-Khamis de 1990) manteve-se num patamar equivalente aos valores que havia alcançado em 1913 até os anos 50, como conseqüência de todos estes fatores históricos que destacamos.

Segundo estes dados, em 1913, o Produto Interno Bruto da Alemanha havia alcançado 145.068 dólares Geary-Khamis 1990.

Em 1919, o PIB alemão havia caído para 104.024 dólares. Somente em 1925, vai-se recuperar o patamar de 1913, chegando o PIB deste país a 149.420.

A recuperação econômica iniciada em 1925-26 elevou o PIB alemão a 175.989 dólares em 1929.

Com a crise geral iniciada em 1929, o PIB irá cair novamente mas nunca abaixo do nível de 1913. De fato, em 1932, o PIB alemão chega a 134.623 dólares Geary, iniciando-se uma recuperação a partir de 1933.

No período nazista, o PIB alemão alcança uma recuperação impressionante, que se estende até os anos da guerra, mostrando o papel fundamental dos gastos militares na recuperação das economias capitalistas contemporâneas.

De fato, no auge da guerra, em 1944, o PIB alemão alcançava os 273.744 dólares. Ele só era inferior à Inglaterra, com 346.574 dólares, e aos Estados Unidos, com 1.715.583.

Contudo, a destruição causada pela guerra rebaixará o PIB alemão a níveis inferiores aos de 1913. Em 1946, a economia alemã retrocedia a um PIB de 115.619 dólares.

Como dissemos, somente em 1953, esta economia alcançará os níveis de produção de 1944, quando produzirá um PIB de 279.256 dólares.

Para muitos autores e para a opinião pública da época, esta recuperação equivalia a um verdadeiro "milagre" econômico.

O mesmo termo foi usado para a recuperação japonesa, e posteriormente para alguns períodos de crescimento de países chamados "em desenvolvimento" como México e Brasil ou o famoso milagre asiático.

Os dados revelam, contudo, que o milagre alemão era sobretudo um esforço de recuperação de capacidade instalada anteriormente. Contudo, ao fazer-se num patamar tecnológico superior, determinado pela revolução científico-técnica, iniciada em 1940, esta recuperação anunciava um longo período de crescimento econômico que se estende até o final da década de 1960.

O período de pós-guerra propiciará, contudo, um tipo de economia totalmente nova para a Alemanha. Em vez de uma economia altamente militarizada e voltada para seu mercado interno, desenvolveu-se uma nova

economia alemã cercada pelas conseqüências da derrota militar e do rendimento incondicional.

Por outro lado, a Alemanha dividiu-se em dois Estados e duas economias distintas. Uma parte sob a ocupação ocidental e outra sob a ocupação soviética.

De agora em diante, quando nos referirmos à Alemanha, estaremos nos referindo aos dados sobre a República Federal Alemã, sob ocupação ocidental, bastante mitigada na década de 1960.

Na RFA, cortou-se drasticamente o gasto militar e iniciaram-se as condições para uma economia exportadora que deverá consolidar-se na década de 1970 como veremos logo adiante.

Nos Quadros I, II, e III que organizamos, a partir de dados do FMI (*Estadisticas Financieras Internacionales.* 1979 e 1998), pode-se apreciar mais em detalhe o movimento do PIB alemão entre 1950 e 1997, tanto em marcos como em dólares.

Mas estes dados serão discutidos mais em detalhe quando analisarmos a evolução da economia alemã nos períodos mais recentes.

Pelo momento devemos reter a idéia de que se consolidou uma tendência para o crescimento da economia alemã até o final dos anos 60.

A partir do final desta década, começam a manifestar-se outra vez as dificuldades de crescimento, resolvidas de maneira aparentemente definitiva, na década de 1980, através do desenvolvimento de uma economia exportadora.

Contudo, veremos também os limites desta economia exportadora, seja porque ela produziu um excedente financeiro que terminou provocando mudanças estruturais na economia alemã na direção de um superdimensionamento deste setor.

Contudo, ela foi a chave do "milagre" alemão e da unificação européia posterior.

A Renda Per Capita e a Riqueza Crescente

Antes de analisarmos o papel do setor exportador na estruturação da nova economia alemã, devemos dedicar algumas considerações à evolução da renda *per capita*, pois tivemos importantes mudanças demográficas durante os anos que precederam o período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Entre outros fenômenos, prevalece o papel das duas guerras mundiais que provocaram tremendos morticínios e a conseqüente variação da população.

Segundo as estimativas de Angus Madison no mesmo livro, as variações de fronteira ocupam também um papel muito importante nos cálculos econômicos.

No caso alemão, estas variações são muito dramáticas.

As fronteiras de 1913 apresentaram uma população de 66.978.000 habitantes. Nas fronteiras de 1990, encontraríamos uma população de 37.843.000 habitantes.

Já em 1938, as fronteiras alemãs incluíam 68.558.000 de habitantes, nas fronteiras da RFA em 1990, existiam 42.990 milhões de habitantes.

Em 1992, com a unificação alemã, este país teria 80.576.000 habitantes, dos quais a RFA tinha 64.846.000 habitantes.

Tais variações tornam muito difíceis os cálculos da renda *per capita*.

Contudo, Angus Madison pôde estabelecer alguns números bastante confiáveis, entre 1820 e 1992.

Se considerarmos as fronteiras "reais" da Alemanha, sua população variou de 11 milhões em 1820, 39 milhões em 1870, 56 milhões em 1900, alcançando 66 milhões em 1913.

Em 1929 encontramos uma população inferior a 64 milhões. Em 1950 ela diminuirá para 50 milhões, retornando a 62 milhões em 1973 e 80 milhões em 1992, durante a reunificação. Neste momento, a população da RFA era de 64 milhões.

No que se refere à renda *per capita* (PIB *per capita* em dólares de 1990) a Alemanha vem de um PIB *per capita* de 1.058 dólares em 1820, passando a 1.821 dólares no período de Bismarck, em 1870.

Em 1900, na *Belle Epoque*, chegará a 2.983 dólares e nas vésperas da Primeira Guerra Mundial chegará a 3.648 dólares.

Em 1929, o PIB *per capita* da Alemanha real será de 4.225 dólares.

A queda do pós-guerra será recuperada em 1950 com um PIB *per capita* de 4.281 dólares. Já em 1973, sob o efeito do "milagre" econômico, encontraremos um PIB *per capita* de 13.152 dólares.

Em 1992, durante a unificação, este PIB será de 16.860. Se nos restringirmos às fronteiras da RFA, neste mesmo ano, o PIB *per capita* era de 19.351 dólares.

Trata-se da mais alta renda *per capita* da Europa Central e do Sul, só superada pelos países nórdicos.

É necessário lembrar também que, nestes anos do pós-guerra, a Alemanha supera o PIB *per capita* inglês, que era superior ao de toda a Europa até 1950.

Em resumo, podemos concluir que a economia alemã foi extremamente bem sucedida no período do pós-guerra, conseguindo superar a economia inglesa e afirmando sua superioridade produtiva sobre o resto da Europa.

Esses fatos vão ser extremamente importantes para a configuração da unidade européia, mas se ligam inevitavelmente às mudanças estruturais da economia alemã no pós-guerra, entre os quais ressalta sua conversão numa importante economia exportadora.

O surgimento de uma economia exportadora

Como resultado das dificuldades de continuar um crescimento regular da produção no final dos anos 60, a Alemanha se converteu em uma grande potência exportadora na década de 1970, abandonando a tradição de um país voltado para seu mercado interno.

Segundo estimações de Madison (Op. Cit. p. 326) sobre o volume mundial das exportações entre 1870 e 1992, a Alemanha exportou em milhões de dólares a câmbio corrente:

424 milhões em 1870;
2.454 milhões em 1913;
3.212 milhões em 1929;
1.993 milhões em 1950;
67.563 milhões em 1973 e
422.271 milhões em 1992.

Pode-se apreciar assim, o salto que representou a conversão da Alemanha em grande exportadora mundial, o que se torna ainda mais evidente quando comparamos estes dados com a situação de outros países que desempenharam um papel significativo no comércio mundial.

Se compararmos estes dados com a Inglaterra, que ocupou por tantos anos a liderança do comércio mundial, veremos que ela parte de um volume de exportações correspondente ao dobro da Alemanha em 1870 (971 milhões de dólares).

Esta proporção se amplia em 1950, quando a Inglaterra exportava 6.325 milhões de dólares, mais de três vezes o volume das exportações alemãs no mesmo ano.

Já em 1973, as exportações inglesas representavam menos da metade das alemãs (29.632 milhões de dólares) proporção que se manterá em 1992 (190.000 milhões de dólares).

Mesmo os Estados Unidos, cujas exportações representavam o triplo das exportações alemãs em 1950 (10.282 milhões de dólares), quase igualará as exportações alemãs em 1973 (71.404 milhões de dólares) e em 1992 (448.000 milhões de dólares).

É interessante considerar também o crescimento das exportações japonesas que parte dos inexpressivos 15 milhões de dólares em 1870 para 315 milhões em 1913, 969 milhões em 1929, 825 milhões em 1950.

Mas na década de 1970, o Japão já havia alcançado 37 bilhões de dólares de exportações, e, em 1992, já se aproximava da Alemanha e dos Estados Unidos com 339 bilhões de dólares a taxas de câmbio correntes.

Se tomarmos os dados sobre a balança comercial alemã - que se encontram em nosso Quadro IV (preparados a partir dos anuários do FMI sob o título de *Estadisticas financieras internacionales*, 1979 e 1998) - veremos claramente esta evolução (veja também o Gráfico V):

- Em 1949, a Alemanha apresentava um saldo comercial negativo e um pequeno volume de exportações e inclusive de importações.

- Somente em 1960, as exportações vão superar o limite de um dígito. Em 1970, elas irão dobrar.

- Entre 1970 e o final da década, elas já cresceram cinco vezes. Entre 1980 e 1997 elas aumentaram duas vezes e meia.

É importante constatar que, mesmo depois de uma queda das exportações em 1993, diante da valorização do marco, ou melhor, diante da desvalorização do dólar, as exportações vão continuar crescendo nos anos seguintes até o momento atual.

A situação é, contudo, diferente quando olhamos as importações.

Neste mesmo período, as importações aumentaram muito menos dando origem a um superávit comercial cada vez mais significativo.

As importações superavam as exportações em 1949, mas já em 1952 começavam a ser superadas pelas exportações (3,8 bilhões de importações contra 4,0 bilhões de dólares em 1952.)

Esta tendência se manterá nas décadas de 1950 e 1960 (quando chega a um superávit de aproximadamente 4,2 bilhões de dólares em 1970). Contudo, na década de 1970 chega-se a um superávit de 20 bilhões de dólares em 1978.

Depois de algumas vacilações, o superávit salta para 54 bilhões de dólares em 1986 e se mantém neste patamar depois dos retrocessos ocorridos durante a crise de 1991-3.

Desta maneira, podemos considerar como um novo patamar o superávit comercial alemão alcançado em 1986 em 54 bilhões de dólares anuais.

O fato de que este patamar que começa a ser questionado em 1991 e 1992, quando o governo dos EUA partiu para uma política de desvalorização do dólar e recuperação de sua balança comercial, não alterou substancialmente a situação.

Pouco a pouco, foram-se recuperando as exportações, e o superávit comercial alemão, chegou a 70 bilhões de dólares em 1997.

Mas a crise dos anos 91-93 teve reflexos importantes.

É compreensível, que a Alemanha venha orientando cada vez mais suas exportações comerciais e seu movimento de investimento para a Europa.

Esta região representa um mercado mais estável e mais gerenciável pelo governo e os empresários alemães.

Isto explica muito claramente a importância que representa para a Alemanha a Comunidade Européia e a retomada das negociações para apressar o processo de integração exatamente no final da década de 1980,

quando se anuncia a possibilidade de uma escassez de recursos dos Estados Unidos para manter seu déficit comercial e para ampliar indefinidamente seu endividamento.

Deve-se lembrar também a importância da expansão para o mercado da Europa Oriental, que inclui a incorporação da Alemanha Oriental como parte da economia alemã.

Este tema será objeto de análise em outra parte deste trabalho mas desde agora devemos assinalar sua importância para a compreensão desta nova fase da política externa alemã.

A inflexão européia

Como vimos, a compreensão dos limites para a exportação dirigida aos Estados Unidos e dos financiamentos indefinidos de um superávit tão grande chama a atenção dos industriais alemães para sua missão européia.

Os dados nos mostram claramente esta inflexão da economia externa alemã.

Outra vez devemos analisar as informações do FMI, desta vez tomemos os Quadros VI, VII, VIII e IX que organizamos a partir dos dados do FMI.

Vejamos estas informações mais em detalhe. Tomemos primeiramente os dados sobre os principais países exportadores para a Alemanha (quadros VI e VII):

É necessário iniciar esta análise com um fato fundamental:

No período de pós-guerra os Estados Unidos se converteram no principal exportador para a Alemanha.

Neste período, suas exportações eram sete vezes maiores que as do segundo exportador nacional mais importante que era a Holanda.

Em 1949, as importações alemães dos Estados Unidos eram de 737,523 milhões de dólares e da Holanda de 114,542 milhões de dólares.

Nos anos seguintes, os EUA continuaram a ser um exportador importante, mas cada vez mais secundário em relação à França, à Holanda, à Itália, e até mesmo o Reino Unido, que representava uma parte mínima das importações alemães depois da Segunda Guerra Mundial.

Contudo, no que respeita às exportações alemãs, o mercado dos Estados Unidos representavam uma parte mínima das mesmas. Seguramente, a indústria alemã de pós-guerra tinha muito pouco que oferecer ao gigante americano vitorioso não só militar, mas sobretudo economicamente.

A Alemanha exportava, em 1949, 43,225 milhões de dólares para os Estados Unidos, 160,703 milhões de dólares para a França e 103 milhões de dólares para o Reino Unido e 99,809 milhões para a Holanda, onde o Porto de Rotterdam deve representar um papel importante, sobretudo nos anos posteriores.

Na verdade, estas tendências vão continuar a apresentar-se, mas somente em parte.

A França, e a Holanda por exemplo, vão continuar a representar os principais mercados para as exportações alemães, mas os Estados Unidos ocuparam tranqüilamente o segundo lugar já nos anos 50, em detrimento do Reino Unido que só recuperará sua importância em 1978, chegando a igualar e até superar os EUA na década de 1980.

A Itália é outro importante mercado para os produtos alemães, desde o pós-guerra até o presente, ela se mantém próxima em valor ao mercado norte-americano.

O Japão tem se mantido como um mercado pouco importante para as exportações alemãs, em torno de 10 bilhões de dólares anuais na década de 1980 e 14 bilhões em 1996.

Contudo, a situação é diferente quando vemos o papel exportador do Japão para a Alemanha.

De um exportador marginal nos anos de pós-guerra (1 milhão de dólares em 1949) seu volume de exportações se aproxima dos Estados Unidos, em 1986, e mantêm um alto volume de exportações, como vimos.

Apesar disto, o Japão mantém um comércio deficitário com a Alemanha, apesar de que ocorrem excepcionalmente alguns superávits.

Havia que destacar contudo, o caso brasileiro. O Brasil foi sempre um importante exportador para a Alemanha.

Em alguns anos, chegou a apresentar superávits no seu intercâmbio comercial com a Alemanha, mas pode-se concluir que vem perdendo posição relativa no comércio com este país, tanto na condição de exportador como de importador.

Isto pode ser explicitado claramente quando comparamos as exportações do Brasil com as do Japão.

Em 1949 o Brasil exportava 23 milhões de dólares para a Alemanha e o Japão 1 milhão.

Até 1964 o Brasil ainda exportava mais que o Japão (176 milhões contra 158 milhões). De lá para cá, o Brasil distanciou-se totalmente do Japão.

Em 1996 as exportações brasileiras representavam 3,2 bilhões de dólares enquanto as japonesas chegaram aos 22,6 bilhões de dólares.

E é preciso destacar também que as importações brasileiras tendem a crescer muito mais que as exportações tornando-se permanentemente um devedor da Alemanha.

O Brasil manteve-se como um importador discreto da Alemanha em todos os anos até 1993 quando ultrapassa a barreira dos 2 bilhões de

dólares (2.555.660 dólares em 1993) para aumentar suas importações da Alemanha a 3,1 bilhões em 1994, 5,0 bilhões em 1995 e 4,7 bilhões em 1996.

No conjunto, podemos ver que as exportações alemães para os Estados Unidos tornaram-se extremamente importantes nas décadas de 1960 a 1980, mas foram perdendo importância relativa na década de 1990 a favor da França (56 bilhões de dólares em 1996), Reino Unido (40 bilhões no mesmo ano), Holanda (38 bilhões) e Itália (38 bilhões). Neste mesmo ano de 1996 os Estados Unidos importaram 39,9 bilhões da Alemanha.

Se observarmos a importância crescente das importações alemães dos demais países europeus, estabeleceremos um quadro econômico internacional no qual a Alemanha vai-se orientando cada vez mais para sua articulação econômica com a Europa, sobretudo no plano comercial, já que não analisamos com o mesmo detalhe o plano financeiro.

A Posição Geográfica Do Movimento Financeiro

Se analisarmos mais em detalhe os investimentos alemães por regiões vamos encontrar tendências similares.

Isto é particularmente verdade no que se refere ao período posterior à unificação das Alemanhas, quando a RFA teve que orientar aproximadamente 600 bilhões de dólares para financiar a integração. Mas este dado não aparece no fluxo de investimentos externos.

No mesmo sentido, está a orientação dos marcos alemães para a União Soviética no princípio da década de 1990, tendo-se comprometido a investir 200 bilhões de dólares neste país, em troca do apoio soviético à unificação alemã.

É assim que o Quadro 2 do artigo de Carlos A. Rizo sobre "*México en la globalización del capital alemãn*" em *Regionalización del mundo:*

la Unión Europea y América Latina, UNAM: México, 1998; tem como título "*RFA: cambio estrutural de la inversión estranjera*".

Destes dados podemos depreender as seguintes conclusões:

- Entre 1981 e 1985 os países desenvolvidos representavam 82,9% dos investimentos estrangeiros alemães no valor de 8,35 bilhões de dólares.

- Os países em vias de desenvolvimento recebiam 17,1% destes investimentos e a Europa do antigo bloco soviético representavam quase 0.

- No período 1986-88 os países desenvolvidos recebem uma parte ainda menor destes investimentos, voltados sobretudo para a compra de bônus do governo norte-americano, como veremos em seguida.

- A porcentagem dos investimentos alemães para os países desenvolvidos chega a 94,8%.

- Entre os países em desenvolvimento, a América Latina perdeu posição para a Ásia que atinge uma proporção bem alta, chegando a 73,7% dos investimentos para as economias em desenvolvimento.

- De 1989 a 1992, começam as mudanças que se aprofundarão na década de 1990. Os investimentos para os países desenvolvidos continuam altos (92,2%). Mas os países em desenvolvimento começam a ceder lugar para os países da Europa do antigo bloco soviético (4,7% para as economias em desenvolvimento e 3,1% para a Europa Oriental).

- Entre as economias em desenvolvimento se restabelece um fluxo para a América Latina (52,4%) e mantêm-se um fluxo importante para a Ásia (37,2%).

- Entre 1995 e 1996 os países desenvolvidos perdem importância relativa (79,5%) em favor da Ásia (73,5% dos 11,3% de investimentos para os países em desenvolvimento) e para os países da Europa Oriental que alcançava 9,1% das inversões.

Se adotamos um critério de distinção dentro dos países desenvolvidos, entre Estados Unidos e Europa veremos que:

- Entre 1980-89 os fluxos de capital para os Estados Unidos chegaram a 51,538 bilhões de marcos ou 41,1% destes investimentos. Ao mesmo tempo, a Europa no seu conjunto recebia 54,19 bilhões de marcos ou 43,1%. Já em 1995-96, os fluxos de capitais para os Estados Unidos somaram 17,445 bilhões de marcos ou 19,17% do conjunto do fluxo de investimentos externos alemães.

- Neste mesmo período, a Europa absorvia 68,76% ou 62,563 bilhões de dólares.

Estes dados confirmam a inflexão européia que assinalamos no item anterior e nos conduz para uma nova seção deste trabalho, dedicado a aprofundar as conseqüências destes câmbios estruturais na economia exterior alemã.

A crise da economia exportadora

Como vimos, mudanças econômicas e políticas determinam uma nova orientação para a economia exportadora alemã.

Entre 1991 e o presente há duas tendências em disputa.

De um lado, está uma retomada do comércio e dos negócios com a Europa, particularmente uma expansão do comércio com a Europa Ocidental, e uma diminuição do comércio com os Estados Unidos, devido à desvalorização do dólar, adotada estrategicamente no princípio da década de 1990, como mecanismo de recuperação das contas comerciais dos EUA.

Por outro lado, esta política de desvalorização não se manteve estável. A necessidade de atrair capitais do exterior para cobrir o déficit comercial, conduz o FED a elevar a taxa de juros.

Por outro lado, a valorização da bolsa de valores em Wall Street também atrai capitais do exterior.

Tudo isto provocou as vacilações da política cambial norte-americana que leva à revalorização do dólar em 1997 e à desvalorização do euro (moeda européia gerada no contrapé da crise do dólar, mas logo desvalorizada).

Ambas se deram juntamente com a desvalorização das moedas asiáticas durante a crise de 1996-99.

A desvalorização do euro passou a ser uma condição para manter a competitividade alemã diante de uma ameaça asiática cada vez mais séria.

A Europa se vê na necessidade de competir com a Ásia na disputa de mercados mundiais, particularmente o norte-americano.

Estas oscilações cambiais permitiram recuperar em parte, em 1999, as exportações européias e asiáticas para os Estados Unidos, mas elevaram dramaticamente o déficit comercial norte-americano que retorna aos níveis de 1980 (acima de 200 bilhões de dólares anuais).

Muitos economistas pretendem que um déficit cambial tão grande não é problema para um país que dispõe do poder de emissão de uma moeda internacional.

Eles se esquecem que este aumento do volume de moeda provocaria uma inflação mundial que debilitaria o dólar.

De qualquer forma, um déficit comercial permanente ou duradouro é uma ameaça grave que terá de ser financiada via utilização das reservas, emissão de moeda ou via importação de capital, ou ainda, desnacionalização da economia.

Todas estas hipóteses não são muito agradáveis para uma economia que pretenda exercer a hegemonia mundial.

Podemos constatar, portanto, que deverá haver um movimento de ajuste cambial nos próximos anos que envolverá a Alemanha (e agora

toda a Europa do euro), o Japão (cada vez mais comprometido com as economias do sudeste asiático e particularmente a China) e os Estados Unidos (cujos movimentos cambiais afetam diretamente não somente o Nafta mas toda a região da futura ALCA que tende a dolarizar suas moedas cada vez mais).

O recente fracasso da reunião de Seattle que dava origem a uma nova rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio mostra a complexidade deste ajuste entre interesses tão contraditórios.

A negociação deverá decidir quem ganha e quem perde neste jogo, no qual os elementos dinâmicos estão representados por aquelas economias e sociedades que consigam avançar mais rápida e qualitativamente no domínio da inovação tecnológica, do conhecimento e da informação.

Esta problemática nos leva imediatamente à relação entre a questão das moedas regionais e a questão cambial, no momento em que o dólar começa a sentir a concorrência do yen e do euro, que tem como base o marco alemão.

Neste aspecto, há algo extremamente importante que assinalar: a expansão exportadora da Alemanha se realizou sem uma desvalorização cambial. Ao contrário: no auge desta expansão exportadora o marco se valorizou drasticamente, como se pode apreciar nos Quadros X e XI.

O mesmo aconteceu com o yen japonês, como se pode ver no Gráfico XII. Em ambos os casos o "*boom*" exportador não cedeu, apesar da valorização de suas moedas.

Se observarmos o Quadro X sobre as taxas de câmbio do marco, do yen, do franco francês e da libra esterlina em relação a US$ 1, que preparamos a partir dos dados do FMI, podemos compreender a dimensão deste aparente mistério.

Entre 1960 e 1968 o marco manteve-se no patamar de 4,00 marcos por dólar.

Mas a partir deste ano, a valorização do marco é um fato incontestável.

Em 1973, já encontramos o dólar equivalendo a 2,70 marcos, e a partir da virada de 1985, já subiu o valor do marco para 2,46 por dólar.

Não se pode negar a importância deste movimento cambial que se inscreve no quadro do abandono da conversão oficial entre dólar e ouro praticada pelo governo norte-americano.

Eram os primeiros passos da "serpente monetária" que comandará a economia cambial e monetária internacional nas décadas seguintes.

Daí para diante, apesar do superávit comercial do qual já falamos, continua valorizando-se o marco até 1,43 em 1995, com uma pequena recuperação para 1,55 em 1996, e 1,79 em 1997.

Qualquer um pode perceber a gravidade desta situação. Uma apreciação tão alta de uma moeda deveria ter fortes conseqüências negativas para sua posição exportadora.

Contudo, ocorreu o contrário e a Alemanha acumulou superávits comerciais com apreciação cambial pelo menos até 1990.

A criação do euro elevou esta marca para quase 1 euro por dólar. Nada disto impediu complemente o alto valor das exportações.

De fato, em 1989 a desvalorização do dólar afetou as exportações que passaram a oscilar sob a competição dos produtos chineses.

Para enfrentar esta situação, o yen chinês desvalorizou-se substancialmente, produzindo uma vantagem competitiva importante para esta nova potência comercial.

É necessário, contudo, assinalar que a competitividade chinesa não se baseou somente na desvalorização cambial.

Ela se apoiou sobretudo em fortes subsídios ao setor exportador através das zonas livres de exportação, mão-de-obra barata e bem

qualificada, incorporação de tecnologias de ponta em setores tradicionais como confecção, sapatos, tecidos, etc., ademais de uma estratégia mercadológica extremamente agressiva.

Devemos supor que um "*boom*" exportador desta extensão tem origens mais profundas e deve ser analisado com mais cuidado que é o que devemos fazer no próximo item deste trabalho.

Devemos discutir também a possibilidade e a conveniência de manter indefinidamente um superávit comercial tão significativo, sobretudo dirigido para uma só economia cujo déficit permanente gera uma insegurança estrutural em ambas economias.

Razões do "*Boom*" Exportador

Cabe-nos analisar sobretudo a relação desta política exportadora com a estrutura da economia alemã, com o objetivo de determinar as novas configurações estruturais derivadas destas mudanças de política.

Isto nos permitirá também iluminar o debate atual sobre os caminhos estratégicos da economia e da política alemã.

Cabe-nos portanto passar, em seguida, para a análise das razões do "*boom*" exportador.

A definição destas razões pode explicar o sentido das opções tomadas, sua possível reversibilidade ou sua definitiva afirmação como fundamento da política econômica oficial.

Para reafirmar este ponto de vista, devemos analisar com atenção o Quadro XV e o Gráfico 10 que nos permitem avaliar mais em detalhe o papel do setor exportador na economia alemã.

Neles veremos que a participação do comércio exterior (isto é: a soma do valor das exportações com o valor das importações) no produto interno bruto aumentou dramaticamente de 1950 ao presente.

Esta participação era de 20,2% em 1950 e ascendeu para os 30,3% em 1966, chegando a 55% em 1985.

Posteriormente, ela diminuiu para o patamar de 40% na década de 1990, que, como vimos, alterou muitas das tendências anteriores gerando um comportamento errático da economia alemã.

Em 1997, a relação exportação/PIB era de 45,4%, anunciando uma retomada que poderá consolidar-se diante das dificuldades de uma desvalorização do dólar nos próximos meses e anos.

Neste mesmo período, o yen, no Japão, seguiu tendência bastante similar ao marco na Alemanha, enquanto o franco e a lira tendiam à desvalorização com várias oscilações (ver Quadros X, XI, XII, XIII, e XIV).

Como foi possível à Alemanha e ao Japão ampliarem suas exportações e seu superávit comercial, apesar da valorização de suas moedas?

Devemos explorar os vários mecanismos que podem permitir um aumento da competitividade.

Ao renunciar ao mecanismo da desvalorização cambial, caberia analisar a diminuição de custos através da baixa de salários, obtenção de insumos mais baixos ou da inovação tecnológica.

Se examinarmos com cuidado os dados disponíveis, não se pode explicar esta situação somente por uma acentuação da exploração do trabalho.

Apesar dos salários alemães serem mais baixos que os norte-americanos no pós-guerra, eles se elevaram no período posterior.

Como veremos mais detalhadamente a seguir, a Alemanha viveu uma situação de pleno emprego até a década de 1960 e a pressão do movimento sindical organizado por salários foi em geral bem sucedida.

Os fatos trabalhados por Robert Brenner (1998) mostram que os salários reais no setor manufatureiro cresceram nos Estados Unidos entre 1950 e 1973 uma média de 2,6% ao ano. Em seguida, entre 1973 e 1993, este crescimento diminuiu para 0,5%.

Nestes mesmos períodos, os salários reais subiram respectivamente 5,7% e 2,4% na Alemanha.

Se compararmos os salários de todo o setor privado, encontraremos resultados similares nos mesmos períodos: entre 1950 e 1973 temos as taxas de crescimento de 2,7% e 0,2% para os Estados Unidos e 5,7% e 1,9% para Alemanha.

É bom assinalar que o Japão seguiu uma tendência similar. Entre 1950 e 1973, os negócios privados ofereceram um aumento médio de 6,3% dos salários reais. Entre 1973 e 1993 este aumento foi de 2,7%.

Podemos concluir, portanto, que o aumento da produtividade que assegurou os superávits comerciais alemães não se apoiou também numa rebaixa dos custos salariais via diminuição dos salários reais. Ocorreu exatamente o contrário.

Se não diminuiu o custo da mão-de-obra, poderíamos levantar a hipótese de que tenha aumentado a taxa de exploração desta mão de obra através de uma extensão da jornada do trabalho.

Contudo, os dados vão desautorizar esta segunda hipótese.

Ao contrário do que faria supor a hipótese anterior, a jornada de trabalho caiu no período de 2.316 horas/ano em 1950 para 1.804, em 1973, e 1.563 em 1992.

Neste mesmo período, nos Estados Unidos, as horas/ano caíram de 1.876 para 1.717, em 1973 e 1.589, em 1992.

Vemos assim que a jornada de trabalho, média em horas/ano tendeu a igualar-se entre os Estados Unidos e a Alemanha, o que não

favorecia a competitividade alemã do ponto de vista da exploração do trabalho.

É bom lembrar que no Japão também houve uma baixa, apesar de menos acentuada, das horas/ano de trabalho: estas eram, em 1950, equivalentes a 2.166 horas de trabalho por ano; em 1973, o Japão passou a apresentar 2.042 horas-ano; em 1992, o tempo de trabalho anual dos trabalhadores caiu para 1.876 horas/ano.

Estes dados foram recolhidos de Madison (*op. Cit.* p.340) e mostram que a exploração da força de trabalho não pode ser apresentada como o fator diferencial explicativo do aumento significativo da competitividade alemã e japonesa nos anos 70 e 80.

Se olhamos com mais detalhe os dados disponíveis veremos que torna-se claramente sustentável a hipótese que foi o aumento de produtividade, associado, é claro, ao crescimento das inovações tecnológicas incorporadas no período que permitiu este real aumento de competitividade.

Se tomamos a produtividade do trabalho (PIB por hora trabalhada, medida em dólares de 1990 por hora) veremos que os Estados Unidos apresentava em 1950 um valor de 12,66 dólares de PIB por hora trabalhada, havendo avançado para US$ 23,45 em 1973 e US$ 29,10 em 1992.

Neste mesmo período, a Alemanha partia com uma produção por hora trabalhada de US$ 4,37, o que correspondia a um terço da produtividade norte-americana.

Em 1973, a Alemanha já alcançava o valor produzido por hora de trabalho de US$ 16,44 e em 1992, os trabalhadores alemães chegaram a estar próximos à média americana produzindo US$ 27,55 por hora trabalhada.

Neste mesmo período, o Japão saltou de US$ 2,03 como valor criado pela hora trabalhada, em 1950, para US$ 11,15 e US$ 20,02, respectivamente em 1973 e 1992.

O que se pode concluir destes dados é que tanto a Alemanha como o Japão escolheram um caminho virtuoso para suas relações econômicas internacionais nas décadas de 1980 e parte de 1990.

Isto gerou, como vimos, o aumento das exportações e o conseqüente superávit comercial. Mas que efeitos teve sobre suas economias nacionais este comportamento econômico?

Apesar destes resultados positivos em geral, a Alemanha não conseguiu superar alguns fatores de atraso em relação aos Estados Unidos, os países nórdicos, e até mesmo outros países europeus e não-europeus.

Se examinarmos os dados sobre desenvolvimento humano, em 1997, publicados no último informe do PNUD, veremos que a Alemanha não apresenta, neste plano fundamental, os índices correspondentes à sua posição tão importante no comércio mundial.

No que respeita à educação, fator chave para a competitividade na fase atual da revolução científico-técnica, os dados do PNUD situam a Alemanha em 14° lugar.

Em primeiro lugar porque não alcança a universalidade na educação secundária, limitando-se a alcançar 95,3% de estudantes secundários dentro do grupo de idade específico.

Contudo, seu índice de escolaridade nas ciências em porcentagem do total do ensino superior é bastante alto, alcançando 35%. Também é elevada a porcentagem de cientistas e técnicos em investigação e desenvolvimento (I&D): 4,3%.

Contudo, a despesa pública em educação só alcança 4,8% do PIB e 9,5% da despesa pública total.

De fato, a Alemanha se caracterizou nos últimos anos por um desenvolvimento muito menor dos serviços do que as demais economias de ponta.

Enquanto os serviços correspondem a 64% em média do PIB nos países desenvolvidos estudados pelo PIB, a Alemanha apresenta uma porcentagem de 44% dos serviços no PIB.

É bom lembrar que os EUA chegam a ter 71% do PIB formado pelo setor serviços.

Apesar da pouca capacidade explicativa destes dados, eles devem ser considerados para explicar a importância decrescente da Alemanha no comércio de alta tecnologia, recuando para os produtos de média tecnologia.

Esta questão nos conduz a uma nova etapa de nossa pesquisa, sempre buscando apoiá-la nos dados empíricos que possam garantir a fidelidade de nossas conclusões.

Do superávit comercial à bolha financeira

O primeiro tema que nos cabe estudar, se refere, seguramente, aos efeitos da criação dos enormes superávits comerciais da década de 1970 e 1980 em relação à administração destes recursos gerados em anos sucessivos de uma bem sucedida política de exportação.

Que fazer com enormes massas de dólares obtidas com as exportações e que não podem converter-se em importações por razões de política econômica?

Teme-se sobretudo pelo efeito de um aumento massivo de importações sobre a inflação e adotam-se políticas restritivas do consumo.

Se funcionassem os mecanismos do livre comércio, o aumento do superávit geraria reservas crescentes e as reservas crescentes gerariam uma valorização da moeda e esta valorização por sua vez conduziria a um aumento das importações que faria desaparecer o superávit.

Contudo, algo completamente diferente sucedeu, como conseqüência de políticas econômicas claramente desestabilizadas da

economia apesar de se utilizar, em geral, uma linguagem neoliberal que aparenta privilegiar o equilíbrio comercial, cambial e fiscal.

O marco de fato se valorizou mas não ocorreu um aumento das importações nem tampouco uma baixa das exportações.

Desta forma não funcionaram os mecanismos automáticos do mercado tal como suporia a teoria econômica do *main stream*.

Ao contrário, a intervenção estatal continuou e continua fortalecendo as exportações alemãs (este é o mesmo caso do Japão) com subsídios e com medidas para garantir a valorização do dólar, através de ações de seus bancos centrais.

Na verdade, o Banco Central alemão (da mesma forma que o japonês) procurou sempre comprar dólares quando ocorre qualquer desvalorização do mesmo, no intuito de provocar uma escassez de dólares e a conseqüente elevação do seu preço em relação às demais moedas.

Como conseqüência, o superávit comercial alemão se converteu num vício necessário para todos os lados. Há uma expectativa normal de que somente o superávit representa uma situação favorável para os negócios.

As massas de recursos liberados pelo superávit comercial canalizaram-se para inversões em títulos da dívida pública norte-americana.

Desta forma, a economia alemã tornou-se associada à economia norte-americana por dois lados: pelo lado de sua dependência comercial e pelo lado de suas enormes reservas e investimentos em dólares.

Ao mesmo tempo, os bancos alemães, como os japoneses, lançavam novos títulos financeiros tendo como respaldo os títulos do tesouro norte-americano, produzindo uma enorme alavancagem a partir do superávit dos títulos da dívida pública norte-americana.

Para exemplificar esta situação, fizemos um balanço da conta financeira da Alemanha, entre 1971 e 1997, que se encontra no Quadro XVII. A fonte dos dados é o Fundo Monetário Internacional.

Como se pode ver nesse quadro, o saldo da conta financeira oscilou bastante no período. E estas oscilações revelam as dificuldades da gestão destes excedentes que estamos estudando no presente item.

Em 1985, com o surgimento do superávit comercial, a conta financeira acusou a retirada de uma quantia mais ou menos equivalente ao volume em dólares deste superávit para aplicação no exterior.

De fato, o saldo da conta financeira alemã, que chegava a apresentar superávit no princípio da década de 1970 torna-se consistentemente negativo entre 1983 e 1990, no auge dos superávits comerciais.

Em 1986, este déficit ou remessa líquida de recursos financeiros alemães para o exterior, chegou a 36,9 bilhões de dólares.

Em 1988 ele chegou a 67,56 bilhões de dólares, em 1989 e 1990 esteve em 59 bilhões e 54 bilhões respectivamente.

Se olharmos a composição desta conta, veremos que a maior parte dos recursos saiu do país (ou nem chegou a entrar) sob a forma de investimentos de carteira e somente uma parte bem menor assumiu a forma de inversões diretas que predominavam até a metade dos anos 80.

Em 1987, por exemplo, os ativos de investimentos em carteira apresentavam um valor total de 13,76 bilhões de dólares, enquanto o investimento externo saído do país era de 9,76 bilhões.

Já em 1998, os investimentos alemães em carteira no exterior somavam 46,82 bilhões de dólares, enquanto os investimentos diretos ficavam em 12,07 bilhões de dólares.

Se olharmos a conta de ativos dos investimentos em carteira, veremos que os títulos de participação em capitais foram sendo substituídos

pelos títulos de dívida, tal como assinalamos anteriormente. Trata-se da compra de títulos da dívida norte-americana que chegaram a representar:

Em 1987, 13,88 bilhões de dólares;

Em 1988, 30,64 bilhões de dólares;

Em 1989, 21,66 bilhões de dólares;

Em 1990, 16,23 bilhões de dólares;

Depois de uma queda entre 91-93, a compra dos títulos de dívida voltaram a crescer. Assim:

Em 1994, 31,21 bilhões de dólares;

Em 1995, 23,36 bilhões de dólares;

Em 1996, 19,63 bilhões de dólares;

Em 1997, 54,36 bilhões de dólares.

Vê-se que, mesmo com a queda dos juros nos Estados Unidos, os financistas alemães continuaram comprando títulos da dívida norte-americana, em parte porque passaram por uma elevação da taxa de juros neste período, em parte pelo enorme volume de dólares já estabilizados neste momento.

É bom destacar também que os alemães aproveitaram a liquidez para fazer amplos investimentos em carteira, sobretudo a partir de 1992. Os dados nos entregam as seguintes cifras:

1992, 80,00 bilhões de dólares;

1993, 152,39 bilhões de dólares;

1994, 21,89 bilhões de dólares;

1995, 57,00 bilhões de dólares;

1996, 94,28 bilhões de dólares;

1997, 87,90 bilhões de dólares.

Os altos juros obtidos por estes títulos permitiram que as entradas de investimentos em carteira aumentassem enormemente aproveitando-se do crescimento paralelo da dívida pública alemã.

Estamos portanto diante do mundo da especulação financeira que tem origem no crescimento da dívida pública e não na desregulamentação do setor como se crê geralmente.

De nada adiantaria desregulamentar o setor se não houvesse uma fonte de especulação gigantesca como é o déficit e o aumento da dívida pública norte-americana, seguida de outras dívidas colossais como aquela gerada pela rolagem da dívida dos países em desenvolvimento no final da década de 1970 e no começo dos anos 80.

É evidente que o aumento da taxa de juros registrado em 1979 partiu do governo norte-americano, com o objetivo imediato de atrair capitais para cobrir seu déficit fiscal.

Este foi o caminho mais rápido para gerar a especulação atraindo poupança do setor produtivo e até do consumo da classe média alta.

Esta tendência à especulação financeira encontra sua explicação, em grande parte, devido à queda da taxa de lucro no setor produtivo da economia capitalista central.

É necessário assinalar que desde 1967, a taxa de lucro média dos países capitalistas avançados, entre os quais se destaca particularmente a Alemanha, estava em queda. Isto facilitava, evidentemente, a fuga de capitais do setor produtivo para o setor especulativo.

Robert Brenner, cuja interpretação da longa crise que chega até o período atual, que consideramos como iniciada em 1967, parte exatamente da constatação da queda da taxa de lucro, neste período.

Ele nos apresenta os seguintes dados no seu livro *The economics of global turbulence,* publicado por New Left Review , 1998:

Analisemos em primeiro lugar o comportamento do setor industrial, tão chave para entender a economia alemã.

A indústria da Alemanha apresentou uma taxa média de lucro entre 1950 e 1970 de 23,1%. No período de 1970 a 1993 esta taxa caiu para 10,9%.

Outros dados apresentados por Brenner indicam a presença de um ciclo econômico com uma fase expansiva de 1950 a 1973 e outra recessiva de 1973 a 93.

No mesmo período, o crescimento da produção industrial foi de 4,5% anual entre 1950-73 e 2,2% entre 1973-93.

O estoque de capital, outra variável chave, aumentou de 5,7% anual entre 1950-73 e só aumentou 0,9% anual entre 1973-93.

O estoque bruto de capital da indústria cresceu de 5,1% anual entre 1950-73 e de 3,0% anual entre 1973-93. A produtividade do trabalho cresceu 4,6% anual entre 1950-73 e somente 2,2% anual entre 1973-93.

O salário real subiu 5,7% anual entre 1950 e 1973 e 1,9% anual entre 1973 e 1993. Por fim, a taxa de desemprego subiu 2,3% entre 1950-73 para 5,7% entre 1973-93.

Os dados de Brenner sobre a Alemanha, que apresentamos, indicam que a baixa da taxa de lucro foi acompanhada de outros fatores recessivos explicados sobretudo pela queda dos investimentos derivada da queda da taxa de lucro.

A quantidade de capital líquido ou bruto disponível caiu também drasticamente. A produtividade e o salário real entraram numa tendência decrescente.

De fato os excedentes econômicos continuavam a existir mas em proporções menores e sob o controle de grupos econômicos mais poderosos.

A taxa de juros sob a forma de rendimento dos bônus do Estado é um instrumento privilegiado de transferência do excedente econômico da

população no seu conjunto (que paga os impostos sob as mais diversas formas) para o setor financeiro e os credores em geral.

O aumento da taxa de juros passa a ser instrumento macroeconômico por excelência para diminuir o consumo ou pelo menos restringí-lo a favor de uma poupança que se pretende ser estabilizante.

Esta política tem sido consagrada pelos neoliberais que enfatizam o papel anticíclico da restrição ao consumo e ao crédito e conseqüentemente dos juros altos.

Se analisarmos a taxa de juros na Alemanha do pós-guerra veremos um ponto de partida relativamente moderado em 1949, em torno de 4,0% de taxa de desconto.

Nota-se uma política menos restritiva em 1950 e 1951 (elevação para 6%) e um rigor em seguida para um patamar de 3,0% que se conserva mais ou menos até 1958, quando surgem os fenômenos de queda da taxa de lucros e seus correlatos que assinalamos anteriormente.

A partir de 1958, a taxa de desconto, ajudada pelos rendimentos dos bônus do Estado sempre mais altos, vai subir seu patamar para 6% com períodos mais baixos (volta aos 3%) ou mais altos (7,5% e até 8,3%).

Os dados indicam que a partir de 1994 surge uma nova tendência à baixa que parece ser de longo prazo.

Em 1994 a taxa de desconto caiu para 4,5%, em 1995, para 3,0%, em 1996, para 2,5% e, em 1997, para 2,5%.

De qualquer forma, apesar de revelar uma tendência à alta no período de 1967 até 1994 e uma nova tendência à baixa a partir de 1994 a política de taxa de juros alemã se revelou mais moderada e cuidadosa do que a de outros governos talvez em função dos traumas deixados pela Primeira Guerra Mundial (ver Quadros XX e XXI).

A crise do setor exportador

Contudo, a Alemanha do superávit comercial não pôde escapar dos efeitos do crescimento do seus recursos cambiais e, portanto, do surgimento e desenvolvimento de um crescente setor financeiro cada vez mais comprometido com os serviços prestados por estas atividades.

Em conseqüência, o próprio setor externo começa a sofrer os efeitos deste crescimento do setor financeiro.

É por esta razão que as contas externas começam a apresentar mudanças significativas quanto à participação do setor serviços. Vejamos alguns aspectos do comportamento destas variáveis:

Os Quadros XXII e XXIII mostram o crescimento espetacular do volume da importação e exportação dos serviços na Alemanha, entre 1971 e 1997.

De um patamar de 5,83 bilhões de dólares de exportações de serviços em 1971 e 7,23 bilhões de dólares de importações, no mesmo ano, vemos uma elevação nos anos seguintes.

A partir de 1974, estas exportações e importações chegam aos dois dígitos (10,14 bilhões de dólares em exportações e 13,58 bilhões de dólares em importações no ano de 1974). Na década de 1980 chega-se aos 30 bilhões de dólares de exportações e 42,38 de importações.

O patamar sobe para chegar aos 40 bilhões de dólares de exportações em 1986 e rapidamente ascender aos 65 bilhões em 1990 e 81 bilhões em 1995.

Quando olhamos o lado da importação de serviços nestes anos encontramos um salto ainda mais alto.

Elas chegaram aos 43 bilhões anuais em 1986 e sobem rapidamente aos 60 bilhões em 1988, aos 80 bilhões em 1990, aos 105 bilhões em 1994 e se estabilizam em mais de 120 bilhões a partir de 1994.

Tudo isto revela a dependência crescente da Alemanha da importação de serviços. Isto tem uma incidência no debate sobre a reestruturação industrial deste país que tem resistido mais que outros países capitalistas a uma desindustrialização.

No entanto, a partir de 1994, as forças econômicas favoráveis à desindutrialização ganharam um enorme alento em função do crescimento dos serviço nessa economia, particularmente devido ao crescimento dos serviços financeiros.

Nesta nova Alemanha, onde o capital financeiro passa a desempenhar um papel crescente, a conta de renda financeira mostra-se paralela aos movimentos dos serviços, conforme se pode observar nos Quadros XXIV e XXV que analisam as rendas créditos e débito na Alemanha, de 1971 a 1997.

A renda crédito que se referia às saídas de rendas salta de 2,67 bilhões de dólares, em 1971 para 12,07 bilhões de dólares em 1979; 22,69 bilhões em 1986; 45,39 bilhões de dólares em 1989; 65,60 bilhões de dólares em 1990; 85,17 bilhões em 1995 e se estabiliza em 76 bilhões em 1996 e 1997.

A renda débito que se refere as entradas de rendas estimava 3,03 bilhões em 1971. Este débito aumenta para 11,62 bilhões em 1979; sobe para 26,33 bilhões em 1987; salta para 80,38 bilhões em 1995; 81,31 bilhões em 1996 e 79,08 bilhões em 1997.

Como se pode ver, as importações e exportações de renda seguem volumes bastante similares exceto entre 1989 e 1993 quando surgiu um saldo favorável bem significativo, que se converteu em déficit moderado em 1995 a 1997.

De qualquer forma pode-se concluir que o volume do movimento de rendas aumentou significativamente no período, chegando a converter-se numa fonte importante de saldo positivo da balança de pagamentos alemã.

Analisemos, em seguida, algumas contas significativas da balança de pagamentos que indicam esta financeirização crescente da qual vimos falando.

A conta de transferencias correntes se refere a "*todas las transferencias por el país declarante, salvo las que se efetúan al país para financiar el saldo global*". (*Estadisticas Financieras Internacionales*, Washington. FMI, 1998, p. s-xviii).

Ela indica a expansão de um saldo favorável extremamente significativo que passa dos 2,6 bilhões em 1971 aos 32,4 bilhões em 1997, conforme se pode ver nos Quadros XXVI e XXVII.

Esta massa de excedentes trazidos do exterior muda muito claramente a posição internacional da Alemanha e seu comportamento interno.

Surge internamente uma massa de recursos especulativos que ameaça o peso do setor produtivo na estrutura da economia alemã. Este país foi até então muito voltado para uma cultura operária industrial urbana, ao lado de uma forte cultura camponesa, que só sobreviveu contudo através de um decisivo apoio governamental.

Em decorrência destes fatos, no final da década de 1980, a Alemanha se viu ameaçada em seus fundamentos econômicos.

No próximo item tentaremos desvendar as fontes desta nova crise e sua incidência no debate político atual.

O debate sobre a Nova Alemanha

Era evidente que a Alemanha estava se atrasando em relação às mudanças em curso na economia mundial.

Quais seriam as causas desta nova conjuntura inaugurada exatamente no momento em que a integração européia alcança seu ponto mais alto e a integração das duas Alemanhas coloca a nova nação alemã

num patamar demográfico e econômico mais elevado para disputar a hegemonia econômica e geopolítica mundial?

Em primeiro lugar, desenhava-se nestes anos a ameaça representada pela desvalorização do dólar que colocava em desvantagem relativa, uma vez mais, a economia alemã. Ao depender cada vez mais do setor exportador, esta economia tornava-se particularmente sensível ao comportamento do seu setor externo, mais especificamente da taxa de câmbio.

De fato, como vimos, as exportações alemãs entraram em queda e não era fácil continuar o crescimento da produtividade nesta altura, quando o comércio mundial caminhava para novas etapas tecnológicas e para o crescimento dos serviços.

Em ambos setores, a Alemanha não dispunha de vantagens competitivas, pois ficara reduzida, na década de 1980 aos avanços no setor industrial mecânico e químico, perdendo posição no setor eletrônico de ponta, na informática e nos serviços.

Estas dificuldades vão se agravar com o aumento da competição do sudeste asiático, particularmente com a agressiva política industrial chinesa que praticou uma forte desvalorização no final da década de 1980, além de promover, por todos os meios os investimentos para a exportação.

Todas estas dificuldades vão se resumir na questão da competitividade.

Na década de 1990, a economia alemã se apresentava como uma economia em decadência, incapaz de garantir sua competitividade internacional. Começaram então a busca de bodes expiatórios.

Para os empresários é sempre interessante aproveitar qualquer oportunidade para ameaçar e debilitar os trabalhadores, diminuir seus salários, aumentar a jornada de trabalho e a intensidade do trabalho, diminuir seu poder sindical e sua atuação política.

Parecia-lhes o momento adequado para iniciar uma ofensiva forte contra os trabalhadores e suas conquistas sociais.

Tais pretensões pareciam bastante viáveis no contexto da integração entre as duas Alemanhas que se apresentava como uma vitória ideológica do pensamento único neoliberal.

Esta vitória ideológica dava origem a uma hegemonia quase total do livre mercado que estava comprovada, segundo se dizia, pela queda do Muro de Berlim, o fracasso do socialismo de Estado e do socialismo em geral.

Além disto, incluía-se neste rol de fracassos o Estado de bem-estar, que, segundo as teses dominantes, teria os mesmos problemas dos regimes econômico-sociais de inspiração socialista.

Para a ideologia neoliberal, o Estado de bem-estar corresponde à imposição de princípios inadequados e até contrários ao livre funcionamento do mercado.

Em conseqüência, é um regime econômico "antinatural" que leva a economia a desequilíbrios insustentáveis.

Em conseqüência todos estes regimes mostravam-se incapazes, segundo os neoliberais, de alcançar a eficácia econômica, só realizável pela economia de livre mercado.

Não é aqui o lugar para discutir a validade desta tese, bastante equivocada e negada pelos fatos econômicos. No entanto, os fatos pareciam comprovar a teoria do fim da história defendida por Fukuyama.

Na verdade a integração das duas Alemanhas sem nenhum respeito pela economia da Alemanha Democrática, transformada por uma propaganda insana num exemplo de erros e fracassos, teve um custo demasiado alto e resultados bastante modestos e até negativos.

De um lado, deu origem à destruição massiva das unidades econômicas aí instaladas, inviabilizadas pela adoção arbitrária do marco como moeda obrigatória sem a devida transição.

De outro lado, o custo do aparato estatal da Alemanha Oriental, já bastante grande, foi elevado absurdamente com a transformação do seu orçamento convertido sem nenhum mecanismo de transição aos valores em marco.

Isto gerava, evidentemente, um custo extremamente elevado para o erário público e acentuava dramaticamente o problema (surgido já na década de 1980) do déficit público.

Porém, o grande trunfo dos "fundamentalistas do livre câmbio", como os qualificou George Soros, era sobretudo o debilitamento da classe trabalhadora através de anos de desemprego mais ou menos elevado.

No caso da Alemanha, agregava-se ao desemprego estrutural da Alemanha Ocidental os novos desempregados da Alemanha Oriental, originados pela maneira impositiva como se realizou a integração.

Como se pode observar no Quadro XXVIII, as cifras são bastante reveladoras:

Depois da guerra, a Alemanha apresentava altas taxas de desemprego.

Em 1946, chegavam a 12% os desempregados na força de trabalho alemã.

Estas altas taxas chegaram a 8,3% em 1949; 10,2% em 1950; 9,0% em 1951, até 1954, quando alcançou os 7,0%.

Após um período de transição - que vai de 1955 (com 5,1%) a 1959 (com 2,4%) - a Alemanha chega ao pleno emprego entre 1960 (com 1,2% de desempregados) e 1966 (com 0,7%).

Com a crise iniciada em 1967, as taxas de desemprego começam a subir novamente, porém sobem muito ligeiramente (para 2,1% em 1967 e 1,5% em 1968).

Contudo, medidas anticíclicas conseguem paralisar o aumento destas taxas e fazê-las voltar ao pleno emprego, até 1973 (quando chegou-se a constatar uma taxa de desemprego de 1,2%, esta taxa era somente um pouco mais alta que as taxas de menos de 1% que prevaleceram nos anos anteriores).

A partir de 1974, desatam-se definitivamente as forças recessivas e a taxa de desemprego da economia alemã sobe a 2,6% em 1974, a 4,7% em 1975 e chega até 1980 em 3,8%.

A partir de então, vão se apresentar taxas de desemprego próprias de uma economia recessiva.

Vejamos os dados:

Em 1981, a taxa de desemprego alcança 5,5% na Alemanha;

Em 82, passa a 7,5%;

Em 1983, chega a 9,1%;

E se mantém nestes níveis até 1990.

Em 1996 já se chegou ao patamar de 11,5% e em 1997 se chega a 12,7%.

Depois de mais de 20 anos de desemprego crescente, o movimento trabalhista europeu, e não somente alemão, entra claramente numa profunda atitude defensiva.

Com ele, o pensamento socialista, que havia se fortalecido a partir de 1968, e adotado perspectivas cada vez mais ofensivas, entra em crise também.

Se agregarmos a estes fatos conjunturais, a tendência estrutural a uma diminuição da classe operária tradicional, em conseqüência da automação que a Alemanha adotou tardiamente, podemos entender como

se criou uma sensação de urgência na tecnocracia e no empresariado alemão, no sentido de permitir maior flexibilidade para desempregar e requalificar os trabalhadores.

É fácil compreender, neste contexto tão desfavorável para os trabalhadores, os atropelos que se seguiram e que levaram aos intentos de flexibilização do mercado de trabalho alemão, chegando inclusive a propor a eliminação de várias conquistas sociais obtidas nos anos de auge do movimento operário.

A reação dos trabalhadores alemães foi, contudo, dura e inflexível. Na metade da década de 1990 já não havia a confiança nas premissas neoliberais que se chegou a adotar até então com uma forte legitimidade.

O primeiro ministro alemão era já o último sobrevivente da equipe neoliberal que ocupou os governos da tríade (EUA, Europa e Japão) e de quase todo o mundo nos anos 80 e 90.

Na verdade, Kohl havia ganho uma sobrevida devido à incorporação das duas Alemanhas, a partir de 1989.

As propostas neoliberais mais agressivas de Kohl na segunda metade da década de 1990 encontraram portanto um ambiente totalmente desfavorável.

Para impô-las, teve que recorrer a uma maioria parlamentar precária que encontrou uma oposição radical dos sindicatos.

Estes simplesmente se recusaram a colocar em prática tais medidas, e para isso lograram inclusive o apoio dos patrões, o qual se materializou em vários acordos sindicais que desconheciam as medidas legais que restringiam o direito de licença e outros direitos obtidos nos anos de pleno emprego.

Foi neste ambiente, que se colocou a possibilidade de um retorno da social-democracia ao poder. Tratava-se de restabelecer as condições de pleno emprego. Tratava-se de retirar o capital financeiro do controle

da vida econômica e retomar o crescimento econômico. Tratava-se de reerguer os movimentos sociais que haviam perdido seu impulso nos anos de pensamento único.

O compromisso entre as concepções centristas de Schröder e as perspectivas mais à esquerda de Oskar Lafontaine permitiu uma vitória eleitoral definitiva do Partido Social Democrata sobre a Democracia Social Cristã.

Contudo, as dificuldades de conciliar estas posições na prática política terminou não somente por levar à saída do governo de Lafontaine, como permitiu que o centro ampliasse suas concessões à direita.

Ocorre que a opinião pública européia não quer regressar a uma política neoliberal. O centro social-democrata não entendeu ainda que esta volta é impossível.

As questões do pleno emprego e da retomada do crescimento voltaram a dominar o imaginário europeu e mundial.

A direita européia e, neste caso, a alemã pretende realizar a mesma aventura que levou a direita francesa ao paroxismo: pretende prometer o pleno emprego ao povo alemão sem desistir de suas práticas neoliberais. Os resultados só poderão ser pífios.

Para enfrentar esta situação a social-democracia alemã terá que se reestruturar sob um comando mais à esquerda, talvez sob o comando do próprio Schröder (que realizou um brusco câmbio às vésperas do último congresso do Partido Social Democrata), para assumir uma agenda política apoiada no pleno emprego e no crescimento econômico.

Esta agenda está baseada, em primeiro lugar, na reivindicação da diminuição da jornada de trabalho para 35 horas, que ainda é bastante elevada se tomamos em conta os avanços de produtividade ocorridos nos últimos anos.

Em segundo lugar ela está ancorada na necessidade da retomada do crescimento econômico, que supõe uma rebaixa da taxa de juros, à qual se opõem radicalmente os conservadores que ainda dominam posições-chave nos bancos centrais e outros centros de decisão financeira e monetária.

Em terceiro lugar, ela está cada vez mais consciente do papel da democracia participativa na criação das condições sócio-políticas necessárias para garantir estas transformações econômicas.

Isto entra em choque ostensivo com a tendência do pensamento neoliberal de apoiar-se nas gestões tecnocráticas do Estado e de negar o papel da política, transformada numa fonte de corrupção e de enganos aos eleitores.

No caso da Alemanha, a democracia industrial implantada na República de Weimar com os conselhos de empresa voltou a ser instaurada depois da Segunda Guerra Mundial.

Com o tempo, a participação dos trabalhadores no conselho das empresas foi se ampliando e, hoje em dia, eles influem decisivamente sobre um amplo conjunto de decisões que inclui a política de investimentos da empresa, a política de pesquisa e desenvolvimento, a política de formação e treinamento, além das tradicionais participações nas atividades diretamente produtivas.

Esta participação não se confina somente ao plano interno, tem conseqüências na definição das políticas macroeconômicas e na política externa.

A Política Externa No Novo Debate

Dentro deste novo contexto, gerado pelas novas condições da política alemã, surgem novas questões ou reelaboram-se antigos problemas. Estas questões podem ser abordadas sob as seguintes rubricas:

a) A política externa alemã e a sua posição como potência mundial. Dentro deste tema se destacam a posição da Alemanha como potência derrotada e ausente do Conselho de Segurança das Nações Unidas assim como suas limitações como potência exportadora e dependente do mercado norte-americano.

Ainda dentro deste tema destaca-se ainda o papel do atlantismo como uma opção geopolítica restritiva do potencial estratégico da Alemanha apesar das dificuldades de superar de imediato este quadro.

b) A política externa alemã e sua posição como potência européia hegemônica que se associa de imediato com o seu papel protagônico na formação e gestão da Comunidade Européia. Qual o significado estratégico e geopolítico desta opção? Até que ponto ela é complementar ou conflitiva com a opção atlantista? Até que ponto a opção européia se estende pelo Leste Europeu e pela casa européia que propôs Gorbatchev? Até que ponto a integração monetária aprofunda as diferenças e disputas entre a Europa unificada e as zonas do dólar e do yen? Quais são as repercussões militares desta opção: Europa pode ter uma opção econômica integrada e manter uma opção militar atlantista?

c) É necessário esclarecer também o significado final da extensão da ação européia no plano geopolítico. Sua expansão para Oriente não a obriga a estender-se também para os Balcãs, para o Oriente Médio e até mesmo para outras zonas do mundo que historicamente foram suas áreas de influência colonial como a África e a América Latina?

d) Neste sentido, qual o grau de compromisso que deverá ter a Alemanha com o Mercosul na medida em que aparece como uma zona autônoma dentro das Américas onde os Estados Unidos pretendem reinar sem competidores? Até que ponto esta aliança estratégica de fato o é ou pretende ser somente um movimento de bloqueio das relações da América

Latina com os Estados Unidos? Ou seria outra eventual aliança com o Mercosul com objetivo estratégico que poderia fortalecer a capacidade econômica alemã? Afinal, o Brasil ocupa um lugar importante no sistema industrial alemão e São Paulo é uma das principais cidades "alemãs" em termos de concentração de investimentos.

e) Nota-se em todo este novo contexto estratégico a ausência de uma clara posição à respeito da Ásia Central e do Sudeste Asiático. Historicamente, a Índia foi uma zona de disputa do imperialismo alemão, assim como a China. O interesse do governo em patrocinar em seu país a reunião do Grupo dos 20 em dezembro de 1999 reflete uma preocupação de desenvolver uma agenda comum com os países de desenvolvimento médio como o Brasil, Índia, China e África do Sul. A ausência de políticas mais definidas para estas regiões não coloca a Alemanha e a União Européia diante de forças capazes de desestabilizar suas políticas econômicas internacionais?

Este conjunto de questões chama a atenção sobre a extensão da temática que nos cabe abordar num estudo mais aprofundado da política externa econômica da Alemanha que, como vemos, não pode separar-se de suas políticas econômicas e suas opções tecnológicas e científicas.

Estas se manifestam finalmente numa política industrial que busca garantir sua competitividade internacional e sua posição independente no sistema econômico mundial.

Em busca das respostas estratégicas

Cada uma das questões colocadas anteriormente supõe um alto grau de complexidade. Para respondê-las necessitaríamos de uma grande quantidade de dados e de conhecimentos de fatores extremamente amplos. Contudo pode-se traçar um panorama bastante geral destas grandes opções históricas.

Este alto grau de generalidade não anula a importância deste esforço por definir as linhas básicas destas tendências de longo prazo. A primeira e difícil questão do papel mundial da Alemanha, como potência global e não somente regional, deve-se colocar no marco da contradição histórica entre o *hinterland*, (entendido como o grande marco territorial euro-asiático), e as potências marítimas.

De fato, grande parte das províncias que hoje compõem a Alemanha tiveram um papel importante na Idade Média como intermediárias do comércio entre o Mediterrâneo e o Oriente e o Norte da Europa. Esta importante função estratégica se ampliou com o desenvolvimento do Império Mongol.

Não há dúvida de que a Alemanha ocupa uma posição geopolítica chave na integração moderna das correntes comerciais euro-asiáticas, na medida em que o comércio terrestre e aéreo substituíam em boa parte o comércio marítimo. No mundo contemporâneo esta função pode inclusive ultrapassar a dimensão estritamente comercial.

De fato, a Alemanha teve um papel fundamental na disputa por um poder continental ou um poder marítimo nos séculos XVIII, XIX e XX. Esta disputa se concretizou em três guerras de repercussão mundial. É interessante constatar que nestas três guerras a Rússia medieval e tzarista e, posteriormente a Rússia soviética, foi sempre a barreira definitiva para a expansão da Alemanha para o Oriente.

Por outro lado, é interessante constatar como a Inglaterra da Revolução Industrial se opôs à expansão da França revolucionária para conter a formação de uma Europa continental na qual a Alemanha teria, nesta época, uma posição secundária. Depois da Guerra franco-alemã de 1871, a Alemanha unificada sob Bismarck mostrou-se econômica e militarmente superior.

Em conseqüência, a nova tentativa de expansão continental foi feita em 1914 sob a égide da Monarquia e encontrou a oposição da França republicana, da Inglaterra capitalista e parlamentarista e... da Rússia tzarista.

Por fim, a pretensão abertamente mundial do Terceiro Reich nazi-facista não encontrou resistência em toda Europa continental e teve que enfrentá-la desde a Inglaterra aliada com a Rússia revolucionária e com o forte apoio norte-americano que termina sendo o fator hegemônico do pós-guerra.

É interessante observar em todos os três casos como as razões geopolíticas se sobrepõem às possíveis convergências de regime político ou mesmo de interesses de classe e ideológicos, como no caso da Rússia soviética. Por sinal, é conveniente assinalar que a Rússia, apesar do seu papel protagônico nas três guerras, nunca esteve alinhada ideologicamente com as forças em choque de um lado ou do outro. Se de alinhamento ideológico se tratasse, Nicolau II teria razão em não acreditar num ataque militar de seu parente e amigo monarca alemão.

De fato, a idéia de uma Europa unida é estrategicamente inaceitável para a hegemonia das potências marítimas que emergiram desde o século XV em oposição geopolítica ao poder histórico do *hinterland*. A questão que se coloca hoje é a da decadência relativa da navegação como infra-estrutura estratégica do comércio e do poder militar. E portanto a possibilidade de um ressurgimento estratégico do hinterland como fonte de poder mundial.

Neste caso, a Alemanha no comando de uma Europa unida deverá expandir-se na direção do Oriente através de:

a) Uma projeção sobre a Europa Oriental e os Balcãs, para o qual a Turquia representaria um papel central, desde que se pudesse encontrar uma forma de convívio com a questão islâmica;

b) Uma aliança estratégica com uma nova forma da União Soviética (a que deverá expressar-se na casa européia proposta por Gorbatchev, CEI ou outra que se crie);

c) Uma parceria importante com a China que busca reencontrar o caminho terrestre para o Ocidente, através de uma ligação ferroviária que reforçaria um comércio em plena expansão com a Sibéria no caminho, a qual se encontra em processo de industrialização;

d) Uma estratégia comum com a Índia cada vez mais poderosa economica, tecnologica e militarmente. Sempre disposta a articular-se com a zona comercial histórica representada pela rota da seda, que caberia fazer renascer em sua plenitude por novos meios de comunicação;

e) Ficaria por definir sua possível aliança estratégica com o Islão que teria como referência fundamental a relação privilegiada da Alemanha com a Turquia;

f) Deve-se lembrar, finalmente, a projeção histórica da Alemanha sobre a África e a América Latina, muitas vezes em aliança com suas burguesias locais contra outros imperialismos.

Nos casos do Brasil e da Argentina, era notório o sentido pragmático de uma aliança com os nazistas como meio de contrabalançar a crescente hegemonia norte-americana ou a decadente hegemonia inglesa, que prevaleceu sobretudo na Argentina.

Tudo isto pode parecer um projeto insano, mas os quartéis generais que elaboram as estratégias militares não costumam deter-se diante de hipóteses aparentemente estapafúrdias. Sua confiança nos fatores geopolíticos tem sido relegada a segundo plano e até ridicularizada pela tradição acadêmica civil.

Contudo os fatores geopolíticos, despojados de seus exageros nacionalistas, continuam a ser elementos essenciais do movimento

histórico. É evidente que qualquer projeto de hegemonia mundial, como aquele que alimenta a política externa norte-americana, tem que considerar pelo menos como hipótese a possibilidade da Alemanha liderar o projeto de um novo *hinterland* de projeção planetária.

No seu brilhante livro sobre *El Gran Tablero Mundial*, Zbigniew Brzezinski reflete o medo das potências marítimas diante de um renascimento do *hinterland*. Ele trata este tema sob o sugestivo título de "fantasmagoria estratégica" e o discute no quadro de sua modalidade russa que poderia ser perfeitamente plasmada na citação que ele faz do príncipe N. S. Trubetzkoy que dizia nos anos 20:

Nossa tarefa é criar uma cultura completamente nova, nossa própria cultura, que não se parecerá com a civilização européia ... quando a Rússia deixe de ser um reflexo distorcido da civilização Européia ... quando volte a ser ela mesma novamente: Rússia, Eurásia, a herdeira consciente e a portadora do grande legado de Gengis Khan.

O ministro Alexander Rutskoi reafirmou, entre outros, esta idéia quando disse: "da observação da situação geopolítica de nosso país resulta evidente que a Rússia representa a única ponte entre a Ásia e a Europa. Quem logre controlar este espaço controlará o mundo." Mais interessante ainda é ler os argumentos do polonês Brzezinski para defender a idéia de que não se pode comparar as pretensões dos russófilos com os efeitos de uma união européia.

Terminemos este assunto apresentando mais um detalhe com os argumentos de nosso geostrategista tão escutado no Pentágono. Eles deixam muitas dúvidas no ar e confirmam em grande parte a nossa colocação sobre o dilema da Alemanha como grande potência.

Diante de uma tentativa de apresentar a reintegração da União Soviética como um caso parecido à integração européia, Brzezinski argumenta contra esta posição, nos seguintes termos:

> A UE, por mais que permita uma influência especial da Alemanha, não está dominada por uma única potência que superpõe por si só todos os demais membros combinados em PNB relativo, em população e em território. A UE também não é a sucessora de um império nacional, com alguns membros liberados que abrigam importantes suspeitas de que a integração seja uma palavra em clave para referir-se a uma renovada subordinação. Ainda assim, é possível imaginar facilmente a reação dos Estados europeus se a Alemanha houvesse declarado formalmente que sua meta era consolidar e expandir sua liderança na UE nas linhas do pronunciamento russo de setembro de 1995 ...

E continua:

> A analogia com a UE sofre outra deficiência. As economias euro-ocidentais, abertas e relativamente desenvolvidas, estavam preparadas para a integração democrática e a maior parte dos europeus ocidentais percebiam benefícios econômicos e políticos tangíveis nesta integração.

Não é aqui o lugar para discutirmos mais em detalhe a proposta alternativa de Brzezinski para uma hegemonia euro-asiática. É claro contudo que ele não vê outra solução senão uma integração européia mais ampla que abra caminho para uma cooperação euro-russa. Sua concepção inclui necessariamente a inviabilização de um retorno soviético e não é claro sobre os mecanismos de cooperação entre a China e a Índia, a Rússia e a Europa.

Fica também um grande vazio em relação ao que ele chama os Balcãs euro-asiáticos que inclui todo o Oriente Médio, as zonas de influência russa que compunham a ex-URSS e outras zonas de influência islâmica. Por fim, sua concepção aceita o fato de que este cenário diminuirá a longo prazo o papel hegemônico global dos EUA, que ele considera um fato plenamente aceitável para um país de formação democrática como os Estados Unidos.

O balanço de Brzezinski é portanto bastante indicativo de que se teme uma reordenação do espaço econômico, cultural, religioso e político que dominou o mundo antigo e medieval. André Gunder Frank vem reinterpretando o papel histórico deste espaço com sua tese sobre os 5.000 anos do sistema mundial. Segundo ele, este sistema se formou mais ou menos em torno da rota da seda no terceiro século antes de Cristo e sobreviveu até o século XIX. Ele nega assim a criação de um sistema mundial a partir da expansão européia no século XV.

A Europa não teria feito mais que integrar-se naquele sistema mundial histórico exercendo uma hegemonia hoje em plena decadência. Devemos esperar, segundo ele, uma retomada asiática do seu antigo sistema mundial nas próximas décadas. Se a Alemanha se preparar para sua expansão para o Oriente ela deverá representar um papel significativo.

Sobre a Alemanha como potência regional

Os outros temas que lançamos neste texto, podem ser tratados dentro do ângulo da Alemanha como potência regional.

Poderíamos apresentar grande parte dos mesmos desde um ângulo positivo, respondendo com um sim grande parte das perguntas colocadas anteriormente.

Em resumo, podemos afirmar que a Alemanha deverá dar continuidade às políticas já iniciadas nas seguintes direções:

- Ela deverá consolidar sua influência sobre o Leste Europeu, em aliança com a União Européia, mas exercendo uma clara liderança que se expressa no enorme volume de investimento alemão no Leste Europeu.

- Ela deverá assumir uma liderança clara nos Balcãs e ser a principal herdeira da intervenção da OTAN na região que se apresenta também como uma zona para seus investimentos;

- Ela assumirá também, junto com a França um papel crescente na estabilização da economia russa e tentará resolver com realismo a questão complicada de sua área de influência russa hoje dificilmente articulada pela CEI;

- Ela continuará buscando atrair lentamente a Turquia para a Comunidade Européia, tentando fortalecer os setores laicos desta sociedade. A integração da Turquia na CE desestabilizará fortemente sua composição e firmará claramente sua marcha para o Oriente;

- Ela buscará, por fim, estabelecer uma política de cooperação com a África e a América Latina que terá no Mercosul um aliado importante. Ela buscará consolidar também o papel da Espanha e de Portugal como membros da Comunidade Européia e como intermediários de sua política exterior.

Este quadro forma, como vimos, um tabuleiro complexo de xadrez que envolve sua projeção como potência global e como potência regional.

Índice das Planilhas e Gráficos da Alemanha

I. - P - PIB e Câmbio, 1950-97

II. - G - PIB, evolução em US$ e em Marcos, 1950-97

III. - G - Variação % do PIB, em US$ e em Marcos, 1950-97

IV. - P - Exportações & Importações, 1949-97

V. - G - Exportações & Importações, 1949-97

VI. - P - Importações cif, origens e valores, 1949-96

VII. - G - Importações cif, origens e valores, 1949-96

VIII. - P - Exportações fob, destino e valores, 1949-96

IX. - G - Exportações fob, destino e valores, 1949-96

X. - P - Taxa de Câmbio em relação a US$ 1,00, 1960-1997

XI. - G - Marco por US$, 1960-97

XII. - G - Yene por US$, 1960-97

XIII. - G - Franco francês por US$, 1960-97

XIV. - G - Libra esterlina por US$, 1960-97

XV. - P - Exportações & Importações em relação ao PIB, 1950-97

XVI. - G - Exportações & Importações em relação ao PIB, 1950-97

XVII. - P - Conta Financeira, 1971-97

XVIII. - G - barras- Conta Financeira, 1971-97

XIX. - G - Conta Financeira, 1971-97

XX. - P - Juros, 1949-97

XXI. - G - Juros, 1949-97

XXII. - P - Serviços, Export. & Import., 1971-97

XXIII. - G - Serviços, Export. & Import., 1971-97

XXIV. - P - Renda, Créd. & Déb., 1971-97

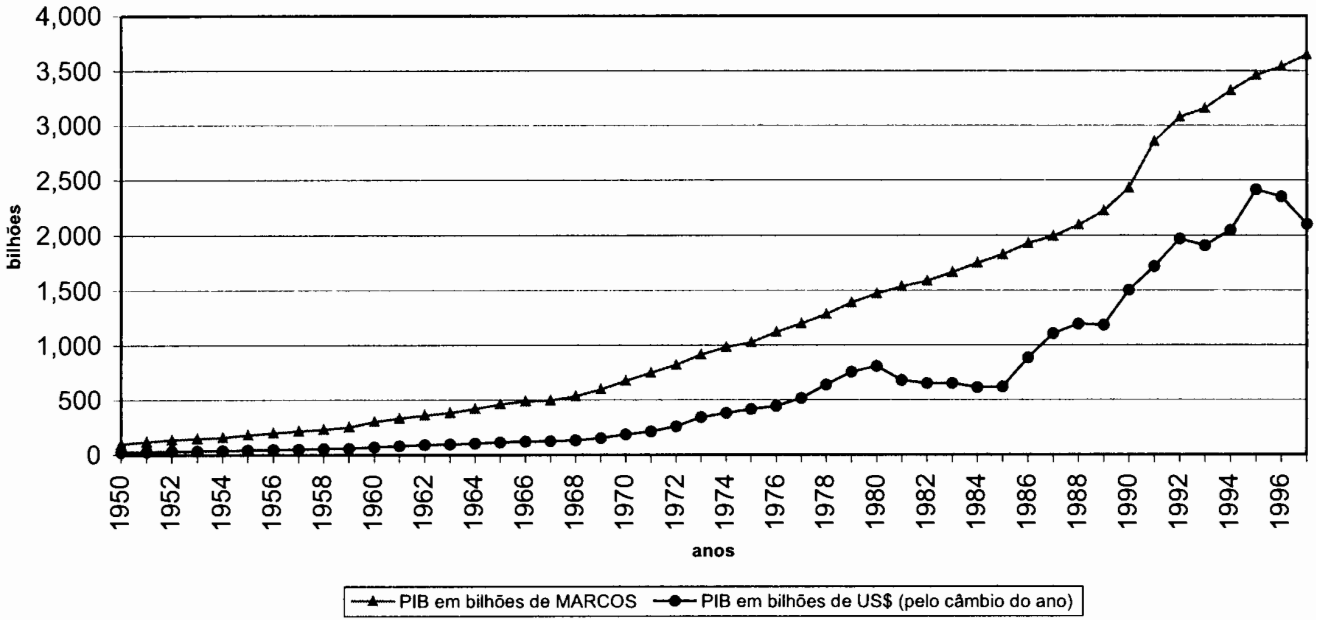
XXV. - G - Renda, Créd. & Déb., 1971-97
XXVI. - P - Transferências Correntes, Créd. & Déb., 1971-97
XXVII. - G - Transferências Correntes, Créd. & Déb., 1971-97
XXVIII. - P - Desemprego, percentagem e volume, 1948-97
XXIX. - G - Desemprego, volume, 1948-97
XXX. - G - Taxa de Desemprego, 1948-97

I - PIB e Taxa de Câmbio da Alemanha, 1950-97

Ano	PIB em bilhões de MARCOS	var. % em rel. ao ano anterior, em marcos	Taxa de Câmbio (D.M. por US$1,00)	PIB em bilhões de US$ (pelo câmbio do ano)	var. % em rel. ao ano anterior, em US$
1949			4.2000	0.00	
1950	97.8		4.1950	23.31	
1951	119.5	22.19%	4.1950	28.49	22.19%
1952	136.5	14.23%	4.1950	32.54	14.23%
1953	147.0	7.69%	4.2000	35.00	7.56%
1954	158.2	7.62%	4.2000	37.67	7.62%
1955	180.8	14.29%	4.2000	43.05	14.29%
1956	199.0	10.07%	4.2000	47.38	10.07%
1957	216.4	8.74%	4.2000	51.52	8.74%
1958	231.2	6.84%	4.2000	55.05	6.84%
1959	250.4	8.30%	4.2000	59.62	8.30%
1960	302.8	20.93%	4.2000	72.10	20.93%
1961	331.8	9.58%	4.0333	82.27	14.11%
1962	360.9	8.77%	4.0000	90.23	9.68%
1963	382.5	5.99%	4.0000	95.63	5.99%
1964	420.3	9.88%	4.0000	105.08	9.88%
1965	459.3	9.28%	4.0000	114.83	9.28%
1966	488.3	6.31%	4.0000	122.08	6.31%
1967	494.5	1.27%	4.0000	123.63	1.27%
1968	533.3	7.85%	4.0000	133.33	7.85%
1969	597.0	11.94%	3.9433	151.40	13.55%
1970	675.3	13.12%	3.6600	184.51	21.87%
1971	749.8	11.03%	3.5074	213.78	15.86%
1972	823.1	9.78%	3.1886	258.14	20.75%
1973	917.3	11.44%	2.6726	343.22	32.96%
1974	983.9	7.26%	2.5878	380.21	10.78%
1975	1,026.6	4.34%	2.4603	417.27	9.75%
1976	1,120.5	9.15%	2.5180	445.00	6.65%
1977	1,195.3	6.68%	2.3222	514.73	15.67%
1978	1,283.6	7.39%	2.0086	639.05	24.15%
1979	1,388.4	8.16%	1.8329	757.49	18.53%
1980	1,470.9	5.94%	1.8177	809.21	6.83%
1981	1,535.5	4.39%	2.2600	679.42	-16.04%
1982	1,586.9	3.35%	2.4266	653.96	-3.75%
1983	1,667.1	5.05%	2.5533	652.92	-0.16%
1984	1,749.6	4.95%	2.8459	614.78	-5.84%
1985	1,826.1	4.37%	2.9440	620.28	0.89%
1986	1,927.9	5.57%	2.1715	887.82	43.13%
1987	1,991.2	3.28%	1.7974	1,107.82	24.78%
1988	2,094.2	5.17%	1.7562	1,192.46	7.64%
1989	2,223.6	6.18%	1.8800	1,182.77	-0.81%
1990	2,429.4	9.26%	1.6157	1,503.62	27.13%
1991	2,853.6	17.46%	1.6595	1,719.55	14.36%
1992	3,075.6	7.78%	1.5617	1,969.39	14.53%
1993	3,154.9	2.58%	1.6533	1,908.24	-3.10%
1994	3,320.3	5.24%	1.6228	2,046.03	7.22%
1995	3,459.6	4.20%	1.4331	2,414.07	17.99%
1996	3,540.0	2.32%	1.5048	2,352.47	-2.55%
1997	3,646.3	3.00%	1.7341	2,102.70	-10.62%

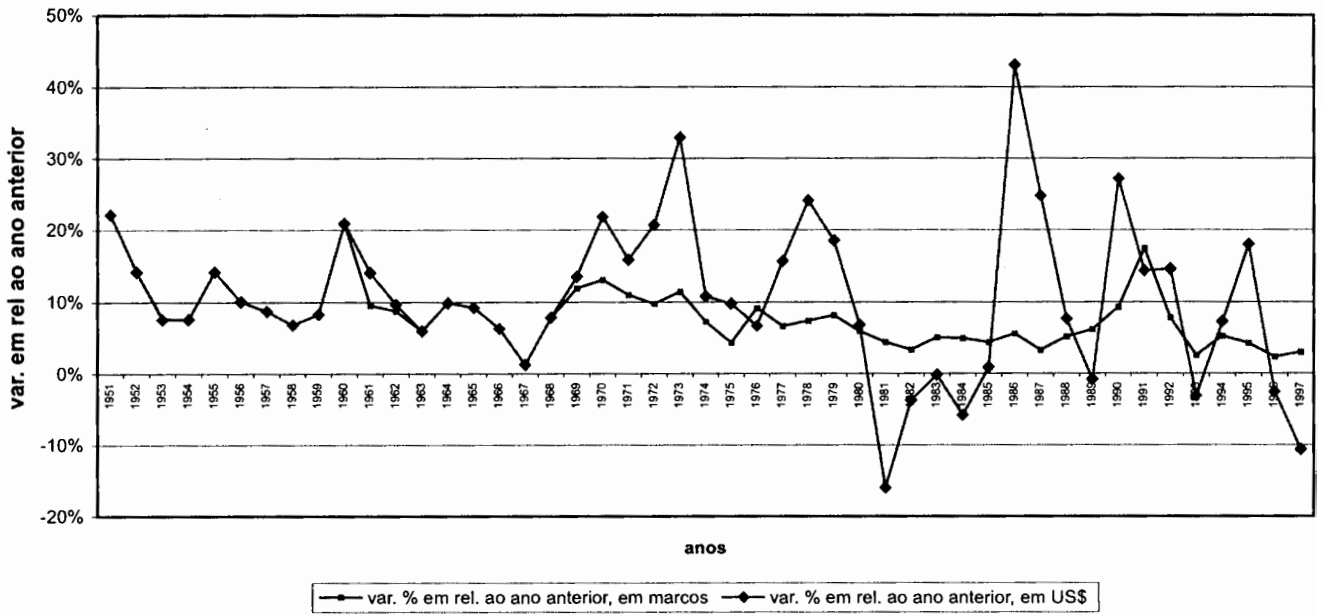
Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI- 1979 e 1998.

II - PIB da Alemanha, evolução em marcos e em US$



Fonte:Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI - 1979 e 1998.

III - Variação % do PIB alemão em marcos e em US$

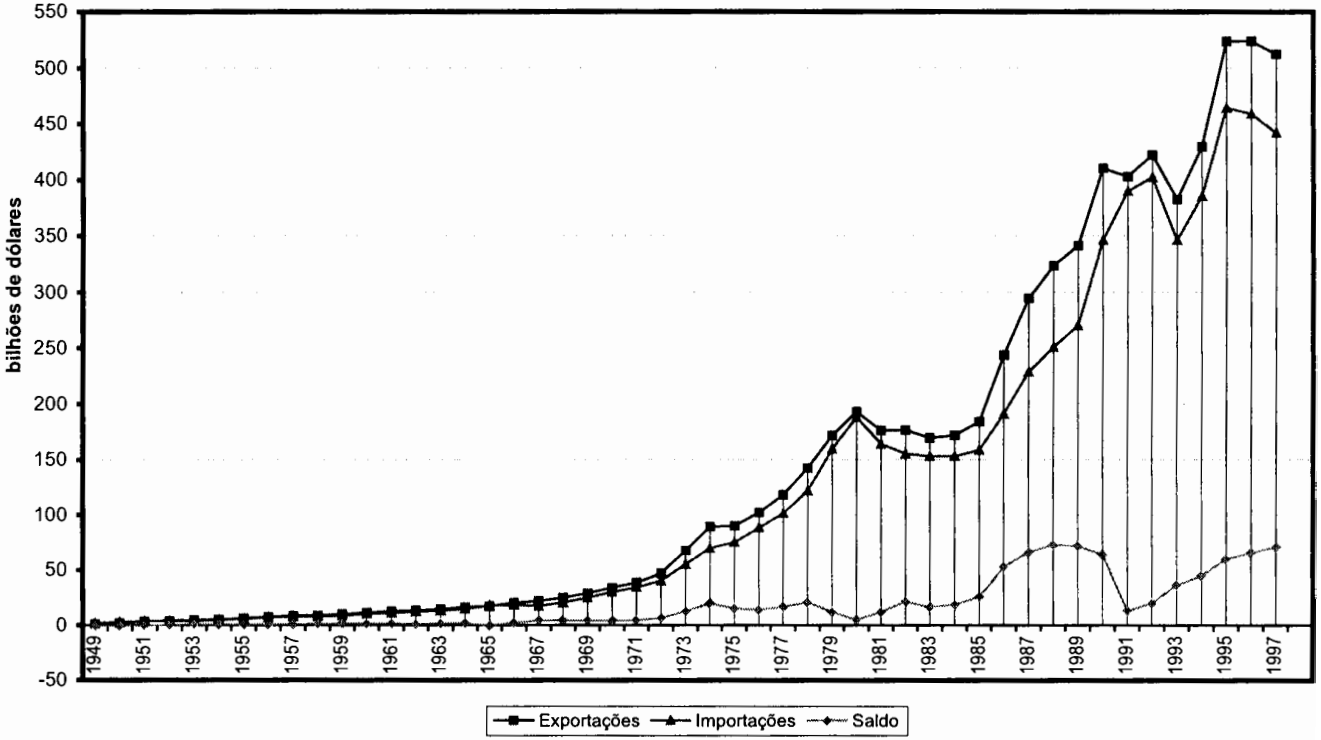


IV - Balança Comercial da Alemanha, 1949-97

Ano	Exportação	Importação	Saldo
	bilhões de dólares		
1949	0.985	1.868	-0.883
1950	1.993	2.711	-0.718
1951	3.475	3.510	-0.035
1952	4.031	3.862	0.169
1953	4.411	3.812	0.599
1954	5.246	4.604	0.642
1955	6.123	5.827	0.296
1956	7.348	6.658	0.690
1957	8.564	7.591	0.973
1958	8.810	7.630	1.180
1959	9.806	8.530	1.276
1960	11.415	10.172	1.243
1961	12.651	11.011	1.640
1962	13.244	12.375	0.869
1963	14.578	13.070	1.508
1964	16.230	14.710	1.520
1965	17.193	17.612	-0.419
1966	20.157	18.167	1.990
1967	21.761	17.546	4.215
1968	24.888	20.295	4.593
1969	28.852	24.876	3.976
1970	34.228	29.947	4.281
1971	38.845	34.293	4.552
1972	46.736	40.378	6.358
1973	67.563	54.891	12.672
1974	89.368	69.661	19.707
1975	90.176	74.930	15.246
1976	102.162	88.421	13.741
1977	118.072	101.458	16.614
1978	142.453	121.754	20.699
1979	171.804	159.646	12.158
1980	192.860	188.002	4.858
1981	176.047	163.941	12.106
1982	176.424	155.323	21.101
1983	169.417	152.877	16.540
1984	171.735	153.022	18.713
1985	183.933	158.488	25.445
1986	243.326	190.872	52.454
1987	294.369	228.441	65.928
1988	323.323	250.467	72.856
1989	341.231	269.702	71.529
1990	410.104	346.153	63.951
1991	402.843	389.908	12.935
1992	422.271	402.441	19.830
1993	382.472	346.027	36.445
1994	429.722	385.351	44.371
1995	523.802	464.271	59.531
1996	524.198	458.783	65.415
1997	512.427	441.742	70.685

Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI - 1979 e 1998.

V - Exportações e Importações, Alemanha

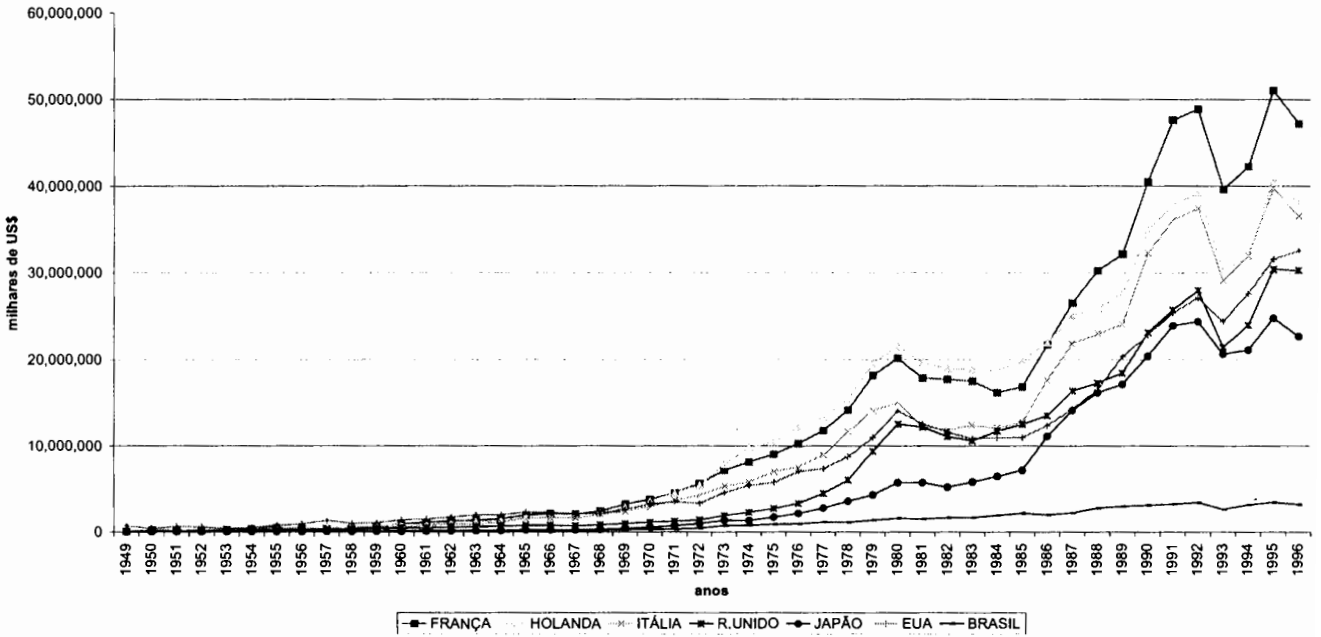


VI - Importações c.i.f., origens e valores

Importações c.i.f.	FRANÇA	HOLANDA	ITÁLIA	R.UNIDO	JAPÃO	EUA	BRASIL
ano							
1949	46,085	114,542	90,630	51,956	1,112	737,523	23,228
1950	207,346	296,269	120,585	116,188	8,985	412,291	20,656
1951	191,819	243,039	130,607	118,379	15,606	647,445	74,962
1952	221,100	278,300	153,000	125,000	17,700	596,200	74,300
1953	281200	297,600	177,000	153,700	29,100	394,500	95,200
1954	354,100	363,100	200,700	201,600	20,200	532,200	158,900
1955	504,000	421,200	248,300	206,100	21,600	763,500	111,800
1956	481,500	476,800	291,400	273,300	28,600	952,000	115,100
1957	368,300	537,800	369,800	270,600	54,400	1,350,500	107,800
1958	380,000	595,600	404,400	324,100	45,100	1,004,800	89,800
1959	657,700	744,200	519,800	388,400	51,100	1,094,200	103,400
1960	952,500	866,500	626,700	466,200	68,000	1,423,200	119,700
1961	1,148,700	935,400	757,600	484,400	93,500	1,509,800	152,900
1962	1,318,900	1,049,900	934,900	561,300	113,400	1,739,000	164,900
1963	1,375,500	1,199,100	926,600	612,200	130,500	1,986,800	148,700
1964	1,567,200	1,337,200	1,117,100	688,200	158,900	2,016,100	176,900
1965	1,960,500	1,705,800	1,640,700	771,600	239,600	2,295,900	204,100
1966	2,150,900	1,715,800	1,670,200	777,500	257,200	2,293,200	208,000
1967	2,087,000	1,812,400	1,609,200	712,800	231,900	2,138,400	206,100
1968	2,441,900	2,200,000	2,017,300	833,600	290,600	2,173,000	223,700
1969	3,248,546	2,882,260	2,425,363	994,812	411,554	2,618,329	285,785
1970	3,797,196	3,636,109	2,961,071	1,158,698	560,554	3,292,605	308,743
1971	4,568,111	4,527,633	3,648,803	1,258,452	726,917	3,543,784	319,510
1972	5,628,663	5,452,713	4,313,776	1,414,684	986,120	3,337,053	446,359
1973	7,126,146	7,809,586	5,304,965	1,924,621	1,356,623	4,580,577	747,114
1974	8,104,693	9,762,185	5,804,235	2,305,674	1,349,268	5,389,522	781,435
1975	9,016,269	10,454,049	7,004,831	2,740,772	1,744,039	5,748,976	898,966
1976	10,274,664	12,155,564	7,515,089	3,348,483	2,169,035	6,966,829	962,027
1977	11,774,533	13,281,305	8,941,461	4,502,713	2,802,049	7,312,904	1,152,135
1978	14,113,568	15,323,774	11,587,259	5,999,754	3,592,668	8,694,365	1,144,871
1979	18,119,933	19,552,675	14,090,797	9,358,597	4,325,394	10,968,856	1,382,479
1980	20,141,576	21,488,271	14,937,758	12,522,798	5,730,257	14,050,325	1,602,435
1981	17,844,361	19,670,795	12,214,952	12,166,086	5,739,265	12,562,655	1,525,647
1982	17,690,433	18,949,786	11,844,168	11,080,269	5,217,295	11,611,360	1,684,121
1983	17,474,743	18,853,535	12,367,386	10,608,437	5,790,816	10,835,787	1,685,034
1984	16,161,596	18,725,343	12,054,808	11,692,938	6,440,205	10,936,292	1,949,714
1985	16,815,667	19,918,890	12,731,942	12,482,379	7,117,669	10,977,532	2,179,948
1986	21,712,718	21,926,896	17,622,102	13,498,440	11,112,226	12,343,379	2,018,471
1987	26,480,791	25,027,460	21,858,011	16,340,610	14,082,154	14,222,945	2,224,782
1988	30,262,145	25,868,277	22,932,219	17,256,366	16,135,455	16,491,362	2,809,553
1989	32,165,073	27,620,748	24,066,544	18,434,172	17,117,874	20,328,282	2,998,981
1990	40,480,922	34,823,965	32,225,371	23,065,478	20,427,283	22,823,506	3,140,394
1991	47,643,923	37,913,885	36,064,670	25,711,986	23,881,649	25,351,601	3,258,144
1992	48,878,364	39,176,821	37,439,065	27,942,690	24,366,078	27,079,081	3,453,150
1993	39,636,740	30,217,688	29,132,392	21,448,745	20,636,750	24,395,456	2,670,424
1994	42,243,255	31,929,212	32,085,835	23,918,749	21,116,091	27,591,665	3,193,149
1995	51,076,667	40,669,217	39,734,834	30,452,998	24,758,938	31,616,521	3,495,101
1996	47,228,708	38,168,168	36,550,866	30,284,376	22,674,960	32,540,644	3,239,701

Fonte: Anuário Estatístico da ONU -1955, 1958, 1961, 1964, 1966, 1968, 1971, 1974, 1977, 1980, 1984, 1988, 1992 e 1996.

VII - Importações c.i.f., origens



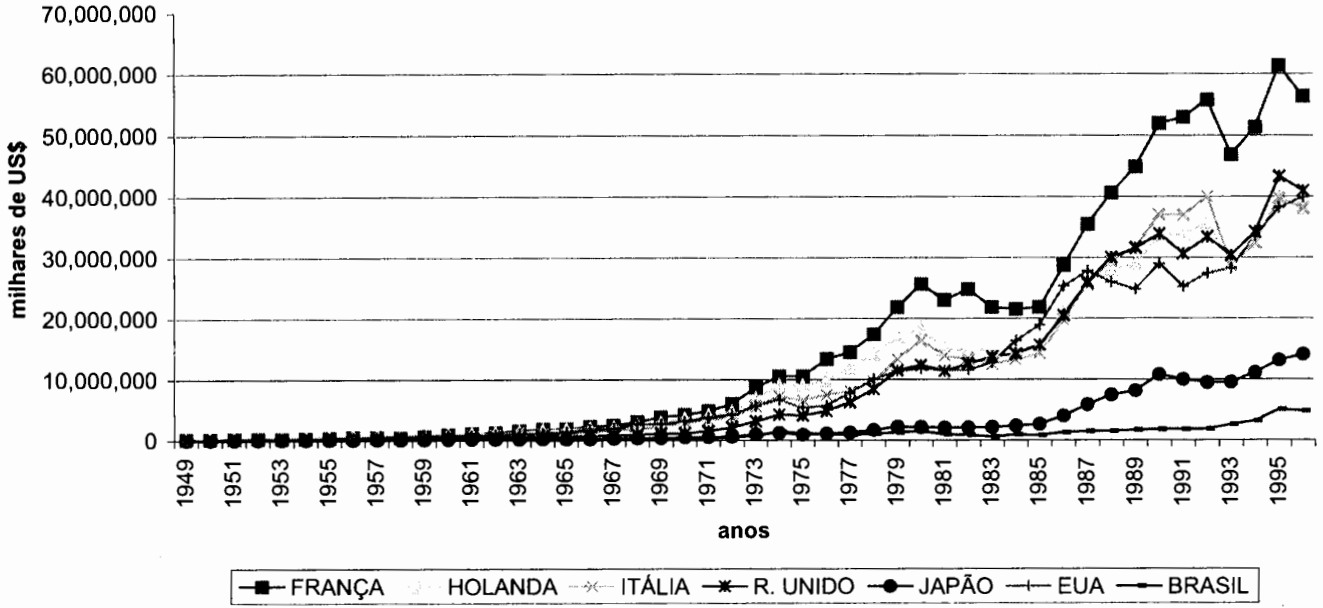
Fonte: Anuário Estatístico da ONU - 1955, 1958, 1961, 1964, 1966, 1968, 1971, 1974, 1977, 1980, 1984, 1988, 1992 e 1996.

VIII - Exportações f.o.b., destino e valores

exportações f.o.b.	FRANÇA	HOLANDA	ITÁLIA	R. UNIDO	JAPÃO	EUA	BRASIL
ano	em milhares de US$						
1949	160,703	99,809	58,780	103,007	2,520	43,225	9,919
1950	181,555	275,659	115,180	85,461	7,791	101,848	34,904
1951	288,343	346,893	158,231	209,251	13,345	236,346	112,215
1952	312,400	321,100	223,000	227,900	22,100	250,100	154,300
1953	315,600	395,700	296,100	188,100	37,900	297,500	109,800
1954	347,200	491,600	320,100	204,700	41,900	294,900	140,600
1955	434,500	578,200	342,400	244,900	40,500	387,400	73,200
1956	586,100	685,900	395,100	299,800	61,900	497,600	78,000
1957	536,900	773,300	476,600	335,400	111,700	600,600	126,000
1958	515,600	713,600	441,700	347,900	83,200	642,800	153,400
1959	707,700	825,400	524,500	395,700	92,000	913,100	145,000
1960	1,000,900	1,002,800	678,200	511,400	119,900	897,200	129,100
1961	1,188,000	1,182,800	842,700	528,100	187,800	870,000	148,700
1962	1,362,100	1,223,500	1,028,600	489,900	192,800	966,100	139,500
1963	1,611,500	1,433,200	1,368,100	555,100	198,800	1,050,700	123,700
1964	1,856,800	1,685,000	1,147,000	679,800	218,900	1,197,000	91,000
1965	1,948,700	1,843,500	1,123,100	701,500	187,800	1,435,900	89,600
1966	2,304,800	1,994,200	1,412,400	782,900	217,900	1,795,200	149,100
1967	2,511,900	2,157,400	1,721,600	868,100	318,100	1,965,500	190,200
1968	3,059,100	2,528,400	1,889,700	1,004,500	349,300	2,707,100	228,100
1969	3,867,901	2,953,314	2,370,531	1,170,328	396,799	2,727,236	253,686
1970	4,228,739	3,636,996	3,047,977	1,215,893	534,837	3,123,725	309,637
1971	4,872,565	4,169,543	3,280,819	1,567,419	521,397	3,770,402	419,051
1972	6,019,434	4,709,889	3,889,514	2,185,078	610,844	4,282,031	572,897
1973	8,721,210	6,902,913	5,649,569	3,180,325	1,045,074	5,687,397	775,313
1974	10,578,644	9,077,162	7,238,258	4,264,839	1,247,591	6,704,985	1,497,137
1975	10,559,917	9,025,169	6,568,753	4,099,594	951,965	5,332,660	1,203,645
1976	13,386,915	9,890,078	7,543,018	4,845,547	1,113,998	5,735,241	1,088,553
1977	14,497,213	11,866,325	8,043,746	6,296,188	1,299,122	7,867,701	965,404
1978	17,430,435	14,170,331	9,684,249	8,427,367	1,720,895	10,086,294	1,076,820
1979	21,830,780	17,082,527	13,365,728	11,460,286	2,258,501	11,334,451	1,299,925
1980	25,635,403	18,291,426	16,449,972	12,360,532	2,178,377	11,780,615	1,541,737
1981	23,039,345	15,023,939	13,908,791	11,373,371	2,071,912	11,482,388	1,007,012
1982	24,812,869	14,874,677	13,343,007	12,604,115	2,102,552	11,583,473	888,042
1983	21,830,919	14,824,405	12,581,597	13,752,505	2,169,190	12,785,979	606,182
1984	21,571,993	14,798,764	13,240,027	14,218,910	2,398,922	16,392,456	931,421
1985	21,812,326	15,787,700	14,239,103	15,672,378	2,645,274	18,988,573	843,479
1986	28,741,533	20,989,969	19,786,161	20,505,214	4,036,968	25,309,640	1,289,578
1987	35,470,099	25,692,254	25,650,607	25,993,672	5,876,933	27,814,160	1,487,586
1988	40,637,724	28,016,743	29,394,506	30,042,017	7,454,776	26,000,560	1,537,244
1989	44,878,241	28,936,401	31,772,000	31,547,630	8,127,005	24,808,286	1,688,665
1990	51,983,142	33,669,045	37,053,182	33,897,168	10,798,313	28,999,887	1,798,717
1991	52,946,761	33,864,239	36,961,878	30,627,928	9,987,251	25,212,707	1,821,130
1992	55,776,923	35,747,352	39,948,201	33,330,313	9,423,855	27,429,000	1,869,198
1993	46,819,124	29,246,646	28,756,095	30,423,231	9,521,370	28,243,637	2,556,660
1994	51,329,397	32,617,958	32,416,090	34,258,224	11,118,509	33,512,334	3,148,699
1995	61,364,328	39,894,319	39,747,800	43,299,137	13,163,483	38,170,340	5,057,591
1996	56,317,158	38,085,359	38,084,513	40,960,794	14,088,504	39,920,348	4,798,964

Fonte: Anuário de estatística do Comércio Internacional, ONU - 1951, 1954, 1955,1958, 1961, 1965, 1969, 1972-73, 1975,1978, 1981, 1984, 1987, 1990, 1993 e 1996.

IX - Exportações f.o.b., destino e valores



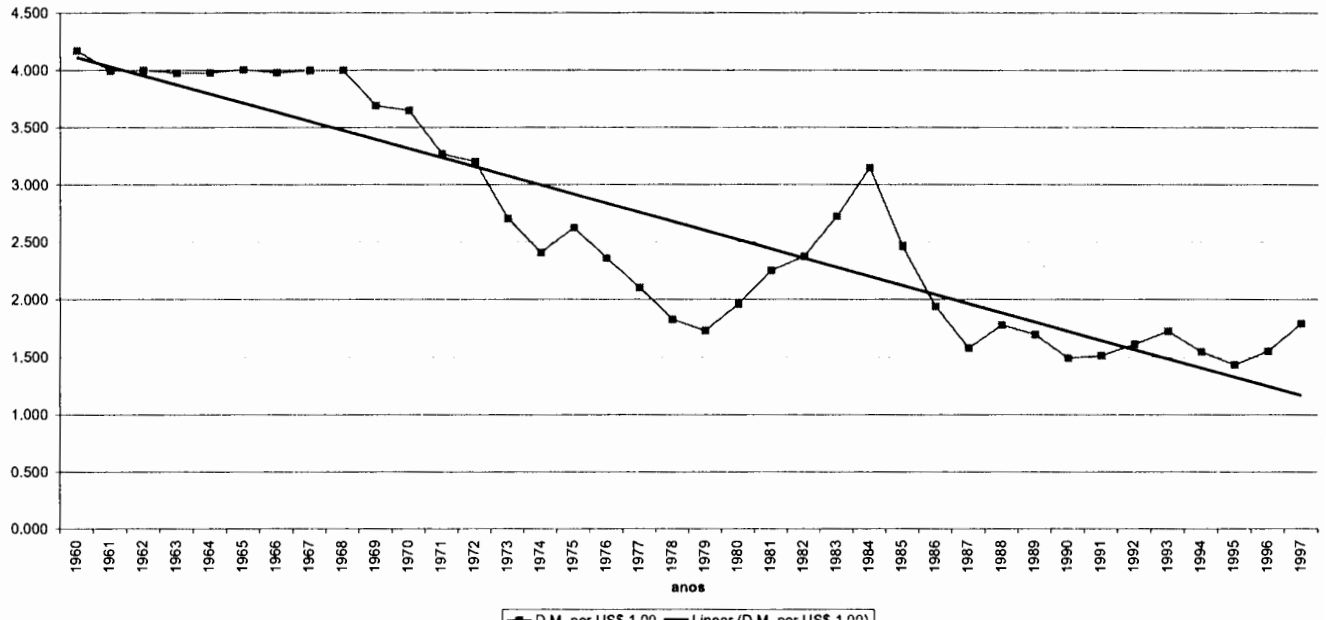
Fonte: Anuário Estatística da ONU - 1951, 1954, 1955, 1958, 1961, 1965, 1969, 1972-73, 1975, 1978, 1981, 1984, 1987, 1990,1993 e 1996.

X - Taxa de Câmbio em relação a US$ 1,00

	TAXA DE CÂMBIO, fim de período					Taxa de Câmbio, unidades monetárias por DEG (unidade do FMI)										
ano	D.M. por US$ 1,00	Yen por US$ 1,00	Franco fr por US$ 1,00	Libras est. por US$ 1,00		DEG (unidade do FMI)	US$ por DEG	Yene por DEG	Franco francês por DEG	Marco por DEG	Libra esterlina por DEG			ano	Variação (%) do câmbio em relação ao ano anterior	
1960	4.171	358.3	4.903	0.3567		1.0000								1960		
1961	3.996	361.8	4.900	0.3562		1.0000								1961		
1962	3.998	358.2	4.900	0.3569		1.0000								1962		
1963	3.975	362.0	4.902	0.3576		1.0000								1963		
1964	3.977	358.3	4.900	0.3585		1.0000								1964		
1965	4.006	360.9	4.902	0.3569		1.0000								1965		
1966	3.977	362.5	4.952	0.3585		1.0000								1966		
1967	3.999	361.9	4.937	0.41558		1.0000	1.0000	361.9100	4.9371	3.9990	0.41558			1967		
1968	4.000	357.7	4.937	0.41939		1.0000	1.0000	357.7000	4.9371	3.9995	0.41939			1968		
1969	3.690	357.8	5.554	0.41655		1.0000	1.0000	357.8000	5.5542	3.6899	0.41655			1969		
1970	3.648	357.7	5.554	0.41776		1.0000	1.0000	357.6500	5.5542	3.6480	0.41776			1970		
1971	3.268	314.8	5.116	0.39177		1.0000	1.0857	341.7800	5.5542	3.5486	0.42535			1971		
1972	3.202	302.0	5.116	0.42588		1.0000	1.0857	327.8800	5.5542	3.4759	0.46238			1972		
1973	2.703	280.0	4.708	0.43042		1.0000	1.2064	337.7800	5.6801	3.2608	0.51926			1973		
1974	2.409	300.9	4.444	0.42578		1.0000	1.2244	368.4700	5.4416	2.9501	0.52133			1974		
1975	2.622	305.1	4.485	0.49417		1.0000	1.1707	357.2300	5.2510	3.0698	0.57853			1975		
1976	2.363	292.8	4.970	0.58742		1.0000	1.1618	340.1800	5.7740	2.7448	0.68247			1976		
1977	2.105	240.0	4.705	0.52466		1.0000	1.2147	291.5300	5.7152	2.5570	0.63731			1977		
1978	1.828	194.6	4.180	0.49152		1.0000	1.3028	253.5200	5.4457	2.3815	0.64035			1978		
1979	1.732	239.7	4.020	0.44965		1.0000	1.3173	315.7600	5.2957	2.2810	0.59232			1979		
1980	1.959	203.0	4.516	0.41929		1.0000	1.2754	258.9100	5.7598	2.4985	0.53476			1980		
1981	2.255	219.9	5.748	0.52409		1.0000	1.1640	255.9500	6.6904	2.6245	0.61004			1981		
1982	2.376	235.0	6.725	0.61939		1.0000	1.1031	259.2300	7.4184	2.6215	0.68325			1982		
1983	2.724	232.2	8.347	0.68934		1.0000	1.0470	243.1000	8.7394	2.8517	0.72174			1983		
1984	3.148	251.1	9.592	0.86469		1.0000	0.9802	246.1300	9.4022	3.0857	0.84757			1984		
1985	2.461	200.5	7.561	0.69230		1.0000	1.0984	220.2300	8.3052	2.7035	0.76042			1985		
1986	1.941	159.1	6.455	0.67819		1.0000	1.2232	194.6100	7.8957	2.3740	0.82956			1986		
1987	1.581	123.5	5.340	0.53431		1.0000	1.4187	175.2000	7.5756	2.2436	0.75803			1987		
1988	1.780	125.9	6.059	0.55264		1.0000	1.3457	169.3600	8.1536	2.3957	0.74369			1988		
1989	1.698	143.4	5.788	0.62284		1.0000	1.3142	188.5200	7.6064	2.2312	0.81854			1989		
1990	1.494	134.4	5.129	0.51865		1.0000	1.4227	191.2100	7.2968	2.1255	0.73789			1990		
1991	1.516	125.2	5.180	0.53457		1.0000	1.4304	179.0900	7.4096	2.1685	0.76465			1991		
1992	1.614	124.7	5.506	0.66137		1.0000	1.3750	171.5300	7.5714	2.2193	0.90939			1992		
1993	1.726	111.8	5.895	0.67511		1.0000	1.3736	153.6300	8.0978	2.3712	0.92733			1993		
1994	1.549	99.7	5.346	0.63998		1.0000	1.4599	145.6100	7.8044	2.2610	0.93430			1994		
1995	1.434	102.8	4.900	0.64516		1.0000	1.4865	152.8600	7.2838	2.1309	0.95903			1995		
1996	1.555	116.0	5.237	0.58892		1.0000	1.4380	166.8000	7.5306	2.2357	0.84686			1996		
1997	1.792	129.9	5.988	0.60465		1.0000	1.3493	175.3400	8.0794	2.4180	0.81585			1997		

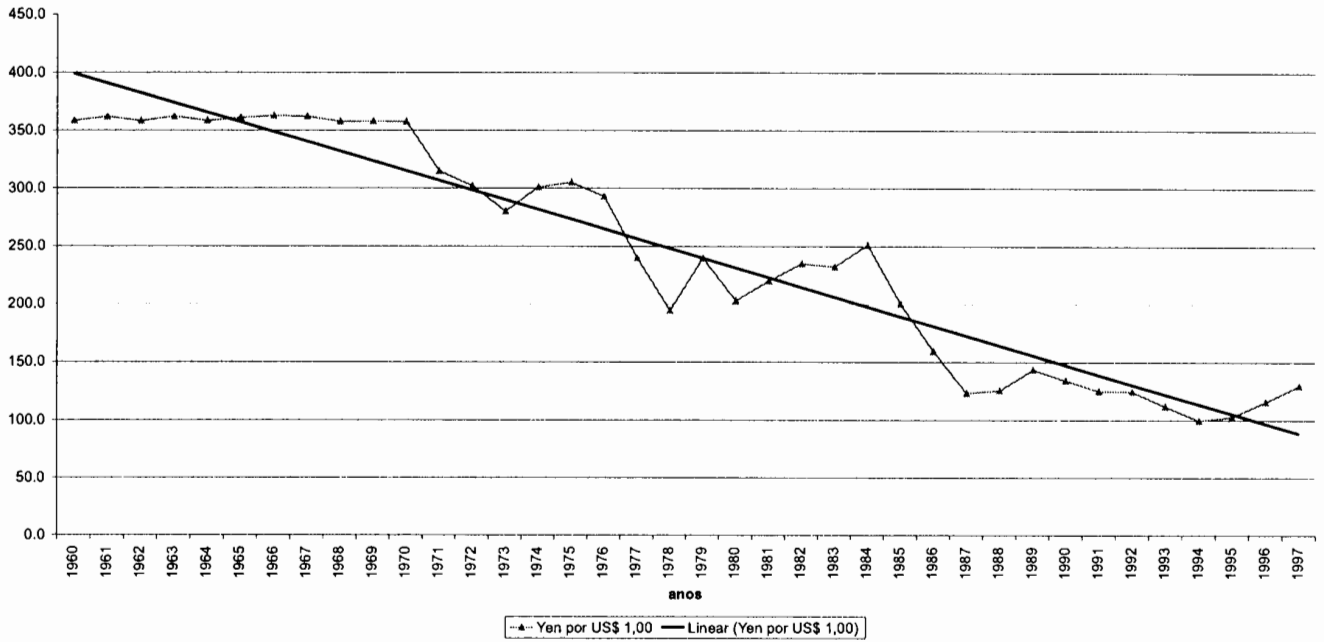
Fontes: Estatisticas financeiras internacionais, Anuário do FMI -1997 e 1998.
Anuário Estatístico da ONU - 1964, 1966,1968 e 1971.

XI - MARCOS POR US$ 1,00



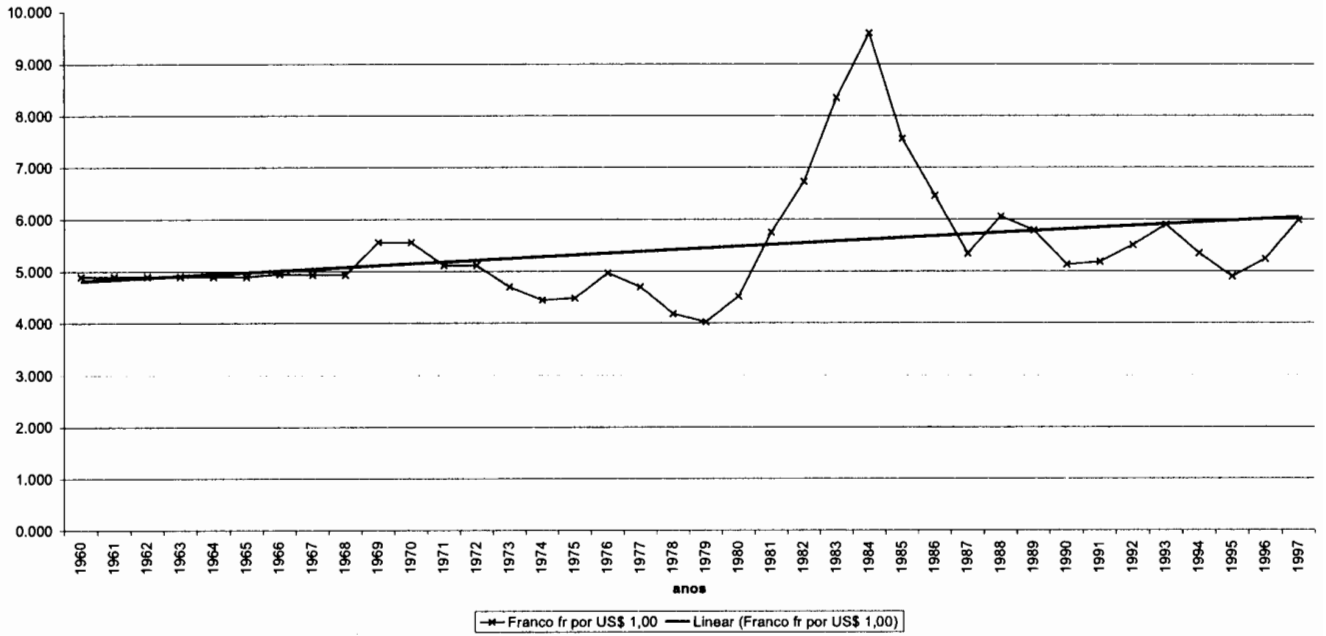
Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, aAnuário do FMI - 1997 e 1998.
Anuário Estatístico da ONU - 1964, 1966, 1968 e1971.

XII - Yene por US$ 1,00



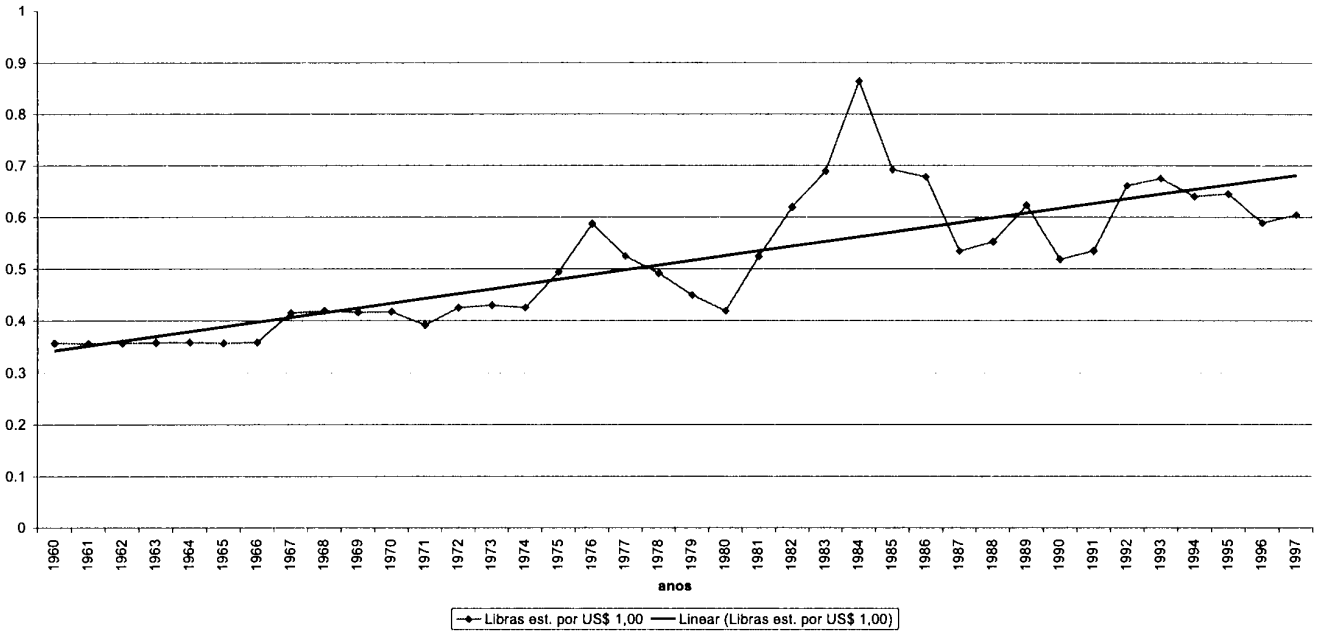
Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI - 1997 e 1998.
Anuário Estatístico da ONU - 1964, 1966, 1968 e1971.

XIII - Franco francês por US$ 1,00



Fonte: Estatística Financeiras Internacionais, Anuário do FMI - 1997 e 1998.
Anuário Estatístico da ONU - 1964, 1966, 1968 e1971.

XIV - Libras esterlinas por US$ 1,00



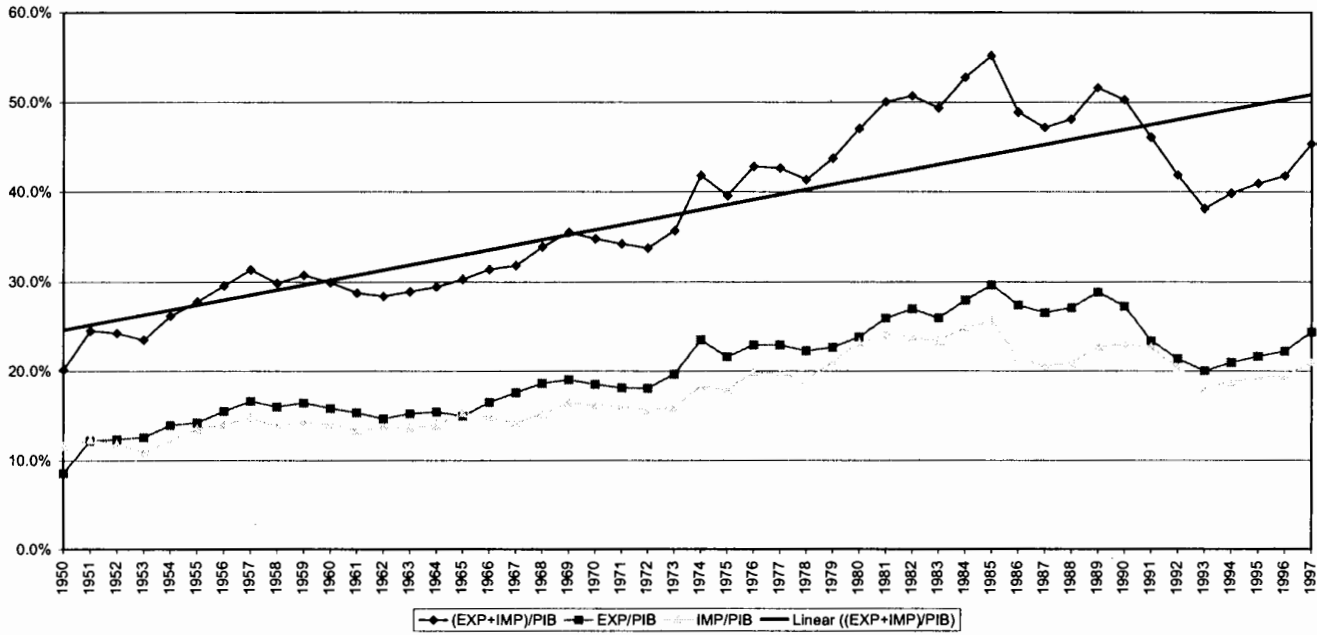
Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI - 1997 e 1998.
Anuário Éstatístico da ONU - 1964, 1966, 1968 e 1971.

XV - PIB, Taxa de Câmbio da Alemanha e B. Comercial em rel. ao PIB 1950-97

Ano	PIB em bilhões de Marcos	var. % do PIB em rel. ao ano anterior, em Marcos	Taxa de Câmbio (D.M. por US$1,00)	PIB em bilhões de US$ (pelo câmbio do ano)	var. % do PIB em rel. ao ano anterior, em US$	Exportação	EXP/PIB	Importação	IMP/PIB	Saldo	SD/PIB	(EXP+IMP)/ PIB
						bilhões de dólares						
1949			4.2000	0.00		0.985		1.868		-0.883		
1950	97.8		4.1950	23.31		1.993	8.5%	2.711	11.6%	-0.718	-3.1%	20.2%
1951	119.5	22.19%	4.1950	28.49	22.19%	3.475	12.2%	3.510	12.3%	-0.035	-0.1%	24.5%
1952	136.5	14.23%	4.1950	32.54	14.23%	4.031	12.4%	3.862	11.9%	0.169	0.5%	24.3%
1953	147.0	7.69%	4.2000	35.00	7.56%	4.411	12.6%	3.812	10.9%	0.599	1.7%	23.5%
1954	158.2	7.62%	4.2000	37.67	7.62%	5.246	13.9%	4.604	12.2%	0.642	1.7%	26.2%
1955	180.8	14.29%	4.2000	43.05	14.29%	6.123	14.2%	5.827	13.5%	0.296	0.7%	27.8%
1956	199.0	10.07%	4.2000	47.38	10.07%	7.348	15.5%	6.658	14.1%	0.690	1.5%	29.6%
1957	216.4	8.74%	4.2000	51.52	8.74%	8.564	16.6%	7.591	14.7%	0.973	1.9%	31.4%
1958	231.2	6.84%	4.2000	55.05	6.84%	8.810	16.0%	7.630	13.9%	1.180	2.1%	29.9%
1959	250.4	8.30%	4.2000	59.62	8.30%	9.806	16.4%	8.530	14.3%	1.276	2.1%	30.8%
1960	302.8	20.93%	4.2000	72.10	20.93%	11.415	15.8%	10.172	14.1%	1.243	1.7%	29.9%
1961	331.8	9.58%	4.0333	82.27	14.11%	12.651	15.4%	11.011	13.4%	1.640	2.0%	28.8%
1962	360.9	8.77%	4.0000	90.23	9.68%	13.244	14.7%	12.375	13.7%	0.869	1.0%	28.4%
1963	382.5	5.99%	4.0000	95.63	5.99%	14.578	15.2%	13.070	13.7%	1.508	1.6%	28.9%
1964	420.3	9.88%	4.0000	105.08	9.88%	16.230	15.4%	14.710	14.0%	1.520	1.4%	29.4%
1965	459.3	9.28%	4.0000	114.83	9.28%	17.193	15.0%	17.612	15.3%	-0.419	-0.4%	30.3%
1966	488.3	6.31%	4.0000	122.08	6.31%	20.157	16.5%	18.167	14.9%	1.990	1.6%	31.4%
1967	494.5	1.27%	4.0000	123.63	1.27%	21.761	17.6%	17.546	14.2%	4.215	3.4%	31.8%
1968	533.3	7.85%	4.0000	133.33	7.85%	24.888	18.7%	20.295	15.2%	4.593	3.4%	33.9%
1969	597.0	11.94%	3.9433	151.40	13.55%	28.852	19.1%	24.876	16.4%	3.976	2.6%	35.5%
1970	675.3	13.12%	3.6600	184.51	21.87%	34.228	18.6%	29.947	16.2%	4.281	2.3%	34.8%
1971	749.8	11.03%	3.5074	213.78	15.86%	38.845	18.2%	34.293	16.0%	4.552	2.1%	34.2%
1972	823.1	9.78%	3.1886	258.14	20.75%	46.736	18.1%	40.378	15.6%	6.358	2.5%	33.7%
1973	917.3	11.44%	2.6726	343.22	32.96%	67.563	19.7%	54.891	16.0%	12.672	3.7%	35.7%
1974	983.9	7.26%	2.5878	380.21	10.78%	89.368	23.5%	69.661	18.3%	19.707	5.2%	41.8%
1975	1,026.6	4.34%	2.4603	417.27	9.75%	90.176	21.6%	74.930	18.0%	15.246	3.7%	39.6%
1976	1,120.5	9.15%	2.5180	445.00	6.65%	102.162	23.0%	88.421	19.9%	13.741	3.1%	42.8%
1977	1,195.3	6.68%	2.3222	514.73	15.67%	118.072	22.9%	101.458	19.7%	16.614	3.2%	42.6%
1978	1,283.6	7.39%	2.0086	639.05	24.15%	142.453	22.3%	121.754	19.1%	20.699	3.2%	41.3%
1979	1,388.4	8.16%	1.8329	757.49	18.53%	171.804	22.7%	159.646	21.1%	12.158	1.6%	43.8%
1980	1,470.9	5.94%	1.8177	809.21	6.83%	192.860	23.8%	188.002	23.2%	4.858	0.6%	47.1%
1981	1,535.5	4.39%	2.2600	679.42	-16.04%	176.047	25.9%	163.941	24.1%	12.106	1.8%	50.0%
1982	1,586.9	3.35%	2.4266	653.96	-3.75%	176.424	27.0%	155.323	23.8%	21.101	3.2%	50.7%
1983	1,667.1	5.05%	2.5533	652.92	-0.16%	169.417	25.9%	152.877	23.4%	16.540	2.5%	49.4%
1984	1,749.6	4.95%	2.8459	614.78	-5.84%	171.735	27.9%	153.022	24.9%	18.713	3.0%	52.8%
1985	1,826.1	4.37%	2.9440	620.28	0.89%	183.933	29.7%	158.488	25.6%	25.445	4.1%	55.2%
1986	1,927.9	5.57%	2.1715	887.82	43.13%	243.326	27.4%	190.872	21.5%	52.454	5.9%	48.9%
1987	1,991.2	3.28%	1.7974	1,107.82	24.78%	294.369	26.6%	228.441	20.6%	65.928	6.0%	47.2%
1988	2,094.2	5.17%	1.7562	1,192.46	7.64%	323.323	27.1%	250.467	21.0%	72.856	6.1%	48.1%
1989	2,223.6	6.18%	1.8800	1,182.77	-0.81%	341.231	28.9%	269.702	22.8%	71.529	6.0%	51.7%
1990	2,429.4	9.26%	1.6157	1,503.62	27.13%	410.104	27.3%	346.153	23.0%	63.951	4.3%	50.3%
1991	2,853.6	17.46%	1.6595	1,719.55	14.36%	402.843	23.4%	389.908	22.7%	12.935	0.8%	46.1%
1992	3,075.6	7.78%	1.5617	1,969.39	14.53%	422.271	21.4%	402.441	20.4%	19.830	1.0%	41.9%
1993	3,154.9	2.58%	1.6533	1,908.24	-3.10%	382.472	20.0%	346.027	18.1%	36.445	1.9%	38.2%
1994	3,320.3	5.24%	1.6228	2,046.03	7.22%	429.722	21.0%	385.351	18.8%	44.371	2.2%	39.8%
1995	3,459.6	4.20%	1.4331	2,414.07	17.99%	523.802	21.7%	464.271	19.2%	59.531	2.5%	40.9%
1996	3,540.0	2.32%	1.5048	2,352.47	-2.55%	524.198	22.3%	458.783	19.5%	65.415	2.8%	41.8%
1997	3,646.3	3.00%	1.7341	2,102.70	-10.62%	512.427	24.4%	441.742	21.0%	70.685	3.4%	45.4%

Fontes: Estatisticas financeiras internacionais, Anuário do FMI -1997 e 1998.
Anuário Estatístico da ONU - 1964, 1966,1968 e 1971.

XVI - EXP. & IMP. em rel. ao PIB, Alemanha 1950-97



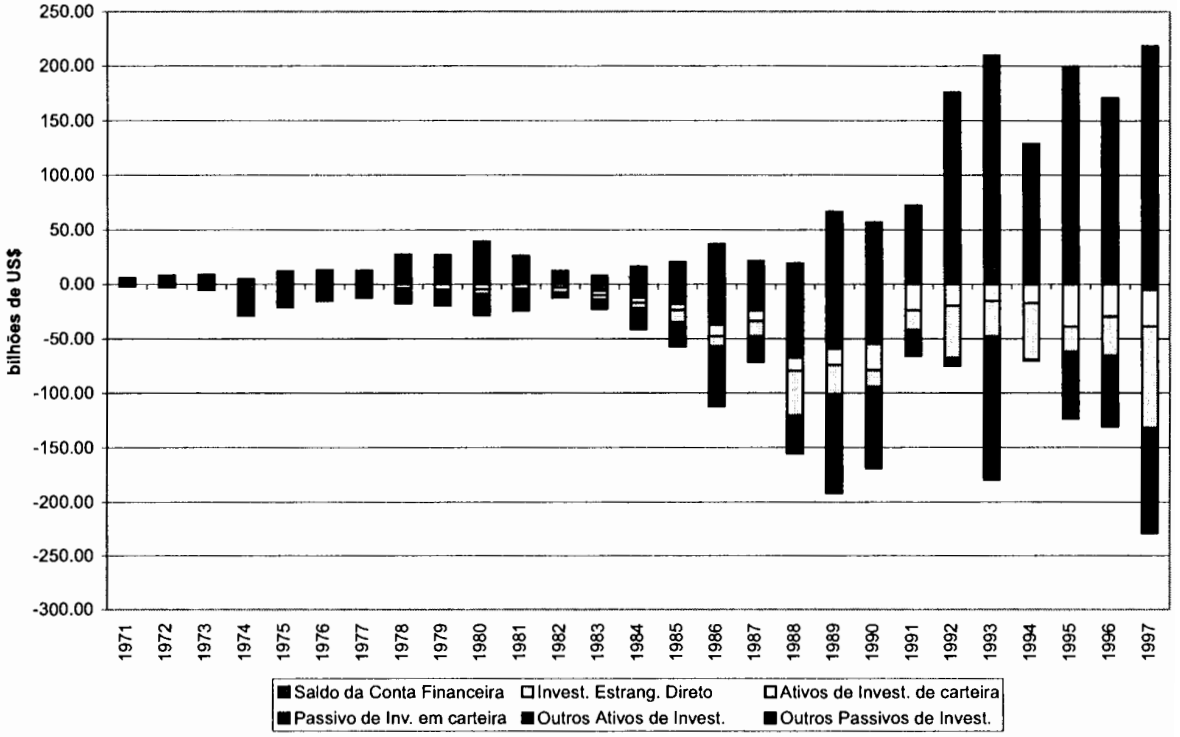
Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI - 1979 e 1998.

XVII - Conta Financeira, Alemanha 1971 - 1997

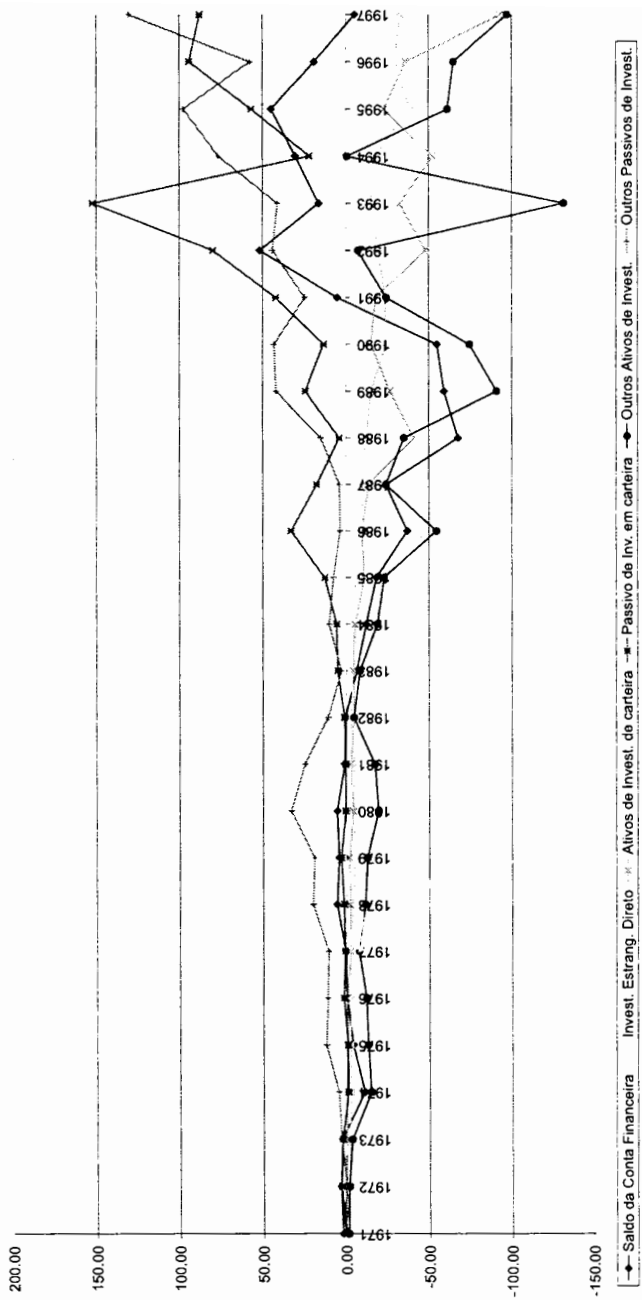
	Conta Financeira													
	Saldo da Conta Financeira	**Invest. Estrang. Direto**	**Ativos de Invest. de carteira**	Títulos de partic.em Capital	Títulos de Dívida	**Passivo de Inv. em carteira**	Títulos de partic. em Capital	Títulos de Dívida	**Outros Ativos de Invest.**	Bancos	Outros setores	**Outros Passivos de Invest.**	Bancos	Outros setores
ano	**bilhões de dólares**													
1971	2.50	-1.20	0.16	-0.18	0.34	0.57	0.11	0.47	-0.91	0.11	-0.89	2.78	1.50	1.16
1972	3.67	-1.81	1.27	-0.09	1.35	3.37	0.94	2.43	-1.18	0.16	-0.95	0.12	0.21	-0.60
1973	2.88	-1.96	0.12	0.06	0.06	2.55	-0.10	2.65	-3.24	-1.71	-0.76	3.29	0.96	3.24
1974	-10.82	-2.13	-0.42	-0.16	-0.26	-0.75	0.02	-0.77	-14.68	-5.73	-8.12	4.97	1.45	2.97
1975	-3.94	-2.18	-1.08	-0.51	-0.58	-0.57	0.78	-1.75	-13.06	-10.71	-1.74	12.26	4.97	4.30
1976	-0.18	-2.61	-0.35	0.17	-0.52	1.86	0.65	1.21	-11.94	-5.19	-6.06	11.53	6.19	3.14
1977	0.75	-2.42	-2.36	-0.38	-1.98	1.05	0.70	0.35	-7.45	-3.81	-3.10	10.96	5.53	5.32
1978	5.76	-3.94	-2.07	-0.31	-1.76	1.62	1.52	0.10	-11.43	-5.67	-4.71	19.97	14.19	2.13
1979	4.49	-5.02	-1.82	0.41	-2.23	3.18	1.00	2.17	-12.66	-3.84	-8.15	19.08	15.96	3.77
1980	5.65	-4.70	-4.19	-0.21	-3.98	0.45	0.32	0.13	-19.41	-8.55	-10.30	33.17	3.18	12.12
1981	1.00	-4.48	-2.67	0.05	-2.72	0.42	1.06	-0.65	-17.34	-7.03	-8.54	24.78	3.51	12.41
1982	0.50	-3.02	-4.59	-0.17	-4.42	1.07	0.21	0.86	-4.62	0.66	-3.49	10.92	-0.06	5.47
1983	-6.35	-3.67	-4.20	-1.87	-2.33	5.11	1.11	4.00	-8.33	-0.41	-5.37	3.02	-2.62	2.59
1984	-12.16	-4.66	-5.42	-0.04	-5.38	5.87	1.29	4.59	-18.83	-7.83	-8.86	10.34	6.50	2.46
1985	-18.30	-5.30	-11.03	-1.57	-9.46	12.85	2.11	10.74	-22.92	-15.73	-5.62	7.61	6.90	0.23
1986	-36.97	-10.56	-9.73	-2.21	-7.53	33.15	6.82	26.34	-54.49	-34.75	-17.73	3.64	11.54	-7.93
1987	-24.00	-9.76	-13.76	0.12	-13.88	17.60	-0.79	18.39	-24.01	-16.13	-5.21	4.12	11.50	0.23
1988	-67.56	-12.07	-40.82	-10.18	-30.64	4.17	3.02	1.16	-34.92	-15.16	-17.18	15.06	11.24	6.01
1989	-59.07	-15.26	-26.63	-4.97	-21.66	24.41	12.08	12.32	-90.85	-47.13	-39.15	42.12	22.58	9.43
1990	-54.78	-24.20	-15.17	1.06	-16.23	13.44	-1.90	15.34	-74.67	-38.20	-28.54	43.28	26.22	16.42
1991	5.22	-23.72	-17.96	-8.64	-9.31	42.24	1.64	40.61	-24.28	-2.19	-16.92	24.82	10.51	20.67
1992	51.80	-19.67	-48.06	-40.45	-7.61	80.00	-2.80	82.80	-7.29	3.63	-4.54	44.18	48.01	6.88
1993	16.21	-15.26	-32.66	-16.80	-15.86	152.39	7.54	144.85	-131.42	-88.21	-36.13	41.22	35.34	3.72
1994	30.43	-17.26	-52.18	-20.97	-31.21	21.89	3.92	17.97	-0.62	14.98	-18.23	76.66	69.19	7.39
1995	44.93	-38.84	-23.08	0.28	-23.36	57.00	-1.51	58.52	-61.27	-55.18	0.35	97.70	83.71	12.80
1996	18.96	-29.52	-36.03	-16.40	-19.63	94.28	13.27	81.01	-64.89	-39.46	-25.50	57.78	36.79	18.76
1997	-5.37	-33.13	-93.29	-38.93	-54.36	87.97	12.77	75.20	-97.20	-81.51	-13.90	130.62	120.61	18.23

Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI -1998.

XVIII - Conta Financeira, Alemanha 1971-97



Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI - 1998.

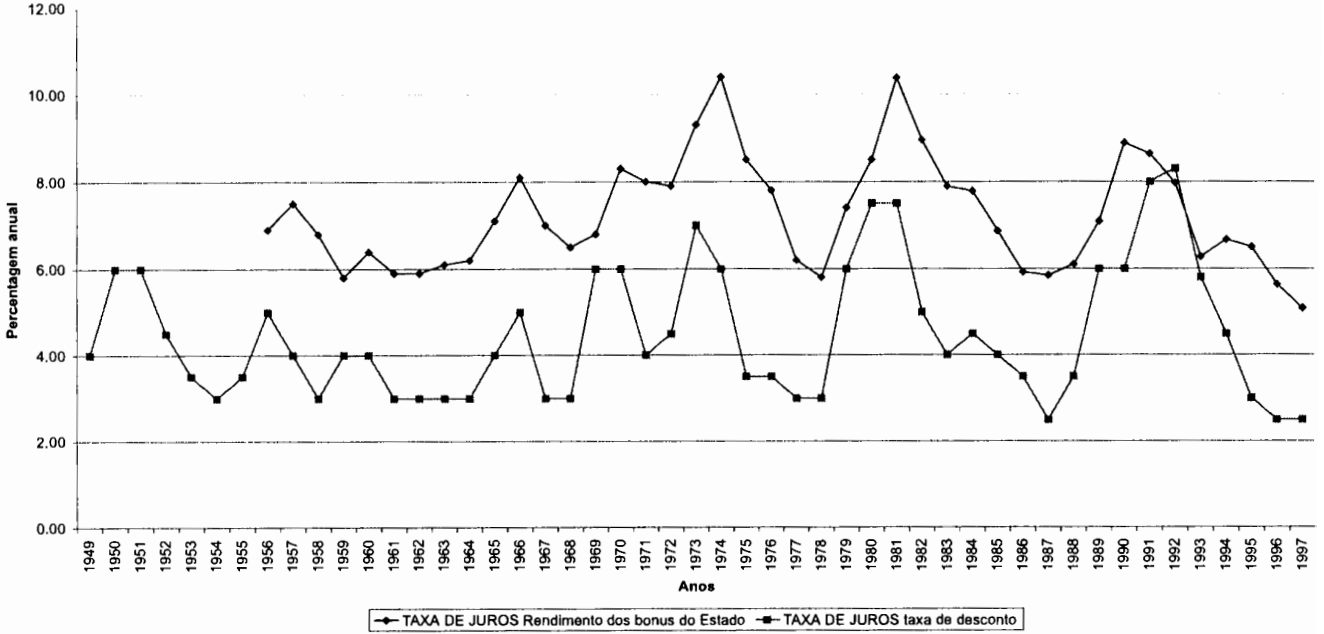

XIX - Conta Financeira, Alemanha 1971-97
bilhões de US$
200.00
150.00
100.00
50.00
0.00
-50.00
-100.00
-150.00
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
Saldo da Conta Financeira
Invest. Estrang. Direto
Ativos de Invest. da carteira
Passivo de Inv. em carteira
Outros Ativos de Invest.
Outros Passivos de Invest.

XX - TAXA DE JUROS - ALEMANHA

	TAXA DE JUROS	
Ano	Rendimento dos bonus do Estado	taxa de desconto
	percentagem anual	
1949		4.0
1950		6.0
1951		6.0
1952		4.5
1953		3.5
1954		3.0
1955		3.5
1956	6.90	5.0
1957	7.50	4.0
1958	6.80	3.0
1959	5.80	4.0
1960	6.40	4.0
1961	5.90	3.0
1962	5.90	3.0
1963	6.10	3.0
1964	6.20	3.0
1965	7.10	4.0
1966	8.10	5.0
1967	7.00	3.0
1968	6.50	3.0
1969	6.80	6.0
1970	8.30	6.0
1971	8.00	4.0
1972	7.90	4.5
1973	9.30	7.0
1974	10.40	6.0
1975	8.50	3.5
1976	7.80	3.5
1977	6.20	3.0
1978	5.80	3.0
1979	7.40	6.0
1980	8.50	7.5
1981	10.38	7.5
1982	8.95	5.0
1983	7.89	4.0
1984	7.78	4.5
1985	6.87	4.0
1986	5.92	3.5
1987	5.84	2.5
1988	6.10	3.5
1989	7.09	6.0
1990	8.88	6.0
1991	8.63	8.0
1992	7.96	8.3
1993	6.28	5.8
1994	6.67	4.5
1995	6.50	3.0
1996	5.63	2.5
1997	5.08	2.5

Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI - 1979 e 1998.

XXI - TAXA DE JUROS - ALEMANHA



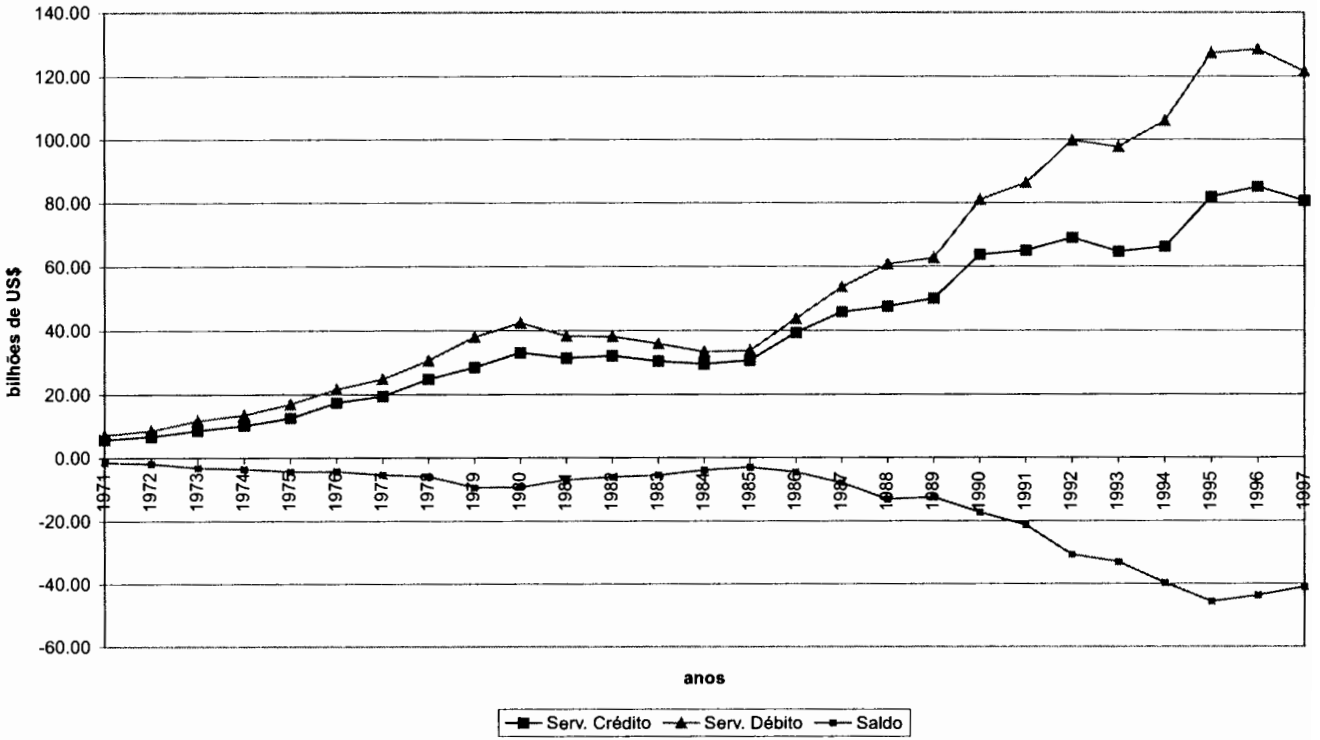
Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI - 1979 e 1998.

XXII - Serviços EXP. e IMP. Alemanha 1971-97

SERVIÇOS, EXPORT. & IMPORTAÇÃO, ALEMANHA 1971-1997							
ANOS							
	Serv. Crédito	Serv. Débito	Saldo		Serv. Créd.	Serv. Déb.	Saldo
	bilhões de dólares				var. % em rel. ao ano anterior		
1971	5.83	7.23	-1.40				
1972	6.74	8.56	-1.82		15.6%	18.4%	30.0%
1973	8.64	11.73	-3.09		28.2%	37.0%	69.8%
1974	10.14	13.58	-3.44		17.4%	15.8%	11.3%
1975	12.59	16.91	-4.32		24.2%	24.5%	25.6%
1976	17.46	21.65	-4.19		38.7%	28.0%	-3.0%
1977	19.51	24.81	-5.30		11.7%	14.6%	26.5%
1978	24.82	30.67	-5.85		27.2%	23.6%	10.4%
1979	28.57	37.96	-9.39		15.1%	23.8%	60.5%
1980	33.06	42.38	-9.32		15.7%	11.6%	-0.7%
1981	31.37	38.27	-6.90		-5.1%	-9.7%	-26.0%
1982	32.09	38.09	-6.00		2.3%	-0.5%	-13.0%
1983	30.43	35.86	-5.43		-5.2%	-5.9%	-9.5%
1984	29.53	33.30	-3.77		-3.0%	-7.1%	-30.6%
1985	30.67	33.64	-2.97		3.9%	1.0%	-21.2%
1986	39.33	43.76	-4.43		28.2%	30.1%	49.2%
1987	45.83	53.70	-7.87		16.5%	22.7%	77.7%
1988	47.60	60.75	-13.15		3.9%	13.1%	67.1%
1989	50.06	62.62	-12.56		5.2%	3.1%	-4.5%
1990	63.70	81.00	-17.30		27.2%	29.4%	37.7%
1991	65.06	86.24	-21.18		2.1%	6.5%	22.4%
1992	69.02	99.70	-30.68		6.1%	15.6%	44.9%
1993	64.70	97.76	-33.06		-6.3%	-1.9%	7.8%
1994	66.25	105.94	-39.69		2.4%	8.4%	20.1%
1995	81.85	127.33	-45.48		23.5%	20.2%	14.6%
1996	84.98	128.52	-43.54		3.8%	0.9%	-4.3%
1997	80.54	121.50	-40.96		-5.2%	-5.5%	-5.9%

Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI, 1998.

XXIII - EXP. & IMP. DE SERVIÇOS, ALEMANHA,1971-1997

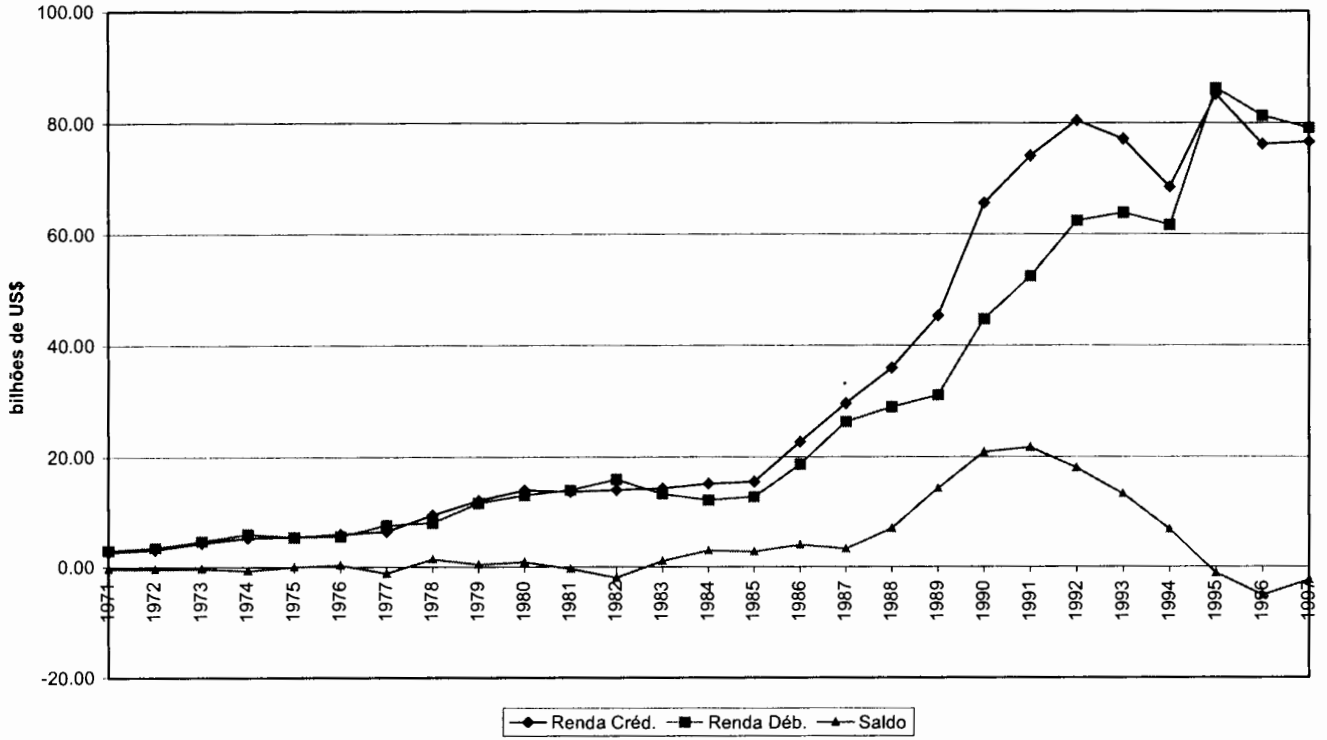


XXIV - Renda Créd. & Déb., Alemanha 1971-97

Renda Créd. & Déb., Alemanha 1971-97							
ano	Renda Créd.	Renda Déb.	Saldo		Renda Créd.	Renda Déb.	Saldo
	bilhões de dólares				var. % em rel. ao ano anterior		
1971	2.67	3.03	-0.36				
1972	3.15	3.53	-0.38		18.0%	16.5%	5.6%
1973	4.39	4.75	-0.36		39.4%	34.6%	-5.3%
1974	5.37	6.03	-0.66		22.3%	26.9%	83.3%
1975	5.50	5.47	0.03		2.4%	-9.3%	-104.5%
1976	5.98	5.64	0.34		8.7%	3.1%	1033.3%
1977	6.47	7.61	-1.14		8.2%	34.9%	-435.3%
1978	9.47	8.06	1.41		46.4%	5.9%	-223.7%
1979	12.07	11.62	0.45		27.5%	44.2%	-68.1%
1980	13.96	13.04	0.92		15.7%	12.2%	104.4%
1981	13.67	14.02	-0.35		-2.1%	7.5%	-138.0%
1982	14.00	15.98	-1.98		2.4%	14.0%	465.7%
1983	14.31	13.22	1.09		2.2%	-17.3%	-155.1%
1984	15.16	12.15	3.01		5.9%	-8.1%	176.1%
1985	15.55	12.75	2.80		2.6%	4.9%	-7.0%
1986	22.69	18.64	4.05		45.9%	46.2%	44.6%
1987	29.66	26.33	3.33		30.7%	41.3%	-17.8%
1988	36.00	28.97	7.03		21.4%	10.0%	111.1%
1989	45.39	31.10	14.29		26.1%	7.4%	103.3%
1990	65.60	44.77	20.83		44.5%	44.0%	45.8%
1991	74.15	52.46	21.69		13.0%	17.2%	4.1%
1992	80.44	62.45	17.99		8.5%	19.0%	-17.1%
1993	77.13	63.85	13.28		-4.1%	2.2%	-26.2%
1994	68.51	61.68	6.83		-11.2%	-3.4%	-48.6%
1995	85.17	86.32	-1.15		24.3%	39.9%	-116.8%
1996	76.19	81.31	-5.12		-10.5%	-5.8%	345.2%
1997	76.65	79.08	-2.43		0.6%	-2.7%	-52.5%

Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI - 1998.

XXV - Renda, Crédito e Débito, Alemanha 1971-1997



XXVI- Transferências Correntes, Alemanha 1971-97

Transferências Correntes, Alemanha 1971-1997							
ano	Transf. Cor. Créd.	Transf. Cor. Déb.	Saldo		Transf. Cor. Créd.	Transf. Cor. Déb.	Saldo
	bilhões de dólares				var.% em relação ao ano anterior		
1971	1.37	4.03	-2.66				
1972	1.65	5.11	-3.46		20.4%	26.8%	30.1%
1973	2.54	7.35	-4.81		53.9%	43.8%	39.0%
1974	2.95	8.29	-5.34		16.1%	12.8%	11.0%
1975	2.98	9.27	-6.29		1.0%	11.8%	17.8%
1976	3.50	11.17	-7.67		17.4%	20.5%	21.9%
1977	5.16	13.29	-8.13		47.4%	19.0%	6.0%
1978	7.13	16.61	-9.48		38.2%	25.0%	16.6%
1979	7.65	19.24	-11.59		7.3%	15.8%	22.3%
1980	8.01	20.87	-12.86		4.7%	8.5%	11.0%
1981	6.99	18.66	-11.67		-12.7%	-10.6%	-9.3%
1982	6.68	17.99	-11.31		-4.4%	-3.6%	-3.1%
1983	7.32	17.80	-10.48		9.6%	-1.1%	-7.3%
1984	7.13	18.30	-11.17		-2.6%	2.8%	6.6%
1985	7.02	17.70	-10.68		-1.5%	-3.3%	-4.4%
1986	10.77	24.16	-13.39		53.4%	36.5%	25.4%
1987	12.15	29.21	-17.06		12.8%	20.9%	27.4%
1988	11.68	31.55	-19.87		-3.9%	8.0%	16.5%
1989	10.48	30.19	-19.71		-10.3%	-4.3%	-0.8%
1990	13.07	36.82	-23.75		24.7%	22.0%	20.5%
1991	13.42	51.04	-37.62		2.7%	38.6%	58.4%
1992	14.90	49.56	-34.66		11.0%	-2.9%	-7.9%
1993	13.38	48.67	-35.29		-10.2%	-1.8%	1.8%
1994	13.89	52.88	-38.99		3.8%	8.7%	10.5%
1995	16.87	57.91	-41.04		21.5%	9.5%	5.3%
1996	17.75	54.09	-36.34		5.2%	-6.6%	-11.5%
1997	16.22	48.70	-32.48		-8.6%	-10.0%	-10.6%

Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI - 1998.

XXVII - Transferências Correntes, Alemanha 1971-97

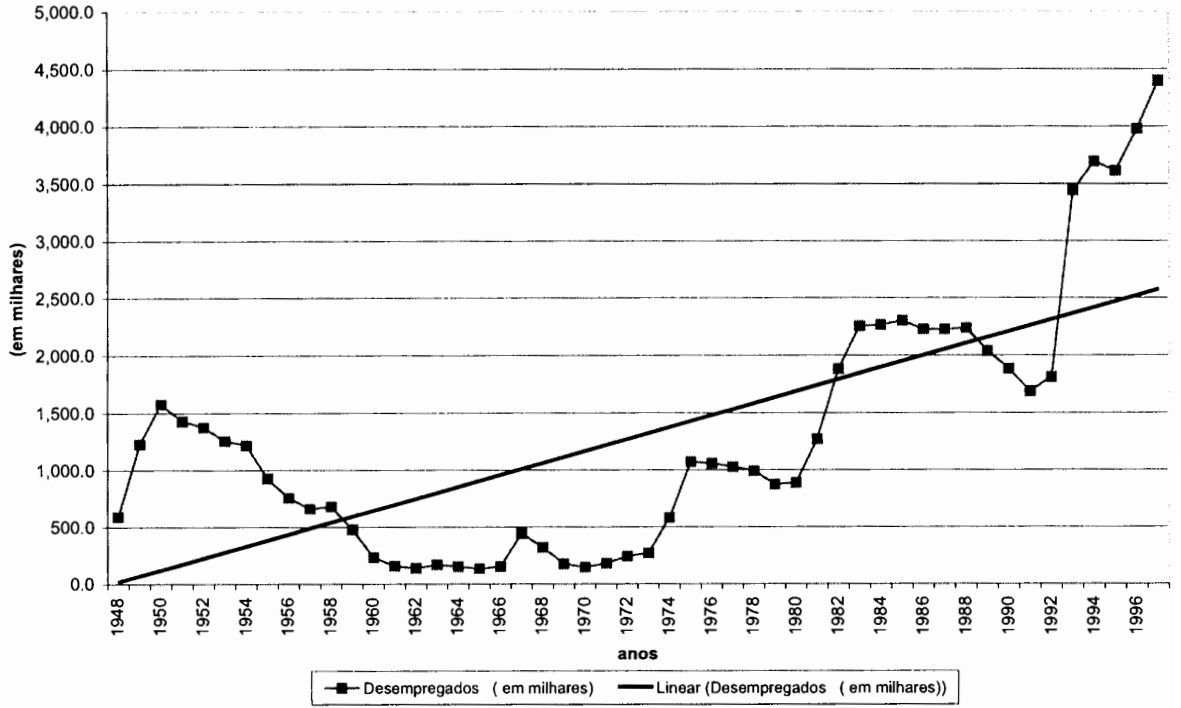


XXVIII - Desemprego na Alemanha, volume e percentagem.

DESEMPREGO, ALEMANHA 1948-1997		
Ano	Desempregados (em milhares)	taxa de desemprego (%)
1948	591.5	4.2
1949	1,229.7	8.3
1950	1,579.8	10.2
1951	1,432.3	9.0
1952	1,379.2	8.4
1953	1,258.6	7.5
1954	1,220.6	7.0
1955	928.3	5.1
1956	761.4	4.0
1957	662.3	3.4
1958	683.1	3.5
1959	479.9	2.4
1960	237.4	1.2
1961	161.1	0.8
1962	142.4	0.7
1963	174.2	0.8
1964	157.4	0.7
1965	139.2	0.6
1966	154.3	0.7
1967	444.6	2.1
1968	323.5	1.5
1969	178.6	0.9
1970	148.8	0.7
1971	185.1	0.8
1972	246.4	1.1
1973	273.5	1.2
1974	582.5	2.6
1975	1,074.2	4.7
1976	1,060.3	4.6
1977	1,030.0	4.5
1978	992.9	4.3
1979	876.1	3.8
1980	888.9	3.8
1981	1,271.6	5.5
1982	1,883.2	7.5
1983	2,258.2	9.1
1984	2,265.6	9.1
1985	2,304.0	9.3
1986	2,228.0	9.0
1987	2,228.0	8.9
1988	2,241.6	8.7
1989	2,037.8	7.9
1990	1,883.1	7.2
1991	1,689.4	6.3
1992	1,808.3	6.6
1993	3,442.6	9.8
1994	3,692.7	10.6
1995	3,611.9	10.4
1996	3,980.0	11.5
1997	4,400.0	12.7

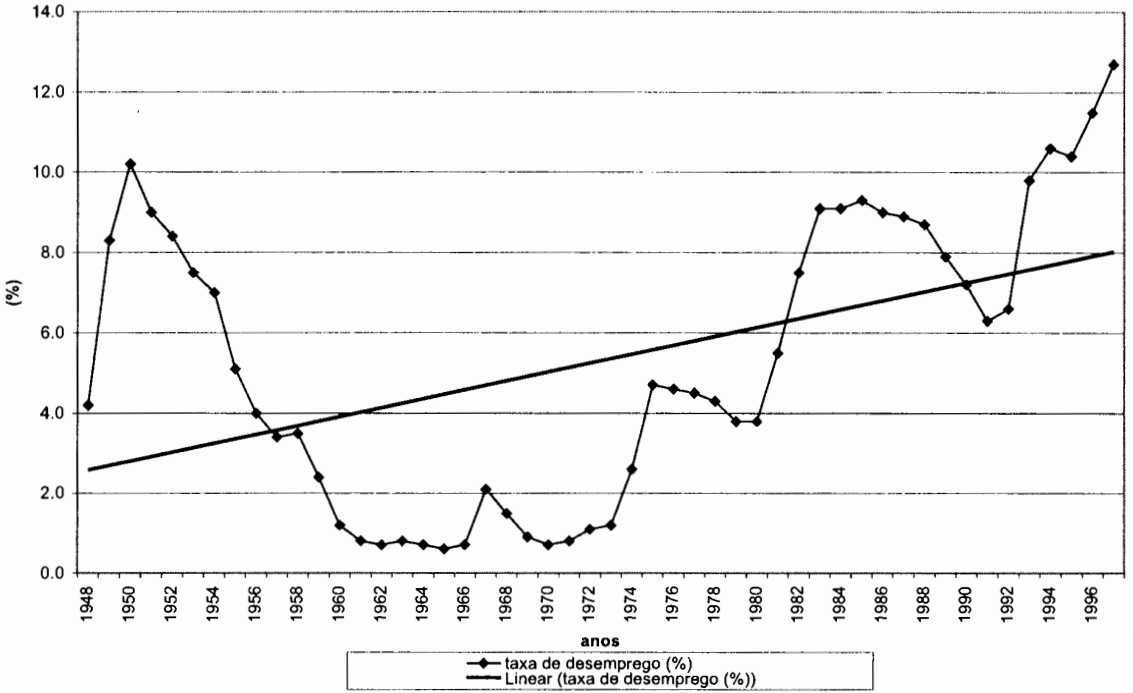
Fonte: Anuário estatístico da ONU, 1955, 1961, 1962, 1967, 1972, 1978, 1983/84, 1988/89, 1992 e 1995.
Anuário estatístico da OIT, 1994.
Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI, 1998.

XXIX - DESEMPREGO NA ALEMANHA, VOLUME



Fonte: Anuário estatístico da ONU, 1955, 1961, 1962, 1967, 1972, 1978, 1983/84, 1988/89, 1992 e 1995.
Anuário estatístico da OIT, 1994.
Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI, 1998.

XXX - Taxa de desemprego na Alemanha, 1946-97.



Fonte: Anuário estatístico da ONU, 1955, 1961, 1962, 1967, 1972, 1978, 1983/84, 1988/89, 1992 e 1995.
Anuário estatístico da OIT, 1994.
Estatísticas Financeiras Internacionais, Anuário do FMI, 1998.

Os desafios da Política Externa Alemã Contemporânea

*Christian Lohbauer**

A fase em que a Alemanha dependia das potências ocidentais para garantir sua segurança e desenvolvimento está definitivamente ultrapassada. A atuação militar ativa do país durante o conflito do Kosovo em 1999, algo que não acontecia desde a Segunda Guerra Mundial, demonstra como se transformou a política externa da Alemanha desde o início do processo de unificação, a pouco mais de uma década.

Dentro das organizações internacionais a Alemanha tem assumido responsabilidades mais abrangentes que despertam o velho temor de uma Alemanha mais poderosa, virulenta, que possa trazer de volta os fantasmas da dominação autoritária do passado. É compreensível que as tragédias do passado criem um certo receio do que possa acontecer no futuro. A visão de que as grandes corporações alemãs estão ocupando posições de dominação econômica, que os militares nunca alcançaram, é compartilhada por alguns observadores e acadêmicos. No entanto, uma abordagem mais adequada parte apenas da constatação racional de que a República Federal da Alemanha dispõe de um indiscutível e significativo potencial econômico e estratégico a seu favor. Esse potencial pode ser aproveitado de várias maneiras, entre elas, como um meio de assegurar uma hegemonia regional.

Para se identificar quais os reais objetivos que a "República de Berlim" irá perseguir para usufruir sua condição favorecida de desenvolvimento econômico e posição estratégica, é necessário analisar cinco aspectos fundamentais para a estabilidade alemã: as condições

* Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Bolsista da Fundação Konrad Adenauer na Universidade de Bonn (1995-1997), e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais (NUPRI/USP).

econômicas em que se encontra o país; a perspectiva de aprofundamento da União Européia e as relações com a França; a manutenção da estabilidade do Leste Europeu incluindo a Rússia; as relações de parceria com os Estados Unidos; e a presença da Alemanha em organizações internacionais incluindo as Nações Unidas.

Visto de fora da Alemanha, a articulação de interesses claros em matéria de política externa dentro do país não é gerador de tranqüilidade, principalmente quando se volta a pronunciar palavras como **interesse nacional**, **poder** ou **nação alemã**, depois de mais de cinqüenta anos em que tais termos se tornaram tabu. Mas a questão fundamental a ser analisada é se o país saberá lidar responsavelmente com o poder inquestionável que detém, ou, em outra palavras, utilizará políticas que desqualifiquem as inquietações dos seus parceiros.

As transformações na economia e na sociedade

As dificuldades que enfrenta o atual governo de Gerhard Schröeder vão além das fissuras dentro do Partido Social-Democrata (SPD) ou das diferenças entre os partidos da coligação social-democrata/verdes que compõe o governo atual. A necessidade de reestruturação econômica da Alemanha e os reflexos políticos desta enorme tarefa têm suas causas na queda do Muro de Berlim, que gerou a unificação do país em 1990.

Durante 40 anos, a Alemanha Federal apresentou um dos mais estáveis, sólidos e democráticos sistemas políticos do mundo, fazendo com que sua política interna fosse considerada monótona comparada a outras nações européias, para não comparar com algumas latino-americanas. A Alemanha Ocidental seguia o seu caminho de "gigante econômico e anão político", uma atuação *low profile* imposta pela bipolaridade internacional e por sua condição de nação de soberania limitada. Depois da unificação a República Federal da Alemanha se transformou em um novo país. Seu território aumentou cerca de 30%, sua

população 25% (16,5 milhões de alemães orientais) e seu produto nacional em cerca de 15%. As diferenças econômicas e sociais entre as duas Alemanhas eram muito maiores do que se calculava. O país iniciava um novo momento de sua história com uma política externa e de segurança livres de intervenção externa.

Até 1998 o chanceler Helmut Kohl liderou um difícil processo de reconstrução da estrutura econômica ao mesmo tempo em que trabalhou para romper as diferenças sociais entre os dois lados. Os resultados positivos obtidos por Kohl são inquestionáveis. O país enfrentou um curto período de baixo crescimento em 1991-92 para voltar a um crescimento um pouco mais consistente entre 1994 e 1998.[1] Apesar da enorme carga de ajustes macroeconômicos necessários para agregar os cinco novos *Länder,* o país logrou cumprir os critérios de convergência determinados no Tratado de Maastricht referentes à união econômica e monetária. Kohl seguiu o caminho do aprofundamento da União Européia insistindo no processo de fortalecimento da democracia e da economia social de mercado, ao mesmo tempo em que procurou reparar os estragos individuais e coletivos provocados pelo comunismo.

Além de conjunturais, as dificuldades de Gerhard Schröeder estão relacionadas aos mesmos problemas que levaram ao desgaste de Kohl, resultantes das transformações geradas após a queda do Muro: as reformas econômicas e o ajuste da dimensão social.

As reformas econômicas que geram tamanha insatisfação interna porque atingem o generoso Estado social alemão, já vinham sendo apresentadas ao *Bundestag* e ao *Bundesrat* durante o último mandato de Kohl (1994-1998). Elas incluem, entre outras medidas, limites no aumento das pensões visando reduzir a espiral da dívida pública e foram bloqueadas

[1] O crescimento do Produto Interno Bruto no período foi: 1994/2,1%; 1995/1,6%; 1996/0,5%; 1997/1,5%; 1998/2,0%. Cf. Country profile – Germany. 1999-2000. *The Economist Intelligence Unit,* p. 53-54.

pela maioria social-democrata no *Bundesrat* como tática política para minar o governo democrata-cristão. A tática deu certo e ajudou os social-democratas a vencer as eleições de 1998. Mas os problemas não foram solucionados por causa disso. As dívidas do governo federal deverão chegar a US$ 800 bilhões até o fim de 1999, enquanto o serviço da dívida deve chegar a U$ 45 bilhões. A origem dessa dívida está na unificação.

Desde a liquidação formal da RDA em 1° de julho de 1990, quando foi implantada a união econômica e monetária entre as duas Alemanhas, os altos custos começaram a superar todos os cálculos feitos anteriormente. As dificuldades começaram com a decisão política de se aplicar o câmbio de 1:1 para a conversão da moeda oriental contrariando as orientações do Banco Central alemão (*Bundesbank*). O valor irreal do câmbio favoreceu a população mas inviabilizou definivamente as empresas da Alemanha Oriental e começou a onerar os cofres federais. O processo de privatizações gerenciado pela agência de privatização do governo, a *Treuhand,* também teve que aceitar preços baixos na venda de empresas em troca da garantia de investimentos e manutenção de postos de trabalho. Desde 1991 mais de US$ 750 bilhões foram investidos nos cinco novos Estados, representando uma parcela muito grande da arrecadação federal. Os alemães foram capazes de fazer esse esforço durante uma década porque implicava em um sacrifício suportável para a riqueza do país. Mas o esforço não pode durar para sempre. As transferências representam cerca de 4% do PIB ao ano. Apesar da recuperação acelerada dos novos *Länder* nos primeiros anos, desde 1997 a *performance* caiu fortemente. Depois de quase dez anos desde a unificação, ainda se calcula em mais dez anos o tempo necessário para a total adaptação dos novos estados aos níveis da ex-Alemanha Ocidental.[2] E a frustração com a morosidade no processo está refletida no quadro social.

---

[2] Sobre as análises de equiparação das economias do oeste e leste da Alemanha veja Lohbauer, Christian. Cooperação e conflito: dualidade na unificação da Alemanha. Tese de Mestrado, NAIPPE/Estudos número 4, DCP/USP, capítulo 1, parte 2, 1994, p. 5-17.

Se do muro de concreto só restaram algumas centenas de metros nos subúrbios de Berlim que servem para fotos de turistas curiosos, ainda existe um "muro psicológico" entre os alemães. Ao que tudo indica, ele levará anos para cair. A taxa de desemprego no leste ainda é quase o dobro da do oeste. Dos cerca de 4 milhões de desempregados alemães 2,5 milhões estão nos novos estados. Os salários no leste ainda são altos em relação a produtividade que permanece 25% mais baixa. Boa parte do investimento maciço que foi feito no leste através de incentivos de todos os tipos foram desperdiçados. Muitos comparam o Leste Alemão ao Sul da Itália. A total integração aos padrões ocidentais está levando mais tempo e as razões são várias: o desemprego, a falta de justiça social e a solução para a restituição das propriedades confiscadas pelos comunistas que ainda estão para serem definidas pela justiça.

O problema social reside menos na questão do padrão de vida da população do leste (que para a maioria está bem mais alto do que era antes da unificação) do que no tratamento que os ocidentais (*Wessies*) dão aos orientais (*Ossies*). Os *Ossies* alegam tratamento de cidadãos de segunda classe. Boa parte deles sentem a perda de *status* que tinham antes na RDA. O choque psicológico causado pela imediata absorção dos padrões da sociedade de consumo, do individualismo e do mercado competitivo é insuportável para muitos *Ossies*. Sua insatisfação se expressa nas palavras do mais eminente crítico da maneira como foi feita a unificação, o controvertido escritor Günther Grass, laureado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1999.

Inconformados com o próprio destino os *Ossies* têm um comportamento político instável e pouco fiel aos partidos políticos. Foram em parte responsáveis pela derrota de Kohl na disputa de um quinto mandato em 1998, depois de terem sido parte importante do capital político de Kohl em 1990. Ao mesmo tempo, não decretaram a morte do então partido comunista da RDA (SED) que mudou o nome para Partido da Democracia Socialista (PDS). Pelo contrário, o partido cresce a cada

eleição nos estados do leste e, apesar de inexistir no oeste, está com a representação garantida no *Bundestag*, além de participar de coalizões de governos regionais e municipais. Como se não fosse o bastante, a insatisfação dos alemães do leste também se manifesta na extrema direita. Enquanto a economia do leste sofre para se desenvolver crescem as organizações radicais principalmente junto a juventude do leste.

O compromisso franco-alemão: o interesse nacional e a integração européia

Não há voz discordante relevante que coloque em questão o fator essencial da aliança franco-alemã para a manutenção e consolidação da estabilidade e desenvolvimento da Europa. Apesar disso, não são raros os momentos em que a desconfiança entre ambos ressurge toda vez que uma das duas nações expõe a defesa do interesse nacional. Os "pesadelos" que vêm à memória do europeu originários das relações franco-germânicas entre 1870 e 1945 são de difícil esquecimento.

A visita das forças navais francesas a São Peterburgo em 1891, por exemplo, que gerou o tratado militar franco-russo de 1892, ficaram gravadas na memória do futuro chanceler alemão Konrad Adenauer, então com catorze anos de idade. Ao assinar o Tratado do Eliseu em 1963, selando a aliança franco-alemã com De Gaulle, Adenauer respondeu às duras críticas de norte-americanos, britânicos e "atlanticistas", contrários ao acordo, alegando guardar em sua memória a visita da frota francesa em 1891, bem como a visita do presidente Poincaré a São Petersburgo no verão de 1914. Durante décadas a Alemanha manteve um acordo com a Rússia contra a França mas quando Bismarck se despede da chancelaria do *Reich* em 1890, a França contribui para provocar o isolamento do império alemão que geraria a Primeira Guerra Mundial.[3]

[3] Cf. Schwarz, Hans-Peter. *Adenauer. Der Staatsmann 1952-1967*. Stuttgart, 1991, p. 815.

Outras passagens históricas como o Tratado de Rapallo em 1922, que selava acordo em separado entre a recém fundada República de Weimar e a URSS, tirando os soviéticos do isolamento e trazendo-os para o cenário das relações européias, podem ser citadas como fonte dos pesadelos que marcaram a história dos dois países. O Tratado de Rapallo traumatizou os franceses da mesma forma que o pacto Ribbentrop-Molotov o faria em 1939, antes da tragédia da Segunda Guerra Mundial.

A iniciativa louvável que gerou o processo de integração européia iniciado com a Comunidade Européia para o Carvão e o Aço (CECA) em 1951, que viria se ampliar com o Tratado de Roma em 1957 e a aliança Adenauer-De Gaulle, simbolizam a difícil tarefa de considerar os interesses nacionais de forma cooperativa e quebrar vagarosamente as desconfianças recíprocas. Não foi senão nos anos 80, após a decisão histórica do presidente francês François Mitterrand em abandonar o caminho individualista da França socialista durante o governo de Pierre Mauroy, guinando para uma orientação econômica mais liberal, que deu novo impulso para a integração européia. A imagem do presidente francês e do chanceler alemão Helmut Kohl no Cemitério de Douamont em 1985 simboliza o aprofudamento real do processo de união que gerou o Ato Único Europeu, embrião do Tratado de Maastricht.

As desconfianças não estavam aniquiladas. Em 1989 acontecia uma das maiores surpresas da história do século XX: a queda do Muro de Berlim e a unificação da Alemanha. A França tinha o interesse geopolítico de evitar a unificação alemã e o fim das esferas de influência das superpotências. Em uma Europa dividida, a influência da França era maximizada. O fim da Europa dividida significou, sobretudo para França, a ascensão alemã. A França emergiu como o grande perdedor do fim da Guerra Fria. Em dezembro de 1990, em Kiev, Mitterrand tentou atrasar a unificação em suas conversas com Gorbatchev e foi o primeiro chefe de Estado a visitar a RDA também em dezembro. Além disso, apoiou precipitadamente os revolucionários contra Gorbatchev em agosto de 1991

e colocou-se radicalmente contra o reconhecimento das repúblicas da Eslovênia e Croácia sustentando o interesse dos sérvios para a manutenção da integridade da ex-Iugoslávia.[4]

Tiersky, ainda em 1992, afirma que a França perdia: a habilidade dentro da Comunidade Européia para ser a engenheira político-diplomática da locomotiva econômica alemã. Ou pior, com a provável expansão da CE – centrada geograficamente mais no leste que no norte – o relacionamento franco-alemão se coloca sob *stress*, senão colocado completamente em discussão.[5] O desgaste das relações franco-alemãs que Tiersky descreve foi uma constante na década de 1990. Mas não impediu que o processo de integração continuasse. Pelo contrário, a saída de Mitterrand do governo francês em 1995 não foi obstáculo para o caminho da união monetária européia. Kohl e Chirac seguiram liderando o processo de adesão à moeda comum, ainda observada de longe pela Grã-Bretanha.

Aceitar a liderança francesa na Europa foi decisivo para a contenção da Alemanha no pós-guerra. No entanto, os dois países nunca deixaram de tentar impor seu interesse nacional, cada um de uma forma peculiar. Franceses mais explícitos, alemães menos. Os dois tentaram e tentam transformar o interesse nacional em "interesse europeu".

A mudança definitiva da capital alemã para Berlim em 1999 marca um novo tempo nas relações bilaterais. O tempo da reconciliação está terminado. Alemanha e França ainda determinam juntas as diretrizes das políticas da União Européia. Mas a Alemanha já não sente mais a necessidade de seguir o curso que a França quer. Uma espécie de emancipação alemã foi conquistada durante a década de 1990 e as bases das relações bilaterais terão que mudar. Para Rudolf Von Thadden, coordenador da cooperação franco-alemã do governo Schroeder, cargo

[4] Cf. Lohbauer, Christian. *op. cit.*, p. 82.

[5] Tiersky, Ronald. France in the new Europe. *Foreign Affairs*, v. 71, n. 2, primevera de 1992, p. 131.

subordinado ao ministério das Relações Exteriores e que tem uma contraparte francesa, "o diálogo entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, os EUA e a Alemanha, ou a Rússia e a Alemanha é tão importante quanto o diálogo entre a França e a Alemanha".[6] Aquilo que a geração passada chamou de reconciliação "a nova geração chama de entendimento, o que não tem o mesmo significado".[7]

O novo e grande palco das relações franco-alemãs é a união econômica e monetária. Desde a iniciativa conjunta entre Helmut Kohl e François Mitterrand de abril de 1990 que levou à Conferência de Maastricht em 1992 os dois países investiram seus esforços tanto para a união econômica e monetária quanto para a união política. A união política não avançou o que se esperava no início da década, mas a união econômica apresentou progressos notáveis. Critérios de convergência foram estabelecidos, prazos de reforma macroeconômica determinados, e a primeira fase para a definitiva adoção da moeda única, o euro, entrou em vigor em 1999. A história da nova moeda trouxe consigo algumas das dificuldades tradicionais nas relações franco-alemãs como diferenciar as relações binacionais da política de integração européia ou estabelecer objetivos comuns com interesses diferentes.[8]

Apesar das diferenças entre os países que adotaram o euro, pelo menos em um aspecto todos estão de acordo: não há sentido na união monetária sem a França ou a Alemanha. Os dois países sabem que acima de tudo é necessário criar uma moeda comum forte para que o mercado comum europeu se consolide. E os dois países acreditam que podem de alguma maneira construir um euro de acordo com sua concepção, apesar de considerarem a situação contemporânea favorável a concepção do outro:

---

[6] *The Economist*, 2 de outubro de 1999, p. 58.

[7] *Ibid.*

[8] Cf. Vernet, Daniel. Die deutsch-franzosichen Beziehungen. Christadler, M. e Uterwedde, H. *Landbericht Frankreich – Geschichte Politik Wirtschaft Gesellschaft.* Bonn: Bundeszentrale für Politische Bildung, Schriftenreihe Band 360, 1999, p. 525.

franceses estão convencidos de que a Europa está cada vez mais alemã e os alemães, pelo contrário, tem a percepção de que desde o início a Europa tem sido um "*Garten à la française*".[9]

A discussão sobre o caráter da aliança franco-alemã irá continuar pela simples razão de que ainda está incompleta. A proximidade cultural e comercial entre os dois vizinhos é cada vez maior e, por isso, o perfil de sua aliança ainda precisa ser trabalhado. A França sabe que já não pode seguir sua missão em exercer um papel internacional sem a colaboração alemã. E a Alemanha sabe que toda vez que ensaiou uma atuação independente ou impositiva em matéria de política externa acabou em desastre. Se a cooperação ainda enfrenta obstáculos o isolamento de qualquer uma das partes pode ser descartado.

Acima de qualquer prioridade está o fortalecimento da União Européia e sua ampliação. Os dois países representam as forças motrizes de expansão para diferentes regiões geopolíticas: a França junto ao espaço mediterrâneo; a Alemanha junto a Europa Central e do Leste. O engajamento dos dois na respectiva área de influência do outro deve ser uma das principais orientações para uma efetiva Política Externa e de Segurança Comum (PESC).[10]

A nova Ostpolitik: *estabilidade no Leste Europeu diante da Rússia*

Durante a década de 1970 a *Ostpolitik,* política externa que marcou os governos do chanceler Willy Brandt e Helmut Schmidt, foi caracterizada por dois objetivos: a necessidade de se superar as tensões existentes entre o leste e o oeste aumentando a capacidade de negociação externa da RFA; e a realização de passos concretos para o melhoramento das relações

[9] *Ibid.*, p. 528.

[10] Cf. Schockenhoff, Andreas. Deutschland und Frankreich. Schäuble, W. e Seiters, R. *Aussenpolitik im 21. Jahrhundert – Die Theses der Jungen Aussenpolitiker.* Bonn: Bouvier Verlag, 1996, p.127.

bilaterais com a RDA para, a longo prazo, viabilizar as negociações sobre a Questão Alemã.[11] Mesmo após a queda de Schmidt e a ascensão da coligação entre democratas-cristãos e liberais liderada por Helmut Kohl, a *Ostpolitik* continuou a servir o objetivo de normalizar as relações com a RDA apesar de não mais fazer parte das diretrizes principais da política externa de Kohl expostas em seu primeiro discurso sobre política externa em 13 de outubro de 1982.[12]

Desde a unificação de outubro de 1990 a política para o leste pertence a uma outra lógica. A Alemanha se transformou no mais importante parceiro comercial da Europa Central e do Leste, além de ser o maior defensor da adesão dos países da região na União Européia e na OTAN, ao mesmo tempo em que é o mais cuidadoso negociador com a Federação Russa quando se trata de ampliar as adesões. Seu objetivo é apenas um: a manutenção da paz e da ordem econômica na região. O interesse alemão está principalmente no esforço da contenção dos conflitos, evitando assim eventuais ondas de imigração. Berlim se coloca como uma espécie de "instrumento de desenvolvimento e bem-estar para a consolidação de democracias de mercado".[13] É também em razão deste posicionamento que a Alemanha justificou sua atuação no conflito do Kosovo.

Outra razão para o favorecimento da ampliação da União Européia é a característica federal do país que favorece uma Europa supranacional descentralizada, um tipo de República Federal alargada. Para a Alemanha o argumento para ampliar a Europa para o leste é "mais *Zwang nach Osten* do que *Drang nach Osten*, mais um empurrão por obrigação e necessidade do que por um destino planejado".[14]

---

[11] Cf. *Fragen an die deutsche Geschichte*. Bonn: Hrsg. Deutscher Bundestag, 1994, p. 400.

[12] Cf. *Aubenpolitik der Bundesrepublik Deutschland – Dokumente von 1949 bis 1994*. Bonn: Hrsg. Aus Anlab des 125. Jubiläums des Auswärtiges Amts, 1995, p. 495-498.

[13] Martens, Stephan. Wer hat Angst vor der neuen deutschen Aubenpolitik. *Le Monde Diplomatique-Deutsche Ausgabe*, Outubro de 1999, p. 18.

[14] Treverton, Gregory F. The new Europe. *Foreign Affairs – America and the World*, v.71, n. 1, 1991-92, p. 100.

Quando a coligação social-democrata/verdes lançou o programa de governo *Aufbruch und Erneuerun* (Partida e renovação) em outubro de 1998, destacou entre os objetivos da política externa da Alemanha

> "o apoio ativo para uma estratégia de ajuda solidária para com a estabilidade econômica e democrática do Centro e do Leste Europeus, especialmente com a finalização das reformas institucionais necessárias para a ampliação da União Européia".[15]

Durante o primeiro semestre de 1999 a Alemanha assumiu a presidência rotativa do Conselho da União Européia e entre os mais importantes esforços empreendidos pelo país estava o processo de continuidade para a ampliação da União para o leste, que havia sido retomado após a Cimeira de Luxemburgo em dezembro de 1997, depois das recomendações da Comissão Européia para a Agenda 2000.

Quando os líderes europeus reuniram-se em Helsinque, em dezembro de 1999, para o seu segundo encontro de cúpula anual, o processo de ampliação para o leste deu passos definitivos. Uma espécie de *Ostpolitik* européia começou a se configurar. A União Européia reconheceu 13 candidatos a adesão. Seis deles já haviam iniciado efetivas negociações de acesso em 1998: Polônia, Hungria, República Tcheca, Eslovênia, Estônia e Chipre. A cúpula também determinou que outros seis candidatos poderão iniciar as negociações de adesão a partir de fevereiro de 2000. Eles são Romênia, Bulgária, Letônia, Lituânia, Malta e Eslováquia. Nenhum deles deverá ser aceito antes de 2004. A União ainda aceitou o *status* de candidato a membro da Turquia, embora a adesão possa demorar pelo menos uma década.

O interesse da Alemanha na expansão para o leste é evidente. O país é o maior investidor e parceiro comercial da Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslovênia. A Alemanha era responsável por pelo

---

[15] *SPD Aktuell. Aufbruch und Erneuerung – Deutschlands Weg ins 21. Jahrhundert.* Koalitionsvereinbarung zwischen der Sozialdemokratischen Partei Deutschlands und Bundnis 90/Die Grünen, Bonn, 20 de outubro de 1998, p. 49.

menos um quinto das importações e um quarto das exportações destes países já em 1997.[16] Apesar disso a adaptação das economias do leste para economia de mercado dos países candidatos à adesão desde 1998 não tem sido fácil. O Produto Interno Bruto *per capita* medido por poder de compra permanece 40% mais baixo do que a média da União Européia.[17] No entanto, sua atratividade para os investidores alemães permanece grande. O interesse alemão na região também se reflete na escolha do comissário para a ampliação européia da Comissão Européia presidida por Romano Prodi desde setembro de 1999: Günter Verheugen, um dos responsáveis pelas formulações de política externa do partido social-democrata alemão durante os anos 1990, foi também responsável pela determinação dos países candidatos a membro da União em Helsinque.

Se são evidentes os interesses comerciais e estratégicos dos países do leste para a Alemanha e conseqüentemente para a União Européia, resta saber o lugar que a Rússia ocupa em tal processo. O papel da Rússia na estabilidade da Europa Central é fundamental. Embora a definição de Europa Central (*Mitteleuropa*) tenha ocupado historiadores, geógrafos, economistas e políticos durante mais de um século sem que tenham chegado a uma conclusão comum, a região sempre foi definida como um conceito histórico, resultante de processos históricos.[18] O papel da Rússia desta perspectiva histórica foi sempre o de inimigo. Seja durante o império dos Romanov, durante a ditadura Stalinista ou no período da Guerra Fria, a Rússia/URSS foi vista como uma ameaça ao Ocidente. Em 1990, Russel Mead resumia com precisão o significado da unificação da Alemanha, e da decadência soviética para o futuro da Europa Central e do Leste:

---

[16] Cf. Mayhew, Alan. Der Lange Weg in die EU. *Deutschland-Zeitschrift für Politik, Kultur, Wirtschaft und Wissenschaft*, n. 5, outubro-novembro de 1999, p. 18-19.

[17] *Ibid.*, p. 20.

[18] Schwarz, H.P. *Die Zentralmacht Europas – Deutschlands Rückkehr auf die Weltbühne*. Siedler Verlag, Berlim, 1994, p. 241.

> A retirada dos soviéticos da Europa Central significa o retorno da hegemonia alemã nesta parte do mundo. Polônia, Hungria e Tchecoslováquia irão depender da Alemanha para garantir mercados, ajuda e investimento. A Europa Central está voltando e Berlim será sua capital. Até onde ela se estenderá – até os Balcãs? Até os Estados bálticos? Até a Ucrânia? – isto ainda não foi definido mas a posição da Alemanha na Europa deve se fortalecer, quaisquer que sejam os limites que sua nova influência possa ter.[19]

Ninguém sabe dizer ao certo qual será o comportamento da Rússia e da Ucrânia em relação à democracia, ao mercado ou à expansão da União Européia a médio prazo. O que é certo é que a Alemanha é a maior interessada no sucesso da difícil missão do secretário-geral da OTAN, o espanhol Javier Solana: garantir a adesão de novos membros da Europa Central na organização da cooperação militar ocidental ao mesmo tempo em que garante suporte técnico aos russos, dentro da parceria para a paz. Schollgen expõe com clareza a perspectiva alemã diante da questão:

> ... não é o caso de que a Rússia represente atualmente ou no futuro previsível uma ameaça militar crítica, mas diante da imprevisibilidade humana no que se refere às lideranças russas, quem arriscaria subestimar a perigosa combinação entre um potencial de destruição nuclear, forças armadas a beira do trauma por seu engajamento no Afeganistão e na Chechênia e uma situação econômica desesperadora?[20]

Nenhum outro país é obrigado a definir o seu papel em matéria de política externa de uma posição tão próxima ao ponto de intersecção entre a Europa Oriental e Ocidental. A Alemanha é o único país que tem dentro de si uma parte ocidental e uma outra que serve de laboratório para os efeitos do colapso do comunismo e da economia planejada. Os laços

---

[19] Mead, Walter Russel. The once and future Reich. *World Policy Journal*, v..VII, n° 4, outono de 1990, p. 603.

[20] Schöllgen, Gregor. The Berlim Republic as a player on the international stage – Does Germany still have its own political interests? *Aussenpolitik* , v. 49, 4° trimestre, p. 34.

com o Ocidente devem ser fortalecidos enquanto que a cooperação com o leste permanece essencial. É com a presença da Alemanha que repousa o futuro da Europa unida. Ao contrário de 1871, 1913 ou 1939, os interesses nacionais correspondem em boa parte a interesses europeus. O Problema Alemão não existe mais para a Europa, mas agora a Alemanha tem um problema europeu a resolver: servir como ponte entre o leste e o oeste enquanto permanece ancorada no Ocidente.[21]

A parceria atlântica ainda é fundamental

A história ensinou mais uma vez que depois do colapso de um grande império novas forças buscam ocupar o vácuo deixado pela sua ausência. A Alemanha tem ocupado o papel de um dos atores coadjuvantes aliados à única potência hegemônica restante do pós-Guerra Fria, os Estados Unidos. O país enfrentou testes difíceis e inéditos desde o fim das polaridades definidas e da configuração do multilateralismo contemporâneo.

Apesar de alemães e norte-americanos compartilharem dos mesmos valores isto não significa que compartilhem dos mesmos interesses e sigam as mesmas políticas. A "República de Berlim" ainda não deu demonstrações de que deve seguir um caminho de emancipação dos norte-americanos. Uma política de segurança que seja genuinamente européia estaria baseada na cooperação franco-alemã, no consentimento britânico e na ausência dos Estados Unidos do continente. O peso da história ainda impede que isso seja possível. Os 100 mil soldados norte-americanos presentes em solo alemão ainda têm um papel a cumprir, nem que seja apenas manter a calma dos vizinhos dos alemães.

É inevitável que com o fim da Guerra Fria e a reunificação da Alemanha as relações com os Estados Unidos tenham sofrido

[21] Cf. Hacke, Christian. The national interests of the Federal Republic of Germany on the threshold of the 21st century. *Aussenpolitik*, v. 49, 4° trimestre, 2/98, p. 24.

transformações. Mas depois do fim do governo Kohl em 1998 e da ascensão ao poder de uma geração socializada politicamente nas manifestações contra a Guerra do Vietnã, pode-se dizer que as relações entre a Alemanha e os Estados Unidos estão mais sóbrias.[22] Durante a "Era Kohl" foi mantida a tradição de bom relacionamento valorizando os vínculos tradicionais entre os dois países e mantendo a relação de parceria preferencial que havia sido abandonada durante o período dos chanceleres Brandt e Schmidt. As relações bilaterais entre as novas gerações que ocupam as administrações Schroeder/Fischer na Alemanha, e Clinton/Albright nos Estados Unidos, são diferentes. Os alemães desejam que os EUA estejam atentos aos interesses alemães e europeus e querem ser sempre consultados – não apenas informados - antes de qualquer decisão externa dos EUA que afete seus interesses. Os norte-americanos, por sua vez, têm a expectativa de uma Europa mais ativa nos foros internacionais que colabore com os custos resultantes de operações políticas e militares externas.

Basicamente, as maiores dificuldades nas relações entre os dois países são as relações com a Rússia, o estabelecimento de um novo papel para a OTAN e as tensões comerciais na esfera da OMC resultantes de um reconhecimento ainda hesitante dos EUA com relação à União Européia.

Os dois países e a Europa como um todo, sabem que suas relações bilaterais são de interdependência. Mas as dificuldades permanecem. Em razão de sua proximidade geográfica e da história conflituosa entre a Alemanha e a Rússia, a Alemanha se empenha em alcançar acordos de segurança e promoção do desenvolvimento com a Federação Russa, enquanto os Estados Unidos se restringem apenas a questões estratégicas. A este problema está vinculado o novo papel da OTAN no pós-Guerra Fria. A dificuldade de se determinar uma política de segurança que englobe os interesses norte-americanos e europeus, com as evidentes posições de

[22] Cf. Haftendorn, Helga. A potência hegemônica bondosa e a potência intermediária insegura: mudança nas relações entre a Alemanha e os EUA. *Série Papers número 39.* São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1999, p. 30.

autonomia da França, por exemplo, são um complicador. Para o bem do continente não se deveria incentivar um enfraquecimento do interesse geostratégico dos EUA no continente.[23] O conflito na Iugoslávia em 1999 expôs a dependência européia dos EUA em matéria de segurança regional e evidenciou a instabilidade que a Rússia pode trazer ao tabuleiro da segurança européia se suas posições são menosprezadas pelas negociações de ampliação da OTAN.

Conflitos comerciais têm sido o centro das atenções das relações bilaterais Alemanha/Europa e EUA. Os norte-americanos acusam os membros da União Européia de práticas comerciais desleais. Essas práticas podem ocorrer em casos específicos, como na importação de bananas com preferência aos países membros da ACP em detrimento da banana das Américas ou no caso da utilização da recusa de importações de carne de animais tratados com manipulação genética. Mas também podem ser mais amplas como no caso do combate pela redução dos subsídios gerais da agricultura, para o qual a Rodada do Milênio em Seattle não conseguiu sequer determinar uma agenda de negociação. Do lado alemão o que mais incomoda na ação norte-americana é, além da falta de consulta para ações externas de interesse comum, a intromissão autoritária através da imposição de sanções econômicas contra países que tenham relações com alguns de seus inimigos como Cuba, Líbia ou Irã, países que a Alemanha e membros da União Européia têm relações relevantes.[24]

A questão fundamental é o quanto a União Européia precisa dos EUA e até que ponto os EUA apoiam a formação de um grande bloco econômico que possa ser seu concorrente. Apesar dos percalços, a aliança transatlântica deve permanecer sendo a base da segurança ocidental. A Europa ainda necessita dos EUA como potência européia para a

---

[23] Cf. Mayer Tilman. Linhas de conflito na Aliança Atlântica. *Série Papers número 39.* São Paulo: ***Fundação Konrad Adenauer***, 1999, p. 55.

[24] Cf. Haftendorn, Helga. *Op. cit.*, p. 37-38.

manutenção da estabilidade continental através da OTAN. Os EUA necessitam da Europa como mercado e procuram evitar a formação de uma "fortaleza européia" que impeça a entrada de seus produtos. A divisão de responsabilidades na área da segurança contribui para que o *Leitmotiv* da OTAN venha a ser "*separable but not separate*"[25], expressão que deve marcar as relações da Alemanha e da Europa com os EUA no século XXI.

A presença da Alemanha no mundo e nas organizações internacionais

Na percepção do governo Schroeder as Nações Unidas são a mais importante esfera para a solução dos problemas globais. Por esta razão a Alemanha vê o fortalecimento financeiro e político da organização com especial interesse, além de se posicionar a favor de uma reforma do Conselho de Segurança e das instâncias de negociação para solução de conflitos internacionais.[26]

A política externa alemã continua a ser determinada por sua completa integração ao sistema atlântico-europeu ocidental. Através da União Européia o país pode seguir no caminho da prosperidade econômica baseando-se no desenvolvimento liberal e democrático do Estado e da sociedade.

A Alemanha se caracteriza por ser um poder comercial e civil. Seu papel na economia mundial é o de uma nação exportadora, ao mesmo tempo em que é uma nação dependente de importações que não são apenas matérias-primas. A economia do país está profundamente ligada a sua região e ao contrário de outros períodos da história não há apoio de grupos industriais e comerciais dentro país para iniciativas independentes em

[25] Cf. Polenz, Ruprecht. Der Nordatlantik ist ein Binnenmeer. Schäuble, W. e Seiters, R. *Aussenpolitik im 21. Jahrhundert - Die Theses der Jungen Aussenpolitiker*. Bonn: Bouvier Verlag, 1996, p. 139-140.

[26] *SPD Aktuell. Op. cit.*, p. 52-53.

matéria de comércio. O papel do país é tomar a Europa mais competitiva em relação aos EUA e ao Japão.

> "Cooperação, integração e multilateralidade são as três diretrizes da diplomacia e do estilo para a definição do papel da Alemanha como influência civilizatória."[27]

A idéia de uma potência européia civil que exercita o mesmo tipo de ação restritiva que o Japão no cenário mundial e que é um modelo de prosperidade social, pode servir de modelo contra a potência preponderante norte-americana, envolvida militarmente em várias regiões do mundo.

Ao mesmo tempo, como poder econômico mundial, a Alemanha assumiu nos últimos 25 anos, a liderança no combate entre as diferenças entre o mundo rico e o mundo pobre. A aproximação Norte-Sul e a redução da dívida do Terceiro Mundo sempre estiveram na pauta da agenda alemã desde os anos 1980. O conteúdo do denominado Relatório Brandt das Nações Unidas apresentava propostas para que se encontrasse um denominador comum entre países industrializados e países em desenvolvimento. A idéia de se compatibilizar as expectativas consideradas legítimas dos países em desenvolvimento com os interesses econômicos dos países industrializados, enquadrava-se dentro de um plano para uma nova ordem econômica mundial, que resultasse na estabilização dos lucros de exportação, no livre acesso ao mercado dos países industrializados para produtos industriais acabados, no fomento à transferência de tecnologia bem como na ampliação de recursos oficiais de incentivo.[28]

Mesmo depois da Guerra Fria o interesse pelo implemento das relações Norte-Sul dentro da perspectiva de um novo ordenamento da economia mundial, continuou sendo parte da agenda externa da Alemanha e da União Européia. E nos anos 1990 um novo tema veio incrementar esta agenda: o meio ambiente.

---

[27] Hacke, Christian. *Op. cit.*, p. 20.

[28] Cf. Schoeller, Wolfgang. Estrutura do comércio entre potências industriais e países de economia emergente: Alemanha e Brasil na União Européia. Bandeira, L. A. e Guimarães, S. (orgs.). *Brasil e Alemanha: a Contrução do Futuro*, IPRI/ Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p. 78.

A RFA tomou para si a iniciativa de intermediar o diálogo Norte-Sul na questão ecológica, mostrando o alto grau de interesse da opinião pública do país no tema e se comprometendo com vários financiamentos por todo o mundo, entre eles, o "projeto piloto" de defesa das florestas tropicais no Brasil[29] e projetos de defesa ambiental na América Central e África.

Seguindo sua característica de potência civil, a Alemanha também atuou ativamente em ações concretas na defesa dos direitos humanos e na solução de problemas humanitários durante os anos 90. Ações humanitárias com participação alemã ocorreram em El Salvador, Nicarágua e Haiti. Forças de segurança alemãs a serviço da ONU estiveram presentes nas eleições da Namíbia, no Sahara Espanhol (Sahara Ocidental), nas eleições no Camboja, na intervenção de paz na Somália, em Ruanda e na Geórgia.[30] A participação também tem sido ativa para a manutenção da paz em Kosovo e Timor Leste, seja com presença de forças de segurança ou equipamento médico ou de assistência.

A política do governo alemão com relação à ONU tem sido uma demonstração de coordenação eficiente. O que permanece em debate na sociedade é até que ponto o país deverá se envolver ativamente em conflitos internacionais, como fez pela primeira vez em Kosovo. Em outras palavras, o dilema está entre defender os interesses de segurança a qualquer preço ou defender uma política pacifista que se distancia do conceito de poder.

Conclusão

A parcela de responsabilidade da Alemanha na comunidade internacional corresponde em larga medida aos interesses nacionais do país. Ao declarar sua prontidão para se engajar politica, economica e

---

[29] Cf. *Not out of the woods yet – The scope of the G-7 iniciative for a pilot program for the conservation of the Brazilian rainforests.* Forschungen zu Lateinamerika, Band 32, Saarbrucken, 1994, p. 266-267.

[30] Cf. *Deutschland in den Vereinten Nationen.* Bonn: Auswärtiges Amt, 1995, p. 69-81.

militarmente no mundo contemporâneo, a Alemanha teve que se envolver em ações muitas vezes altruístas como na Somália em 1994 ou na África Central em 1995-96. Durante a Guerra do Golfo em 1991, teve que arcar com parte do custo da operação internacional e não se envolveu militarmente. No conflito da Iugoslávia também arcou com boa parte dos custos das forças de paz após o Acordo de Dayton. Já a guerra na Chechênia demonstra desde 1994 a impotência da Europa para influir em um conflito de interesse regional diante da imprevisível ação da Rússia.

O conflito em Kosovo em 1999 marcou uma mudança importante na atuação do país, apoiando uma intervenção unilateral da OTAN sem autorização das Nações Unidas. O país dispôs, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, soldados alemães na frente de combate. Tornou-se evidente e urgente o fortalecimento de uma política externa e de segurança comuns na Europa, definida desde o Tratado de Maastricht mas que sofre com as divergências nacionais, entre elas algumas posições da França e da Grã-Bretanha, que impossibilitam o voto unânime e mesmo majoritário no Conselho Europeu.

O desafio da política externa alemã é permanecer sendo a mesma política que sempre foi desde a queda do Muro: multilateral, integracionista, atlântica, de cooperação na ONU e no G-8, e ativa em ações de *peace keeping*. Apesar de tudo, a complexidade de sua história nunca fará da Alemanha um país convencional. Os caminhos de ajuste econômico, combate ao muro psicológico dentro da sociedade e busca de uma política externa de cooperação e integração, continuam depois da realocação do poder para Berlim. Não há mais possibilidade de a Alemanha seguir um caminho autônomo. Os anseios do povo alemão apontam para aquilo que trouxe tranqüilidade para o país nos últimos 50 anos: a estabilidade. Em outras palavras, uma economia sem inflação, uma sociedade igual em oportunidades e com justiça social, e uma presença internacional discreta a serviço da integração regional, do combate a pobreza e determinada a só intervir em questões de caráter humanitário.

Acima de tudo a Alemanha terá que encarar seu novo papel de potência européia sem esquecer ou repetir os mesmos erros que cometeu na primeira metade do século, cujos efeitos ainda podem ser sentidos na atualidade. Este é o maior desafio da Alemanha no século XXI. Seguramente será enfrentado com responsabilidade.

Apontamentos Sobre a Política Externa da República Federal da Alemanha

*Franklin Trein**

Parte I

Estas breves notas não têm a pretensão de analisar a política externa da Alemanha. Nosso objetivo se limita tão somente à apresentação de uma estrutura específica, e de alguns de seus atores, que concorrem para a formulação e execução da política externa alemã. Não nos propomos ainda a realizar um estudo exaustivo neste sentido, senão que nos restringiremos à consideração daqueles elementos que estão mais diretamente implicados nas relações entre a República Federal e a América Latina.

Inicialmente queremos ressaltar que a Alemanha é um país com características muito próprias, que ficam ainda mais evidentes quando comparada com seus vizinhos da Europa Ocidental; mesmo que há algumas décadas ela já venha perdendo suas peculiaridades. Para ressaltar o que queremos dizer, vamos lembrar, de forma muito breve, alguns fatores históricos, geográficos e econômicos que fizeram da Alemanha um país singular.

Começamos por um dado histórico. Após a criação do Sacro Império Romano-Germânico, no século X, a nação alemã passou a ser um ator permanente dos grandes acontecimentos políticos no centro da Europa. A defesa de seus interesses foi marcada não só por conflitos freqüentes, como ainda pelo paradoxo de que não havia um Estado alemão

* Professor, diretor do Centro de Estudos Europeus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

propriamente dito para representá-los. A unificação da nação alemã sob um Estado nacional só ocorreu muito mais tarde, praticamente no final do século XIX. O surgimento, naquele momento, de um novo Estado de grandes dimensões na Europa, só contribuiu para aumentar ainda mais as tensões que a Prússia já representava em toda a região, pelo menos desde o reinado de Frederico II (1740-86).[1]

Unificada em 1871, sob a hegemonia prussiana, e ainda que ocupando o maior território na Europa Central, a Alemanha não reuniu sob uma mesma bandeira todas os falantes de língua alemã. A conseqüência foi um certo esmaecimento de suas fronteiras, pois a nacionalidade germânica permaneceu mais ampla do que o território compreendido pelo Estado. Por outro lado, como a Alemanha nunca chegou a ser um país colonial, a exemplo de seus vizinhos da costa do Atlântico, embora por curto período de tempo tenha tido sob sua jurisdição territórios na África e na Ásia, isto contribuiu para confinar completamente sua história à Europa.

O segundo império alemão, depois da unificação, se converteu rapidamente em uma grande potência industrial e militar. Ainda sob o governo do primeiro ministro Von Bismarck, a Alemanha imperial mostrou grande desenvoltura política, interferindo decisivamente nas relações internacionais da Europa. Em uma série de alianças, firmadas com a Áustria, com a Itália e com a Rússia, Von Bismarck tratou de neutralizar o poder da França, sua maior inimiga. Desta forma conseguiu ganhar espaço de ação em todas as direções do território europeu. Um bom exemplo, neste sentido, foi o Congresso de Berlim (1878), presidido pelo próprio Von Bismarck. As potências ali reunidas, logo após o término da guerra entre a Rússia e a Turquia, definiram uma nova distribuição de

[1] Os conflitos de interesses entre o Estado alemão e outros Estados europeus, herança da política da Prússia, aumentou sempre mais após a unificação alemã. Uma análise, que não é o caso aqui, poderia demonstrar que suas conseqüências históricas mais expressivas foram a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais.

poder na região dos Balcãs. Em outros termos, a política liderada pela Alemanha foi responsável direta pela imediata independência da Romênia, da Sérvia e de Montenegro, e, um pouco mais tarde, também pela independência da Bulgária, ocorrida em 1908.

Passados alguns anos, da Conferência de Berlim (1884-85) - o último grande feito de Von Bismarck em política internacional - resultaram os protetorados alemães na África e na Ásia, perdidos para as potências vencedoras ao término da Primeira Guerra Mundial.

A Alemanha, como Estado nacional, tanto no segundo império, criado por Von Bismarck, como no terceiro império, criado por Hitler, se caracterizou sempre por necessitar espaço na Europa e no resto do mundo para poder expandir sua economia e seu poder político-militar. Pois sem isto não seria possível para ela compensar as conseqüências de ter chegado tão tarde à condição de um Estado unificado.

Parte II

As decisões em política externa são sempre resultado da intervenção de muitos elementos. Queremos destacar, no entanto, somente dois aspectos na formulação da política externa da Alemanha até a Segunda Guerra Mundial, que permaneceram presentes nas práticas da República Federal, após sua criação em 1949.

Em primeiro lugar, cabe lembrar o fato de que as decisões em política externa, embora centralizadas em Berlim, envolviam um processo de formulação que implicava não só os poderes locais dos *Länder*, mas ainda alguns setores mais influentes da sociedade civil. Havia experiências positivas no passado, suficientes para fortalecerem tal prática política. Neste sentido se poderia destacar aqui o Congresso de Viena (1814-15), tendo a frente Metternich, a União Aduaneira (1834), sob a liderança da Prússia e ainda a Federação da Alemanha do Norte (1866-67), inspirada por Von Bismarck; todos eles exemplos de decisões descentralizadas.

Um segundo aspecto foi o fato de que a Alemanha nunca se satisfez com a condição de uma potência de segunda ordem. Um traço marcante da cultura germânica, reforçado por muitos dos seus pensadores mais expressivos, foi sua pretensão de situar-se entre os países de maior importância na comunidade internacional. Dito de outra forma, sua localização geográfica no centro da Europa, somada a uma pretendida vocação para potência mundial, potencializou consideravelmente seus conflitos de interesse com outros países europeus.

Com relativa carência de riquezas naturais, sendo por séculos entroncamento de viajantes de todas as partes e ainda como o país europeu com o maior número de vizinhos em suas fronteiras, a Alemanha desenvolveu, muito cedo, a vocação para o comércio internacional. Esta característica se tornou mais acentuada a partir da unificação, que coincidiu tanto com um momento de desenvolvimento científico e tecnológico como com um ciclo de abertura e expansão da economia mundial, o qual só se encerrou com o início da Primeira Guerra em 1914.

Terminada a Primeira Guerra Mundial, derrotada, a Alemanha buscou sua recuperação recorrendo novamente, em boa medida, ao comércio internacional. Isto contribuiu de forma decisiva, ainda que não faltassem também razões políticas, para o acúmulo de conflitos econômicos que levaram a Alemanha a um novo enfrentamento militar com as demais potências européias.

A rendição incondicional em 1945 pôs fim ao terceiro império (*Reich*). Foi a segunda derrota alemã em menos de 30 anos. A fundação da República Federal da Alemanha, em maio de 1949 e, pouco depois, da República Democrática Alemã, significou o encerramento de um longo capítulo da história daquela nação que teimou em disputar o poder com os velhos Estados do continente europeu.

Parte III

A seguir vamos examinar elementos da política externa só da República Federal da Alemanha. Por um lado porque foi ela que reivindicou e exerceu de fato e de direito a condição de herdeira do Estado germânico destruído pela guerra. Por outro porque a República Democrática ficou completamente subsumida na política externa soviética, não tendo assim adquirido qualquer personalidade própria que permitisse identificá-la como um ator de política internacional.

No contexto destas notas a primeira observação que se impõe é a de que a Alemanha Ocidental, levada por suas principais lideranças do pós-guerra, após sua criação, optou imediatamente e de forma expressiva por uma aliança com os países vitoriosos do Ocidente. A partir de março de 1950, com o pronunciamento do chanceler Konrad Adenauer em favor de uma união franco-alemã, e depois em sucessivas vezes, com a criação das três comunidades européias – a CECA (1951), a CEE e a Euratom (1967) – até por fim a assinatura do Tratado do Elysée, em 1963, a República Federal da Alemanha procurou dar provas de suas opções. Por um lado pôs ênfase na paz e na amizade com os velhos inimigos, por outro fez profissão de fé na ordem político-institucional fundada na democracia parlamentar em um Estado federativo republicano. No campo militar, o gesto mais expressivo de uma ruptura completa com seu passado histórico e a inauguração de uma nova era, foi seu ingresso na OTAN em 1955.

Passado o trauma inicial da derrota nos campos de batalha e apoiada pelos novos aliados, as potências ocidentais, entre elas principalmente os Estados Unidos, a Alemanha retomou paulatinamente o seu desenvolvimento econômico. Outra vez não conseguiu fugir a sua já conhecida vocação: o mercado internacional. Com o decorrer dos anos esta característica só se acentuou. Hoje, quase um terço de sua população ativa está ligada de alguma forma ao setor de exportação.

Um terceiro ponto a ser ressaltado é o de que, se a responsabilidade sobre a política externa alemã é evidentemente do governo federal, ela é resultado também de um complexo processo de análises e decisões que conta com um extenso número de atores, os quais intervêm de forma direta e indireta.

Parte IV

A seguir nos concentraremos neste ponto. Vamos anotar aqueles agentes, governamentais ou não-governamentais, que concorrem na formulação e execução da política externa da Alemanha, limitando-nos, contudo, como já foi dito de início, a nomear somente os que costumam participar mais diretamente nas relações com a América Latina.

Iniciando pelas instituições governamentais, o que significa dizer aquelas ligadas diretamente ao governo ou mantidas por fundos públicos, deve ser citado em primeiro lugar o *Auswärtiges Amt*- Ministério de Relações Exteriores. Sabidamente é sua a maior responsabilidade de formular e conduzir a política externa alemã. O Ministério tem um encarregado para a política com a América Latina (*Unterabteilung* 3 – Subdivisão 3). Suas atribuições envolvem as relações oficiais da Alemanha com todos os países da região latino-americana.

O Ministério das Relações Exteriores mantém com recursos próprios o Instituto para a Promoção do Idioma Alemão no Exterior e para a Cooperação Cultural Internacional, mais conhecido como *Goethe-Institut* – Instituto Goethe. Através dele a Alemanha executa a sua política de difusão da língua alemã e de sua cultura. O instituto está representado em várias cidades da América Latina, incluindo-se entre elas algumas brasileiras.

Ao lado do MRE, a Alemanha tem uma outra pasta voltada exclusivamente para a sua presença internacional. Trata-se do *Bundesministerium für Wirtschaftliche Zusammenarbeit* – Ministério

Federal para a Cooperação Econômica – conhecido pela sigla BMZ. O BMZ tem sua ação voltada para a cooperação econômica com vistas ao desenvolvimento. Isto significa dizer que seu alvo principal não são os países industrializados, mas sim os países de menor desenvolvimento relativo.

O Ministério tem uma estrutura bastante ampla, onde se destaca a *Deutsche Stiftung für Internationale Entwickung* (DSE) – Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional. A DSE é responsável por vários centros, entre os quais devem ser citados a *Zentralstelle für Auslandskunde* - Centro de Estudos Regionais, a *Zentralstelle für Wirtschafts- und Sozialentwicklung* - Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social, a *Zentralstelle für Öffentlichen Verwaltung*- Centro para a Administração Pública, a *Zentralstelle für Ernährung und Landwirtschaft*- Centro para a Alimentação e a Agricultura. Todos estes centros trabalham de forma intensa e direta na execução da política externa, políticas setoriais, relativas as suas respectivas áreas. Embora não tenham responsabilidade de formulações macroestruturais, eles gozam de relativa autonomia na escolha dos projetos em que devem atuar.

O BMZ foi criado em 1961 e nestes quase 40 anos como agente da política externa alemã já atuou em mais de 150 países. A análise de suas ações permite identificar algumas características importantes na formulação e execução da política externa da República Federal da Alemanha. Em outras palavras, é possível se observar, por exemplo, que participam das atividades do BMZ não só os seus colaboradores imediatos, vinculados a sua estrutura técnica e administrativa, senão que ainda aqueles de várias outras instituições. Essas por sua vez podem ser institutos vinculados a outros ministérios do governo federal, institutos dos governos dos *Länder*, agentes financeiros, gestores de recursos públicos, institutos universitários, institutos de pesquisa não universitários, organizações não-governamentais ou ainda organizações religiosas.

Esta multiplicidade de possíveis participações produz não só um efeito de descentralização como amplia consideravelmente as áreas de atuação do Ministério, lhe dando mais eficiência e eficácia na execução dos projetos que consubstanciam sua atuação política.

Depois do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério Federal para a Cooperação Econômica um outro ministério exerce também uma significativa presença internacional: é o *Bundesministerium für Wirtschaft* - Ministério Federal de Economia. Em sua estrutura devem ser lembrados dois serviços: o *Bundesstelle für Aussenhandelsinformation* - Serviço Federal de Informação para o Comércio e o *Report Lateinamerika und Kaaribischer Raum* - Departamento para a América Latina e a Área do Caribe. Este último serviço está voltado exclusivamente para o acompanhamento das economias das regiões latino-americana e caribenha.

O *Bundesministerium für Forschung und Technologie* - Ministério Federal para a Pesquisa e Tecnologia – atua também diretamente nas relações internacionais da Alemanha. Através de seu *Referat 225* - Departamento 225 – ele mantém conselheiros científicos junto às embaixadas alemãs, como é o caso em Brasília e Buenos Aires.

O *Deutscher Akademischer Austauschdienst*- Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – também conhecido por sua sigla em alemão DAAD – é um bom exemplo de um órgão de atuação na política externa da República Federal para o qual convergem os recursos orçamentários e as políticas setoriais de diferentes ministérios federais, tais como o Ministério de Relações Exteriores, o Ministério Federal para a Cooperação Econômica e o Ministério Federal para a Pesquisa e Tecnologia.

Outras instituições mantidas com fundos públicos atuam menos diretamente na formulação da política externa, ou são executantes de forma subsidiária. Contudo, com seus acervos elas contribuem para os trabalhos de análise dos especialistas. Alguns exemplos relevantes, neste sentido, são: o *Ibero-Amerikanisches Institut Pruessischer Kulturbesitz* - Instituto

Ibero-Americano do Patrimônio Cultural Prussiano; o *Informations Zentrum für Tropischen Pflantzenschutz* - Centro de Informação para a Proteção de Plantas Tropicais; o *Institut für Ibero-Amerika-Kunde* - Instituto de Estudos Ibero-Americanos; o *Deutsches Übersee-Institut* - Instituto Alemão de Ultramar; o *Bernhard-Nocht-Institut für Tropenmedizin* - Instituto Bernhard Nocht para Medicina Tropical – que está vinculado à Secretaria de Saúde da cidade de Hamburgo, mas que também recebe recursos de órgãos públicos federais. Além de promover pesquisa e a capacitação de recursos humanos o Instituto Bernhard Nocht presta assessoria internacional, atuando em conformidade com a política externa alemã.

Além dos órgãos ministeriais, ou mantidos por recursos públicos, já citados, outros ainda devem ser lembrados, pela especificidade das tarefas que exercem.

Na condição de bancos de desenvolvimento a Alemanha tem duas instituições com marcada presença na América Latina: a *Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellsachaft mbH* - Sociedade Alemã para Investimentos e Desenvolvimento e o *Kreditanstalt für Wiederaufbau* - Instituto de Crédito para a Reconstrução – que conta inclusive com um departamento voltado só para a América Latina e o Caribe.

Como instituições de pesquisa e produtoras de análises, gozando de relativa autonomia, mas ao mesmo tempo podendo cooperar estreitamente com o poder executivo federal, quando solicitadas, devem ser lembrados aqui o *Deutsches Institut für Entwicklungspolitik* - Instituto Alemão para a Política de Desenvolvimento e o *Forschungsinstitut für Internationale Politik und Sicherheit* - Instituto de Pesquisa para a Política Internacional e a Segurança.

Atuando mais estreitamente com a política externa do Gabinete do Primeiro-Ministro – *Bundeskanzler* - encontramos o *Presse- und Informationsamt der Bundesregierung* - Secretaria de Informação e

Imprensa do Governo Federal – que dispõe de um Departamento América Latina (IV A 4); o *Statistisches Bundesamt – Allgemeine Auslandsstatistik* - Serviço Federal de Estatísticas – Estatísticas do Estrangeiro – ambos desempenhando uma importante função de assessoria do governo federal, e a *Inter Nationes*, uma importante agência de informação sobre a Alemanha, voltada especialmente para assuntos culturais, que com seu trabalho apoia a política de construção e divulgação de uma imagem positiva da República Federal no exterior.

No amplo conjunto de atores presentes nas relações internacionais da Alemanha encontramos alguns que se caracterizam por sua proximidade com as políticas oficiais, embora recebam recursos de governos regionais e também de fontes privadas. Eis alguns casos: a *Carl Drisberg Gesellschaft* - Sociedade Carl Duisberg – que atua no campo da pesquisa científica e tecnológica e do intercâmbio acadêmico; o *Arnold-Bergstraesser-Institut für Kulturwissenschaftliche Forschung*- Instituto *Arnold Bergstraesser* para a Pesquisa Científica Cultural; o *Institut für Auslandsbeziehungen* - Instituto para as Relações com o Exterior – que conta com uma seção voltada especialmente para a América Latina e a *Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik e. V.* - Sociedade Alemã para a Política Exterior – um dos centros de pesquisa de política externa e internacional mais importantes na Alemanha.

Fazem parte da estrutura capilar na formulação da política externa alemã e da complexa rede de agentes de sua implementação instituições ligadas diretamente aos partidos políticos. Faremos referência somente àqueles mais importantes.

A *Christlich - Soziale Union* (CSU) – União Social Cristã - tem um escritório para as relações internacionais. Além desse serviço, voltado para as relações internacionais, a CSU tem forte influência sobre a Fundação Hanns Seidel, a qual pertence o *Institut für Internationale Begegnung und Zusammenarbeit* - Instituto para Contato Internacional e Cooperação.

No Parlamento Federal da Alemanha o grupo parlamentar formado pela CSU e pela *Christlich - Desmokratische Union* (CDU) – União Democrata Cristã – mantém desde de 1971 um escritório de relações internacionais com a função de assessorar seus deputados nos contatos internacionais. A CDU tem na sua área de influência a Fundação Konrad Adenauer, que por sua vez mantém uma seção de trabalho - cooperação internacional.

Ao *Freie Demokratische Partei* (FDP) – Partido Liberal Democrático – está vinculada a Fundação Friedrich Naumann. A Fundação mantém o *Institut für Politik und Internationale Zusammenarbeit* - Instituto para a Política e Cooperação Internacional.

A Fundação Friedrich Ebert encontra-se próxima ao *Socialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD) – Partido Social Democrata da Alemanha. Ela mantém o *Abteilung Internationale Entwicklungszusammenarbeit*- Seção para a Cooperação Internacional e para o Desenvolvimento. O SPD tem ainda, diretamente ligado a sua estrutura, uma seção para a política internacional.

Um elemento comum às fundações dos quatro partidos citados é o fato de todas elas manterem escritórios de representação no exterior. No caso da América Latina e do Caribe cada uma tem pelo menos uma dezena de representações espalhadas de norte a sul, sendo que a Fundação do FDP tem três escritórios só no Brasil.

A participação das universidades alemãs na política externa da República Federal da Alemanha se constitui em um capítulo especial. Isto por diversas razões. Primeiro faz parte da tradição das universidades manterem institutos ou mesmo somente grupos de trabalho que desenvolvam pesquisas e docência sobre política externa, relações internacionais e ainda estudos de casos sobre um país ou toda uma região. Assim, são comuns na estrutura das universidades alemãs os estudos sobre aspectos econômicos, políticos, históricos, sociais, antropológicos,

lingüísticos de países estrangeiros. Para a América Latina, o Caribe e os países das duas regiões há mais de uma dezena e meia de instituições universitárias que realizam estudos sistemáticos de alguns aspectos de sua realidade. Alguns exemplos neste sentido são: o *Institut für Weltwirtschaft* – Instituto de Economia Mundial da Universidade de Kiel; o *Lateinamerika-Institut* – Instituto Latino-Americano, da Universidade Livre de Berlim; o *Ibero-Amerika Institut für Wirtschaftsforschung* - Instituto Ibero-Americano de Pesquisas Econômicas, da Universidade de Göttingen; o *Ibero-Amerikanisches Forschungsinstitut* - Instituto Ibero-Americano de Pesquisa, da Universidade de Hamburgo; o *Institut für Politische Wissenschaft, Lateinamerikaforschung*- Instituto de Ciência Política, Pesquisa sobre a América Latina, da Universidade de Heidelberg; o *Lateinamerika-Zentrum* - Centro Latino-Americano da Universidade de Münster; o *Institut für Spanien- und Lateinamerikastudien* - Instituto de Estudos da Espanha e da América Latina, da Universidade de Augsburg.

Esta lista não inclui todas as principais instituições. Haveria muitas outras ainda a serem citadas, como, por exemplo, os centros de documentação e bibliotecas especializadas, cujos acervos contém contribuições fundamentais para o conhecimento da realidade latino-americana. De qualquer forma elas servem para ilustrar a amplitude da participação dos institutos universitários na busca de conhecimento da realidade de outras regiões e países. Isto não autoriza a afirmação de que as universidades alemãs participam diretamente da formulação de política externa, mas permite observar que na Alemanha as instituições do Estado dispõem de informação, de análises permanentes e de recursos humanos nas universidades que podem ser consultados a qualquer momento. Freqüentemente, políticos, do Executivo ou do Legislativo, quando viajam ao exterior, fazem com que especialistas acadêmicos integrem suas delegações. No dia a dia também acontece que pesquisadores das universidades sejam chamados pelos órgãos do governo federal a opinar sobre política externa e relações bilaterais.

Como último ponto cabe examinarmos ainda a participação de organizações não-governamentais na formulação e execução da política externa da Alemanha. Como desde o primeiro exemplo citado, nos restringiremos aqui ao caso daquelas organizações que de alguma forma participam das relações com a América Latina e o Caribe.

Em primeiro lugar merecem ser nomeadas as organizações religiosas. A *Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e. V.* - Agência Central Evangélica de Cooperação para o Desenvolvimento – ela mantém uma seção América Latina e está representada em vários países da região latino-americana. Seus recursos financeiros vêm em parte do orçamento do Ministério Federal para a Cooperação Econômica. Por sua vez a *Katholischer Akademischer Austauschdienst* – Serviço Católico de Intercâmbio Acadêmico, também está representada em vários países latino-americanos. Suas atividades se desenvolvem em estreita relação com o Ministério de Relações Exteriores, de onde saem parte de seus fundos.

Outros tipos de organizações privadas são aquelas representadas pelos sindicatos propriamente ditos, ou então de instituições corporativas. Entre as primeiras devem ser citadas a *Deutsche Gewertschaftsbund* (DEB) – Federação Alemã de Sindicatos – que mantém um departamento internacional, e a *Industriegewerkschaft Metall* (IG Metall) – Sindicato da Indústria Metalúrgica – que mantém uma seção de relações internacionais.

Para representar seus interesses específicos os pesquisadores sobre a América Latina na Alemanha criaram a *Arbeitsgemeinschaft Deutsche Lateinamerika-Forsclung* (ADLAF) – Associação Alemã de Pesquisa sobre a América Latina, congregando mais de trinta institutos e mais de 250 membros individuais. Suas reuniões periódicas se constituem hoje numa referência para o conhecimento da América Latina na Alemanha.

Em último lugar citamos o *Ibero-Amerika Verein e.V.* Associação Ibero-Americana – que mantém a *Deutsch-Lateinamerikanische Wirtschatsvereinigung für Lateinamerika, Spanien und Portugal* -

Associação Alemã-Latino-Americana para a América Latina, Espanha e Portugal. Trata-se de uma associação empresarial que tem por objetivo fomentar as relações econômicas, sociais e culturais entre a República Federal da Alemanha e os países ibero-americanos. Ela congrega mais de 250 empresas e mais de 120 membros individuais.

Para concluir estas notas queremos citar um fato relativamente recente, que ilustra de forma expressiva nossa observação inicial. Por ocasião da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Países da União Européia e da América Latina e Caribe, realizada nos dias 28 e 29 de junho de 1999 no Rio de Janeiro, as fundações dos partidos políticos da República Federal da Alemanha chamaram para uma reunião um grupo de especialistas sobre a América Latina, com o propósito de formular recomendações para o governo federal.

Além das Fundações Friedrich-Erbert, Konrad-Adenauer e Henrich-Böll, tomaram parte na reunião a *Bundesverband der Deutsche Investitions - und Entwicklungsgesellschaft-* Associação Federal das Sociedades Alemãs para Investimento e Desenvolvimento, o *Ibero-Amerika-Verein der Deutschen Wirtschaft* - Associação Ibero-Americana da Economia Alemã, o *Institut für Ibero-Amerika-Kunde* - Instituto de Estudos Ibero-Americanos, o *Institut für Entwicklung und Frieden* - Instituto para o Desenvolvimento e a Paz da Universidade Gerhard Mercator e a *Deutsche Welle* - Voz da Alemanha.

A reunião teve lugar no dia 5 de maio e os temas discutidos disseram respeito às relações econômicas entre as duas regiões, ao diálogo político e às relações culturais e sociais. O documento final sublinhou principalmente a importância do aprofundamento da cooperação cultural entre a UE e a América Latina e o Caribe.

Alemanha sua Economia e Política Externa

*Maurice Costin**

Boa parte dos fatos que vou relatar não li apenas em livros. Na época da Segunda Guerra Mundial e um curto período de tempo pós-guerra não fui um mero espectador. Nasci e vivi na Europa do Leste até 1947, na Romênia, e fui obrigado a deixar meu país quando ficou claro que o regime comunista seria o seu futuro. Acompanhei com meus próprios olhos os fatos desde a vitória alemã contra a Polônia em 1939, a França em 1940 e a retirada inglesa de Dunquerque. Segui de perto o avanço das tropas na Rússia, até Estalingrado, e mais tarde a destruição das cidades alemãs pelos bombardeios aliados, a retirada diante da pressão do Exército Vermelho até Berlim. Quando, em outubro de 1947, fui a primeira vez na Alemanha como refugiado político, *displaced person* como era a denominação oficial daquela época, encontrei um país devastado pela guerra, passando fome e privações. Aquele que viu esta realidade dificilmente podia imaginar que em poucos anos a economia ia se reerguer e chegaria em breve à mais importante da Europa.

O tema de que vou tratar é: a economia e a política exterior da Alemanha. Considerando que sempre a ação política é uma conseqüência das realidades e dos fatos econômicos, é dentro deste enfoque que vou tentar apresentar minha visão.

Não podemos esquecer que a unidade alemã data apenas de 1872. Desde aquela época, a Alemanha procura a hegemonia européia. Foi Bismarck, o chanceler que conseguiu unir o país, que traçou seu caminho para o futuro. Infelizmente, esse caminho levou a três guerras: 1871, 1914-

* Diretor titular do Departmento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp.

1918 e 1939-1945, e a milhões de mortos. Qual foi a razão da procura desta hegemonia? Não somente a firme convicção de que o povo alemão é um *Herrensvolk*, mas também a necessidade de um *Lebensraum*. A obssessão de falta de espaço suficiente para a agricultura, guiou seus dirigentes desde o fim do século XIX. A Inglaterra, a França, Portugal e até a Bélgica tinham prósperas colônias na África. Isto para não falar da Índia que dava o título de imperador para o rei inglês. O pouco que sobrava para a Alemanha não era suficiente. Depois da guerra com a França em 1871, que permitiu a anexação da Alsácia e a Lorena, províncias há muito tempo em litígio, o império alemão começou o famoso *Drang nach Osten*. O Leste Europeu era considerado um campo muito fértil para produção de alimentos. Mas, para chegar aos principais países produtores de grãos como a Ucrânia, Romênia, e Hungria não era fácil. O Império Austro-Húngaro, e a Rússia dos tzares que incorporava a Ucrânia, formaram uma barreira aos planos expansionistas. É esta suposta necessidade de ocupar mais espaços que levou à guerra de 1914-1918. É evidente, que a visão que estou apresentando, pode parecer simplista, mas se enquadra dentro da tese que, no fundo, os movimentos políticos são um reflexo dos problemas econômicos.

A derrota dos países da aliança centro-européia mudou a face do mundo. O império austríaco que com seus 4 milhões de habitantes, dominava uma grande parte da Europa do Sul e do Leste foi desmembrado. A Alemanha também perdeu territórios. E o que foi mais importante foi a aparição de uma nova força política, o comunismo. Por muito pouco, a Alemanha durante a República de Weimar não foi dominada por esse movimento. Toda ação violenta gera uma reação violenta.

E a Alemanha preferiu o nazismo ao movimento de extrema esquerda. Logo após a tomada do poder por Adolf Hitler, a política exterior voltou a ser expansionista. Inicialmente veio a ocupação da Renânia, pedaço do seu território separado pelo Tratado de Versailles. Seguiu o *Anschluss* da Áustria e cada vez mais o já mencionado *Drang nach Osten*. Como a Áustria não apresentava mais um obstáculo na direção do leste,

uma nova reivindicação territorial, uma parte da Tchecoslováquia, o *Sudentenland*, e, em curto prazo de tempo, o desmembramento deste país. Logo em seguida, outra reivindicação territorial: o Corredor de Danzig. E esse foi o estopim que fez eclodir a guerra, não somente com a Polônia, mas também com a França e a Inglaterra. Para espanto da opinião pública mundial, a União Soviética considerada o grande inimigo da Alemanha, aprovou e participou na liquidação da Polônia, país recriado pelo Tratado de Versailles. O encontro de Molotov com os seus colegas alemães pegou de surpresa a opinião pública. Um fato interessante, o partido comunista francês, que sempre combateu o nazismo, de repente ficou mudo, mostrando que a disciplina partidária era mais forte que os sentimentos nacionais. E se juntou ao movimento antifascista somente após o ataque alemão à Rússia em 1941.

A diplomacia alemã desde o momento que Adolf Hitler tomou o poder, trabalhou com sucesso para evitar o isolamento. Apoiou o regime fascista italiano, ajudou Franco na Espanha, e criou uma rede de partidos da extrema direita praticamente em todos os países europeus. Tiveram um grande sucesso nesta empreitada, mas não se limitaram somente à Europa. Penetraram com certa facilidade nas minorias étnicas alemãs nos Estados Unidos e também na América Latina. Em Santa Catarina muitos dos jovens alemães participaram em grupos de *Hitlerjugend*. E um número importante de emigrantes e filhos de emigrantes foram nos anos 1941-1942 para a ex-pátria afim de lutar sob o lema *Ein Reich, ein Führer*. Tivemos inúmeros casos no nosso país, mas encontrei também pessoas que mudaram para a Alemanha do Chile, do Peru e da Colômbia.

Qual foi a razão desse caminho perigoso em direção ao leste? A necessidade de espaço vital, de terras propícias para a agricultura e, principalmente, o petróleo. E não chegando em tempo previsto, aos Campos de Baku, as tropas alemãs perderam o momento, sem petróleo não conseguiam movimentar os tanques e fazer chegar, com facilidade, os suprimentos nas linhas de combate. E desde que a logística não funcionou, a guerra estava perdida.

Período pós-guerra.

O povo alemão tem uma enorme capacidade de recuperação e conseguiu se reerguer como o pássaro Phoenix das suas próprias cinzas. A inteligência, a disciplina e o poder de enfrentar todas as dificuldades foi mais de uma vez comprovado na sua história. A sua capacidade de recuperação foi demonstrada após 1945. Com passos firmes, apesar da divisão da Alemanha, a parte ocidental iniciou a reconstrução. Contrário à tese do secretário do Tesouro americano Morgenthau que queria liquidar a indústria alemã surgiu o Plano Marshall. Com certeza, os Estados Unidos não decidiram investir no ex-inimigo por razões humanitárias, mas queriam criar uma barreira à expansão soviética. Com essa ajuda financeira e sua capacidade técnica, foi criado o "milagre alemão". Pouco tempo após o fim da guerra, vários estadistas e principalmente Jean Monnet, tiveram uma visão realmente importante, criando o núcleo que gerou posteriormente a União Européia, tendo como base as indústrias francesas e alemãs de carvão e aço. Maurice Schuman, o ministro de Relações Exteriores da França na época, compreendeu que somente uma estreita colaboração com a Alemanha poderia fazer face a uma mudança de equilíbrio tão desejado com a Rússia. É difícil imaginar hoje como conseguiu convencer a opinião pública do seu país, que após tantos anos de inimizade, depois da dura ocupação sofrida entre 1940-1944, os dois países deviam ser aliados. Somente quem viveu aqueles momentos na Europa pode entender que problemas surgiram em face desta aliança. Mas pouco a pouco Konrad Adenauer e Charles De Gaule conseguiram eliminar o ódio entre os dois povos. Isto os coloca entre os principais estadistas do século XX.

A pujança crescente da economia alemã obrigou os seus dirigentes a olhar além das suas fronteiras. O fato de não considerar a DDR, a Republica Democrática Alemã, como um país independente, mas somente como a zona de ocupação soviética, criou dificuldades de relacionamento com toda a parte oriental da Europa. Conseqüentemente, tiveram que

procurar espaços nas Américas e na Ásia. Brasil foi um importante receptador de investimentos, o maior da América Latina. Apesar do fato de que na Segunda Guerra Mundial fomos inimigos, a opinião pública foi extremamente favorável aos investimentos alemães tendo em vista que a alta tecnologia que traziam para o nosso país. Temos que mencionar que o começo da indústria automobilística, por exemplo, foi baseado nos automóveis de passeio Volkswagen e nos caminhões e ônibus Mercedes Benz.

Apesar de que a Europa Ocidental foi o centro das atenções da Alemanha dos anos 1960-1990 mais três vertentes podem ser identificadas: uma estreita ligação com os Estados Unidos, uma penetração econômica na América Latina, e mais uma vez o *Drang nach Osten* econômico direcionado para os países satélites da União Soviética. É interessante mencionar que neste período foram retiradas as minorias de origem alemã destes países mediante a ajuda econômica. A República Federal participou com muito sucesso na integração européia começando por uma união aduaneira e chegando finalmente à União Européia. E culminando com o Tratado de Maastricht e a moeda comum.

O fato mais importante surgiu em 1989. A Alemanha Oriental implodiu, puxando todo o bloco soviético junto. Muitos cidadães da DDR deixaram o país passando pela Tchecoslováquia e a Hungria e foram se estabelecer na República Federal Alemã. Fato notável, pela primeira vez um país comunista, a Hungria, abriu suas fronteiras com o ocidente e centenas de milhares de alemães orientais puderam ir sem risco de vida para o lado democrático. Esse fato não derrubou somente o Muro de Berlim mas toda a estrutura dos países comunistas, inclusive da Rússia Soviética. Podemos afirmar que o comunismo foi destruído não pelas armas mas pela pujança econômica dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

Uma nova era começou na Alemanha. Enormes investimentos se faziam necessários para reconstruir a parte oriental, agora integrando o país. Mas ao mesmo tempo os países ex-satélites chamadas de "repúblicas

democráticas" tinham que ser considerados alvos prioritários. Na América Latina houve o receio que futuros investimentos na região não serão mais considerados prioritários e que a proximidade geográfica, e a cultura européia direcionará para a Europa do Leste praticamente todos os investimentos alemães. Mas muito cedo foi verificado que cinqüenta ou mais anos de economia centralizada quase aniquilou o espírito empresarial e que a economia de mercado precisava ser ensinada aos eventuais empreendedores da região. A importante aposta que a Alemanha fez sobre a economia russa teve resultados negativos. Tanto os bancos como muitos empreendimentos sofreram vultosos prejuízos.

Na América Latina que nesta época foi passada para um segundo plano, os espaços deixados vazios foram ocupados por outros investidores principalmente de origem européia. A Itália implantou a Fiat tirando importante parcela do mercado automobilístico, a Suécia a Eletrolux na linha branca de eletrodomésticos, a Espanha e Portugal na telefonia e energia elétrica. Sem citar países como Estados Unidos, Coréia e vários outros. Este fenômeno não aconteceu somente no Brasil, mas também na Argentina.

A liderança da República Federal Alemã no mundo econômico, europeu atual é incontestável, participando com um terço do orçamento da União Européia. Isto fatalmente está acirrando as rivalidades com a França. A divergência entre os dois países se fez sentir na eleição do presidente do Banco Central Europeu. A amizade com a Inglaterra repousa principalmente sobre o interesse comum das duas principais praças financeiras: Londres e Frankfurt. Os outros parceiros da União Européia tem uma menor importância econômica e política.

Com a adesão ao Tratado de Maastricht e a introdução do euro, a Alemanha assumiu uma grande responsabilidade dentro da União Européia. O caminho que vai indicar certamente será seguido por outros países membros. Mas o aumento do número de participantes fará com

que seja cada vez mais difícil conseguir o consenso em Bruxelas. Os interesses dos novos participantes, com um grau menor de industrialização e com uma tradição democrática recente podem e vão criar problemas. Uma firme condução política por parte dos principais *players* dará à União Européia condições de gerar um crescimento econômico sustentável. E somente concessões consideráveis dos dois lados, poderão levar a bom termo um acordo Mercosul - União Européia importante para as duas partes.

As reformas preconizadas pelas forças políticas e econômicas da Alemanha, são indispensáveis para a continuidade da prosperidade do país. Podemos prever, dentro em breve, a formação de um governo de união entre os democratas cristãos e o partido social democrata, única solução para que o país possa manter a atual posição de destaque. E uma Alemanha forte e próspera é extremamente importante para o equilíbrio mundial.

A Visão Estratégica na Construção do Futuro da Alemanha

*René Armand Dreifuss**

Introdução

O painel da política externa da Alemanha do pós-guerra pode ser visualizado, analiticamente, em três períodos nitidamente diferenciados em termos de desenho estratégico: ***Westpolitik*** (política **para** e **no** Ocidente), ***Ostpolitik*** (política **para** e **no** Leste) e **Arredondamento** (política de afirmação da **centralidade** alemã nos perímetros de influência e presença no **centro** da Europa e de projeção a partir do **centro** europeu reconstituído).[1]

A necessidade de uma Westpolitik

Durante o período de 1949 a 1966, em que Konrad Adenauer e, subseqüentemente, Ludwig Erhard (seu ministro da Economia, retratado como "pai" do "milagre alemão") foram chanceleres, a Alemanha se pautou a si mesma como um *non-actor* que buscava a sua "observação

* Departamento de Ciência Política – Universidade Federal Fluminense, Instituto Virtual Internacional de Estudos das Mudanças Globais – Coppe/UFRJ. Núcleo de Estudos Estratégicos – Unicamp.

[1] Esta periodização corresponde, grosso modo, aos vários cortes de composição partidária dos sucessivos governos que se sucedem desde as primeiras eleições, em 1949, quando a Alemanha viveu a institucionalização de sua divisão, por ocupação militar, em dois Estados – República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) e República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), a primeira com capital em Bonn e a segunda, em Berlim – até 1998, com a vitória de Gerhard Schroeder, candidato social-democrata, em aliança com o Partido Verde. Periodização que compõe um tríptico político que compreende: os governos cristão-democratas (CDU) e social-cristãos (CSU) de Konrad Adenauer (1949-1963) e de Ludwig Erhard (1963-1966) e a ampla coalizão de transição CDU/CSU com os social-democratas (SPD), sob o comando do chanceler Kurt Kiesenger (1966-1969); os governos social-democratas de Willy Brandt (1969-1974) e Helmut Schmitdt (1974-1982), ambos em aliança com os minoritários liberal-democratas (FDP); e o retorno do CDU-CSU (em aliança com os liberal-democratas), liderados por Helmut Kohl (1982-1998).

participante" limitada na Europa. E o fazia, numa postura de "aceitação ativa", por parte do governo e da população, da sua sujeição ao foco de referência franco-britânico e da sua localização sob o guarda-chuva norte-americano no que tangia ao emergente conflito Leste-Oeste. Uma Alemanha que, mantendo um "baixo perfil" na Europa, restringida pelas imposições dos Aliados e pelas suas próprias limitações socioeconômicas internas, laboriosamente construiu uma imagem de parceiro confiável.

No entanto, ser um *non-actor* não implicou para a República Federal da Alemanha (RFA) uma desistência de um papel na Europa em reconstrução, mas, ao contrário, a busca de estabelecimento de uma plataforma sólida interna sobre a qual desenvolver, como decorrência, uma política externa efetiva. É nesse sentido que a tarefa inicial foi, por um lado, de manutenção de um senso de (e a própria) "germanidade", gravemente atingida pelos desmandos e horrores cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, e, por outro, de mobilização de uma vontade nacional para a reconstrução do país dividido, sem confronto com a República Democrática Alemã (RDA) e aplacando a desconfiança nutrida pela Polônia e pela União Soviética. Era, na realidade, o desenvolvimento de um olhar externo a serviço do ajuste e da reconstrução interna, que terminaria por fazer do território da República Federal um "dique de contenção" político-estratégico e da "nova Alemanha" um exemplo tensionante projetado para o Leste Europeu: vitrine/objeto de desejo e receio da RDA e espelho/referência do descontentamento da Europa Centro-Oriental.

Neste sentido, compreende-se o desenvolvimento de uma *Westpolitik*, consentida e estimulada pelos poderes ocupantes (Estados Unidos, França e Grã-Bretanha), que visava não somente a reintegração da RFA **no** âmbito cultural e civilizatório do Ocidente, mas a aceitação **pelo** Ocidente desta "nova Alemanha", nos seus termos.[2] Uma *Westpolitik*

[2] Me permito usar a expressão *Westpolitik* em contraposição à consagrada noção de Ostpolitik.

que buscava a reafirmação de um caráter nacional e a modelagem de uma identidade própria que, sarando as feridas internas e externas, preservasse um ponto de equilíbrio societário. Isto implicava a descaracterização do estigma, por um lado, como agente histórico desestabilizador e violento no centro da Europa, concomitante ao reconhecimento das violências cometidas - como ocupante territorial na Segunda Guerra Mundial e como responsável pelo Holocausto – e, por outro, à renúncia ao revanchismo e à reivindicação territorial na linha Oder-Neisse e no foco de Königsberg.

Havia também um esforço claro e metódico para não permitir o esquecimento de um **centro** na Europa e preservar a noção de uma Europa Central, diferenciada pela sua oposição controlada ao Leste e sua cooperação criteriosa com o Oeste, e que a perspectiva bipolar da Guerra Fria ameaçava levar de roldão no corte da Europa (e da própria Alemanha) em duas metades. Um **centro** geocultural antes que geopolítico, circunstancialmente ofuscado pela oposição capitalismo x socialismo na própria Alemanha, pela divisão efetiva na Europa entre Leste e Oeste e pela crescente bipolaridade política extensiva ao planeta. Nesse contexto, a RFA buscou a sua inserção legítima na ambiência política, cultural e estratégica ocidental, selada pelo Acordo de Paris, de 1954, que lhe garantia *status* soberano pleno (implementado em 5 de maio de 1955, praticamente dez anos após o fim da Segunda Guerra Mundial) e sua subseqüente incorporação como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Ao fazê-lo, a RFA recolocava na agenda duas questões. A primeira realçava a potencial centralidade civilizatória da própria Europa, a despeito da bipolaridade instituída política e estrategicamente, que tomava conta de percepções e atitudes de governos e sociedades, e da fraqueza relativa do continente, após a Guerra. A segunda colocava em relevo a necessidade de **uma** Alemanha, sobrepondo-se à "funcionalidade" político-estratégica "circunstancial" da divisão territorial em dois Estados, reafirmando com isto a sua possível função-chave numa área de **dupla soldadura**: européia e eurasiana (Ásia Ocidental).

Começava, assim, a delinear-se o que pode ser entendido como uma "grande manobra" alemã de recomposição, daí desdobrando-se, com o beneplácito norte-americano, o retorno da Europa ao plano da condução (compartilhada) das ações no âmbito mundial. Paradoxalmente, é sobre o vértice do grande derrotado, militar e ideologicamente, e em nome do que seria necessário para seu controle, que se constrói a nova Europa e que esta ganha tranqüilidade para influenciar os assuntos do mundo. Ironicamente, ao aplainar o terreno para a recuperação alemã, viabilizava-se a retomada do ritmo de extraordinário desenvolvimento anteriormente demonstrado pela Alemanha, acenando com as condicionantes necessárias para que, décadas depois, fosse atingida a sua vitória política.

Na realidade, o período Adenauer/Erhard - incluindo o posterior interregno do chanceler Kurt Kiesinger, quando o SPD alçou-se à condição de sócio minoritário da coalizão dominante CDU-CSU -, foi de **arredondamento** da RFA, **de si** própria e **em si** própria (mesmo esfacelada em dois Estados), incluindo o ajuste de foco e percepção necessário para internalizar que, de fato existia, "uma outra" Alemanha.[3] Aceitava-se a imposição das inevitabilidades, sem perder a perspectiva de que poderia haver uma reunificação em algum ponto futuro com a RDA. Nesse período há também uma definição das afinidades necessárias (França), inevitáveis (Estados Unidos) e com reservas (Grã-Bretanha), assim como uma definição das prioridades de interlocução no espaço europeu ocidental e do discernimento e compreensão das condicionantes de possibilidades de diálogo com o Leste.

O discernimento de uma *Ostpolitik*

Nos anos em que Willy Brandt esteve na chefia do governo e, posteriormente, seu ex-ministro da Economia, Helmut Schmidt, a RFA

[3] Faço do termo arredondamento um conceito que designa o movimento de eliminação ou de neutralização de arestas políticas, culturais e econômicas, sem incorporação territorial, mas condicionador do comportamento de regiões e países adjacentes.

permanece sob o guarda-chuva norte-americano (como de resto todo o arco do Ocidente e seus parceiros no restante do planeta, incluindo os atores que pretendiam uma "certa" autonomia). Mas desenvolve uma efetiva parceria com a França – detentora de voz ativa diplomática na sua condição de potência atômica – que expressa interesses nacionais e binacionais transmutados em necessidades e demandas européias, singularizando com isto a Europa perante o mundo e construindo a opinião européia frente aos Estados Unidos. Parceria que sela o esforço de aceitabilidade, uma vez que ela é realizada com o "grande desafeto" histórico, humilhado, somente 25 anos antes, pela ocupação de Paris e o estabelecimento do governo colaboracionista de Vichy.[4] Parceria franco-alemã que viabiliza e legitima o desenvolvimento do que seria uma marca registrada desse período: uma **política externa projetiva** – a *Ostpolitik* – , **consentida, mas não controlada**, a qual, gradativa e discreta, mas firmemente, foi se tornando infensa ao veto dos parceiros ocidentais e dos Estados Unidos.

Nesse período, o desenho estratégico da RFA visualiza três campos de ação e de força, cada um deles reunindo e contrapondo múltiplos atores: a Alemanha ampliada, a Europa tripartite – Ocidental, Central e Oriental –, e o eixo Estados Unidos–Rússia, que não se confunde com a contraposição "mundo livre"–União Soviética. Aliás, de capital importância no cálculo estratégico foram a lembrança alemã da solidez da existência da "entidade russa" e o discernimento das diferenças de base e sentido entre a Rússia e a União Soviética. Diferenças que, mesmo ofuscadas, de tanto em tanto, pelo discurso e pelas ações da Guerra Fria, não conseguiram ser obliteradas da memória cultural e política na RFA.

[4] Ao longo dos anos, a França se torna o parceiro comercial mais importante da RFA, responsável por aproximadamente 11% das exportações e 11% das importações, cifras bem superiores, individualmente, às da Grã-Bretanha, Estados Unidos, Bélgica, Luxemburgo, Itália, Holanda, Espanha, Suíça e Japão, que, juntos, totalizam cerca de 45% do comércio alemão.

Nesse contexto, a conceitualização estratégica alemã distingue um objetivo (a reunificação alemã, fim em si mesmo e plataforma de ação futura) e cinco metas:

a) A consecução de um eixo de estabilização com a URSS e a construção de um nicho de influência na Rússia, Bielo-Rússia e Ucrânia;

b) A obtenção de condições de operação não-conflitiva no Leste Europeu, sem confronto com a Rússia e consentida pela União Soviética;

c) A obtenção de um espaço de manobra, buscando assegurar as condicionantes de excelência na manobra, como contrapeso à Europa Ocidental e como trunfo perante os parceiros europeus que, por sua vez, buscavam estabelecer linhas de conexão seletiva com a Europa Oriental (a França com a Romênia e a Polônia, a Grã-Bretanha com a Hungria e a Tchecoslováquia);

d) A obtenção de *know-how* e capacitação no tabuleiro de jogo das relações internacionais em que, na realidade, a Alemanha ainda não tinha jogado diplomaticamente neste século, uma vez que suas investidas externas, desde os tempos da unificação bismarckiana e da formação do moderno Estado alemão, foram marcadas por projeções de força, concretizando-se em duas guerras mundiais e em limitadas e frustradas tentativas de se fazer presente, militarmente, na África e em seletos pontos do Pacífico;

e) O discernimento das clivagens de penetração e operacionalização econômica, capazes de substanciar uma iniciativa diplomática ou que justificassem uma ação diplomática, e de suas possíveis continuidades e desdobramentos na Europa Oriental, sutilmente entendida nos seus lentos, às vezes imperceptíveis, movimentos.

Cinco metas que, mais uma vez, levavam a Alemanha a desenvolver uma ação bifrontal, a leste e a oeste, com cada uma das frentes subdivididas, conceitual e operacionalmente, em duas. Havia, no entanto, por parte da RFA, uma clara compreensão do alcance e sentido das **diferenças** e do **desejado, antes que necessário**, alinhamento entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos, realizando seus vínculos humanos e culturais, assim como do alcance e sentido das **semelhanças** e da já **verificável, quanto almejada,** ruptura entre a Europa Oriental e a União Soviética, confirmando suas disfuncionalidades estruturais e suas oposições históricas. Uma distinção crucial, sobre a qual se consolidaria a visão estratégica alemã, orientando a **política** com o Ocidente e as **relações** com o Leste.

A incipiente política externa alemã, embora consentida, estimulada até, não era controlável, inclusive porque se realizava nos interstícios do "grande jogo" da Guerra Fria. Fazia da RFA o único país a ter, de fato e conceitualmente, uma formulação estratégica, voltada para uma política pró-ativa no Leste Europeu. Política esta que não se limitava à contenção militar, nem ao enfrentamento político e propagandístico, mas buscava a construção de cabeças-de-ponte (e, em momentos, de efetivas pontes), à espera de uma oportunidade viável para o cruzamento. A presença seletiva por meio de acertos financeiros e a sedimentação de uma malha de interesses comerciais na Rússia, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia iam de mãos dadas com a neutralização dos sentimentos negativos do passado imediato, o que lhe permitiria, posteriormente, o enquadramento político do Leste Europeu. A RFA aprendia, com isto, o exercício da política externa (mesmo sem sustentação militar ostensiva), tornando-se um profundo conhecedor desse campo e o único país no Ocidente a ter um equivalente lingüístico e cultural no Leste Europeu – a própria RDA. Com isto, o alemão e a Alemanha (re)ganhavam um perfil "oriental".[5]

[5] Muito diferente, por certo, de outros "ocidentais" no "centro" e "oriente" da Europa, como os húngaros, tchecos, poloneses e romenos que, por sua vez, continuavam a conviver com minorias alemãs nos seus territórios nacionais.

A concretização do arredondamento

É no longo período Kohl (1982-1998) que se consolidam os elos político-culturais e os vínculos econômicos com a Europa Oriental, enquanto o idioma alemão e a cultura alemã reaparecem como referências explícitas e desejáveis de *status* e reconhecimento de sua riqueza. A RFA passa a ser vista como uma sociedade na qual, ao espelhar-se, a RDA se reconhece nas suas profundas insatisfações, enquanto para os países do Leste é o modelo que "denuncia" seus sentimentos de inadequação, intensificando a sensação de "estar fora de lugar", isto é, reafirmando o desejo de ser incluídos na "europeidade" e de desvencilhar-se do fardo soviético. Neste período consolidam-se, também, as corporações estratégicas alemãs e inicia-se o processo de renovação, entrecruzamento e concentração do sistema financeiro alemão.

Durante o governo Kohl, a prática de **arredondamento** alemã centra-se na construção de **áreas contíguas estáveis de presença** e **espaços conexos de influência** no centro e no leste da Europa: ao tempo da queda do Muro de Berlim, em 1989, o volume de comércio já atingia 34 bilhões de dólares, fazendo da RFA, de fato, a maior parceira comercial dos países da antiga União Soviética, além de ser a maior fornecedora de empréstimos e ajuda emergencial. Áreas e espaços absolutamente necessários na perspectiva da hipótese, manejada em 1988, de uma iminente implosão soviética e do desdobramento necessário que seria a reunificação alemã, analisando-se a sua possível influência no roteiro da construção européia, com a (re)emergente Alemanha sendo diluída nela, ou tornando-se seu pivô político-estratégico.

Destituída a RDA de seu papel de "dobradiça" pela reunificação, a Alemanha passa a ter efetivas fronteiras físicas com a Europa Oriental, realçando sua qualidade de **área de soldadura européia centro-oriental**.

Mas a instabilidade decorrente da implosão soviética e das emergentes questões sociais e nacionais na Europa Oriental, nos Bálcãs e no Cáucaso também reforçava a percepção da necessidade premente de **arredondamento** dessa área, incluindo uma neutralização positiva da Hungria, a reafirmação da região tcheca nessa órbita e a definição da Eslovênia como área de interesse e presença. Isto, por sua vez, significava a definição de linhas de contenção e a percepção renovada, dada a nova realidade política da Europa, e do alcance, em espaço e em tempo, da área ampliada de soldadura eurasiana, **do Reno aos Urais**. Não era possível esquecer que, antes da reunificação e da implosão soviética, a própria Europa Oriental tinha um valor dual: era área de contenção, tanto para o Ocidente quanto para o Leste, funcionando, ainda, como **espaço de projeção** (da URSS na Europa) e **de ponte** (da Alemanha com a União Soviética). **Área de contenção** e **espaço de projeção** soviética que, construída e preservada por meio de dominação coercitiva e coativa, preparava, em conseqüência, o futuro fosso entre a Rússia e a Europa Oriental. Inversamente, **espaço de contenção** e **região-ponte** que, tratada por meio de uma cuidadosa *Ostpolitik*, pavimentava o reencontro da Alemanha com os euro-centrais e euro-orientais. Configurava-se, assim, um primeiro e **interno arco** de soldadura eurasiana (que inclui os países Bálticos, passando pela Polônia e Romênia, até a Eslovênia), que por sua vez, adquire uma função dual, de espaço de **amortecimento** e de **projeção** sobre o segundo e **externo arco** eurasiano, o qual se estende da Bielo-Rússia até o Cáucaso, passando pela Ucrânia e, em profundidade, chega até os Urais. Assim, com a implosão da URSS e o desmonte da hegemonia soviética, a Europa Oriental passa a reconhecer-se nas suas várias individualidades não só perante o Ocidente, mas *vis-à-vis* novos parceiros ao leste – reconhecendo, de fato, um outro "leste da Europa" que a ultrapassa, e que inclui a Bielo-Rússia, Ucrânia, Moldávia e Geórgia. Um

"Leste do Leste" Europeu, que se confunde com um enorme espaço territorial na proa ocidental da Ásia, recheado de nacionalidades (re)emergentes.[6] Ressignificada pela (re)descoberta desta multiplicidade de nacionalidades e etnias, configura-se uma área na qual inexiste o senso de pertenência à Ásia ou à Europa, assim como as designações cultural-geográficas ("europeu" ou "asiático") deixam de dar conta do que se pretende descrever ou nomear.

É neste contexto que a Alemanha passa a desenvolver o **arredondamento** regional na Europa Central e Oriental, legitimado pela expectativa de que suas economias e sociedades sejam incluídas no universo europeu. E o faz ciente de que desponta como líder inconteste na Europa Central e que se situa como dínamo sem concorrentes na Europa Oriental, através do seu poderio econômico e tecnológico e da ascendência cultural exercida como **campo gravitacional societário** no centro da europeidade. Movimentos políticos e culturais sublinhados pelo que chamaríamos de uma **integração interdependente assimétrica**: a Alemanha passou a ser a principal parceira comercial da Rússia e da região; a segunda investidora na Hungria, depois dos Estados Unidos; compradora de um terço das exportações da Polônia; e fornecedora de um quarto das importações da República Tcheca (onde fez mais de 5 mil *joint ventures*), Hungria e Polônia.

---

[6] Na Europa Oriental e balcânica, ressoam nomes que muitos já tinham esquecido. Rutenos, nos Cárpatos; herzegovinos, na Bósnia; bucovinos e bessarábios, na Ucrânia, Romênia e Rússia; ciganos, na República Tcheca, na Eslováquia, na Hungria e na Romênia. Na Europa do centro e do leste, o autonomismo morávio e boêmio se manifesta no espaço tcheco; as minorias húngaras são sentidas na Eslováquia, na Ucrânia subcarpática e na Transilvânia romena; e as alemãs na região dos Sudetos. As minorias polonesas, lituanas, bielo-russas e russas espalhadas na Polônia, Lituânia, Bielo-Rússia e Rússia se tornam fatores políticos de pressão; as minorias sérvias na Timisoara romena e as minorias romenas na Moldávia; os problemas da Bulgária com a Romênia na região de Dobrudja, as minorias turcas na Bulgária e as aspirações desta sobre a Macedônia, compõem toda a complexidade do cenário regional. Sem falar dos conflitos e das diferenças que marcam Azerbaijão, Geórgia, Chechênia, Daguestão, Inguchétia, etc., no amplo espaço que se estende do Cáucaso até os Urais.

A Alemanha acumula poder industrial, financeiro, material e social, ciência e tecnologia, legitimidade cultural a ser testada e disponibilidade político-diplomática para ser exercida, além de uma sustentação militar possível. Por intermédio desse poder, a Europa Central e a Europa Oriental são transformadas em áreas de influência e presença alemã, confirmadas pelas cadeias regionais de produção transfronteiriças. Assim, nos últimos anos, mais de um terço da produção da indústria de vestiário já havia saído da Alemanha, instalando-se na Hungria, Eslováquia e Eslovênia. Depois foi a vez da indústria mecânica, seguida pela automobilística. A Continental, quarta maior fabricante mundial de pneus, sediada em Hanôver, transferiu quase metade de sua produção para a República Tcheca (onde comprou o controle da Rarum, passando a produzir os pneus *standard*) e Portugal, enquanto desenvolve os novos padrões tecnológicos na Alemanha. A Audi deslocou sua unidade de produção de motores convencionais para a Hungria, para onde também foi a unidade de produção de motores da GM Europa (que abastece as unidades montadoras da General Motors da Grã-Bretanha à Turquia) e a produção de material de iluminação européia da GE Lighting. A Siemens levou suas plantas de produção de motores elétricos e de autopeças trabalho-intensivas para a Polônia (que também recebeu uma planta Opel) e sua unidade montadora de fios multicoloridos que interligam todas as partes elétricas de um carro para a República Tcheca. A AEG (Daimler) foi mais longe: passou a produzir acondicionadores para transformadores elétricos gigantes na Turquia, enquanto a Bosch fabrica peças de motores na República Tcheca. Esse sistema de poder econômico também tem bases concretas de presença através de pequenas e médias empresas (com uma carga emotiva menor em relação ao passado do que algumas das grandes corporações), além dos investimentos em empresas locais, como o da gigantesca Deutsche Telekom na estatal Matav, da Hungria, e da compra de terras para uso industrial e outros desenvolvimentos comerciais. Enfim,

através do que chamaria de **interdependência induzida**, a Alemanha constrói uma posição que lhe permite situar-se como **pólo motor tecno-produtivo** de alcance eurasiano.[7]

Como conseqüência do crescimento dos seus trunfos no Leste, a Alemanha se visualiza separável, embora não separada, do formato de consensualização da Europa Ocidental. Segura, econômica e socialmente, e resolvido o "problema de identidades", a Alemanha designa para si um campo de atuação próprio, extracomunitário, embora intra-europeu; aliás, o único país do Mercado Comum (e, posteriormente, da União Européia) a dispor desta margem de manobra.

Previamente à unificação alemã e à implosão soviética, a Alemanha se situa na ação, funcionando numa relação de 1 + 1, sempre procurando uma contrapartida (parceiro e contrapeso) política, econômica, cultural ou militar. Assim foi com a França no interior do Mercado Comum Europeu e no contexto euro-ocidental, enquanto perante a União Européia valia a própria relação que a Alemanha construía e mantinha com o *hinterland* euro-oriental, cuidando sempre para que o sentido da ação fosse o de preservar e aumentar o espaço político europeu e consolidar a integração euro-ocidental. Mas a relação da Alemanha com a nova Europa Oriental, em vez de reafirmar a comunalidade regional, passa a ser bilateral, embora cuidando de contar com o parceiro constante, a montante (França), e circunstancial, a jusante, num desenho tático que efetiva uma triangulação – da Alemanha com a Rússia e a Ucrânia, com a Polônia e a

[7] Alemanha se debruça sobre o mapa eurasiano, *vis-à-vis* a Rússia. Juntas, têm metade da população da Europa e quase metade da sua produção total. Ambos os países estão sujeitos a imperativos que lembram a leitura kissingeriana da situação e da atuação da Áustria de Metternich e da Inglaterra de Castlereagh na Europa do século XIX. Tanto Alemanha, no centro-leste da Europa, quanto Rússia, no leme da federação e no interior do emaranhado da CEI, são centrais à emergente Eurásia. Ambas as potências são obrigadas a prevenir convulsões (regionais ou localizadas) em suas zonas de influência e presença, sendo que estas podem ser "externas", como outrora a Inglaterra via a sua relação com a Europa (e a Alemanha se percebe hoje), ou "internas", como era vivido pela Áustria em seu arquipélago imperial multinacional (e a Rússia é obrigada a repetir em sua "comunidade").

Bielo-Rússia, com a Hungria e a República Tcheca, etc.[8] Neste processo, a Alemanha se define politicamente como continental, inclusive porque seu raio de ação econômica, político-cultural e presencial (turismo) chega, de forma consistente, da Escandinávia até a Espanha e Portugal, de um lado, e à Grécia e Turquia no outro extremo. E se perfila como pivô político-estratégico da Europa Central e Oriental, enquanto levanta para seus parceiros na OTAN a delicada questão de como poderá ser acomodada no quadro das "nações poderosamente armadas". Neste contexto, por sua vez, Alemanha confirma a matriz de relacionamento 1 + 1 por meio da criação (ou projeto) de unidades binacionais e trinacionais (franco-alemão, franco-belga-alemão, franco-ítalo-alemão).[9]

O teste da legitimidade e o teste da autoridade política externa será nos Bálcãs, ao tempo da dissolução da Iugoslávia e das especiais relações construídas com os países da Europa Oriental e do Báltico, num claro **arredondamento** de suas áreas de interesse, influência e presença.[10] Os Bálcãs, na realidade, foram cenário da primeira campanha do que poderíamos chamar de **diplomacia-relâmpago** (*Blitzdiplomatie*) da Alemanha, numa clara demonstração de audácia e senso de oportunidade, confirmadas pelo apressado reconhecimento da independência da Eslovênia como zona de influência e de presença. Junto com isto, conformava-se a Croácia como linha de contenção, deixando França e Grã-Bretanha sem "alças" para segurar o "caixão" iugoslavo, além de

---

[8] Alemanha trabalha a bilateralidade e a multilateralidade (e não só em um *dual track* monetário de marco e euro, mas em um aproveitamento de nichos de oportunidades criadas interna e externamente) em ofensivas (essencialmente bilaterais) e no manejo dos relacionamentos (multilateral), escorada numa legitimização européia.

[9] Alemanha e França acordaram, em maio de 1992, o estabelecimento de uma força de defesa combinada, num esforço precursor dos Eurocorps que se tornaram operacionais em novembro de 1995.

[10] A Iugoslávia entrou em colapso, em meio a uma guerra civil e nacional, que esgarçou a sua curtíssima vida pós-segunda Guerra Mundial, restando, de futuro incerto, apenas a Voivodina (atraída pela Romênia) e Montenegro (pela Bulgária) na órbita da Sérvia greco-ortodoxa. Apesar dos esforços militares da Sérvia para manter a unidade, surgiram a Croácia, a Eslovênia, a Bósnia-Herzegovina, a Macedônia e o Kosovo.

uma Itália temerosa dos desdobramentos e das pressões acumuladas no norte, especialmente no que seria terreno fértil para a frustrada tentativa de constituir uma "república padovana", e da emergência de ligas contestadoras do formato nacional, no Veneto e no Piemonte.

A segunda manobra foi calçar a reivindicação Tcheca – após a bem-sucedida Revolução de Veludo – de uma separação amigável da Eslováquia. Com isto, marcava como área de interesse e de presença a República Tcheca, e como linha de contenção a República Eslovaca, em situação de ponte e *buffer* com a Ucrânia e entre a Polônia e a Hungria. Esta manobra permitia uma linha de continuidade no centro da Europa, predominando, de forma efetiva, no espaço configurado ainda pela Áustria, República Tcheca e Hungria. O **arredondamento** efetivo, em termos de interdependência econômica, criava um macromercado euro-central, cujo perímetro englobaria Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, a Suíça alemã, Liechtenstein, Áustria, a região do Tirol e o Veneto italiano, Eslovênia, Hungria, República Tcheca, Polônia Ocidental e as repúblicas bálticas (Estônia, Letônia, Lituânia). Por sua vez, um grande arco político passava a ser desenhado, que, descendo dos Estados Bálticos, atravessando a Polônia, marcando presença na República Tcheca e na Hungria (neutralizando a Romênia como a sua linha de contenção) e consolidando-se na Eslovênia, servia de referência e motivo de atração e engate com a Finlândia num extremo e com a Turquia no outro.

O alongamento econômico e cultural

No entanto, a Alemanha também opera, ciente de que deverá agir com a perspectiva de construir sua supremacia numa região de **dupla soldadura** (contendo os supracitados arcos interno e externo), onde não só será referência de milhões de indivíduos de ascendência alemã (como na República Tcheca, Romênia, Ucrânia, na Federação Russa e alhures, na Geórgia e entre os quirguizes), como também terá de exercer liderança

cultural e política em Estados ou entre etnias em que a referência européia é secundarizada em relação ao prestígio alemão. O **arredondamento** europeu centro-oriental dá lugar ao que designo como **alongamento**, em analogia com a noção de *enlargement* norte-americano.[11] Trata-se de uma visão – configurada sobre a base material e a realidade societária (cultural, social, política) que o **arredondamento** transfronteiriço viabiliza, e discernível no desempenho alemão no exterior – do que poderia ser uma política orientada para ultrapassar o arco interno de influência e presença, estabelecendo, na prática, um alargamento de horizontes e de campos de ação efetivos para operacionalizar interesses nacionais.

Para além da Europa Oriental, a Alemanha visualiza uma "projeção em tridente": a primeira em direção ao arco da Rússia, Federação Russa e Bielo-Rússia; a segunda, em sentido Ucrânia e Moldávia; e a terceira, buscando a Turquia. Três macrorregiões essenciais na perspectiva do desenvolvimento econômico, pelas suas características enquanto plataformas complementares (de produção, de atividade aeroespacial, etc.) e suplementares (de suprimento de energia, água, alimentos, minerais). Três regiões que atualizam, ampliando, a noção de Europa Oriental, ao trazer para o cálculo político, militar, econômico e cultural todo o arco de nações e etnias que se acomodam até os Urais e o Cáucaso.

A Ucrânia, além da sua agricultura e energia, interessa, em particular, pelas suas fábricas no complexo industrial bélico: após o desmembramento passou a ter mais tanques e veículos blindados e aviões de combate do que qualquer país (fora a própria Rússia) dentro da CEI, além de possuir a NPO-Yuzhmash, que foi a maior fábrica de mísseis nucleares do planeta, e a Monolit, principal fabricante de sistemas de controle de mísseis na antiga União Soviética; a Bielo-Rússia se encontrou

[11] Sobre a noção de enlargement, vide Dreifuss, René Armand. Estados Unidos: esboço de uma nova perspectiva estratégica?, Premissas, caderno nº 7, Campinas: NEE/Unicamp, agosto de. 1992. p. 3-25,

dona de uma força de aviões de combate maior do que a alemã, com o dobro de tanques do que a Grã-Bretanha e mais artilharia pesada do que a França. Aliás, Bielo-Rússia e Ucrânia chegaram a fazer parte, em 1997, dos dez maiores vendedores de armas do planeta.[12]

A Turquia é importante pelo seu diversificado e convencional parque industrial, suas empresas de infra-estrutura e empreiteiras de construção e serviços, e pela presença, em território alemão, de 2,5 milhões de fiéis islâmicos, 80% dos quais turcos (e, portanto, maioria sunita), além de uma presença significativa de curdos (da Turquia e do Iraque). Isto significa o reconhecimento da existência de um processo de continentalização européia marcada pela densidade adquirida por uma "Europa muçulmana" que – além da própria Turquia, Albânia, Kosovo, Bósnia-Herzegovina e das minorias na Bulgária – inclui um milhão de muçulmanos na Grã-Bretanha, com predominância paquistanesa, quatro milhões na França, na sua grande maioria originários dos países do Magreb, e um milhão na Itália, na sua maioria do norte da África e do cinturão saariano e subsaariano.[13] Mas, concretamente, significa para a Alemanha ter um trunfo na consecução possível de uma política que visa ao mundo muçulmano, no Mediterrâneo (em nítida reeuropeização), no Oriente Médio e no Golfo Pérsico.

Tanto a Turquia quanto a Ucrânia são especialmente importantes como bases de comercialização, seja pela sua penetração nos Estados caucásicos independentes (Geórgia, Armênia e Azerbaijão), ou em direção às nações e etnias situadas no interior da Federação Russa e sobre os Mares Negro e Cáspio. A relação com a Turquia, em particular, serve de ponte para o Centro Asiático, abrindo uma via preferencial de penetração

[12] Junto com Estados Unidos (10,2 bilhões de dólares), Rússia (3,5 bilhões), França, Grã-Bretanha, Alemanha, China, Holanda e Suécia. A União Européia era responsável por 28% das vendas em 1996, equivalentes a 6,4 bilhões de dólares, num total de 27,9 bilhões de dólares.

[13] A Europa muçulmana, com continuidade territorial da Albânia até o Cáucaso, passando pela Turquia e Bulgária, carece de costura política, vivendo acirrados conflitos intramuçulmanos e interétnicos.

em direção aos antigos Estados túrquicos – Azerbaijão, Casaquistão, Usbequistão, Turcomenistão e Quirguistão –, por meio de um moderno e assemelhado *surrogate state*, tendo como contrapeso o espaço de manobra do Oriente Médio, a Bacia do Mediterrâneo e o Irã. Política *by proxy* que se realiza também no outro extremo do Mediterrâneo, através de **partidos-espelho**, no caso da Espanha e de Portugal, visando a realidade ibero-americana. Aliás, ao sul da linha do Equador, a Alemanha – que visualiza no Brasil um "espaço estratégico" de ação – é o primeiro investidor no Mercosul, o primeiro parceiro comercial (com participação em 28% do fluxo de comércio com a região) e o primeiro em cooperação. Afinal, a América do Sul pode ser entendida como um importantíssimo **espaço posterior externo** (*aussen-hinterland*) que requer, para a sua apreciação, uma visão inovadora dos possíveis focos de atenção e dos movimentos necessários para sustentar a projeção alemã no Ocidente e particularmente nesta região, retomando a direção, mas não o sentido, da antiga *Westpolitik*, uma vez que – na sua condição de "grande potência européia", nas palavras do chanceler Gerhard Schroeder – a Alemanha se situa, legitimamente, no seu interior. Mas deve ser lembrado que o faz em tempos de **globalização** econômica, **mundialização** societária e cultural e **planetarização** político-estratégica e institucional, quando a Alemanha se reconhece como **pólo motor tecno-produtivo** e **plataforma científico-tecnológica** de atuação **transnacional**, pretendendo, ainda, na sua condição de **pivô político-estratégico**, um novo papel na gestão **supranacional** em configuração.

A Alemanha age no interior de uma complexa soma de múltiplas frentes de política externa, tendo passado, pela segunda vez em um século, pelo crivo da formação e consolidação de si própria como Estado nacional. Na realidade, o Estado alemão, paradoxalmente, tem de afirmar, como poucos, a nacionalidade em meio ao processo de europeização e de globalização. E o faz ancorado na sua legitimidade interna, tendo até agora respondido de forma bem-sucedida aos desafios da complexa fusão societária, econômica e militar embutida na (re)construção do Estado,

reorganização produtiva e financeira e (re)unificação nacional, embora mantenha altos índices de desemprego e muitos sintomas de frustração social e desesperança individual na antiga RDA (onde já investiu cerca de 1 trilhão de dólares) e importantes desencontros e defasagens culturais e políticas entre as "duas Alemanhas". Esse processo de **(re)nacionalização** – em meio a uma dinâmica internacional e transnacional – exige da Alemanha uma flexibilidade de ação e capacidade de discernimento e de definição de interesses muito além das suas já estabelecidas áreas de presença e influência, mudando consideravelmente a perspectiva do espaço econômico europeu e do sistema político continental.

Destes vários movimentos, pode ser inferido o horizonte ou a intenção e a pauta da projeção e do **arredondamento** e **alongamento** alemães.[14] Busca-se a paridade no *rule making* e na *accountability* no espaço europeu ampliado e atlântico, o que requer a sua afirmação como um dos pivôs político-estratégicos com capacidade de veto de alcance planetário, mesmo que não tenha sustentação (estratégica) militar. Isto não passa somente pela inclusão no Conselho de Segurança, mas também pela reformulação da gestão européia (ampliada), das premissas de atuação e sentido da OTAN (que deverá ser europeizada para agir nas regiões circundantes) e do alcance mutuamente consentido do eixo atlântico e da visualização dos desafios que a Ásia apresentará no horizonte de cinqüenta anos, quando a Europa represente somente 3% da população do planeta. Europeização da OTAN assentada em movimentos de integração dos produtores de sistemas de armamentos, dos quais a fusão da Deutsche Aerospace - DASA com a Aérospatiale/Matra francesa e sua associação com a Gec Marconi britânica é um exemplo marcante. Europeização militar

[14] Apesar de a Alemanha reunificada impor ritmo, cadência e sentido às ações do continente, os esforços de continentalização política e estratégica do pólo dinâmico (científico-tecnológico, financeiro e industrial) alemão se ressentem dos traumas - na memória européia - de um passado totalitário e belicista. Isso dificulta a operação da Alemanha como pivô político-estratégico, resultando num descompasso diplomático e político em relação ao seu poder econômico e comercial. Por outro lado, reabre questões geopolíticas e geostratégicas - simbolizadas na imagem da Alemanha como "coração da Europa" e desta, por sua vez, como "coração do mundo".

de mãos dadas com a europeização política que se pretende extensiva até os Urais e o Cáucaso, almejando a neutralização dos **conflitos compostos transnacionais** existentes, nos quais atores políticos e militares, organizações criminosas, paramilitares, grupos econômicos e organizações sociais e partidárias se misturam e interagem em alianças formais e parcerias informais, ou em alinhamentos de força circunstanciais contra autoridades locais e nacionais e enfrentando atores políticos e sociais.[15] Conflitos compostos que, embora mantendo em xeque a Rússia e a Ucrânia, desestabilizam o **arredondamento** do Leste Europeu e empurram a busca de convergência com a Alemanha.

Para concluir, visualizando o horizonte além da Europa, a Alemanha almeja constituir-se em um dos pólos motores tecno-produtivos globalizantes, ancorada na sua fortaleza financeira, supremacia exportadora, potência produtiva e capacidade tecnológica. Esta perspectiva implica assegurar a previsibilidade de sua atuação nas plataformas complementares de produção e nas bases de comercialização que o Brasil, a China, a Índia, a Turquia e a África do Sul poderão oferecer. Requer, ainda, a preservação das áreas conexas em sucessivos aprofundamentos e, uma vez consolidados os ganhos no **arredondamento** euro-oriental e balcânico, o desenvolvimento de duas novas vertentes da política de **alongamento**, com foco no Ocidente, em direção à América do Sul e ao Mediterrâneo, e o encaminhamento em direção ao Oriente Asiático, na busca de dois futuros autopromotores do seu próprio **arredondamento** ou **alongamento**: Índia e China. As parcerias com a China e com a Índia levam em consideração que, automaticamente, um é a contrapartida do outro – oferecendo espaço para agir nos interstícios desse jogo de forças –, além de estabelecer um reforço de triangulação com o Sudeste Asiático. Triangulação que também é percebida no grande desenho de poder da Ásia – Rússia, China e Índia –, onde se busca o discernimento dos nichos

[15] Sobre a noção de conflitos compostos (composite conflicts) vide Dreifuss, René Armand; Challenges and new perspectives: Some thoughts on the future of the Brazilian Military, Francisco Segrera org., Textos para discussão. III Encontro de Estudos Prospectivos: os cenários da América Latina e do Caribe no horizonte de 2020, Rio de Janeiro: UNESCO, setembro 1999, p. 261-306.

de complementação (bases de comercialização assentadas sobre a produção industrial, o *outsourcing* regional e os insumos e matérias-primas) e de suplementação (aproveitamento dos traços de plataforma tecno-produtiva que a China e a Índia oferecem em algumas especialidades seletas, entre as quais a biotecnologia e a informática). Reforçando estas tendências, a Alemanha também se situa criteriosamente para agir como um dos **campos gravitacionais culturais** de alcance mundial, partindo da sua excelência científico-tecnológica e da recuperação da sua imagem como berço e referência de qualidade cultural, mesmo ciente das suas limitadas capacidades de interlocução lingüística (que não foram empecilho para seu sucesso como *global trader*, mas certamente serão entraves a uma participação ativa na configuração hegemônica cultural audiovisual).[16] Esta perspectiva impõe à Alemanha a urgência na participação dos esforços para obtenção de uma paridade científica européia com a ponta norte-americana – em ritmos alternados de cooperação competitiva e de preservação da singularidade e do segredo –, além da consolidação alemã no centro da "massa cinzenta" européia, objetivando não somente a sua presença na determinação de padrões e modelos nos processos de globalização e de virtualização produtiva, financeira, tecnológica e comercial e nos processos multifacetados de mundialização cultural e perceptiva, mas a sua posição central na definição do sentido das ações de alcance planetário.[17] Desta forma, resta saber se, em algum momento, tudo isto poderá nos colocar perante o hipotético desafio de lidar com um possível "consenso de Berlim".

---

[16] Estas capacidades de interlocução lingüística são restritas aos falantes do alemão da Áustria e de partes da Suíça, às minorias de ascendência alemã, situadas no centro e no leste da Europa e partes da Ásia, aos modernos estudantes e estudiosos da língua e da cultura da Alemanha e, esticando o argumento, aos assemelhados lingüísticos, como Holanda, Bélgica flamenga e Dinamarca. Ao todo, são mais de 30 milhões de pessoas, que se somam aos 82 milhões na Alemanha, contrastando com o inglês, o hindi e o cantonês/mandarim, cada um assentado num universo de mais de um bilhão de pessoas, ou com os quase quinhentos milhões de língua espanhola.

[17] Isto implica a presença ativa alemã – através da preservação da excelência de suas corporações estratégicas e de uma intensa política de fusões industriais e financeiras - no universo de alta e hiper-alta tecnologia da engenharia satélite, da microeletrônica, das telecomunicações e da robótica, da biotecnologia, da engenharia genética e da optoeletrônica, assim como dos programas e aplicativos de informática.

Participantes dos seminários

Amaury Banhos Porto de Oliveira
Embaixador, diretor da r*evista Panorama da Conjuntura Internacional* do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP)

Braz José de Araújo
Professor, Universidade de São Paulo (USP) e Faculdades Tancredo Neves

Carlos Augusto Proença Rosa
Diplomata, foi embaixador do Brasil na Irlanda e no Egito

Christian Lohbauer
Professor, NUPRI/USP

Franklin Trein
Professor, diretor do Centro de Estudos Europeus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Gilberto Dupas
Membro do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP) e responsável pela Área Temática Europa da revista *Panorama da Conjuntura Internacional*

João Bosco Machado
Pesquisador, Fundação Centro de Comércio Exterior

Luiz Alberto Moniz Bandeira
Professor da Universidade de Brasília; adido cultural do Brasil em Frankfurt

Maurice Costin

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Reinaldo Gonçalves

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

René Dreifuss

Professor, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Samuel Pinheiro Guimarães

Embaixador, diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Theotônio dos Santos

Professor, Universidade Federal Fluminense; assessor de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro